



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

CIÊNCIAS SOCIAIS: A SOCIEDADE EM SUA INTEGRALIDADE

VOLUME XVIII

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais: a sociedade em sua integralidade

18ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

18ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais: a sociedade em sua integralidade
/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2024

206 f.: il

DOI: 10.37423/2024.edcl892

ISBN: 978-65-5367-465-3

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

<https://doi.org/10.37423/2024.edcl892>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORIA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

MSc Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Wesley Pacheco Calixto

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

MSc Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli
MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior
Dra. Suely Lopes de Azevedo
MSc Francisco Odecio Sales
MSc Ezequiel Martins Ferreira
MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio
MSc Carlos Eduardo De Oliveira Gontijo
MSc Rainei Rodrigues Jadejiski
Dr. Rodrigo Couto Santos
Dra. Milena Gaion Malosso
PHD Marcos Pereira Dos Santos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	6
ILUSÕES E SONHOS AO LONGO DE DÉCADAS DE CINEMA	
ROBERTO MINADEO	
DOI 10.37423/240208705	
CAPÍTULO 2	38
DISCURSO MODERNIZADOR E CONFLITOS SOCIAIS: O SETOR AÇUCAREIRO	
PERNAMBUCANO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.	
Élcia de Torres Bandeira	
DOI 10.37423/240208706	
CAPÍTULO 3	55
CONTROLE DE GASTOS COM PESSOAL ANTE OS LIMITES ESTABELECIDOS PELA LEI DE	
RESPONSABILIDADE FISCAL: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC	
Tiago da Costa Cesconetto	
Vladimir Arthur Fey	
DOI 10.37423/240208714	
CAPÍTULO 4	73
MARKETING E VAREJO: O COMPORTAMENTO DE COMPRA E O IMPACTO DO E-	
COMMERCE NO VAREJO FÍSICO DE UM MUNICÍPIO DA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE	
DO ESTADO DO RS	
Ariosto Sparemberger	
Maicon Dall Alba	
DOI 10.37423/240208723	
CAPÍTULO 5	89
ASSOCIAÇÃO ENTRE USO DE ÁREA RURAL E O VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	
NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	
Paulo André de Oliveira	
Sergio Augusto Rodrigues	
Carlos Roberto Padovani	
Ricardo Ghantous Cervi	
DOI 10.37423/240208725	
CAPÍTULO 6	107
PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA A RESPEITO DO BEM-ESTAR	
ANIMAL	
Ricardo Guimarães de Queiroz	
Carla Heloisa de Faria Domingues	
João Augusto Rossi Borges	
DOI 10.37423/240208730	

CAPÍTULO 7 130

UNIVERSIDADE INOVADORA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Denise Adriana Johann

Morgana de Oliveira Machado

Luís Felipe Dias Lopes

DIENIFER PAULESKI DELLA JUSTINA

Marizane de Fátima Trindade

DOI 10.37423/240208743

CAPÍTULO 8 157

GESTÃO DE CONFLITOS E RELAÇÕES INTERPESSOAIS: UMA ABORDAGEM EMPIRICA NA
ÁREA EDUCACIONAL

Ellen Correa Rodrigues

Lucas Almeida dos Santos

Celina Franco Hoffmann

DOI 10.37423/240308746

CAPÍTULO 9 180

REVISTANDO O MÉTODO: A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (PROCPD)

Carlise Porto Schneider Rudnicki

Verenice Zanchi

Fernanda Scherer

DOI 10.37423/240308767

Capítulo 1

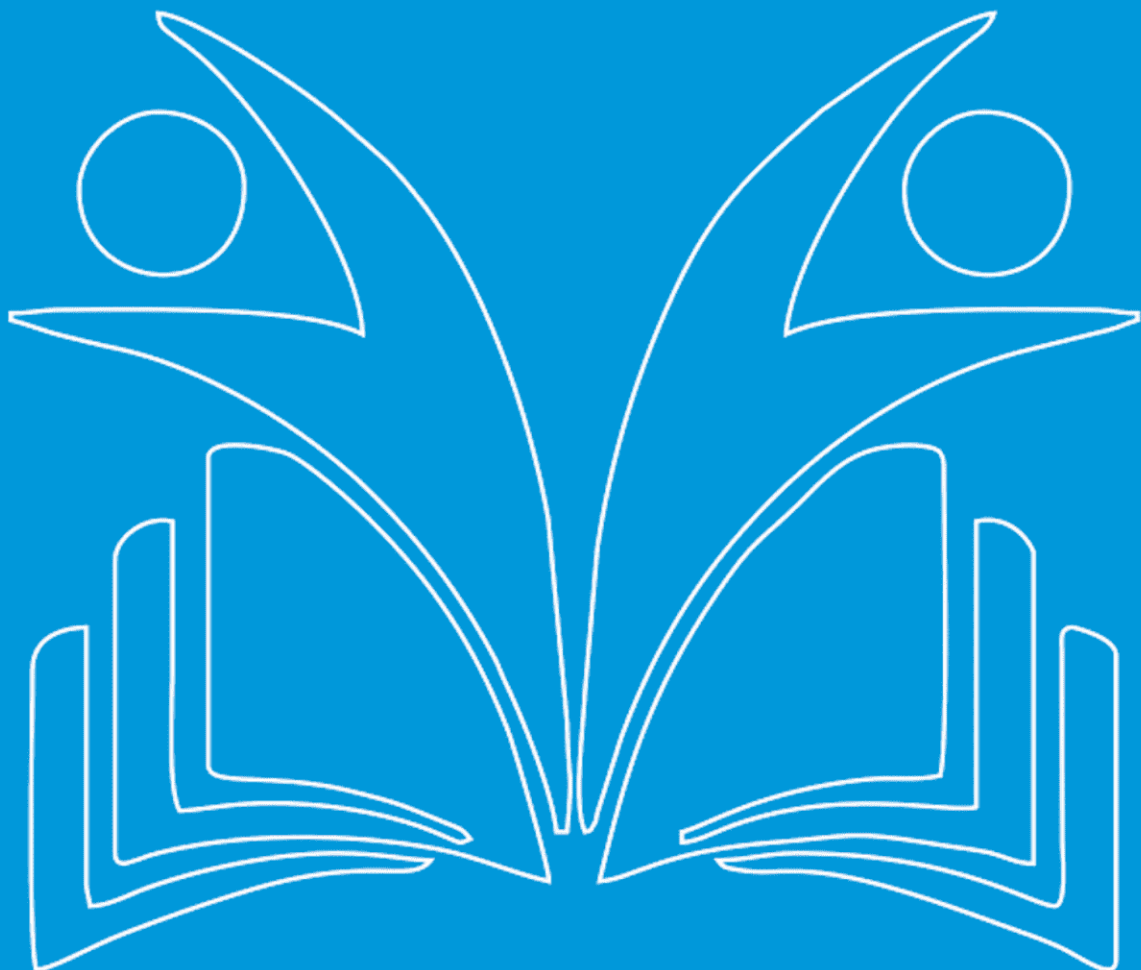


10.37423/240208705

ILUSÕES E SONHOS AO LONGO DE DÉCADAS DE CINEMA

ROBERTO MINADEO

UNDF



Resumo: O Cinema possui incrível poder comunicativo, mediante uma linguagem muitas vezes única, útil no relacionamento interpessoal, especialmente quando se trata de motivar e de entender com empatia a argumentação dos colegas de trabalho. O artigo é qualitativo e descritivo, focado em filmes em que existem situações que fluem entre o real e o fictício, ótimas para transmitir ideias, ou simplesmente para despertar no espectador seu lado onírico. O método adotado foi o estudo de casos múltiplos, com a escolha de artigos, dissertações e livros que tratam com suficiente exatidão de um objeto, no caso um filme, a ponto de que se possa denominá-lo um caso. Estudos de filmes que tiveram mais de uma fonte podem ser tidos por mais robustos. Foram encontradas obras de diversos períodos, países e artistas, o que reforçou a importância e atualidade da pesquisa. As Conclusões comparam obras, no tocante à temática escolhida, ou seja, o delicado fluir do mundo real ao fantasioso.

Palavras-Chave: Cinema. Linguagem Cinematográfica. Filmes Fantasiosos.

INTRODUÇÃO

O Cinema possui incrível poder comunicativo, mediante uma linguagem muitas vezes única, útil no relacionamento interpessoal, especialmente quando se trata de motivar e de entender com empatia a argumentação dos familiares e colegas. Minadeo (2020) aponta diversas possibilidades do uso do Cinema no ensino de administração.

Ademais, o Cinema tem papel crescente na vida das sociedades e das pessoas – tornando-se onipresente mediante a tecnologia, que traz produtos culturais de todo o mundo ao alcance de milhões de pessoas mediante o streaming. O artigo é qualitativo e descritivo, focado em filmes em que existem situações significativas de certas épocas – resultantes de diretores e atores consagrados. Tais obras fluem entre o real e o fictício, ótimas para transmitir ideias, ou simplesmente para despertar no espectador seu lado onírico. O método adotado foi o estudo de casos múltiplos, tendo sido escolhidos artigos/dissertações que tratam com suficiente exaustão de um objeto, no caso um filme, a ponto de que se possa denominá-lo um caso. Alguns livros foram fontes complementares. Destaca-se o trabalho de pesquisa ao longo de vários anos, filtrando textos focados em analisar com profundidade certa obra. Encontraram-se obras de diversos períodos e artistas, o que reforçou a importância e atualidade da pesquisa. Ressalta-se o papel do texto, no qual cada filme foi considerado enquanto unidade de pesquisa analisada individualmente – de modo que não se apresentam conclusões, análises ou comparações no estudo entre as diversas obras fílmicas analisadas – inclusive pela dificuldade de se estabelecerem critérios para tais abordagens.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo é exploratório, trata de algumas obras cinematográficas que mesclam ficção e realidade, com breves pinceladas sobre alguns artistas e obras.

Em função da imensidão das obras representativas, o presente estudo apresentou um primeiro corte, ao focar em filmes de Hollywood e um segundo, ao buscar obras ou artistas marcantes ao longo do tempo. A disponibilidade de estudos acadêmicos aprofundados sobre certa obra ou artista também se constitui em elemento que define a presença das obras aqui destacadas. Dado que cada filme se constitui em um investimento de vulto, foi entendido como verdadeiro empreendimento, ou seja, trazendo resultados de natureza qualitativa e histórica, inseridos na principal linha de pesquisa do autor, qual seja, a de História Empresarial.

O estudo descreve diversas obras – sintetizando e comparando análises obtidas na literatura acadêmica. Ao longo de diversos anos, buscaram-se artigos que aprofundam sobre certa obra ou artista, foram fruto de pesquisa no Portal da Capes e no Google Acadêmico, com as chaves de busca girando em torno a filmes, atores, diretores e estúdios.

Artigos que comparam obras fílmicas diversas, que aplicam modelos filosóficos, políticos ou sociais não vieram a ser aproveitados. Inúmeros textos, que focam aspectos muito particulares ou técnicos, também não puderam ser adotados por fontes, o que ilustra o uso do cinema nas mais variadas áreas do saber. Destaca-se a existência de excelentes autores e estudiosos na área – que brindaram a pesquisa com materiais de enorme riqueza. Alguns atores, diretores ou obras chegaram a receber detalhes de mais de um autor, o que torna mais robusta a sua apresentação. A finalidade do estudo é mostrar o papel que algumas obras e autores marcaram na ampla trajetória do cinema.

O texto segue uma abordagem qualitativa e descritiva; também pode ser tido por exploratório. Os artigos buscados aprofundam sobre certa obra, tecnologia ou artista, ou seja, tratam do objeto a modo de estudos de casos – tendo sido objeto de trabalhosa mineração; além disso, textos com essas características terminaram por determinar os filmes a ser objeto do estudo.

FILMES FICTÍCIOS COM ALGUNS ELEMENTOS TOMADOS DA REALIDADE

Os filmes de Frank Capra tratam de pessoas comuns, que esqueciam as diferenças para se unirem em torno de um mesmo ideal. Talvez fossem ingênuos, mas retratam a democracia norte-americana em seu melhor estado, transmitindo uma sensação de segurança e otimismo em sua crença na força da liberdade de expressão e do desejo de progresso. Seus filmes mais representativos da política do New Deal tinham como temas centrais a confiança no poder do homem comum e empreendedor self-made-man – personificado por Gary Cooper e James Stewart – que superam as dificuldades pelo seu caráter moral e determinação; a exaltação das virtudes do regime democrático norte-americano e a denúncia da corrupção dos poderosos e do capitalismo desonesto (PEREIRA, 2011).

“Aconteceu Naquela Noite” (1934, Frank Capra) mescla romance e humor. Uma jovem de elevada condição social e louca por novidades conhece um homem pobre, mas dotado de criatividade e ambições. Ele mostra seu valor tirando-a de uma situação complicada. A recompensa não tarda: eles se apaixonam. É um sonho sobre de ascensão social mesclado com um divertido romance. O filme teve sucesso de público e de crítica, sendo o primeiro da história a receber os cinco prêmios principais

da Academia: Melhor Filme, Melhor Diretor, Melhor Ator, Melhor Atriz e Melhor Roteiro (PEREIRA, 2011).

Em “O Galante Mr. Deeds” (1936, Frank Capra), Longfellow Deeds, um interiorano idealista, vai a Nova York receber uma herança de US\$ 20 milhões. Na metrópole, se envolve em um romance com uma esperta jornalista e se torna alvo da imprensa sensacionalista, de implacáveis homens de negócio e de parentes interesseiros. Devido à mídia, uma multidão de desempregados cerca a sua casa, tendo-o por esbanjador, em meio à fome de tantos. Desiludido, Deeds abandona sua fortuna, por trazer-lhe muitos problemas. Vem a catarse: um velho camponês desempregado invade a sua casa e ameaça matá-lo por achar que Deeds é um arrogante milionário. Comovido pelo deplorável estado do sujeito, decide doar sua fortuna em favor dos necessitados, na forma de terra e dinheiro, antecipando o que o New Deal se propõe fazer para combater os males da Depressão. Assustados com a decisão do milionário e com receio de não tirar proveito da fortuna, seus sócios e parentes o colocam em um sanatório mental, mais uma batalha a ser superada para Deeds levar adiante seu projeto. O filme estreou em 12/04/1936 com sucesso de público e de crítica. Trouxe lucros acima de US\$ 1 milhão à Columbia, mais o Oscar 1936 de Melhor Diretor – além das indicações de: Melhor Filme, Melhor Ator (Gary Cooper), Melhor Roteiro e Melhor Som (PEREIRA, 2011).

“Adorável Vagabundo” (1941, Frank Capra,) conta a estória da jornalista Ann Mitchell, que, demitida, escreve um artigo mentiroso sobre John Doe (gíria equivalente a Zé Ninguém) que vai se suicidar no Natal, dada a falta de solidariedade. O artigo faz sucesso e o jornal recontrata Mitchell para continuar a estória. O jornal faz uma seleção entre mendigos para que Long John Willoughby (Gary Cooper) faça o papel de John Doe. O plano funcionou, havendo uma onda nacional de apoio a John Doe. O ambicioso empresário D. B. Norton financia e encoraja a organização de “Clubes John Doe”, para que o mito faça sua indicação como candidato à presidência dos EUA. Willoughby se recusa e ameaça denunciar a farsa. Mas, Norton se adianta e traz a farsa a público. Assim, John decide realizar a promessa de suicídio para derrotar a mídia e os políticos; mas, a jornalista, que por ele se apaixonara, o salva. A obra reflete sobre a mídia. A obra traça um paralelo entre a consciência subjetiva da Imagem Pública que cada qual carrega e da eventual dificuldade em conciliar tal visão com a visão trazida pela própria consciência a respeito do eu (PEREIRA, 2011; GOMES, 2014).

“A Felicidade não se Compra” (1946, Capra) foi um fracasso até começar a ser exibido todos os anos ao Natal na TV aberta (BURR, 2023). A obra consolida o cinema como concorrente da literatura, representando um investimento de Capra na forma de “tudo o que era e tudo o que sabia”. Na

Segunda Guerra Mundial, aos 50 anos de idade, Capra se afastou de Hollywood e se deparou com “The Greatest Gift” (conto não publicado de Van Doren Stern), no qual um pai de família falido tenta se matar, mas um anjo mostra a falta que a sua vida faria. No filme, ganha-se o clima de Natal, surgindo uma crítica aos dois tipos de capitalismo: o do banqueiro egoísta e o do herói, dono de uma cooperativa que financia casas a trabalhadores e imigrantes. O próprio Capra foi um pobre imigrante. O clímax é quando o protagonista, à beira de se matar, pede para retornar, ao compreender que os problemas é que nos moldam. O filme mostra que é melhor ser do que ter (DAMATTA, 2022).

Audrey Hepburn é especialista em viver sonhos. Onze de seus filmes foram feitos na Europa. Em “A Princesa e o Plebeu” (1953), vive uma princesa, vencendo o Oscar de melhor atriz. Em “Sabrina” (1954) e em “Cinderela em Paris” (1956), Hepburn encarna o ideal de feminilidade. Hepburn identificou-se com uma casa francesa de alta costura, em “Sabrina” (1954), e, a partir de 1956, de modo contratual em seus filmes; além de usá-las em momentos vitais de sua vida pessoal. Tais roupas fizeram com que sua imagem artística ligada à cultura europeia perpassasse os limites do cinema – atingindo, de forma homogênea, os mundos da propaganda e o jornalístico. Em seus filmes sempre vive uma transição: de princesa a uma garota normal em “A Princesa e o Plebeu”; da filha de um motorista a uma senhora em “Sabrina”; de intelectual a modelo em “Cinderela em Paris”; de menina de origem simples a aristocrata em “Minha Bela Dama” (1964) (HANDYSIDE, 2003; KAMINSKI, 2010).

Em “Bonequinha de Luxo” (1961) Holly (Audrey Hepburn) é jovial, misteriosa e avoadada – o que atrai Paul Varjak um vizinho, aspirante a escritor, bancado por sua amante. Holly vai a encontros com homens que lhe pagam por sua companhia, aspirando casar-se com um milionário. Conforme vão se envolvendo, Paul passa a ser vigiado por um homem estranho que se revela marido de Holly, com quem tem dois filhos. Mesmo após tentar recuperá-la, Holly se recusa a deixar Nova York e retornar à sua vida de mãe e esposa no interior, e o homem a deixa. Durante o filme, torna-se evidente um bloqueio emocional de Holly, avessa a qualquer envolvimento afetivo com homens em geral, tornando suas relações amorosas um mero instrumento de ascensão social. Paul se apaixona pela vizinha e quer salvá-la e protegê-la, declarando isso a ela em dado momento do filme. Aparentemente sem condições de tomar boas decisões, Holly chega ao final da narrativa sem esperanças de vida em Nova York e decide mudar-se ao Brasil com um amante rico, quando Paul faz uma última declaração de amor, recusada. Rejeitada pelo amante, Holly tem um surto de raiva, joga seu gato no meio da rua; Paul vai atrás do animal no meio da chuva. É então que Holly junta-se a ele e o casal troca um beijo apaixonado,

finalizando o filme de forma ambígua, mas que permite entrever uma união entre os dois (GRIGUOL; CAETANO, 2021).

“Um Corpo que cai” (1958, Alfred Hitchcock) foi descartado como um erro que mal recuperou seu custo e ganhou dois Oscars menos glamorosos (design de produção e mixagem de som). A partir de 2012 derrubou Citizen Kane no primeiro lugar da pesquisa da Sight & Sound dos melhores filmes de todos os tempos. A obra não facilita a compreensão do público e se torna mais complexo, triste e profundo a cada vez que é assistido. Estreou em 09/05/1958. A obra é diversa das demais de Hitchcock, com cenas de direção sem rumo em San Francisco e o mistério revelado quando ainda falta a terça parte do filme. O diretor parece enganar o público, levando-o a pensar que se trata de um mistério de assassinato ou uma trama de fantasmas. Na verdade, é a tragédia de um homem apaixonado (BURR, 2023).

“Um Corpo que Cai” é perturbador, com diversos níveis de análise, considerado por vários críticos a maior obra desse diretor, que, oriundo do cinema mudo, manteve o melhor dele e do uso do som. Seus filmes giram em torno à órbita da culpa. O detetive aposentado Scotty é chamado por um amigo para seguir sua esposa Madeleine e descobrir por que ela está agindo de um modo estranho. Scotty hesita, mas aceita a incumbência, fazendo com que Madeleine comece a atraí-lo desde o início pelo fato de que sua tarefa é fora dos padrões normais. Scotty falha e se deprime e termina em um hospital psiquiátrico, pois Madeleine se matou. Porém, tudo fora uma farsa de seu amigo, criada em torno de Judy, que Scotty reconhece nas ruas. A obra gira em torno das fantasias que Judy fez para tecer uma sofisticada Madeleine e, inversamente, da ruína sofrida por Scotty ao enfrentar a ruína do mito que construíra em torno de Madeleine. Scotty também enfrenta Judy, condição para se curar, começando por fazê-la reviver Madeleine. Hitchcock leva o espectador a uma viagem cronológica, pois a tarefa dada a Scotty se revela impossível, e ele a quer trazer de volta, em uma tentativa de decifrar e manipular o eterno enigma do tempo. Também há uma ida ao passado: Scotty visita pontos turísticos de San Francisco, detendo-se em Carlotta Valdez, figura do século 19. Hitchcock ganhou fama em filmes de suspense – giram em torno à suspensão do tempo (HÖPFI, 2002; LEWIS, 2010; SMITH, 2015).

Segundo Minadeo (2019), “Blade Runner, o Caçador de Androides” (Ridley Scott, 1982) transcende as convenções do *noir*. A estética é retrô: prédios e carros antigos permeados de aprimoramentos tecnológicos. O interior dos apartamentos representa uma profusão de estilos arquitetônicos, cheios de subjetividade, de cultura pessoal e de supermodernidade. O filme rompe com a estética da ficção científica. A trilha sonora de Vangelis ajuda na criação do ambiente. O elenco foi feliz em associações

com ícones do *noir*. Deckard (Harrison Ford) é um ex-policial cínico, autorizado a matar replicantes, que são andróides sem memória, sem emoções, feitos para colonizar o espaço, em tarefas perigosas aos humanos. Mas acabam por ganhar paixões e consciência de si mesmos, e voltam à Terra para tentarem viver mais. O filme é um novo gênero à ficção científica, mesclando o policial e *noir*. Deckard vai à fábrica dos replicantes e se apaixona por Rachel, um andróide. A morte do replicante Roy (Rütger Hauer) impressiona: ele diz a Deckard o quão gratificante foi viver e como está desgostoso ao deixar de existir. Mesmo perseguido, Roy, antes de morrer, salva o caçador, mostrando uma dúvida existencial, pois sabe que foi programado com um término previsto. A obra tem forte apelo visual. Sua atmosfera tensa e opressiva traz diversos elementos *noir*: a) Deckard é um anti-herói; b) a corrupção é geral, tanto na polícia quanto em Tyrell, produtor de replicantes; c) Rachael, a replicante que atrai Deckard, é *femme fatale*; d) a iluminação; e) o posicionamento das câmeras desorienta o espectador; e f) há uma equivocidade, pois, a relação humanos/replicantes não é positiva nem negativa.

“A rosa púrpura do Cairo” (1985, Woody Allen) trata de uma garçonne, Cecília, casada com um ex-soldado que vive bêbado e que a violenta; para fugir disso, ela vai ao cinema no horário matiné assistir seus filmes favoritos, um deles é o que dá nome ao próprio filme. A personagem sonha em uma vida de artista ao ponto de imaginar que o seu herói sai da tela para viver com ela uma nova vida e a leva para dentro da obra cinematográfica. É uma fuga de uma realidade para outra a partir da produção da indústria em que sua proposta leva o sujeito a reflexões sobre si e sobre o que o rodeia (SANTOS, 2016). Ao rever certo filme, um personagem sai da tela, e entra em seu mundo apaixonado por ela, sendo seguido por outro, começando uma disputa por ela, tendo por pano de fundo as possíveis vantagens entre “viver no filme” ou na Hollywood real, escolha de Cecília, mas o ator desaparece, tendo falseado ao afirmar seu amor por ela. A obra supera o real e o imaginário – com a ambiguidade da linguagem cinematográfica (DUNNE, 1987). A protagonista pede ao marido para acompanhá-la ao cinema e fugir dos problemas. A voz do personagem é uma nova forma de expressão que algumas vezes soma e outras vezes substitui os elementos comunicativos até então, como a imagem, a expressão corporal e as cartelas com textos escritos (OPOLSKI, 2021, p. 69).

“Uma Linda Mulher” (1990) fez enorme sucesso, com a dupla romântica Julia Roberts e Richard Gere, tendo por pano de fundo três fábulas: a) Cinderela (o romance entre uma prostituta e um executivo); b) “efeito Pigmalião”, quanto maior a pressão sobre pessoas, melhor elas se desempenham, sendo, portanto, uma profecia autorrealizável; e c) “A Bela e a Fera” (a personagem de Roberts molda a frieza do executivo) (CHOI; MEGEHEE, 2014).

“O Conde de Monte Cristo” (2002, Kevin Reynolds) traz Edmond Dantès como um marinheiro humilde e sem letras, a quem Bonaparte, na Ilha de Elba pede que seja portador de uma carta, álibi à inveja de colegas de Dantès, injustamente condenado à prisão. Abatido ao extremo, conhece o Abade Faria. Este, ao cavar um túnel visando fugir, por erro de cálculo, foi parar na cela de Dantès; iniciando uma amizade que leva Dantès a aprender a ler, a lutar e a outras habilidades que serão cruciais na construção da figura do Conde de Monte Cristo. As leituras incluem ciências naturais, economia e até filosofia. O Abade Faria tem grande relevo na trama, pois, ao morrer pelo desmoronamento do túnel que fizeram juntos, traz a liberdade a Dantès, além do mapa do “Tesouro do Espada”, localizado na Ilha Monte Cristo, e que lhe permite ingressar na nobreza. Isso permite vingar-se dos que o prejudicaram e recuperar sua família e reputação. Ao se tornar Conde, além da alteração das roupas, Dantès apresenta feições mais circunspectas, representadas pelo uso da barba e pelo corte de cabelo; seu comportamento é mais sagaz e astuto, o que transparece em seu modo de falar e em todo seu porte. A vingança não é mostrada de modo pejorativo, mas como a única forma de se obter a justiça, tanto que Dantès repete à exaustão a frase “Deus me trará justiça”. Há símbolos interessantes na obra: a aquisição do tesouro do conhecimento, crucial para a transformação do marinheiro em Conde; a morte do Abade, símbolo da sabedoria (CAMPOS, 2009).

Paradigmático no universo fantástico é a obra de Harry Potter. O mítico não está separado da realidade, sendo expressão e fruto da imaginação. Um conto de fadas pressupõe um mundo paralelo, no qual o fantástico é verossímil; e se relaciona à luta do herói em superar perigos rumo a um fim. Portanto, há no conto de fadas a busca de um ideal, que pode assumir diferentes formas. Elementos dos contos de fadas em Potter: a) sua tragédia: muito cedo perdeu os pais e quase morreu; b) há um mundo paralelo, o dos “trouxas”; c) Potter é um mito: o único sobrevivente de um ataque do vilão Voldemort, o maior bruxo do Mal; d) a varinha de Potter é “irmã” da usada pelo vilão; e) Potter deseja não ir a Sonserina, origem dos bruxos do Mal; f) na escolha de seus amigos, Potter foge de bruxos mais “puros”, como os Malfoy; e g) um bom coração conquista aliados bons e fiéis – que quebram as regras da escola na luta contra o Mal, como Hagrid, a professora Minerva e Alvo Dumbledore. Os principais aliados de Potter são Hermione, filha de “trouxas”, que busca soluções lógicas aos problemas, e o leal Rony, de família humilde. A iniciativa e a coragem de Potter fecham o quadro (ROSA; SILVA, 2010).

O longa de animação “Shrek” enquadra-se no tema de conto de fadas, destacando que o amor pode não depender da beleza; além disso, aponta uma relação entre a magia e a figura da princesa. É irônico em relação a vários contos, filmes e músicas, mostrados de forma grotesca e humorística. Ilustra a

importância de: amizade, companheirismo e bom caráter. A obra faz uma desconstrução do mito do herói e dos príncipes de contos de fadas: Shrek é feio e desajeitado, tentando bancar o estilo de mau, apesar de seu caráter gentil (DIAS, 2017).

“Perfume de Mulher” (1992) apresenta Charlie, um estudante que busca reforçar seu orçamento e cuida do ex-oficial Frank Slade (Al Pacino) durante um feriado. Slade é cego, ranzinza e amargo, e vai com Charlie a Nova Iorque em um fim de semana cheio de aventuras. Slade chega a se preocupar com os problemas escolares de Charlie, superando sua amargura. Ao retornarem do passeio, Slade surpreende Charlie ao comparecer em sua escola, fazendo um discurso memorável que o livra de sérios problemas (LEITE; LEITE, 2010).

“O Feitiço do Tempo” (1993) traz Bill Murray como jornalista que vai cobrir o evento “The Groundhog Day” – título original do filme. Uma nevasca impede seu retorno. A surpresa: os dias seguintes são inexplicáveis contínuas repetições do dia da cobertura. O jornalista começa por tirar vantagem da situação, fazendo coisas pelas quais sabe que não será punido. Termina por buscar o sentido subjacente ao fato surreal, crescendo, à medida que busca sentido em ser útil ao outro. Sua tortura finalmente se encerra, ganhando a confiança de sua colega de trabalho, pela qual se apaixonara (SILVA, 2009).

Em “O Piano” (1993, “The Piano”, Jane Campion) Ada precisa escolher entre paixão e segurança. Ao chegar à Nova Zelândia, seu brutal marido deixa seu piano na praia, privando-a de algo importante, ainda mais em um novo ambiente e sendo ela sem condições de falar. Quando o piano é comprado por outra pessoa, inicia-se um potencial triângulo. A obra cria forte ressonância junto ao público, pela forma da narrativa (ROTH, 2000).

“Um Sonho de Liberdade” (1994, Frank Darabont), ambientado nos anos 1940, traz um banqueiro, Andy injustamente condenado à perpétua por homicídio. Red torna-se seu amigo. Calado e focado no objetivo de comprovar sua inocência, Andy fez muitos amigos na prisão auxiliando em declarações de impostos; cuidou da biblioteca, obtendo recursos para ampliá-la. O mais importante: cuidou de toda a gestão dos recursos escusos obtidos pelo pérfido diretor, que eliminou as provas de sua inocência (LEITE; LEITE, 2010).

A Pixar fez “Toy Story” (1995), que trata de um grupo de brinquedos que possui vida fora da percepção humana, e que ganha um novo membro, Buzz Lightyear, que não sabe ser um produto; a trama gira em torno à sua aceitação da realidade, após o que, vem a realizar um grande gesto (BERMÚDEZ; CHOI, 2015). O sucesso da animação levou a “Toy Story 2” (1999), “Toy Story 3” (2010) e “Toy Story 4” (2019).

“Mera Coincidência” (“Wag the Dog”, 1997) se ambienta em uma campanha presidencial na qual o candidato da situação enfrenta uma crise; para superá-la, um profissional vivido por Robert de Niro “cria notícias” para desviar a atenção pública: uma ação terrorista contra os EUA, para o que contrata um produtor de Hollywood (Dustin Hoffman), criando-se filmes, músicas e até um “herói”, em torno do qual há lendas e hinos. A campanha é um sucesso, mas, ante a ambição de seus criadores quererem mostrar sua autoria e descobrir a farsa, eles precisam ser eliminados (FILHO, 2012).

Em “O Show de Truman” (“The Truman Show”, 1998), Jim Carrey vive um personagem de Seahaven, um lugar maravilhoso, que ao longo do filme se revela um manipulador “*reality show*” com imensa audiência. Truman se assusta ante a possibilidade de sua vida ter sido uma fraude, por exemplo, o relacionamento com a própria esposa. A diferença entre o mundo real e a artificial vila do *show* é apresentada claramente. O clímax ocorre quando Truman foge do *reality* – mas nenhuma cena dele fora do estúdio é apresentada. A tecnologia impõe um contínuo controle sobre Truman de modo a obter os efeitos desejados do *reality*. Há eventual possível cumplicidade de Truman, insinuada em certas cenas (KNOX, 2010).

Em “O Sexto Sentido” (“The sixth sense”, 1999) Bruce Willis vive um fantasma que vai descobrindo aos poucos junto ao espectador ser um fantasma entre os vivos. Foi a segunda maior bilheteria desse ano, apesar de ser um denso filme psicológico para adultos, tratando dos pavores da atualidade e de uma crise na realidade, mesclando horror, suspense e drama. O fantasma representa a falta de sentido, preocupando-se com o conforto do momento em uma existência desconfortável (FOUST; SOUKUP, 2006).

No longa de animação “Monstros S. A.” (2001), a empresa que dá nome ao filme responde pela geração de energia de Monstrópolis, sendo organizada como uma eficiente linha de montagem. A energia é obtida ao se assustar as crianças, para o que há um grande grupo de monstros treinados. Porém, todos da assustadora cidade compartilham de um paradoxal pavor das crianças, eliminando cuidadosamente qualquer objeto que venha do mundo delas. A trama se desenvolve em torno do mais grave problema possível a Monstrópolis: uma criança em pessoa ingressa nesse ambiente. Um dos monstros começa a se apegar à criança, alterando sua percepção em relação a tais seres. Esse monstro que conspurca a ordem reinante é exilado, conseguindo, porém, retornar a ponto de evitar a execução da menina pela qual se afeiçoara; esta é devolvida sã e salva a seu mundo, não antes de um passeio pela linha de produção e de uma tentativa de disfarçar a garotinha de monstra. A fábrica é

reestruturada em torno à captação de risos de crianças, e não mais de gritos aterradores (LIMA; SOUZA, 2011).

Em “Moça com Brinco de Pérola” (2003), mais importante quadro de Vermeer, há um ambiente que enquadra as cenas como sequências de quadros ao estilo do autor: os espectadores entram em contato com seu estilo mediante narrativas sobre a iluminação; assim, verbaliza-se um signo não verbal. Ponto de inflexão do filme: o mecenas conhece Griet (Scarlett Johansson), que trabalhava na casa do artista, e a deseja, sendo impedido pela sogra do artista; surge a proposta de que ela pose a uma tela, originando a trama na qual ela é a fictícia modelo do quadro. Vermeer e Griet negociam a composição do retrato, as roupas, o turbante azul e amarelo em vez da touca tradicional de criada, o rosto voltado em direção à janela, a intensidade do olhar, os lábios úmidos e o mágico brinco de pérola. Enquanto o retrato é pintado, o artista se preocupa em especial com a forma como a luz é refletida no rosto da modelo (VIEIRA; DINIZ, 2013).

A obra dos irmãos Coen trata de forma inovadora alguns temas explorados pelo cinema, mediante o humor. Fizeram *westerns* (“Onde os Fracos Não Tem Vez”, “Bravura Indômita”), *gângsters* (“Ajuste Final”), *neo-noir* (“Barton Fink Delírios de Hollywood”, “O Homem Que Não Estava Lá”), comédias (“Na Roda da Fortuna”). Em “Queime Depois de Ler” (2008) há elementos da cultura norte-americana: que trata do serviço secreto dos EUA, mediante um enredo que foca os aspectos patéticos dos personagens; em sua cena mais violenta, ocorre a morte de Chad, um funcionário que rastreava presumíveis dados secretos na casa de Osbourne Cox. Porém, em meio à espionagem, se dá a chegada de Harry Pfarrer, amante da mulher de Osbourne e paranoico ex-agente da CIA – que fuzila Chad ao vê-lo. A fisionomia séria da vítima e a trilha sonora remetem a típicos pontos de clímax de filmes de suspense. O crime amplia a paranoia de Harry, que foge com medo de estar sendo seguido. Os filmes dos irmãos não pretendem apresentar respostas às dúvidas do ser humano atual; seus personagens são estereótipos da sociedade, sendo os protagonistas *losers*, à mercê de suas sortes. Outra característica dos irmãos é o uso da violência, que surge casualmente, fruto do desespero. Em suas obras, o enredo passa a ser secundário, sendo o mais valioso o conjunto de interações dos personagens. “O Grande Lebowski” (1998), tal como “Fargo”, abordam a temática do sequestro. Jeffrey Lebowski é um *hippie* desempregado, que vive drogado ouvindo música. Termina por ser confundido com o milionário Lebowski, cuja esposa foi sequestrada. Ao longo da trama, Jeffrey chega à terrível verdade: a jovem Bunny forjara o sequestro para extorquir o idoso marido, com o qual ela se casara por interesse. “Na Roda da Fortuna” (1994) ironiza o mundo dos negócios; relata a trama da

Hudsucker, em má situação financeira, a ponto de seu presidente se suicidar. O presidente interino Mussburger, visando retomar o controle do negócio, quer levar a público sua má situação e contrata um profissional inexperiente para a presidência (FREISLEBEN, 2010).

“E aí, meu irmão, cadê você?” (irmãos Coen, 2000) é uma comédia romântica que inova na forma de comunicação. Ulysses Everett foge com dois colegas do sistema penal de Mississipi; fala bem mais do que seus outros colegas juntos, lembrando-se constantemente da necessidade de certo produto para seu cabelo, surreal dado o contexto da caminhada. O trio passa por problemas tais como os da Odisseia, incluindo sereias e uma salvação milagrosa ante um seguro enforcamento. A trama se passa no sul dos EUA dos anos 1930, remetendo ao clima racista e a celebridades, como Robert Johnson, tido como o maior músico do blues (SICKELS, 2008; FREISLEBEN, 2010).

“A Árvore da Vida” (2010, Terrence Malick) causou polêmica; apresenta uma linguagem forte e carregada de simbolismos, usando de elementos mitológicos, sociais e psicológicos. A narrativa é crucial, pois revela a intimidade dos personagens e faz o espectador dividir seus sofrimentos. A Sra. O’Brien (Jessica Chastain) e o Sr. O’Brien (Brad Pitt) são informados da morte de seu filho de 19 anos; a família se deprime, trazendo à tona questionamentos existenciais e sentimento de culpa. O espectador desconhece a causa da morte. Em seu trabalho, o Sr. O’Brien vê pela janela uma árvore sendo plantada. A partir de então, inicia-se a criação do mundo, com imagens de estrelas, planetas, até o surgimento da primeira espécie entre as águas e predadores terrestres, dando-se a entender que a árvore que nomeia o filme se relaciona à do jardim do Éden, em torno à qual se iluminam o estilo de vida escolhido por membros da família, antes e após o fatídico acontecimento, com o antagonismo caminho da graça vs. caminho da natureza apontado ao longo da obra. A trilha sonora é de música erudita. Desde o início, citam-se textos bíblicos, dando-se a entender que cada membro da família em questão sofre uma espécie de provação, como Jó, e que não há superação sem a dor. Por exemplo, os filhos sofrem do fato de o pai ser duro na exigência dos deveres e dos castigos paternos, sendo a mãe a protetora que brinca com eles sempre em cenas ao ar livre, com jardins e árvores. A trama é formada pelas relações psicológicas da família, levadas ao plano existencial. O filho sobrevivente, que se via preterido pelo que se foi, termina por imitar o pai, sendo retratado na segunda parte do filme, já adulto. A obra se encerra com cenas de fogo e explosões, figurando o fim do mundo (VEDOVE, 2012).

“Meia-Noite em Paris” (2011, Woody Allen) traz o protagonista, Gil, escritor de roteiros, apaixonado pela década de 1920 na França. Gagueja por estar em uma situação por ele não compreendida; em função disso, a personalidade dele não transmite confiança (OPOLSKI, 2021, p. 108-109).

“Django Livre” (“Django Unchained”, 2012, Quentin Tarantino) é um *metawestern* que, ao invés do caubói que entra no povoado, briga com o xerife e se apaixona pela dona do *saloon*, o herói é um negro salvo por um alemão. A história se passa durante a Guerra de Secessão, no sul escravocrata dos EUA. Os embates não ocorrem em *saloons*, mas na casa-grande das fazendas – cujos donos são os vilões. O caçador de recompensas Dr. Schultz compra o escravo Django ao saber que ele conhece três irmãos procurados pela Justiça. Os diálogos são irônicos e a violência é exagerada, sendo especialmente necessário se entrar no modo de cinema para viver os aspectos lúdicos da obra. Schultz liberta Django após cumprirem a missão proposta – após inúmeras aventuras nas quais Django se torna valioso auxiliar e ganha a confiança do experiente caçador. A fábula aqui é representada pela jovem, culta e bela Broomhilda que precisa ser salva pelo seu amado, e a situação se inverte, quando Schultz resolve auxiliar Django nessa tarefa (FIGUEIRÓ, 2017). A violência vista no filme precisa ser entendida no contexto da linguagem empregada em toda a obra de Tarantino, como em “Cães de Aluguel” (1992), “Kill Bill I” (2003), “Kill Bill II” (2004), “Sin City” (2005), “Bastardos Inglórios” (2009), “Era uma vez em Hollywood” (2019).

A ingenuidade do escritor que ouve a estória narrada por Pi (“As Aventuras de Pi”, Ang Lee, 2012) faz o espectador pensar que se está ante um manipulador. Em “O Grande Peixe” (2003, Tim Burton), a incredulidade de Will Bloom leva a pensar que seu pai é um mentiroso contumaz. Ambas apresentam soluções que as tirariam do gênero fantástico. Unindo credibilidade e fidelidade, Bloom volta a acreditar no pai após o testemunho de sua suposta amante (Helena Bonham Carter) e o espectador se tranquiliza ao ver a realidade do pai: o gigante era um homem muito alto, as siamesas eram gêmeas; assim, o exagero se apoia nos fatos. “As aventuras de Pi” testam a sensibilidade do escritor e, por transitividade, a do público. Pi afirma que, dada a incredulidade e as exigências burocráticas, teve que descrever o naufrágio de modo mais verossímil. O escritor, indagado sobre qual versão prefere, escolhe a mesma da linha de raciocínio de “O Grande Peixe”. Comparar as duas obras leva a refletir sobre o binômio ingenuidade-incredulidade (BERMÚDEZ; CHOI, 2015).

Meryl Streep mescla as habilidades dos atores britânicos ao método norte-americano de profunda imersão emocional em seus papéis; atua fluindo entre o caos da vida real e o controle feito pela arte e se destaca por levar conteúdos profundos a personagens simples, como em “Mamma Mia!” (2008)

e “Florence Foster Jenkins – Quem é Esta mulher?” (“Florence Foster Jenkins”, 2016), graças a seu imenso repertório de expressões faciais, risos e entonações. Este último filme traz considerações sobre a vaidade de uma pessoa rica, que beneficiou a música e se julga no direito de atuar como artista. A decisão de seu marido em apoiá-la no *show* do Carnegie Hall é uma afirmação de quando as boas intenções ficam acima dos padrões artísticos. Em “Kramer vs. Kramer” (1979) vive uma profissional bem-sucedida que pede o divórcio e deixa o filho ao marido (Dustin Hoffman) de quem ganha mais; este sofre em sua carreira profissional ao ter que assumir as tarefas domésticas, saindo-se bem ante o desafio. Com “A Escolha de Sofia” (1982) Streep passou a ser tida pela melhor atriz dos EUA de todos os tempos. Em “O Diabo Veste Prada” (2006) vive Miranda, editora da mais importante revista de moda de Nova York, casada, com duas filhas, tendo já se divorciado algumas vezes, e em conflito com o marido, por sua exagerada dedicação ao trabalho, no qual é de grande competência. Miranda é perspicaz, autoritária, arrogante e sarcástica. Sua chegada ao trabalho é um acontecimento, as pessoas mudam de comportamento face ao nulo reconhecimento que dela recebem. Seu inevitável divórcio a mostra fraca pela primeira vez, por temer reflexos negativos na imprensa, sem atrapalhar seu desempenho profissional. Mas, em uma situação em que sua carreira é ameaçada, ela se mostra manipuladora. Andrea (Anne Hathaway), recém-formada que começa a trabalhar como sua assistente – sua simples mudança no estilo de se vestir faz com que ganhe destaque no trabalho e a admiração de Miranda, e que passe a ser chamada a ficar à disposição desta em tempo integral, inclusive para tarefas pessoais e de seus filhos. Em “The Iron Lady” (2012), vive Margareth Thatcher (LYMAN, 1987; BITTAR, 2012; NEHER, 2016; SCHONS, 2016), sendo preciso modelar a voz para criar a curva de mudança que a própria personagem enfrentou em sua vida para concorrer ao cargo de primeira-ministra – deixando de ser uma dona de casa para se transformar em chefe de governo (OPOLSKI, 2021, p. 19). Em “A Música do Coração” (1999) vive a história real de Roberta Guaspari, professora de violino em um bairro pobre de Nova Iorque. Para sobreviver a um corte do orçamento estatal planeja algo incrível: um concerto no Carnegie Hall, apresentado por seus alunos ladeados por músicos famosos que admiram seu trabalho. No ensino de música, Roberta fazia os alunos superarem suas dificuldades (BRANDÃO, 2004, p. 103-104).

“Coringa” (2020, Todd Phillips) é inquietante ao mesclar drama, tragédia, comédia, suspense e terror psicológico e por suscitar variados sentimentos nos espectadores. A trama conta a história de um homem solitário, Arthur Fleck, que vive com a mãe física e mentalmente doente e que sobrevive às custas dos bicos que faz como palhaço. Seu maior sonho é ser ator comediante de stand up. Sentindo-se fracassado profissional e afetivamente e oprimido pelo ambiente, Arthur passará por várias

situações de frustração e violência, que irão provocar uma grande transformação em sua personalidade, inicialmente passiva e submissa, até se transformar em um violento justiceiro. Arthur é retraído e triste; não se conecta com ninguém, sendo alvo constante de violência e desprezo. Em conversa com a assistente social, refere a falta de acolhimento da sociedade e denuncia que ninguém o escuta, nem mesmo ela, que trabalha de forma mecânica e fria e lhe faz sempre as mesmas perguntas (TESSECINI, 2019).

A relação do protagonista com a mãe é precária. Ela depende do filho, e a diversão que compartilham é o show de TV de Murray Frank (de Niro). O apresentador é uma inspiração para Arthur, que sonha em participar do programa. Sobre Frank, Arthur projeta a imagem paterna. Em seus delírios, o apresentador lhe diz: “Eu não abriria mão de um filho como você!”. Arthur é marcado por sentimentos de abandono e de rejeição. Ele nada sabe sobre seu pai, a não ser pela ótica idealizada da mãe: “Ele é um homem extraordinário, feliz e poderoso”. A obsessão de Arthur pelo riso o acompanha desde cedo, sendo expressão da necessidade de ser admirado (TESSECINI, 2019).

Quando os serviços sociais sofrem cortes, Arthur fica abandonado. A doença mental, sem a medicação, piora, ao mesmo tempo em que ele entra em contato com sua biografia desconhecida. Confusão, mistério e mentiras o enfurecem. As versões sobre sua vida são discrepantes e não convencem. Thomas Wayne pode sim ser seu pai, Arthur encontra uma foto que atesta o relacionamento entre ele e sua mãe. Aos poucos, a tensão entre o mundo objetivo e o subjetivo se nivela, levando ao colapso da personalidade consciente, e a mente de Arthur é invadida por delírios que confundem até o espectador. Fica difícil discriminar a realidade dos fatos. De qualquer forma, se tudo aconteceu na cabeça dele ou não, parece não fazer diferença, pois sabemos que o que nos afeta é o que enxergamos como realidade, o que reside dentro de nós. A partir desse momento, Arthur vai entrando em surto psicótico e começa a matar. As primeiras pessoas que ele mata são homens que estão assediando uma moça no metrô. No início, Arthur fica perturbado com o fato, mas depois sente-se mais forte. A cada morte sente o incremento de status e de poder. Arthur finalmente realiza o desejo de ser visto, tornando-se a máscara heroica da população descontente (TESSECINI, 2019).

Dois atores ganharam o Oscar por interpretarem o Coringa, ocorrências raras. Em 2009, Heath Ledger foi premiado postumamente por atuar em “Batman: O cavaleiro das trevas”, do diretor Christopher Nolan. Em 2020, Joaquin Phoenix ganhou o Oscar pelo papel-título do filme Coringa. Jack Nicholson já causara impacto com a sua interpretação em “Batman”, de 1989, de Tim Burton. No filme de Phillips, Coringa comete um crime que choca a cidade ao ser transmitido ao vivo (OLIVEIRA, 2020).

Quase depois de 80 anos de sua criação, o Coringa é considerado por muitos críticos o maior vilão das revistas em quadrinho, proporcionando grandes mudanças na literatura desse gênero. O filme retrata sua vida pós internação no manicômio Arkham e mostra as visitas à assistente social onde vai tratar de seu dia a dia. Apresenta-se que o serviço público ofertado a pessoas com transtornos mentais é deficiente. A assistente social relata que os encontros serão finalizados por cortes de verbas, sinalizando que o governo não se preocupa com doentes mentais. O Coringa mostra traços de psicopatia – um transtorno de personalidade; psicopatas são indivíduos frios, inaptos para manter relacionamentos, pessoas com baixa tolerância à frustração, tendência a agressividades e sem sentimento de culpa. Um dos motivos de conflitos do Coringa é a relação conturbada com a mãe, portadora de distúrbios mentais que influem na criação do filho, com quem não apresenta afetividade. A busca de Coringa pelo seu pai evidencia sua carência de afeto. Ao descobrir a mentira sobre sua origem, o Coringa mata a mãe com uma frieza anormal. O filme traz o Coringa com pensamentos delirantes seguidos de perturbações na percepção, tais como o relacionamento com a sua vizinha ou seu sucesso no stand-up (ARAUJO, 2021).

MITOS E SONHOS DE GUERRAS E BATALHAS

O cinema permite assistir a conflitos bélicos e até mesmo contra alienígenas: é um dos gêneros mais populares da indústria. As primeiras imagens documentais das guerras vinham mediante filmes dos militares ou de correspondentes de guerra (Primeira e Segunda Guerra Mundial e Guerra da Coreia); depois vieram imagens via satélite, ainda que com alguma defasagem entre sua captação e sua transmissão (Guerra do Vietnã) (JUNIOR, 2017).

“O grande ditador” (1940, Charles Chaplin) é das primeiras obras de grande ressonância a criticar o nazismo e seus parceiros europeus; ataca a tirania, quaisquer as formas de opressão e abusos de poder político e militar. Essa obra-prima do gênio do cinema mudo foi nada menos que seu primeiro filme falado. “A Lista de Schindler” (1993, Steven Spielberg) se tornou um ícone para a representação e o imaginário do senso comum sobre o Holocausto. O polêmico “A Vida é Bela” (1997, Roberto Benigni) usa uma linguagem de humor, com um final parcialmente feliz, sendo uma inovação em se lidar sobre o tema do Holocausto como uma “comédia dramática”, que suscitou questões a respeito de se a estética passou a ser mais preponderante do que a ética (KURTZ, 2006).

“Rambo” (1982) é gratuitamente açulado pela polícia, sendo violentado na delegacia, o que remete às torturas do Vietnã. Perde o controle e começa uma aventura entre fuga e defesa ante as inúmeras

forças enviadas para o deterem. Rambo usa as táticas de guerrilha dos vietcongs: disfarçar-se na floresta, conhecer o ambiente, criar armas com artefatos locais, camuflar o corpo e só atacar quando o inimigo chega. O instrutor de Rambo chega para mediar o conflito, evitando que o caos piore. As continuações da franquia já mostram o personagem totalmente equilibrado, atuando em nome da pátria em missões militares oficiais. Em “Rambo II” (1985), vai buscar e salvar soldados norte-americanos perdidos no Vietnã, evitando confrontos com *vietcongs* – o que se torna impossível. Em “Rambo III” (1988) vai resgatar seu mentor no Afeganistão, lutando contra outro inimigo: soldados russos, ajudado pela tropa *mujahedin* local. O Pres. Reagan chegou a usar frases da série em alguns discursos. Apesar de Rambo ser inicialmente crítico à participação dos EUA no Vietnã, o personagem sublimou essa fase, vindo a resgatar a esperança do país como um povo “escolhido”, por mais difíceis que sejam as lutas, auxiliando poderosamente na criação do imaginário popular (ARAÚJO, 2010).

Em “Apocalypse Now” (1979; Francis Ford Coppola): o espectador se sente ante uma alucinação, fruto da dinamite, da pólvora e da gasolina, estando os personagens parecem em uma viagem psicodélica. Depois veio a transmissão em tempo real (Guerras do Golfo e do Iraque, cujas imagens se assemelharam às de filmes de ficção científica). A guerra do Vietnã foi a primeira guerra televisionada: a população norte-americana pôde ver as imagens de parentes e amigos envolvidos nos intensos combates na selva, sendo feridos ou mortos. Isso gerou uma onda de protestos dentro e fora do EUA, o que acabou solapando aquela empreitada militar norte-americana. A obra narra a estória do Cap. Benjamin Willard, em missão do Exército dos EUA para eliminar o coronel Walter E. Kurtz, que desertou e criou um regime pessoal num reduto da floresta vietnamita. Willard viaja com um grupo de soldados pela selva e rios do país e toma conhecimento da insanidade do ambiente bélico, observando de perto a miséria, a impiedade, o desvario dos militares e a completa ausência de sentido do que ocorre. Coppola faz uso de uma interseção de planos: fecha e abre, de forma simultânea, quadros de ocasiões diferentes: a troca entre o bombardeio e o corte seguinte é a hélice do helicóptero, transformada em um ventilador de teto; o ruído das bombas é mantido, havendo apenas a troca das figuras, recriando a imagem militar com onirismo e vibração. Kurtz é apresentado após diversas peripécias, sua figura atrai e intimida; fala rapidamente, de modo apaixonado, sem olhar ao interlocutor nem ao ambiente; e abusa de gestos ostensivos. A gestualidade do artista mostra a loucura e o desespero, que chegam ao clímax – auxiliado pela escuridão do ambiente e pelos posteriores discursos de Kurtz (SILVA; MANCINI, 2014; JUNIOR, 2017).

“300” (2006, Jack Zinder) apresenta uma sangrenta visão da batalha das Termópilas, entre Oriente e Ocidente – mostrando Xerxes com lentes estereotipadas. Diversas outras obras mostram visões críticas sobre a guerra, frisando a possibilidade de resolução de conflitos mediante o diálogo. É o caso de “Terra” (1998, Deepa Mehta), sobre a guerra de 1947 entre indianos e paquistaneses. Clint Eastwood em “Cartas de Iwo Jima” e “A Conquista da Honra” (ambos de 2006) traz visões diversas das dores dos soldados, japoneses e norte-americanos, da mesma batalha. Em “Cartas de Iwo Jima”, em nenhum momento há espaço ao olhar de um norte-americano nesse teatro histórico, assim, não há derrota ao soldado japonês retratado; o suicídio eleva-o a uma vitória mítica, como uma entrega ao mestre. A dívida simbólica do soldado japonês está no alinhar de sua tradição com a construção de seu agora. O cinema propicia a entender isso, dada sua riqueza de sinais. O suicídio representado traz o horror da brutalidade, no campo do simbólico; da mesma forma quando um soldado vê a chegada de inúmeros barcos. Aí, o encontro com o “outro” já foi entregue ao construto histórico, dado que não havia como evitar a derrota – restando aos japoneses reencontrar sua própria gênese mitológica; assim, não há que falar em vencedores nem em derrotados. Há apenas o mistério da morte sendo decifrado, ou não (MARTÍNEZ-SALANOVA, 2009; BAPTISTA, 2010).

“Dunkirk” (2017, Christopher Nolan) se passa em três linhas temporais marcadamente distintas, bem como cada uma composta por um núcleo. A maior parte do filme se passa na praia, mostrando a tensão dos soldados que precisam voltar para Inglaterra; este período é de uma semana. O segundo núcleo é no mar, na qual possui três tripulantes que partem da Inglaterra com um pequeno barco em direção à Dunkirk para resgatar alguns soldados; este período é de um dia. O terceiro mostra um dos pilotos que sobrevoa Dunkirk para abater caças inimigos e ajudar os soldados da praia; o período é de uma hora. Tais linhas temporais se entrecruzam e se unem ao final (MARTINS; MENDONÇA, 2019).

A ligação de Spielberg com aviões começou com seu pai, que serviu na II Guerra Mundial. Vários de seus filmes usam voos reais ou imaginários (AUDISSIMO, 2014):

- a) “Contatos Imediatos de Terceiro Grau” (“Close Encounters of the Third Kind”, 1977) narra a trama de uma pessoa ainda meio amolecada que se encontra com um UFO e fica obcecado em fazer contato com extraterrestres).
- b) “1941-Uma Guerra Muito Louca” (“1941”, 1979), é uma comédia em torno a um ataque japonês a Hollywood, logo após Pearl Harbour, na qual John Belushi é brilhante no papel de um desastrado piloto, chegando a haver uma perseguição aérea em pleno Hollywood Boulevard.

- c) “Além da Eternidade” (“Always”, 1989) é uma estória fantasmagórica de amor cujo protagonista é um piloto.
- d) Todos da saga “Indiana Jones”.
- e) No drama “Empire of the Sun” os únicos momentos carregados de lirismo estão representados quando Jim, preso em um campo de concentração, enxerga aviões norte-americanos – que simbolizam a liberdade e chegam a jogar mantimentos aos presos.
- f) Os voos de caráter fantasioso de filmes como “E.T.”, se inspiram em Peter Pan, lidos por sua mãe a ele quando tinha três anos. Já aos onze anos de idade, dirigiu uma peça baseada nesse personagem. Tais voos representam válvulas de escape ante a possibilidade de amadurecer.
- g) “The Mission” (1985, da série televisiva Amazing Stories) mescla o voo realista e o mágico: um membro da equipe é desenhista, está para ser pai, o avião entra em combate, derrota o inimigo, mas perde o trem de pouso; em um clímax dramático que pode representar um triste final para toda a equipe, entra em cena a imaginação do artista a bordo – que soluciona o problema, mostrando a importância da fé e da criatividade para Spielberg.
- h) Outra situação de voo mágico surge em 1985, quando Spielberg se torna pai e lança “Hook: A Volta do Capitão Gancho” (“Hook”), uma aparente apresentação de sua visão de Peter Pan, da importância da capacidade infantil de voar, ao lado da necessidade do compromisso maduro de se ater à realidade.
- i) Um voo de helicóptero inicia a trama “Parque dos Dinossauros” (1993).
- j) “Prenda-me se for Capaz” (“Catch Me If You Can”, 2002) traz DiCaprio no papel de Frank Abnagale, célebre por aplicar na realidade as falcatriuas retratadas na obra, percorrendo o mundo como falso tripulante. Reflete-se sobre a falta de autoridade paterna, perceptível, pois Frank muda de atitude com a entrada em cena do agente do FBI, Carl Hanratty.
- k) “O Terminal” (“The Terminal”, 2004) é um tragicômico retrato de uma pessoa presa em um aeroporto, dado ter-se tornado apátrida; novamente não há espaço para as oníricas imagens de aviões, por estar a vítima em estado de quase prisão.
- l) “O Resgate do Soldado Ryan” (1998). Esta obra supera o realismo no tratamento do tema bélico, preocupando-se mais com a expressividade, dificilmente mostrada com imagens, propiciando ao espectador passar pela sensação que seus parentes tiveram, compartilhando o

compromisso emocional do soldado. Após a introdução que mostra um veterano visitando um cemitério militar, entra de chofre a cena do desembarque na Normandia, sem apresentação prévia dos personagens nem de missões a realizar. O combate é mostrado por múltiplos operadores documentais, obrigando o espectador a trocar de posição a cada mudança de plano, sendo mais difícil localizar os personagens, o que aumenta sua tensão (MONTERO-DÍAZ; FERNÁNDEZ-RAMÍREZ, 2015).

Porém, em outra dramática e premiada obra ligada à Guerra, “A Lista de Schindler” (“Schindler’s List”, 1993) os aviões estão gritantemente ausentes.

FICÇÃO CIENTÍFICA: ESCAPISMO OU UM DISTANTE REAL?

“Gravidade” (Gravity, Alfonso Cuarón, 2013) recebeu 10 indicações ao Oscar e venceu em 7 categorias. Narra a trama de Ryan Stone (Sandra Bullock) e Matt Kowalski (George Clooney) que começam fazendo um conserto em um satélite acoplado à nave em que se encontram. Porém, são atingidos por pedaços de satélite desativado – que destrói sua nave. Ryan fica perdida no espaço, sendo função de Matt levá-la à estação espacial internacional – de onde retornariam à Terra. Ryan fala da morte de sua filha pequena, desde o que sua vida tem sido sem sentido. Matt sente empatia pela colega, com dificuldade vão juntos ao objetivo, porém, em um choque violento de ambos com a estação, Matt não consegue ingressar na nave e se perde. Ryan flutua na nave, em uma posição fetal – em uma interessante cena, que trata a nave como o útero materno do qual pode emergir uma nova vida que a Ryan; os cabos internos da nave remetem ao cordão umbilical. Ryan não está em um dia de sorte, a estação pega fogo, ela entra em um pequeno módulo visando chegar à estação chinesa, para retornar à Terra. Não há combustível suficiente, Ryan tenta o suicídio, porém tem uma alucinação: Matt diz a ela para aceitar a perda da filha e decidir viver. Ela se desperta e começa a lutar por se salvar – drama que simboliza seu renascer. Sua cápsula de sobrevivência cai no mar, ela tem que lutar por sair dali, onde se inicia um fogo – eventual símbolo da purificação pelo qual passa seu renascer. Falta pouco: evitar se afogar, livrando-se da roupa de astronauta – símbolo do abandono de sua antiga existência – e nadar até a praia; aonde, ao chegar apanha um punhado de areia, símbolo final: atingiu a segurança (SOUZA, 2017). Ryan conta a Matt sua forma de viver: um trabalho extenuante, um dirigir com qualquer coisa ao rádio como pano de fundo, e um chegar a uma casa vazia. Tudo isso perfaz um conjunto sem sentido. Em Gravidade, ao entrar na nave, Ryan parece estar no ventre de uma grávida: a curva parece ser o do abdômen, o centro é o umbigo, a corda é o cordão umbilical. No espaço, a Terra é um lugar ambíguo: por um lado, quer voltar, visto pelo simbólico percurso da maternidade;

por outro lado, sabe que a espera a mesma vida de antes. Ryan chega à margem chorando; apanha um punhado de areia entre as mãos, a comprime e sorri. Seu retorno à Terra é seu renascer (MORALES-CAMPOS, 2016).

“Gravidade” se inicia com uma sequência de 13 minutos, plena de efeitos especiais, fruto da sintonia entre o diretor Cuarón e o diretor de fotografia, Emanuel Lubezki, já vivida em dois outros filmes. A tecnologia é de tal modo crucial, que releva a filmagem de cenas reais a um segundo plano. A imagem dominante da obra, apesar dos inúmeros trabalhos empreendidos por Ryan e Matt, não é o espaço no sentido habitual dos filmes de ficção científica, mas é a Terra, sempre mostrada de forma vislumbrante em constante rotação (ISAACS, 2016).

O mágico de palco Georges Méliès percebeu que o cinematógrafo seria também muito útil para a expressão dramática; em 1902, realizou “Viagem à Lua”, um filme de 13 minutos baseado em Júlio Verne e visto como a primeira ficção científica. A importância do gênero é imensa: “Avatar” (James Cameron, 2009) foi por muito tempo a segunda maior bilheteria de todos os tempos e “Star Wars” (George Lucas, 1977) foi a terceira – ajustados pela inflação. O gênero desafia o *status quo*: cria outros mundos, em oposição aos hábitos do momento, transgredindo temas como autoridade e identidade e moldando sentimentos e cognições. O *cyborg* recria o corpo humano, podendo ser controlado por forças externas – que trazendo nova identidade e a perda da liberdade (SANTOS, 2012; MILNER; REDMOND, 2015).

George Lucas foi aluno de Joseph Campbell, que estudou mitologia, a quem deu o carinhoso e significativo apelativo de Yoda. A obra “Jornada do Herói” de Campbell se mostra fortemente presente na trilogia inicial de “Star Wars”. A primeira fase, “A Partida”, está no primeiro filme, dividida em cinco etapas: a) o chamado da aventura (o destino chama o herói e o tira de sua zona de conforto); b) a recusa do chamado (Obi-Wan entrega a Luke o sabre de seu pai e o pede que resgate a Princesa Leia – obtendo inicial resposta negativa, pois não quer largar seus tios); c) o auxílio do imponderável (Luke chega ao lar e encontra seus tios sem vida); d) passagem pelo primeiro limiar (Luke está prestes a iniciar suas aventuras); e e) o ventre da baleia (Luke e Han Solo passam pelo triturador de lixo e precisam renascer das cinzas). A segunda fase, “A Iniciação” se dá em “O Império contra-ataca”, na qual Campbell fala de seis partes das quais apenas quatro se observam: a) o caminho de provas (Luke supera diversos obstáculos); b) sintonia com o pai (o herói supera a figura paterna, quando Luke sonha em derrotar Darth Vader); c) apoteose (o herói toma consciência da responsabilidade nele depositada); e d) bênção (o herói está acima dos demais mortais: Luke afirma que nunca se voltará ao

Lado Negro da força). A terceira fase, “O retorno” se dá no episódio sugestivamente denominado “O Retorno de Jedi”. Essa fase tem seis partes: a) recusa do retorno (Luke se diz incapaz de voltar e enfrentar Darth Vader); b) fuga mágica (Luke supera Jabba em sua saga); c) resgate com auxílio externo (Obi-Wan diz a Luke que Yoda sempre estará com ele); d) passagem pelo limiar do retorno (Darth Vader está prestes a matar Luke, mas se redime, agindo como herói); e) senhor dos dois mundos (Luke assiste Darth Vader voltar a ser seu pai Anakin); e f) liberdade para viver (comemora-se o fim do Império) (MANERA; VADICO, 2011).

Em “Star Wars Episódio 2 – Ataque dos Clones” (George Lucas, 2002), a primeira ocasião em que Anakin Skywalker mostra comportamento contrário ao do ideal, quando tentou salvar sua mãe, capturada pelo povo da areia. Ela veio a falecer em seus braços. Cheio de ódio, impensável em um Jedi, ele se vinga, matando a todos, inclusive mulheres e crianças. Depois, obedeceu ao Imperador do Mal, matando o conde Dookan, e passando a esta causa. Anakin também mata todos os membros da academia Jedi, acusados de traição pelo Imperador. Ou seja, Anakin deixa de ser um herói, pois segue cegamente a um sistema e abandona sua própria humanidade (MANERA; VADICO, 2011).

“Star Wars” herda diversos elementos dos filmes de faroeste como o cenário do deserto hostil com selvagens a colonizar. O filme traz um novo meio com um velho discurso: a luta por dominar a terra vai ao espaço sideral. O protagonista, Luke Skywalker, é um adolescente em crise, que vive com os tios numa fazenda em um planeta que parece ser a sobra da Terra após uma guerra intergaláctica. Luke foi adotado pelos tios, não conheceu seus pais. A garra de Luke se explica por ser filho de um Jedi, um misto de guerreiro com monge. Após décadas nas quais Hollywood exalta o céu da América, buscou-se “nas estrelas” um novo cenário para “mocinhos vs. bandidos”. No Velho Oeste a imagem é quente, com poeira amarela levantada pelos cavalos; a guerra estrelar traz o infinito espaço preto, gelado e uma paisagem sem fundo. O estilo videogame da obra entorpece os sentidos do espectador; as perseguições entre as naves-espaciais fazem o espectador assumir a posição do piloto. A presença do herói na saga “Star Wars” é fértil em símbolos ligados à magia, à ciência e à tecnologia. A narrativa flui entre a ficção científica e a fantasia, parecendo formar o núcleo do impacto sobre o espectador. As personagens fluem entre os arquétipos da luz e das trevas. Entre os personagens ligados ao arquétipo do herói – alguém especial, com nobres qualidades e destinado à grandeza – estão Luke Skywalker, a Princesa Leia e Han Solo. Este último é cético ao início, aceita ajudar os Jedi em troca de uma recompensa, e termina por compartilhar os ideais deste grupo. A tragédia de Anakin Skywalker segue a jornada clássica do herói, mostrando sua origem, auge e morte/reviver na forma do vilão Darth

Vader. Anakin deixou de ser escravo quando criança graças a um Jedi, mas não segue a serenidade dos mestres, e o medo de perder pessoas queridas o leva a entregar-se ao “lado negro” em busca de poderes capazes de controlar a vida (WESCHENFELDER, 2013; ANAZ; CERETTA, 2016).

“Interestellar” (2014, Christopher Nolan) mostra que catástrofes naturais levaram a civilização humana a ter um futuro incerto, vivendo de forma agrária, focada na produção de alimentos e na manutenção de oxigênio. Cooper, ex-piloto da Nasa, sabe que suas habilidades científicas são inúteis nesse quadro. Sua filha Murph, de dez anos, fala de estranhos fenômenos de seu quarto, como objetos caindo sozinhos da estante, e o pó do ar desenhando linhas estranhas. Cooper vê uma anomalia gravitacional no fenômeno, sendo as linhas traduzíveis em código binário – remetendo a uma instalação da Nasa chefiada por John Brand (Michael Caine), que conta com a Endurance, uma nave pronta a ser lançada. As “missões Lázaro”, enviadas quarenta anos após a descoberta do portal espacial e dez anos antes do momento em que a história se passa, permitiram que astronautas alcançassem outro sistema solar e vissem três planetas, em órbita do buraco negro Gargantua. Cooper deve ir com uma equipe rumo ao portal aberto no espaço, visitar os três planetas e checar sua habitabilidade. Murph fica no laboratório. Ao atravessar o portal estelar e chegarem ao primeiro planeta, os astronautas percebem que cada hora em sua superfície equivale a sete anos na Terra – mas é inabitável. Ao voltar à nave, Cooper descobre que 23 anos se passaram e perde contato com a filha. A Endurance vai ao segundo planeta, também inabitável. Cooper quer ir ao terceiro planeta, mas não tem combustível; então se aproxima a Gargantua e usa sua gravidade para catapultar a nave, momento em que o piloto deixa a nave com um colega, e vai ao buraco negro quer coletar dados gravitacionais e mandá-los a Brand, que está na Terra com Murph. Esta se lembra dos fenômenos vistos na infância e vai rever o quarto. No buraco negro, Cooper vê um hipercubo com inúmeros aposentos: o quarto da filha em diversos momentos; aí a dimensão temporal está na forma de matéria e ele viaja no espaço para acessar os vários momentos do quarto de Murph; fluindo entre o passado e o presente, vendo a filha por uma fresta da estante; a revê quando esteve a ela e a vê adulta, podendo enviar os ansiados dados gravitacionais. O piloto retorna à Terra após outros 50 anos, sendo já mais novo que sua filha, e se dá conta de que alienígenas criaram o portal e o hipercubo para salvar nosso planeta. A obra é excelente, fluindo entre arte e ciência, sustenta-se em bases científicas, tendo recebido apoio de importantes cientistas; cria e imagens e vulgariza imagens científicas, formando objetos únicos, trazendo bases inovadoras à iconografia da ficção, utilizáveis no mundo científico e artístico (GOMES, 2017).

CONCLUSÕES

O sucesso da obra de Frank Capra pode ser sintetizado pelo fato de que “A Felicidade não se Compra” ainda hoje está em cartaz na TV aberta no período natalino norte-americano.

Audrey Hepburn é importante no que tange ao tema do estudo: seus filmes são livros abertos de sonho e de fantasia. Já Meryl Streep é uma artista mais completa, atuando como protagonista em obras de grande amplitude.

A obra dos Irmãos Coen é rica por criar uma linguagem própria, cheia de simbolismo e de humor, tal como “E aí, meu irmão, cadê você?” (2000), ambientada na Odisseia.

“Um Corpo que Cai” (1958) demorou a ser um sucesso de crítica, porém o fato de ser uma obra mais importante que “Citizen Kane” na pesquisa da Sight & Sound, a partir de 2012, mostra o valor do trabalho de Hitchcock.

“Blade Runner Caçador de Androides” (1982) trouxe de volta o *noir*, esquecido desde cerca de vinte anos antes. Também é inovador ao mesclar os gêneros ficção científica e policial.

“Rosa Púrpura do Cairo” (1985) é um verdadeiro sonho em ação: como escapismo aos problemas, a protagonista vai diariamente ao cinema, até ser arrebatada pelo mundo do artista da tela.

“Uma Linda Mulher” (1990) obteve enorme sucesso, mediante investimentos relativamente modestos em sua produção. É uma obra que aponta claramente como o cinema pode ser uma verdadeira fábrica de sonhos.

A figura de Harry Potter, desde os livros, é um misto real-ficção, talvez tendo encontrado forte ressonância ao tratar de elementos do universo da sala de aula, professores e grupos de alunos – caros ao grande público.

“Perfume de Mulher” (1992) apresenta o duro coração de Slade sendo moldado por Charlie, com o ponto crucial no discurso na escola. A obra traz superações: a incrível e fantasiosa cena da corrida em um esportivo, bem como a do tango – eventualmente ansiadas por pessoas que enfrentam qualquer deficiência.

“O Piano” (1993) é uma obra que trata do mundo interior da protagonista, presa em um dilema.

“Mera Coincidência” (1997) e “O Show de Truman” (1998) são fantasias com forte conteúdo de crítica ao mundo da política e da mídia – sendo que o primeiro deles ilustra a possibilidade da criação de

“crises” por políticos demagogos que visam afastar a atenção da mídia e do público de problemas reais.

“O Feitiço do Tempo” (1993) se afasta tanto da realidade que podem ser tidos por sonhos – com a adicional dificuldade representada em comunicar o bom humor.

“Um Sonho de Liberdade” (1994) apresenta a fuga de uma prisão que é fruto de uma injusta condenação, obtenção da vingança e da justiça pelas próprias mãos, o que não deixa de ser um sonho para quem tenha passado por qualquer situação semelhante. A obra se encontrava na primeira colocação do *ranking* do site IMDB (International Movie Database) quando da elaboração deste artigo.

“O Conde de Monte Cristo” apresenta elementos de suspense, dado que o protagonista foi vítima de uma grande injustiça. Seu retorno triunfal atende aos sentimentos do público. Ambos os filmes possuem inúmeros elementos em comum.

Os longas de animação com facilidade se tornam fantasias ou são fruto de obras desse estilo. Em “Toy Story” (1995) os brinquedos ganham vida, reconhecendo sua condição de objetos – ideia passada a um novato. “Monstros S.A.” (2001) é mais ousado: os “assustadores” vivem de assustar, possuem aparência durona, porém, são mais medrosos que os próprios assustados – havendo clara distinção entre o mundo das crianças e o dos monstros; qual deles seria o real? “Shrek” consegue uma insólita união entre um conto de fadas típico e uma acerba e bem-humorada crítica aos demais longas de animação do gênero; ademais é um conto de fadas, que mostra a possibilidade da existência do amor por cima da beleza e da atração física.

“O Sexto Sentido” (1999) trata de um fantasma, algo irreal, com um enredo que desvenda o “problema” à personagem e ao espectador de forma simultânea.

“Moça com Brinco de Pérola” (2003) é uma fantasia em torno ao que poderia ter cercado a elaboração do quadro que é o mais importante de Vermeer.

“A Árvore da Vida” (2010) tem a riqueza de mostrar cenas existenciais em uma linguagem que lembra “2001 – Uma Odisseia no Espaço” quando se mergulha no espaço e se chega a uma simples criança no quarto. O drama da dor familiar é tratado de modo profundo, realista e ao mesmo tempo fantasioso – em função de toda a regressão realizada.

A figura do Coringa, presente em vários filmes, une humor e elevada dramaticidade, além de servir como crítica social.

“Meia-Noite em Paris” (2011) é uma obra romântica, ambientada na cidade que é sinônimo do romantismo e pátria dos românticos.

“Django Livre” (2012) é um “*western*” inovador: o “mocinho” ensina e liberta um escravo, assume sua causa e luta por ela vai até o fim. A linguagem do cinema faz refletir sobre os horrores da escravidão.

“As Aventuras de Pi” (2012) e “O Grande Peixe” (2003) são tecidas em torno à milenária fantasia humana de se contar boas histórias.

Chaplin foi um criador de mitos, destacando-se o fato de tê-lo feito na época do cinema mudo, tendo a coragem de ser pioneiro em criticar o nazismo. “A lista de Schindler” (1993) e “A vida é Bela” (1997) também abordam o mais indesejável subproduto nazista, com linguagens diversas.

A franquia “Rambo” trata do mito do soldado norte-americano, sempre herói e vencedor. Enquanto isso, o grau de realismo em “Apocalypse Now” (1979) se situa no extremo oposto. “300” (2006) também é realista e sangrento, retratando uma batalha histórica.

“Dunkirk” (2017) atrai o espectador e se torna instigante por apresentar a famosa Retirada em três distintas fases temporais.

“Terra” (1998), “Cartas de Iwo Jima” (2006) e “A Conquista da Honra” (2006) deixam de demonizar o inimigo, construindo obras que permitem maior aproximação ao soldado real. Ainda em torno à temática das guerras, Spielberg constrói o mundo da fantasia em torno ao voo em várias de suas obras, tornando o fator bélico mais palatável ao espectador.

O precursor George Meliès se immortalizou em sua “Viagem à Lua”, baseado em Júlio Verne. Ainda no campo da ficção científica, “Avatar” (2009) foi grande sucesso de público – com elementos fortemente ecológicos.

“Star Wars” uniu os gêneros *western* e ficção, tendo conseguido moldar personagens que se immortalizaram, dado estarem bem plasmados. Também é dos primeiros *blockbusters* a lograr não apenas uma, mas várias trilogias, destacando seu sucesso de público, fortemente embasado nos estudos de George Lucas.

“Gravidade” (2013) apresenta uma enorme riqueza ao unir aspectos clássicos da ficção científica a temas do cotidiano, como o que havia ocorrido recentemente com a protagonista e com o extenuante trabalho de seu colega.

“Interestellar” (2014) é um marco no gênero da ficção científica: a) avança em relação ao que já havia sido pensado em tais filmes; b) é “cientificamente plausível”, pois houve rico acesso a cientistas que checaram as bases da obra no tocante às teorias subjacentes; e c) cria imagens nas quais se fundem admiravelmente os aspectos “reais” e os “fictícios”.

A maior dificuldade da pesquisa foi relacionada à busca de textos focados em alguma obra específica e, portanto, livres de comparações ou de teorias sobre comunicação. Novos estudos podem focar gêneros específicos ou as produções de certos países.

REFERÊNCIAS

- ANAZ, S. A. L.; CERETTA, F. M. Remitologização contemporânea: a (re)conciliação da ciência e da magia em “Guerra nas Estrelas”. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 31, p. 130-143, abr./2016.
- ARAUJO, A. K. R. V. Coringa e o Retrato de um Vilão Criado Pela Sociedade. *Cascavel: Travessias*, v. 15, n. 1, p. 180-185, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.48075/rt.v15i1.26213>.
- ARAÚJO, P. Z. Rambo: Um símbolo norte-americano único. *Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação/USP*, Ano 3, Ed. 3, Mar.-Maio/2010.
- AUDISSIMO, E. Bicycles, Airplanes and Peter Pans: Flying Scenes in Steven Spielberg's Films. *CINEJ Cinema Journal*. V. 3.2 (2014), ISSN 2158-8724.
- BAPTISTA, T. A. Cinema e História: Japão, um Construto Milenar. *Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação/USP*; Ano 4, Ed. 1, Set.-Nov./2010.
- BERMÚDEZ, N.; CHOI, D. La Narración Cinematográfica en la Era de la Imagen Digital. *significação*, v. 42, nº 43, 2015, p. 114-128.
- BRANDÃO, M. S. *Leve Seu Gerente ao Cinema*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- BITTAR, A. Bem-sucedidas e mal amadas?: A representação das mulheres do alto escalão organizacional no cinema. *Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*. Ano 5. Ed. 4, Jun.-Set./2012.
- BURR, T. Aos 65 anos, ‘Um Corpo que Cai’ deixa dúvidas e armadilhas. *O Estado de São Paulo, Cad. Cultura & Comportamento*, p. C3, 14 jun. 2023.
- CAMPOS, M. S. *O Conde de Monte Cristo: o livro, os autores, o ensino*. 56f. Monografia de Final de Curso (Licenciatura em Letras). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- CHOI, H. KO, E.; MEGEHEE, C. M. Fashion’s role in visualizing physical and psychological transformations in movies. *Journal of Business Research*, 67 (2014), p. 2911-2918.
- DAMATTA, R. ‘A Felicidade Não se Compra’. *O Estado de São Paulo, Cad. Cultura & Comportamento*, p. C5, 13 abr. 2022.
- DIAS, L. A. X. O grotesco em *Shrek 2* (2004): um olhar semiótico. *Revista Arredia*, Dourados, MS, Editora UFGD, v.6, n.10: 75-90, jan./jun. 2017.
- DUNNE, M. “Stardust Memories, The Purple Rose of Cairo”, and the Tradition of Metafiction. *Film Criticism*, Vol. 12, No. 1 (Fall/1987), p.19-27.
- FIGUEIRÓ, B. *Django Livre e o Western: uma aproximação com a teoria de André Bazin*. Porto Alegre: Sessões do Imaginário; v. 22; n. 37; 2017; p. 41-47.
- FILHO, C. M. Por que a Nova Teoria é uma forma diferente de se pesquisar o jornalismo. Porto Alegre: FAMECOS, v. 19, n. 3, set.-dez/2012, p. 759-774.

FOUST, C. R.; SOUKUP, C. Do I Exist?: Transcendent Subjects and Secrets in The Sixth Sense. *Western Journal of Communication*, Vol. 70, N. 2, April 2006, p. 115-133.

FREISLEBEN, L. F. O Uso da Violência em Tarantino e Joel e Ethan Coen – Um Estudo de Caso Acerca das Diferenças e Semelhanças Intercom: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, set./2011.

FRIEDRICH, O. A Cidade das Redes – Hollywood nos Anos 40. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HANDYSIDE, F. 'Paris isn't for changing 'planes; it's for changing your outlook': Audrey Hepburn as European star in 1950s France. *SAGE Publications: French Cultural Studies*, Vol. 14, Iss. 3, Oct./2003; p. 288–298.

HÖPFI, H. Vertigo e o Sublime Trágico. São Paulo: RAE-Revista de Administração de Empresas, vol. 42, n. 4, out-dez 2002.

GOMES, E. A imagem científica no filme Interestelar. *Significação*, São Paulo, v. 44, n. 48, p. 118-141, jul-dez. 2017.

GRIGUOL, N. A.; CAETANO, L. C. Bonequinha de Luxo e as Políticas de Gênero nas Comédias Românticas de Hollywood. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 4-9/10/2021*.

ISAACS, B. Reality Effects: The Ideology of the Long Take in the Cinema of Alfonso Cuarón. In: *Post-Cinema: theorizing 21st-Century film* (DENSON, S.; LEYDA, J.) ISBN 978-0-9931996-3-9 (PDF), 2016.

JUNIOR, J. W. C. Cinema e guerra: algumas considerações. *Editora Universitária da PUCRS: Sessões do Imaginário*. Ano 22, N. 37, 2017, p. 120-127.

KAMINSKI, E. A representação da marca de luxo no cinema: identificações em *Breakfast at Tiffany's*. *PUCRS: Sessões do imaginário*, Ano 15, N. 23, 2010, p. 26-36.

KNOX, S. Reading The Truman Show Inside Out. *Allegheny College: Film Criticism*, Vol. 35, Iss. 1, p. 1-23, 2010.

KURTZ, A. O cinema depois de Auschwitz: os dilemas da representação do Holocausto. *Devires*, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 46-63, jan-dez. 2006.

LEITE, N. R.; LEITE, F. P. A linguagem fílmica na formação e no fortalecimento de grupos, equipes e times de trabalho: aplicações do estudo observacional. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 75-97, jan.-mar./2010.

LEWIS, M. J. The Canonical Alfred Hitchcock. *Springer Acad. Quest: Popular Culture and the Academy*, (2010) 23: 458-468.

LIMA, L. B.; SOUZA, L. A. S. Análise do filme “Monstros S.A.”: As Relações Humanas no Trabalho. *Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação/USP*. Ano 4, Ed. 4. Jun.-Ago./ 2011.

LYMAN, S. M. From Matrimony to Malaise: Men and Women in the American Film, 1930-1980. *Human Science Press: The International Journal of Politics, Culture and Society*, 1(2), Winter 1987, p. 73-100.

MANERA, A. H.; VADICO, L. O Vilão-Herói de Guerra nas Estrelas. Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação/USP. Ano 5, Ed. 1, Set.-Nov./2011.

MARTÍNEZ-SALANOVA, E. Medios de comunicación y encuentro de culturas: Propuesta para la convivencia. Comunicar, N. 32, Vol. XVI, 2009, p. 223-230. ISSN 1134-3478.

MARTINS, Kelvin de Souza; MENDONÇA, Janiclei. A Montagem Em Dunkirk: Uma análise fílmica sob a perspectiva da convergência de linhas temporais. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 20-22/06/2019.

MAYRINK, R. O sistema de pré-teste implantado em Hollywood. Análise de filmes que sofreram modificações após avaliação do público. Intercom – Soc. Bras. de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso, Brasília, 2006.

MILNER, A.; REDMOND, S. Introduction to the special issue on science fiction. Sage Publications: Thesis Eleven, 2015, Vol. 131(1) 3–11.

MINADEO, R. Gênero Neo-Noir: Realidade, Características e Algumas Obras. RELICI – Revista Livre de Cinema, 2019, v. 6, p. 36-65.

MINADEO, R. Uso do Cinema no Ensino de Cursos de Gestão Empresarial. RELICI – Revista Livre de Cinema, v. 7, n. 1, p. 4-43, jan-abr, 2020. ISSN: 2357-8807.

MONTERO-DÍAZ, J.; FERNÁNDEZ-RAMÍREZ, J. La experiencia de la guerra en la pantalla: el desembarco en la playa de Omaha de Saving Private Ryan. Palabra Clave, 18 (1), 83-110. DOI: 10.5294/pacla.2015.18.1.4.

MORALES-CAMPOS, A. El retorno a lo humano em Gravedad, de Alfonso Cuarón. Universidad Autónoma del Estado de México: La Colmena, 90, abril-junio/2016, p. 9-21.

MOSTRA Cinema ao ar livre CCBB. Brasília: CCBB, 2015.

NEHER, E. Our Greatest Actress. The Hudson Review. Autumn/2016, V. LXIX, N. 3.

OLIVEIRA, E. P. O Coringa em A Piada Mortal de Alan Moore e Brian Bolland. 2020. 99 f. Dissertação de Mestrado (Estudos Literários), UFU, Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.54>.

OPOLSKI, D. Edição de Diálogos no Cinema. Curitiba: Editora UFPR, 2021.

PEREIRA, W. P. Cinema e política na era Roosevelt: O “American Dream” nos filmes de Frank Capra (1933-1945). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho/2011.

ROSA, M. S. S.; SILVA, M. G. Do Livro às Telas: o fantástico em Harry Potter. Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação/USP; Ano 3, Ed. 2, Dez./2009-Fev./2010.

ROTH, B. E. The Piano – A Modern Film Melodrama About Passion and Punishment. Psychoanalytic Psychology, 2000, Vol. 17, No. 2, p. 405-413.

SANTOS, B. M. A. “Demolidor: Uma Análise do Cotidiano e a Nova Forma de Assistir Seriado Através da Netflix”. UERN, Mestrado (Ciências Sociais e Humanas), Mossoró, 2016.

SANTOS, H. J. O mágico cineasta e o prestígio: narrativa, metalinguagem e tecnologia no cinema espetáculo - Panorama Histórico do surgimento de Hollywood. Intercom – Soc. Bras. de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIII Congresso, Chapecó, 2012.

SCHONS, K. S. Mitologia e cinema: O Arquétipo da Deusa Atena no filme o Diabo Veste Prada. São Paulo, ESPM: Comunicon, 13-15/10/2016.

SICKELS, R. C. We're in a tight spot: The Cohen Brothers screw romantic comedies. Heldref Publ.: JPF&T-Journal of Popular Film and Television, Vol. 36, 2008, Iss. 3.

SILVA, L. C. G.; MANCINI, R. C. Apocalypse now e o coração das trevas: o embate entre indivíduo e sociedade. CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada, v.12, n.1, 2014, p. 233-257.

SILVA, O. J. M. O observador no desenrolar do processo: a aspectualização qualitativa do tempo no discurso cinematográfico. São Paulo: Alfa, 53 (2), 557-573, 2009.

SMITH, C. Space Age Conceptions of Time in Alfred Hitchcock's Vertigo. HERA – Humanities Education and Research Association: Interdisciplinary Humanities; Spring 2015, vol. 32, n. 1.

SOUZA, A. A. A representação imagética do renascimento simbólico no filme Gravidade. Artefactum – Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia. Ano IX. N° 01/2017.

TESSECINI, P. Coringa. Self – Rev. Inst. Junguiano São Paulo, 2019;4:e14, p. 1-7.

VEDOVE, L. C. D. A Árvore da Vida: os mitos e significados simbólicos no percurso da genealogia humana na obra de Terrence Malick. Identidade Científica, Presidente Prudente-SP, v. 3, n. 2, p. 53-76, jul./dez. 2012.

VIEIRA, M.; DINIZ, T. F. N. Vermeer sob a luz da transtextualidade. AletriA, set.-dez./2013, n. 3, v. 23, p. 113-125.

WESCHENFELDER, R. Guerra nas Estrelas: O Gesto do Herói para Além do Céu. Trabalho apresentado no GT – Comunicação Audiovisual: cinema, rádio, televisão, do Inovcom, evento do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Guarapuava, 2008.

WINGSTEDT, J.; BRÄNDSTRÖM, S.; BERG, J. Narrative Music, Visuals and Meaning in Film. Visual communication. Vol 9(2): 193-210, DOI 10.1177 /1470357210369886, 2010.

Capítulo 2

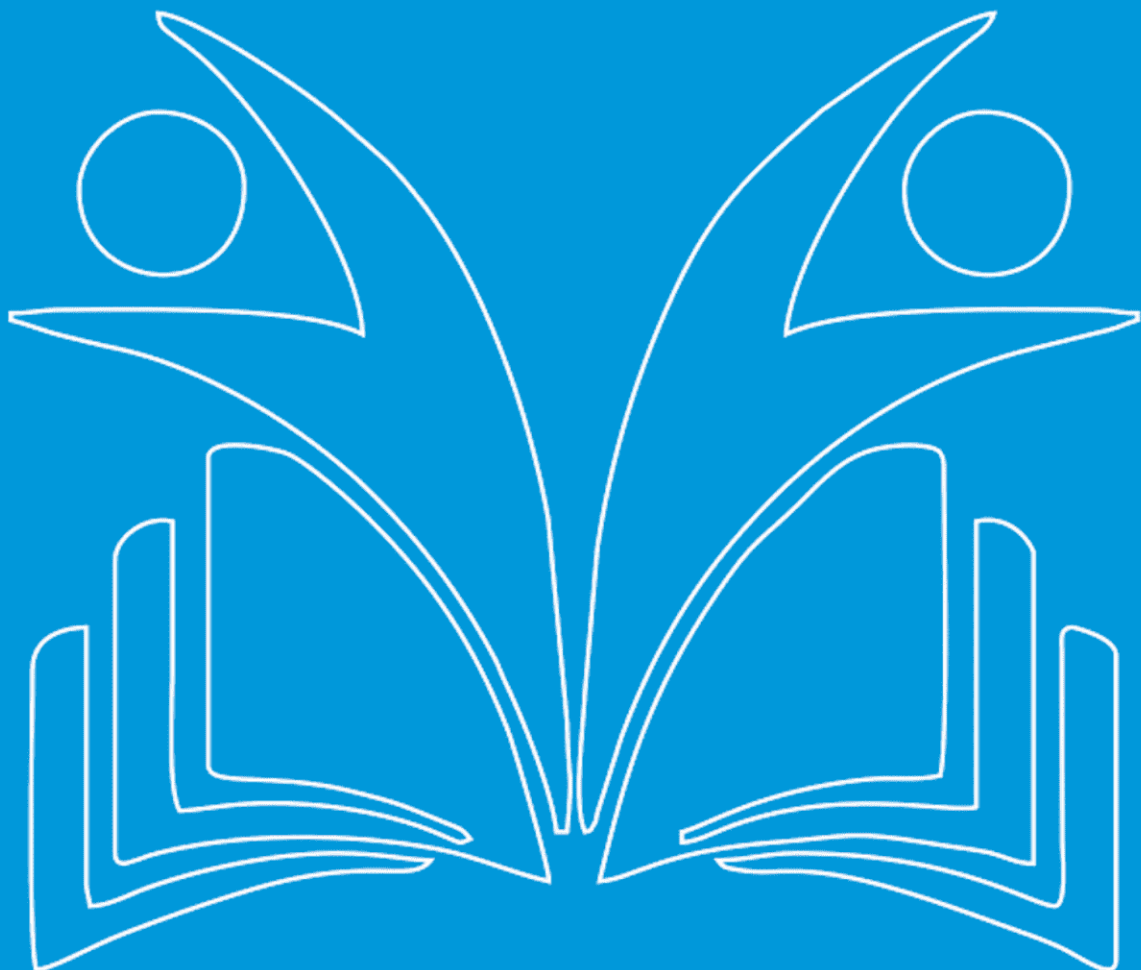


10.37423/240208706

DISCURSO MODERNIZADOR E CONFLITOS SOCIAIS: O SETOR AÇUCAREIRO PERNAMBUCANO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

Élcia de Torres Bandeira

Universidade Federal Rural de Pernambuco



Resumo: Esta pesquisa aborda como o projeto de modernização defendido pelo Estado brasileiro, visando à criação de novos laços de identificação do Brasil com os centros avançados do capitalismo, afetou diretamente o setor sucro-alcooleiro em Pernambuco, demandando novas relações sociais de produção como a inversão de capital na modernização tecnológica, a Abolição da Escravatura e a organização de associações específicas para representar usineiros e fornecedores de cana em conflito pelo controle dos mercados açucareiros. Procura enfatizar também as relações estabelecidas com os trabalhadores rurais do setor e o operariado das usinas, demonstrando que o discurso modernizador corresponde também à manutenção de certas práticas tradicionais na agroindústria canavieira como a monocultura, o latifúndio e a exploração da mão-de-obra durante a Primeira República (1889-1930).

Palavras-chave: discurso, modernização, agroindústria canavieira.

I - A INCORPORAÇÃO DO “NOVO”.

A transição do século XIX para o século XX foi marcada sobremaneira no Brasil pelas tentativas de assimilação de novos conceitos e formas de expressão do “novo”, do “moderno”, atendendo às solicitações das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais estimuladas pela consolidação do capitalismo nas relações sociais de produção. A incorporação da roupagem do “novo”, mesmo que por vezes só manifestada nos discursos, aparece nas tentativas de modernização do tradicional setor da agroindústria canavieira em Pernambuco no final do século XIX.

As raízes açucareiras na formação dos laços de identidades regionais estão fortemente arraigadas ao solo físico de Pernambuco e mental dos agentes sociais pernambucanos, especialmente da Zona da Mata, área destinada por excelência à produção açucareira desde o período colonial. A figura da usina está sempre presente no imaginário popular, na elaboração por mais simples que seja dos primeiros elos de ligação dos agentes históricos sediados nos municípios da Zona da Mata de Pernambuco. É através da usina que bem ou mal os trabalhadores locais ficam na expectativa de conquistar uma colocação no quadro restrito da oferta de empregos regional.

Unindo a área agrícola à industrial, a usina substituiu paulatinamente os antigos engenhos e mesmo os engenhos centrais construídos por volta da década de 1870 com subsídios governamentais na tentativa de aumentar a capacidade produtiva das unidades industriais e a qualidade do açúcar brasileiro exportado. Vale salientar as dificuldades encontradas na reprodução do capital açucareiro pelos empresários pernambucanos, principais exportadores de açúcar de cana a nível nacional na Primeira República. Além de o mercado externo estar saturado com a oferta do açúcar de beterraba europeu e do açúcar de cana de outros países produtores como Cuba, refletindo-se na queda de preços do produto, a aparelhagem dos velhos bangüês não atendia à exigente demanda do mercado externo no curso da Revolução Industrial européia.

O projeto de modernização defendido pelo Estado Imperial como meio de criar novos laços de identificação do Brasil com os centros avançados do capitalismo e integrá-lo à nova conjuntura mundial de fins do século XIX, expressão pragmática da teoria positivista tão em voga na época, incluía medidas que estimulassem inversões de capital no progresso tecnológico das fábricas de açúcar, expoentes, ainda que ultrapassadas, das unidades produtoras da velha estrutura agroexportadora da economia nacional.

Modernizar para sobreviver. Este era o lema do Estado Imperial e dos fabricantes de açúcar de uma maneira geral. Contudo a forma pela qual esta modernização deveria ser efetuada adquiria formas distintas de acordo com o posicionamento assumido pelo Estado ou pela iniciativa privada. O Estado Imperial deu preferência à implantação dos engenhos centrais que ficariam encarregados de executar a moagem da cana dos fornecedores, não possuindo áreas agrícolas de sua propriedade. Isto resultou em um grave conflito entre fornecedores e proprietários dos engenhos centrais devido ao preço pago pela matéria-prima. Este conflito ocasionou a ociosidade de parte da capacidade produtiva dos engenhos centrais graças à irregularidade no fornecimento de cana. Outros problemas de ordem administrativa vieram a se somar a este entrave, dificultando o êxito do empreendimento.

Os proprietários dos antigos bangüês davam preferência ao financiamento direto para que cada empresário pudesse modernizar a aparelhagem dos seus engenhos de forma a transformá-los em usinas. Estas tinham a vantagem de reunir a etapa agrícola à industrial em uma mesma unidade produtiva, e mais ainda, sob o controle dos antigos proprietários dos bangüês que, desta maneira, preservariam seu status quo face às transformações verificadas no trânsito para o século XX.

De 1875 até 1889, ano da Proclamação da República, foram implantadas 16 usinas e 3 meio aparelhos - engenhos bangüês que adotaram maquinaria mais moderna utilizando o vapor, o sistema à vácuo e as turbinas, mas com pequena capacidade produtiva. Só no ano de 1889 foram implantadas 5 das 16 usinas citadas, perfazendo o total de 31,25% no período, o que demonstra que a crise monárquica refletiu-se de forma favorável no crescimento do parque industrial pernambucano. Tal fato ratifica-se quando se constata que na Primeira República, entre 1890 e 1930, foram fundadas mais 70 usinas e 4 meio aparelhos¹. A Proclamação da República facilitou a obtenção de créditos por parte dos empresários pernambucanos que lograram pressionar mais eficazmente o governo estadual após a descentralização político-administrativa. Os governadores de Pernambuco assumiram a tutela da instalação de novas usinas atendendo às antigas reivindicações dos empresários pernambucanos mediante a concessão de empréstimos a juros de 7% ao ano, garantidos pelas hipotecas das terras e fábricas.

O Barão de Lucena no governo de Pernambuco concedeu pela lei de 15 de outubro de 1890 empréstimos de 200 contos em títulos estatais a 7% de juros anuais aos empresários para a instalação de usinas. O seu sucessor José Antônio Correia da Silva aumentou o subsídio para 250 contos e exigiu que as usinas suprissem pelo menos 50% da cana necessária. Mas foi o governo de Alexandre José

Barbosa Lima que ficou conhecido pelo número e pelo valor das concessões feitas às unidades industriais:

De 1887 até abril de 1892, todos os antecessores de Barbosa Lima haviam dado apenas 2.190 contos por empréstimos à construção de usinas e Barbosa Lima em 16 meses fazia empréstimos no total de 13.950 contos².

Os governadores que sucederam a Barbosa Lima suspenderam os empréstimos diretos mas continuaram a beneficiar os usineiros negociando as dívidas que muitos tinham para com o Estado. Esses empréstimos praticamente não foram ressarcidos, transformando-se em verdadeiras doações.

Muitas das usinas fundadas tiveram vida útil efêmera. Algumas foram anexadas às fábricas maiores e mais capitalizadas o que acentuou o processo de concentração fundiária em Pernambuco. Os engenhos vizinhos foram engolidos pela expansão das usinas e os demais foram transformados em fornecedores de cana, modificando a paisagem e o quadro social do setor açucareiro.

Esse processo de modernização resultou da crise enfrentada pelo setor ao longo do século XIX e início do século XX.

II - PERNAMBUCO E A CRISE DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO.

A necessidade de modernização do setor sucro-alcooleiro no Brasil evidenciou-se a partir da primeira metade do século XIX. Considerando os dados referentes à participação do açúcar e do café nas exportações brasileiras, percebe-se que o açúcar ainda continuava a ser o principal produto na pauta de exportações nas primeiras décadas do século XIX. Na década de 1821/30, o açúcar representava 30,1% das exportações brasileiras enquanto o café alcançava 18,4%. A situação se inverteu na década seguinte, quando o café passou a 43,8% e o açúcar desceu para 24,0%. Este quadro agravou-se ainda mais no final do século XIX. Na década de 1881/90, marcada pela Abolição da Escravatura e pela Proclamação da República, o café alcançou 61,5%, enquanto o açúcar só atingiu 9,9% na pauta de exportações brasileiras³.

Esse processo de inversão de posições nas exportações brasileiras significou a transferência do pólo dinâmico da economia nacional do Norte para o Sul do país onde a cafeicultura prosperava, influenciando progressivamente a mudança da forma de reprodução do capital e das relações de produção locais. Na segunda metade do século XIX, já se pode observar uma nítida defasagem nos ritmos de crescimento das regiões Norte e Sul do país. Enquanto o Sul acelerava o seu processo de modernização, o Norte encontrava sérios entraves na reprodução do seu capital mercantil proveniente basicamente da agroindústria canavieira. Extremamente dependente das flutuações do

mercado externo, uma vez que a maior parte do açúcar produzido nas províncias do Norte destinava-se àquele fim, a economia da região sofreu um sensível abalo com a emergência de novas fontes produtoras.

Isto se explica, basicamente, pela perda de mercado e pela queda de preços do açúcar que se constituíram nos principais problemas enfrentados pela indústria canavieira de Pernambuco no século XIX. Os problemas persistiram nas primeiras décadas do século XX. O preço do açúcar no mercado internacional que alcançara o valor de 398\$000 por tonelada em 1900, reduziu-se para 173\$000 no ano seguinte e para 139\$000 em 1902, variando muito nos anos posteriores. No Brasil, a média geral de preços de um saco de 60 kg de açúcar cristal desceu aproximadamente de 17\$332 (média mínima no período de 1898 a 1901) para 12\$000 em 1901. As exportações brasileiras de açúcar, que em 1901 ainda chegaram a 187.166 toneladas, caíram para 136.757 toneladas no ano seguinte, atingindo 7.861 toneladas em 1904, o menor total exportado naquela década⁴.

III - A DISPUTA PELO MERCADO INTERNO E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES REGIONAIS.

As limitações impostas à venda do açúcar brasileiro no mercado externo deslocaram a comercialização da maior parte da produção para o mercado interno em expansão, espaço que poderia ser garantido por medidas protecionistas por parte do governo federal e dos próprios fabricantes. Estes últimos procuraram, através de organizações da categoria, estabilizar os preços no mercado interno, criando cartéis como a Coligação Açucareira de Pernambuco, criada a partir das discussões pertinentes à Conferência Açucareira do Recife de 1905. Esta coligação funcionou como cartel apoiado pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura, pela União dos Sindicatos Agrícolas de Pernambuco e pela Sociedade Nacional de Agricultura, seguindo os parâmetros assumidos pelo capitalismo mundial a partir das últimas décadas do século XIX e foi ampliada com a adesão dos estados de Alagoas, da Bahia, de Sergipe e de São Paulo transformando-se na Coligação Açucareira do Brasil.

Tais associações tiveram curta duração. A Coligação Açucareira só funcionou nas safras de 1906 a 1908. Além de alguns estados não cumprirem suas cotas de exportação, os bangüezeiros de Pernambuco provocaram o desequilíbrio do mercado interno, colocando à venda grandes lotes de açúcar bruto a preço abaixo da tabela estabelecida. Desta maneira, acumularam-se os estoques nas mãos dos especuladores, fazendo declinar as cotações internas do produto.

O mercado interno tornara-se mais atrativo para a colocação do açúcar brasileiro, estando menos sujeito às oscilações conjunturais dos preços. Em 1901, 60% da produção nacional do açúcar ainda

eram exportadas, mas em 1904, apenas 4% do total produzido foram dirigidos para o mercado internacional⁵.

O período que vai de 1901 a 1920 foi assinalado pelas tentativas de organização de cartéis e convênios açucareiros. Geralmente se lançava mão do sistema de warrantagem, criando-se uma associação de fabricantes que adquiria cotas mediante certa quantia em dinheiro para financiar a estocagem do produto na safra e sua colocação no mercado no período de entressafra, estratégia usada pela Cooperativa Açucareira de Pernambuco S. A. fundada em 1928.

A disputa pelo mercado interno acirrou as divergências regionais entre o Estado e os produtores gerando novas concepções de identidade regional. O Norte transformou-se no Nordeste, região escanteada do cenário político nacional pelo próprio ritmo diferenciado de acumulação de capital em relação ao Sudeste do país, não apenas em relação à reprodução do capital cafeeiro, mas também do capital açucareiro nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro que, além de estarem melhor aparelhados para o fabrico do açúcar, contavam com um mercado consumidor mais amplo e de maior poder aquisitivo.

O discurso regionalista vai sendo forjado no bojo das transformações econômicas e sociais da Primeira República, aparecendo nitidamente nos pronunciamentos dos empresários pernambucanos e adquirindo conotações mais profundas no movimento regionalista liderado por Gilberto Freyre na década de 1920. Em 1878, no Congresso Agrícola do Recife, os empresários pernambucanos já clamavam contra a prioridade dada aos estados sulistas no rateio de verbas federais. “Lá na corte, todas as deferências; aqui, em Pernambuco, atiram-nos benefícios como se atiram ao chão rações a cães famintos e que há tempos ladram.”⁶

O embate regional adquiriu novos contornos com o aparecimento de grandes firmas comerciais no Sudeste na década de 1920, chamadas de “açambarcadores sulistas” pelos usineiros pernambucanos. Os usineiros proprietários do Diário da Manhã denunciavam, quanto à atuação da Cooperativa Açucareira de Pernambuco S. A., criada em 1928, que ela:

Representava a vida da principal classe produtora do estado, que se quer escravizar novamente aos Araújo Franco, aos Magalhães, aos Albuquerque, aos Matarazzos, à nata dos vampiros do trabalho nacional.⁷

O discurso regionalista serviu para fortalecer o projeto de organização dos segmentos sociais do setor açucareiro através de sindicatos e associações como o Centro dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, fundado em 1918, cuja razão social foi alterada para agregar os bangüezeiros ao corpo

de associados em 1928. Este fato originou-se dos embates entre os usineiros, mais capitalizados, e os fornecedores e bangüezeiros que ainda sobreviveram a duras penas com seus engenhos tradicionais no jogo da livre concorrência.

No final da década de 1920, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP), fundada em 1872 e constituída basicamente por proprietários de engenho e de usinas de maior porte e por setores aliados ao comércio e às finanças da Praça do Recife, havia se esvaziado, não conseguindo mais exercer o papel para o qual havia sido criada na defesa da lavoura pernambucana. O processo de industrialização do setor açucareiro e a fragmentação social que a ele estava atrelada fomentaram o surgimento de interesses distintos no interior da associação, levando os fornecedores de cana a fundarem um órgão de classe específico em 1918. Uma década depois, os usineiros seguiram o mesmo caminho.

A Cooperativa Açucareira, criada em 1928, como medida de emergência para diminuir os males da crise, também reunira em seu interior frações diversas como usineiros, fornecedores de cana, bangüezeiros e políticos empenhados no controle da circulação do açúcar. No entanto os conflitos que emergiram ao longo do período de funcionamento da Cooperativa conscientizaram os usineiros da carência de uma entidade de classe específica para lutar pelo atendimento de suas reivindicações. Por este motivo, um grupo controlado por grandes e médios usineiros do estado fundou a **Associação dos Usineiros Fabricantes de Açúcar de Pernambuco** em 1928, primeira associação específica da categoria, porém a entidade foi dissolvida em janeiro de 1931, não sendo possível identificar os fatores que levaram a sua extinção devido à escassez de fontes sobre o assunto. Entretanto as evidências fazem crer que as dissidências internas tenham influenciado à dissolução da sociedade. Corroborar para esta suposição o fato de que poucos meses depois, ainda em 1931, um grupo de usineiros, composto em sua quase totalidade por empresários de grande e de médio porte, criou outra associação de classe: a **Sociedade dos Usineiros de Pernambuco** com a finalidade de defender seus interesses, fomentar o progresso tecnológico e solicitar financiamento dos poderes públicos, transformada em sindicato em 1932⁸.

Decorrência direta da divisão do trabalho e da concentração de capital na atividade açucareira, os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana tornaram-se um dos principais fatores que levaram os governos federal e estadual a assumirem uma nova postura face aos problemas da agroindústria canavieira no Brasil, especialmente em Pernambuco - maior produtor nacional até o início da década de 1930, quando estes conflitos chegaram a ameaçar a própria reprodução do capital açucareiro.

A crise de 1929 agravou ainda mais os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana. Os usineiros repassavam para os fornecedores os riscos da produção agrícola e o ônus das variações nas cotações do açúcar, na medida em que o pagamento da cana sofria o mesmo percentual de redução que se verificava na venda do açúcar.

Nas palavras de Gileno Dé Carli “uma verdadeira noite de agonia se alastrou pelos canaviais”. O preço da cana não cobria os custos de produção dos lavradores refletindo a acentuada queda de preço do açúcar na virada da década. A miséria atingiu os trabalhadores rurais, pois os salários baixaram a níveis insustentáveis e o desemprego aumentou sensivelmente. O preço médio de um saco de açúcar cristal de 60 kg chegou a 20\$560 no período de outubro de 1929 a março de 1930, recebendo o fornecedor independente a importância líquida de 10\$115 por tonelada de cana, quando o custo agrícola por tonelada produzida atingiu 18\$000. Para o fornecedor rendeiro a situação era ainda pior: receberia 8\$092 por tonelada de cana, perdendo 9\$908 e 10\$918 por tonelada caso pagasse respectivamente 20% ou 30% de renda⁹.

Após a Revolução de 1930, a situação agravou-se a tal ponto de gerar caravanas de protesto dos fornecedores, queima de canaviais, destruição de vias férreas com o intuito de pressionar usineiros e Estado a solucionarem os conflitos. O Estado assumiu o caráter corporativista tanto na esfera federal, com a posse de Vargas, como na estadual, com a interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti que procurou mediar os conflitos e escamotear as lutas de classe.

Diante da crise de superprodução e da queda de preços, as valorizações artificiais propostas pelos órgãos de classe não surtiram mais efeito, demandando uma intervenção planejada no setor sucro-alcooleiro, concretizada com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933.

Com relação aos conflitos internos da classe, o IAA não os eliminou: apenas estabeleceu certos limites que impediam a ruptura da ordem social vigente, que o acirramento desses conflitos poderia provocar. A mediação do governo federal retardou o processo de concentração de capital na agroindústria canieira de Pernambuco sem, no entanto, bloqueá-lo. As pequenas usinas foram paulatinamente incorporadas pelas grandes e os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana persistem ainda atualmente.

A iniciativa privada perdera a exclusividade do controle da atividade produtiva, instrumento da sua dominação, passando a reparti-lo com o Estado, que determinava cotas de produção para cada unidade industrial depois da criação do IAA. O Estado brasileiro incorporou as diretrizes mestras do capitalismo mundial, amenizando a força seletiva da livre concorrência ao assumir o papel de

mediador-interventor, planejando as formas de intervenção não apenas no setor da circulação como também no da produção de mercadorias.

Só posteriormente se tornou patente a extensão da nova política e o preço que o Nordeste teve que pagar por ela. Protegendo com subsídios governamentais a agroindústria canavieira da região, o IAA preservou as velhas estruturas de reprodução do capital e os altos custos de produção, o que resultou no estabelecimento da divisão regional do trabalho na atividade açucareira e no reforço à submissão econômica do Nordeste ao Sudeste do país. Estados como São Paulo e Rio de Janeiro puderam acelerar seu processo de concentração e acumulação de capital graças aos preços fixados pelo IAA, que tinham por base os elevados custos de produção do Nordeste. Desta forma, Pernambuco perdeu sua posição de destaque como maior produtor nacional de açúcar, consolidando antigos temores dos grandes e médios usineiros do estado.

IV- DISCURSO MODERNIZADOR E PRÁTICA ARCAICA.

O discurso modernizador do setor açucareiro foi amplamente utilizado para angariar o favorecimento do poder público nos diversos congressos e conferências açucareiras realizadas entre 1901 e 1911.

Adotar o “novo”, o “moderno”, não era uma mera questão retórica; era, antes, uma necessidade premente para não se ver alijado na engrenagem capitalista da repartição do bolo do mercado consumidor. Assim sendo, realizaram o 1o. Congresso Nacional de Agricultura em 1901 no Rio de Janeiro, e o segundo congresso em 1908 também no Rio de Janeiro, além das conferências açucareiras realizadas na Bahia em 1902, no Recife em 1905, no Rio de Janeiro em 1908, e em Campos em 1911.

Analisando o programa dos debates dos congressos e conferências, percebe-se a continuidade dos temários que aos poucos traçam e reforçam o perfil da política defendida pelos empresários para o setor açucareiro. As necessidades essenciais de aperfeiçoamento tecnológico, obtenção de crédito e de organização empresarial aparecem linearmente em todos os encontros, denotando os principais aspectos geradores das crises periódicas que afligiam o setor e as soluções abraçadas pelos segmentos sociais a ele vinculados.

Nesse contexto, destacaram-se os projetos relativos à introdução de aperfeiçoamentos tecnológicos na lavoura da cana e na indústria açucareira. Aconselhava-se à lavoura a seleção de variedades de cana mais resistentes e de sementes para o plantio, a adubação e a irrigação dos canaviais, a criação de escolas agrônômicas experimentais para estudar e ensinar os melhores métodos de cultivo e a utilização de arados e de instrumentos modernos para o trato do solo. No setor industrial, apontavam

para a necessidade de adoção de turbinas, moendas de pressão pluralizadas, laboratórios, aparelhos sacarimétricos, balanças automáticas no intuito de serem transformados os bangüês em usinas.

Já na primeira década do século, aconselhavam também a utilização de parte da matéria-prima na fabricação de outros derivados como o álcool e do excesso de açúcar nas fábricas de doces, visando à valorização dos preços do açúcar no mercado interno.

Verificou-se, ao longo da Primeira República, que o processo de industrialização, defendido no discurso empresarial, foi progressivamente consolidando a posição privilegiada dos usineiros frente aos senhores de engenho impossibilitados de modernizarem suas fábricas, evidenciando a fragmentação da classe em relação direta com o processo de capitalização empresarial.

A modernização do setor sucro-alcooleiro na passagem dos velhos bangüês para a usina provocara a fragmentação da classe em usineiros de grande, médio e pequeno porte, fornecedores de cana e bangüezeiros. Estas frações apesar de estarem unidas quando se tratava da luta contra os trabalhadores, estavam, por vezes, separadas no que concernia aos seus interesses específicos como classe dominante; ainda assim, lograram perpetuar a exploração da classe trabalhadora, a qual também se fragmentou na passagem do século XIX para o século XX. Além dos trabalhadores de cana, surgiram os operários do açúcar dependentes das grandes fábricas - as usinas.

Porém é necessário considerar que a transição de mão-de-obra escrava para livre em Pernambuco não significou a passagem imediata para o trabalho assalariado de forma hegemônica. As relações não capitalistas de produção no campo, onde se encontravam moradores ou agregados entre outros, perduram por longo tempo e alguns de seus indicadores podiam ser verificados na existência dos barracões e do pagamento em vales em diversas propriedades do interior do estado.

Os moradores viviam nas terras dos proprietários de engenhos sem nenhum direito a elas e nelas cultivavam culturas de subsistência, dependendo sempre da proteção dos senhores de engenho. Inicialmente quase não tinham maior significação para a atividade produtiva dos engenhos, até que teve início o processo gradual da Abolição da Escravatura, quando foram obrigados a trabalhar alguns dias de graça na cultura da cana nos engenhos em troca do uso da terra. Segundo Maria de Nazareth B. Wanderley, “a remuneração em salário era reservada aos trabalhadores temporários, grande parte dos rurais era recrutada fora da zona canavieira”¹⁰. Paulatinamente, os moradores foram sendo integrados de forma mais efetiva ao processo produtivo a partir da Abolição da Escravatura: parte do trabalho realizado era pago em dinheiro e parte da remuneração consistia na utilização de uma parcela da terra para suas culturas alimentares. Contudo a preservação da agricultura extensiva como meio

de aumentar a produção de cana vai diminuindo a área dos sítios de subsistência, incrementando a miséria e a fome do trabalhador rural.

Com a expansão usineira, as terras vizinhas foram sendo incorporadas, os velhos engenhos anexados e os moradores expulsos, transformando-se em mão-de-obra de reserva. Os lavradores rendeiros são expulsos e os senhores de engenho, na sua grande maioria, são transformados em fornecedores de cana. Aos poucos, as relações assalariadas de produção atingem o campo. Na Primeira República, no setor fabril trabalham os operários do açúcar, mão-de-obra assalariada; no campo, os moradores que ainda resistem ou os rendeiros, plantadores de cana que arrendam a terra das usinas e a elas fornecem a matéria-prima que produzem, deduzindo-se o pagamento do aluguel da terra.

No caso dos moradores, o ônus das oscilações de preço recai com maior gravidade sobre eles, uma vez que são ampliados os dias de trabalho gratuito e reduzidos os salários quando os preços caem, diminuindo assim para o proprietário os custos da produção e ampliando a exploração sobre o trabalhador.

Vale salientar que o trabalho da cana é sazonal, provocando o desemprego de milhares de trabalhadores no período da entressafra. Esta abundância de mão-de-obra e a reduzida oferta de empregos refletem-se nos baixos salários pagos e nas tensões sociais agravadas pela manutenção do latifúndio e da monocultura.

Em uma pesquisa realizada no Centro Josué de Castro entre 1992 e 1993, coordenada pela socióloga Tereza Cristina Wanderley Correia de Araújo, constatou-se que em 92,28% do solo da Zona da Mata de Pernambuco cultivava-se cana-de-açúcar apesar dos fornecedores de cana alegarem que este percentual fora reduzido para 81,42%, o que não altera o quadro geral. Outro dado constatado nesta pesquisa foi que a cultura da cana envolvia cerca de 240.000 trabalhadores no período da safra, dos quais 25% são crianças e adolescentes entre 07 e 14 anos. Passada a safra, o contingente de trabalhadores diminuía em mais de 50%¹¹.

O fato de um grande percentual de trabalhadores ser constituído por crianças e adolescentes ratifica a inexistência de oferta alternativa de empregos para os jovens que são forçados a seguirem os passos de seus pais por não terem outras oportunidades na vida desde a infância. O Estado tem assumido uma postura paternalista no período da entressafra, criando obras de emergência para amenizar o problema social, mas ainda não foi encontrada uma solução.

Na Primeira República, a inexistência de uma legislação trabalhista permitiu a exploração desmedida do trabalhador que sempre constituiu uma arma na barganha do empresariado do setor face ao Estado, como se pode constatar no memorial enviado pelo Centro dos Fornecedores e Plantadores de Cana de Pernambuco ao Presidente do Estado de Pernambuco em 18/11/1930:

Duas são as questões que, no momento, ferem a nossa sensibilidade: uma de interesse geral, como seja a obtenção de melhores preços para o açúcar produzido nesta fase anormal resultante da revolução e a outra peculiar aos fornecedores de cana, como seja a tabela de pagamento. A primeira não afeta somente os interesses dos usineiros e fornecedores, como também, a prosperidade do erário público, baseada no imposto ad-valorem sobre o açúcar, e a própria vida do operário rural, merecedor do mesmo carinho fraternal dispensado pelo governo aos operários das nossas empresas.

A segunda de ação mais limitada embora, não deixa também de atingir a classe operária. De que modo, poderemos, nós, fornecedores concorrer para melhorar a vida do operário se não nos é lícito esperar os altos preços de outras eras e se temos as nossas canas pagas com a mais flagrante injustiça? De que modo, se já não podemos sequer educar os nossos filhos e se estamos em risco de perder as nossas propriedades, batendo-nos na porta a mais lamentável miséria?¹²

No entanto cabe observar que, ao longo de toda a pesquisa realizada em vários jornais do estado de Pernambuco no período de 1926 a 1933, não foi encontrada qualquer referência à classe trabalhadora. Era como se através da elipse forçada nos meios de comunicação se quisesse desvalorizar ainda mais o papel de fundamental importância desempenhado pelos trabalhadores do açúcar, quer no campo, quer no setor industrial. Só lhes garantiam espaço para respaldar reivindicações do interesse do empresariado.

Quanto aos laços de identidade regional, bem analisou Celso Furtado referindo-se aos trabalhadores das plantações de cana do Nordeste:

Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um Município ou um Distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam agrupadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma “propriedade”, razão pela qual a vinculação impessoal com uma autoridade pública perde nitidez, em face da presença ofuscante da autoridade privada¹³.

Realmente a figura do usineiro na Zona da Mata de Pernambuco assume o principal papel de formador dos frágeis laços de identidade nas áreas rurais. O clientelismo, as práticas assistencialistas paternalistas, a falta de outras opções de emprego alienam o trabalhador da sua verdadeira identidade como agente histórico transformador.

Percebe-se, então, que a incorporação do “novo”, do “moderno” apesar de ter produzido algumas mudanças nas relações de produção e no progresso das forças produtivas teve maior repercussão no discurso liberal do que na prática, que continuou arcaica quanto à preservação de alguns elementos chaves da produção e da exploração que se reproduzem nos dias de hoje: o latifúndio, a monocultura e a desvalorização do trabalhador como instrumentos de dominação. Os laços de identidade tornam-se difusos diante da força pragmática da realidade opressiva das usinas sobre os operários e trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de, História das usinas de açúcar de Pernambuco. Recife, Massangana, 1989.

ANUÁRIO AÇUCAREIRO – 1935. Rio de Janeiro, Edição de Brasil açucareiro.

ARAÚJO, Teresa Cristina Wanderley Correia de (coord.), Trabalhadores invisíveis. Recife, Centro de Pesquisas Josué de Castro, mimeo, 1992/1993.

BANDEIRA, Élcia de Torres, Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira. Orientador: Marc Jay Hoffnagel. Recife, dissertação de Mestrado apresentada na UFPE, Pós-Graduação em História em 1989.

CARLI, Gileno de. O açúcar na formação econômica do Brasil, Rio de Janeiro, IAA, 1937.

_____ O processo histórico da usina em Pernambuco, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1942.

EISENBERG, Peter L., Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FURTADO, Celso, Dialética do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa, O governo Barbosa Lima e a indústria açucareira de Pernambuco, Anuário açucareiro, Rio de Janeiro, IAA, 1938.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, Capital e propriedade fundiária e suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

NOTAS

Nota 1

ANDRADE, Manuel Correia de, História das usinas de açúcar de Pernambuco, Recife, Massangana, 1989, quadros I, II e III.

Nota 2

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa, O governo Barbosa Lima e a indústria açucareira de Pernambuco, Anuário açucareiro, Rio de Janeiro, IAA, 1938, p.353-367.

Nota 3

EISENBERG, Peter L., Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910), Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 31.

Nota 4

Ver Anuário açucareiro - 1935, Rio de Janeiro, Edição de Brasil açucareiro, p.235 e CARLI, Gileno de. O açúcar na formação econômica do Brasil, Rio de Janeiro, IAA, 1937, p.28.

Nota 5

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, Capital e propriedade fundiária e suas articulações na economia açucareira de Pernambuco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.51.

Nota 6

EISENBERG, Peter L., Op. cit., p.160.

Nota 7

Diário da Manhã, A safra do açúcar e os especuladores do sul, Recife, 04 de novembro de 1928, p. 3 e Que pensa sobre a situação atual do comércio açucareiro de PE ?, Recife, 09 de novembro de 1928, p.1, apud BANDEIRA, Élcia de Torres, Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira, Orientador: Marc Jay Hoffnagel, Recife, dissertação de Mestrado apresentada na UFPE Pós-Graduação em História em 1989,mímeo, p. 113.

Nota 8

BANDEIRA, Élcia de Torres, Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira, Orientador: Marc Jay Hoffnagel, Recife, dissertação de Mestrado apresentada na UFPE, Pós-Graduação em História em 1989, mímeo, p.122.

Nota 9

CARLI, Gileno de, O processo histórico da usina em Pernambuco, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1942, p. 50.

Nota 10

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, Op. cit., p.37.

Nota 11

ARAÚJO, Teresa Cristina Wanderley Correia de (coord.), Trabalhadores invisíveis, Recife, Centro de Pesquisas Josué de Castro, mimeo, 1992/1993.

Nota 12

Diário da Manhã. Centro dos Fornecedores de Cana, Recife, 19/11/1930, p. 07, apud BANDEIRA, Élcia de Torres. Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira, Orientador: Marc Jay Hoffnagel, Recife, dissertação de Mestrado apresentada na UFPE, Pós-Graduação em História em 1989, mimeo, p. 175.

Nota 13

FURTADO, Celso, Dialética do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, p.141.

Capítulo 3



10.37423/240208714

CONTROLE DE GASTOS COM PESSOAL ANTE OS LIMITES ESTABELECIDOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC

Tiago da Costa Cesconetto

Universidade Federal de Santa Catarina

Vladimir Arthur Fey

Universidade Federal de Santa Catarina



Resumo: O objetivo desta pesquisa é evidenciar o desempenho do Município de Florianópolis/SC em relação ao cumprimento dos limites e disposições constitucionais de gastos com pessoal em face da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), entre os anos de 2011 a 2015. Trata-se de uma pesquisa descritiva, documental e bibliográfica, realizada por meio de estudo de caso. A coleta de dados deu-se através do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) disponibilizado no portal da transparência do ente objeto de estudo. Além do limite máximo, foram analisados os limites: prudencial e de alerta. Desta forma, constatou-se que houve extrapolação de todos os limites de despesa com pessoal para o Poder Executivo, porém nenhum limite foi ultrapassado pelo Poder Legislativo. Além disso, os resultados corroboram com pesquisas anteriores, denotando que as limitações impostas pela LRF tornou o controle das despesas com pessoal mais eficiente e têm contribuído para uma gestão responsável e transparente.

Palavras-chave: Lei de responsabilidade fiscal, Despesa com pessoal, Transparência.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os gastos públicos vêm sendo motivo de grandes preocupações por parte do governo, da mídia e, principalmente, da população em geral. Tal inquietação se justifica pelo excessivo endividamento da máquina pública em todas suas esferas.

Às despesas com pessoal, dentre todos os gastos, é a que desperta maior atenção tanto dos gestores públicos, como também de toda a sociedade, por se enquadrarem entre as mais representativas dentre os entes públicos (CRUZ, 2001, p.21).

A partir 04 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 101, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) buscou estabelecer limites e condições ao endividamento público e a vários outros aspectos das finanças públicas. Essa Lei fixou medidas para o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras (BRASIL, 2000, art. 1º).

A LRF estipulou um limite de gastos com pessoal de 60% da receita corrente líquida para estados e municípios e de 50% para a União (BRASIL, 2000, art. 19º). Como consequência ao cumprimento destas normas, era de se esperar que houvesse um ajuste fiscal que levasse a uma redução do déficit fiscal e ainda uma maior disponibilidade de recursos a serem aplicados na melhoria dos serviços públicos. Ao atingir um controle e um equilíbrio permanentes das contas públicas dos estados e municípios, é inevitável que melhore as condições a fim de se obter um crescimento permanente de tais entes.

Neste trabalho, analisa-se o desempenho fiscal relativo às despesas com pessoal do Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, dos últimos cinco anos, ou seja, entre os anos de 2011 a 2015, confrontando com os limites e condições impostos pela LRF.

A pergunta que abrange o problema investigado é: O Município de Florianópolis/SC vem atendendo as limitações e condições constitucionais previstos na LRF relativos às despesas com pessoal entre os anos de 2011 a 2015?

O objetivo desta pesquisa é evidenciar o desempenho do Município de Florianópolis/SC em relação ao cumprimento dos limites e condições constitucionais de gastos com pessoal no período de 2011 a 2015.

Ao analisar o Município de Florianópolis/SC, este trabalho busca encontrar o comportamento das despesas com pessoal face o montante das receitas correntes. Tomando como base o ano de 2011, dez anos após a constituição da LRF, focando nos últimos cinco anos das contas publicadas. O

questionamento gira em torno da necessidade de saber como o Município de Florianópolis/SC vem se comportando frente os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela LRF ao longo da série temporal. A opção do período escolhido é em razão de tratar dos últimos dados disponíveis, não sendo encontrado nenhum trabalho realizado nos anos posteriores a 2010 do ente escolhido.

Após essa introdução, na seção 2 expõe a fundamentação teórica para construção da base legal, bem como a conceitual. Os procedimentos metodológicos aplicados são discutidos na seção 3, os resultados da pesquisa constam na seção 4 e, por fim, as conclusões na seção 5 onde aduz sucintamente os resultados deste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INTRODUÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Conhecida publicamente como Lei de Responsabilidade Fiscal, a LRF, sigla usualmente utilizada, é normatizada pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. Pode ser definida como a lei que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (BRASIL, 2000a, art. 1º), amparado no Capítulo II, do Título IV, da Constituição Federal de 1988, art. 163.

A LRF, além de tratar das despesas públicas, cuida da gestão fiscal responsável, que presume a ação planejada e transparente, onde o objetivo é prevenir os riscos e corrigir erros capazes de alterar o equilíbrio das contas públicas (NOBREGA, 2002).

Seus pressupostos são o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização, que em conjunto, são orientados pela implantação do modelo de informações gerenciais, onde os dois primeiros são instrumentos fundamentais para a geração de informações úteis para auxiliar o processo decisório e, conseqüentemente, melhorar os dois últimos (SILVA, 2004).

Alguns meios são estabelecidos a fim de assegurar o atendimento do objetivo: transparência dos resultados – por meio de relatórios com informações sobre as finanças públicas para a sociedade; metas, limites e condições – metas de receitas e despesas e limites para despesas com pessoal, entre outros; sanções pelo descumprimento da lei – penas e/ou penalidades (MOTTA, 2001).

2.2 HISTÓRICO EVOLUTIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL

A existência de limites para as despesas com pessoal não é um assunto atual para os gestores públicos do país. Já existiam leis tratando do assunto, a primeira sendo na Constituição Federal de 1967, que

em seu art. 66, definia que “A despesa de pessoal da União, Estados ou Municípios não poderá exceder cinquenta por cento das respectivas receitas correntes” (BRASIL, 1967, art. 66, § 4º).

Entretanto, a princípio não havia limites fixos para as despesas com pessoal das entidades federativas, com isso fez-se necessário à promulgação da Emenda Constitucional n.1, em 17 de outubro de 1969. A Lei Complementar (LC) que estabelece esses limites fazia-se necessária, contudo, no seu período de vigência, o comando normativo que deveria se instituir não o fez.

Não acontecendo à criação de Lei Complementar que determinasse o princípio limitador, foi criado, em 1988, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que estabeleceu, em seu art. 38, que “Até a promulgação da lei complementar referida no art. 169, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão despender com pessoal mais do que 65% do valor das respectivas receitas correntes” (BRASIL, 1988^a, art. 38).

A ausência significativa de resultados da ADCT de 1988, fez com que os legisladores promulgassem a Lei Complementar nº 82, em 27 de março de 1995, mais conhecida como Lei Camata I, em homenagem à Deputada Federal Rita de Cássia Paste Camata, autora das propostas. A Lei Camata I estabeleceu que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios não poderiam exceder mais de 60% da receita corrente líquida, com despesas com pessoal ativo e inativo” (BRASIL, 1995).

Contudo, mesmo sendo pioneira no sentido de estabelecer um limite máximo para despesa com pessoal, e determinando prazos para reenquadramento aos limites para os entes que os excederam, a Lei Camata I foi revogada pela Lei Camata II – Lei Complementar n. 96, de 31 de maio de 1999 –, estabelecendo que a despesa com pessoal não pudesse exceder 50%, na esfera federal e, 60% nas esferas estadual e municipal, da receita corrente líquida. (BRASIL, 1999).

Não havendo mudanças significativas, foi instaurada a LRF – Lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 –, com o intuito de suprir as lacunas existentes na administração das finanças públicas e que a partir da sua implantação tem se mostrado eficaz e disciplinador da conduta ética do administrador público e clareza dos gastos sobre as finanças públicas. Em seu art. 19, a LRF delinea acerca do limite máximo autorizado para gasto com despesas de pessoal de cada ente federativo:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I– União: 50% (cinquenta por cento); II – Estados: 60% (sessenta por cento);

III– Municípios: 60% (sessenta por cento).

Já os limites para os poderes e órgãos são estabelecidos no art. 20 da LRF, especificamente no âmbito municipal, conforme (BRASIL, 2000a, art. 20):

III - na esfera municipal:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

A LRF, além de alterar variáveis e metodologias para a apuração dos limites, ela incluiu Poderes e Órgãos como responsáveis pela composição de despesa com pessoal, e também tem apresentado consideráveis modificações na rotina dos entes federativos, tanto administrativamente, como principalmente, financeiramente (NOBREGA, 2002).

2.3 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)

A fim de estabelecer a padronização e a consolidação dos demonstrativos fiscais de todos os entes públicos, foram inseridos na LRF como obrigatórios dois novos demonstrativos contábeis, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Para esta pesquisa o mais importante documento fiscal para elaboração dos resultados se refere ao “Demonstrativo da Despesa com Pessoal”, previsto no Anexo I da RGF. Além de ser o principal demonstrativo no que tange às despesas com pessoal, a dívida consolidada, à concessão de garantias e as operações de crédito, é também um importante mecanismo de transparência para com as finanças públicas à sociedade como um todo (MOTTA, 2001).

Conforme o art. 54 da LRF os titulares dos Poderes e órgãos de todas as esferas públicas devem emitir o RGF ao final de cada quadrimestre (BRASIL, 2000, art. 54). Ainda, o RGF deve ser publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder com acesso à sociedade (BRASIL, 2000, art. 55). Ainda, ficam autorizados os Municípios com população inferior a 50 mil habitantes a opção de divulgar o RGF semestralmente (BRASIL, 2000, art. 63).

O RGF deve ser elaborado de forma padronizada, segundo modelos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF), enquanto não for instaurado o Conselho de Gestão Fiscal, de que trata o art. 67 da LRF.

2.4 VARIÁVEIS E LIMITES PARA DESPESAS COM PESSOAL

Neste item são apresentadas detalhadamente as variáveis para apuração dos limites de despesas com pessoal, bem como os percentuais de cada limite estabelecido focado na esfera municipal, objeto do estudo.

2.4.1 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

A primeira variável básica a ser entendida para a apuração do limite para as despesas com pessoal é a Receita Corrente Líquida (RCL), onde o conceito está inserido no art. 2 da LRF sendo o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, com as deduções constantes no art. 2 da LRF (BRASIL, 2000a).

2.4.2 DESPESA TOTAL COM PESSOAL (DTP)

Outra variável básica imprescindível, conforme a LRF, é a Despesa Total com Pessoal (DTP), previsto no art. 18 como “o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregados, civis, militares e de membros do Poder, com quaisquer espécies remuneratórias [...]” (BRASIL, 2000a, art. 18).

A DTP deverá ser apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência (BRASIL, 2000a, art. 18, § 2). Valores referentes a contratos de terceirização de mão de obra que referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”, e serão computados na despesa total com pessoal (BRASIL, 2000, art. 18, § 1).

As Despesas Não Computadas (DNC) deverão ser excluídas do total de despesa com pessoal de cada ente. Conforme o art. 19 da LRF, § 1º, I a IV, não serão computadas nos gastos com pessoal as despesas: com indenização por demissão de servidores e empregados; relativas a incentivos à demissão voluntária; convocação extraordinária do Congresso Nacional; decorrente de decisão judicial e da competência de período anterior ao período de apuração – 12 meses; com inativos, custeadas por recursos de fundo específico (BRASIL, 2000).

2.4.3 LIMITES: MÁXIMO, PRUDENCIAL E ALERTA

Definido no art. 20 da LRF, o limite máximo (legal) para cada ente federativo, especificamente na esfera municipal, não poderá exceder 60% da RCL, sendo 54% para o Executivo e os outros 6% para o Legislativo (BRASIL, 2000a).

Não se faz necessário atingir o limite legal para que a unidade pública sofra os efeitos da LRF, isso porque existem outros dois limites anteriores ao máximo – o limite prudencial e o de alerta. Ainda que a Lei não utilize esses termos, trata-se de uma interpretação do art. 59 da LRF, onde os Tribunais de Contas (TC) alertarão os Poderes ou órgãos referidas no art. 20 quando constatarem que o montantes da despesa total com pessoal ultrapassou 90% do limite (BRASIL, 2000a).

Ainda conforme o art. 20, se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite máximo, o ente alcançará o limite prudencial, e assim ficando vedado: a concessão de vantagem; criação de cargo, emprego ou função; alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título; contratação de hora extra [...] (BRASIL, 2000a, art. 22, I a V).

Tabela 1 - Repartição dos limites para despesa com pessoal na LRF a partir de 2000.

Poderes e Órgãos	Limites (% da RCL)		
	Máximo	Prudencial (95% do Máx.)	Alerta (90% do Máx.)
Municípios	60,00%	57,00%	54,00%
Legislativo (Câmara de Vereadores)	6,00%	5,70%	5,40%
Executivo (Prefeitura)	54,00%	51,30%	48,60%

Fonte: Adaptado dos artigos 19, 20, 22 e 59 da LRF.

Por conseguinte, decorre da atribuição do TC o limite de alerta, com atribuição no art. 59 da LRF, o ente federativo que ultrapassar 90% do limite legal. Quando o limite é atingido, ainda não há penalizações, entretanto é encaminhado pelo TC ao Poder ou Órgão mencionado no art. 20, um aviso formal alertando que tal limite foi extrapolado, podendo alterar o modo de gestão dos entes da Federação.

2.5 REENQUADRAMENTO, INFRAÇÕES E SANÇÕES

Não há punição ou penalização pelo descumprimento do limite máximo para o ente federativo, visto que segundo o art. 23, se ultrapassado o limite máximo previsto na Lei, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro (BRASIL, 2000a).

Caso o gestor público não alcançar a redução estabelecida dentro do prazo, e enquanto o excesso não for completamente eliminado, o ente federativo não poderá, ainda conforme art. 23: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal (BRASIL, 2000a, art. 23, § 3º, I a III).

Por outro lado, o gestor do ente poderá ficar sob pena pelo descumprimento das exigências previstas na Lei, conforme os casos elencados no Quadro 1:

Quadro 1 - Infrações da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas penalidades

Infração	Penalidade/Sanção
Ultrapassar o limite de Despesa Total com Pessoal em cada período de apuração (LRF, art 19 e 20).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Expedir ato que provoque aumento da Despesa com Pessoal em desacordo com a lei (LRF, art. 21).	Nulidade do ato (LRF, art. 21); Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º).
Expedir ato que provoque aumento da Despesa com Pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão (LRF, art. 21).	Nulidade do ato (LRF, art. 21, § único); Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º)
Deixar de adotar as medidas previstas na LRF, quando a Despesa Total com Pessoal do respectivo Poder ou órgão exceder a 95% do limite (LRF, art. 22).	Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º). Proibições previstas em lei (LRF, art. 22, § único).
Deixar de adotar as medidas previstas na lei, quando a Despesa Total com Pessoal ultrapassar o limite máximo do respectivo Poder ou órgão (LRF, art. 23).	Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º).
Manter gastos com inativos e pensionistas acima do limite definido em lei (LRF, artigos 18 a 20; art. 24, § 2º; art. 59, § 1º, inciso IV).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).
Não cumprir limite de Despesa Total com Pessoal em até dois anos, caso o Poder ou órgão tenha estado acima desse limite em 1999 (LRF, art. 70).	Proibição de receber transferências voluntárias, contratar operações de crédito e de obter garantias (LRF, art. 23, § 3º). Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, art. 4º, inciso VII).

Fonte: Adaptado da LRF e suas Penalidades da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

2.6 REVISÃO DE LITERATURA: GASTOS PÚBLICOS E LRF

Alguns trabalhos acadêmicos relacionados às despesas com pessoal têm sido realizados após a introdução da LRF em diferentes estados e municípios brasileiros no sentido de verificar a adequacidade, conformidade e a eficácia da referida lei no que tange ao cumprimento dos limites. Platt Neto e Barcelos Jr. (2006) realizaram uma pesquisa evidenciando o desempenho da Câmara Municipal de Florianópolis/SC nos anos de 2000 a 2004, com relação aos limites impostos pela Constituição Federal e na LRF. Concluíram que o ente nos anos de 2000 e 2001 o órgão não cumpriu

alguns limites, sendo que em 2001 o Legislativo atingiu aproximadamente 70% da receita corrente do município.

Rogers e Sena (2007) investigaram municípios com as maiores economias de Minas Gerais com base na adequação à LRF nos anos de 1998 a 2005. Verificaram que a aproximadamente 90% dos municípios cumpriram os limites com despesa com pessoal, ficando abaixo dos 60% da RCL. Entretanto, após a introdução da LRF, os autores avaliaram que houve diminuição significativa da DTP do legislativo.

Fantin, Platt Neto e Cruz (2009) analisaram a evolução das despesas com pessoal e o desempenho do município de Videira/SC, no período de 2000 a 2008, relacionado ao cumprimento dos limites especificados na LRF. Como resultado, o ente apresentou adequação à Lei em todos os anos ao longo da série temporal.

Farias et al. (2010) estudaram identificar a relação ‘despesas com pessoal versus receita corrente líquida’ frente às condições impostas pela LRF, relativamente ao município de Florianópolis, nos exercícios de 2005 a 2009. Finalizaram que tal relação ocorreu em conformidade com as disposições da LRF em todos os exercícios analisados.

Souza e Platt Neto (2012) pesquisaram acerca da composição e a evolução das despesas com pessoal do Estado de Santa Catarina de 2000 a 2011. Puderam constatar que somente no ano de 2000 o estado ultrapassou todos os limites para despesa com pessoal. Todavia, nos anos de 2001 a 2005 o limite de alerta foi extrapolado e nos anos de 2002 a 2004 o limite prudencial foi excedido.

Carneiro (2016) analisou a situação dos gastos com pessoal à luz da LRF após 15 anos da sua promulgação dos municípios do cone sul de Rondônia/RO. Os municípios analisados encontraram-se dentro dos limites legais e, ainda, a proposição levantada de que os municípios estão se adequando para uma gestão responsável e obedecendo aos índices legais de gastos com pessoal e da dívida consolidada pôde ser confirmada.

De modo geral, os trabalhos revisados indicam que a LRF vem prestando um papel imprescindível na contribuição aos gestores públicos para uma gestão mais transparente e responsável (ROGERS e SENA, 2007; SOUZA e PLATT NETO, 2012); Inclusive, após a imposição da LRF ficou evidente um melhor e mais eficiente controle dos gestores para com os recursos públicos (PLATT NETO e BARCELOS JR., 2006; FANTIN, PLANTT NETO e CRUZ, 2009; FARIAS et al., 2010).

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva (GIL, 2007), visto que tem como objetivo trazer para conhecimento a investigação da composição e evolução para despesas com pessoal ao longo da série temporal dos últimos dez anos, analisando as relações entre as variáveis a partir da análise dos dados divulgados.

Quanto aos meios, a pesquisa é classificada como documental, bibliográfica e estudo de caso (RICHARDSON, 1999; LAKATOS, MARCONI, 2007). Documental por ter como base o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), divulgados pelo Município de Florianópolis/SC, referentes aos últimos cinco anos, ou seja, de 2011 a 2015. Bibliográfica, porque visa instruir e discutir o assunto, tema e problema com base em referências publicadas no site do ente federativo (MARTINS e THEÓPHILO, 2009). Por fim, estudo de caso, por ser tratar de uma investigação empírica sobre fenômenos dentro do seu contexto real, procurando aprender, descrever, compreender e interpretar a complexidade do caso (MARTINS e THEÓPHILO, 2009).

Não obstante, foi realizada uma revisão de literatura com o objetivo de formar a base legal e conceitual para o enfoque do problema, que arrolou a introdução da LRF, os históricos evolutivos dos limites constitucionais anteriores a LRF, as variáveis a serem utilizadas para o cálculo dos limites, os relatórios específicos obrigatórios e essenciais em atendimento à Lei, e ainda, as penalidades e sanções estabelecidas.

Além disso, quanto à abordagem, esta pesquisa se enquadra como qualitativa (MARTINS e THEÓPHILO, 2009), onde compreende uma análise intrínseca das despesas com pessoal dos últimos cinco anos do município de Florianópolis/SC com base na LRF, e ainda quantitativa (LAKATOS, MARCONI, 2007), que aplica os resultados encontrados a partir das variáveis analisadas a fim de evidenciar a situação do município em consonância com a Lei.

Para uma análise mais real e melhor evidenciação do objetivo desta pesquisa, após a obtenção dos dados extraídos do RGF, divulgados pelo município durante os últimos cinco anos, foi realizado o ajuste monetário dos valores e corrigidos pela inflação.

Tabela 2 – Fator de ajuste em consonância à inflação com base em dezembro de 2015.

Exercícios Financeiros	2011	2012	2013	2014	2015
IPCA Acumulado	6,50%	5,84%	5,91%	6,40%	10,67%
IPCA Médio Anual	3,92%	2,85%	3,20%	3,61%	6,16%
Inflação Acumulada	36,65%	29,08%	21,53%	14,24%	6,16%
Fator Ajuste para 2015	1,4059	1,3201	1,2473	1,1776	1,1067

Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

Como base na Tabela 2, foi utilizado índice oficial do Governo Federal para controle das metas de inflação da política fiscal e monetária brasileira, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O intuito foi de reduzir as distorções e possíveis erros entre os anos analisados.

Como limitação desta pesquisa, constitui-se a restrição da análise temporal dos dados, já que não observa os períodos anteriores à LRF e também, os dez anos após a promulgação da Lei, ou seja, de 2001 a 2010. Por conseguinte, não foram feitas análises ou comparações específicas com outros municípios do país.

4 RESULTADOS

Nesta seção demonstram-se os resultados da pesquisa. Inicia-se com a análise do Poder Executivo de Florianópolis e em seguida do Poder Legislativo do município, por fim apresenta-se um comparativo entre os Poderes. Para fins de apuração dos limites, os dados coletados são representados pela Receita Corrente Líquida (RCL) e a Despesa Total com Pessoal (DTP), extraídos do Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do ente. Os dados foram obtidos através do portal da transparência de Florianópolis dos exercícios financeiros de 2011 a 2015.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS DO PODER EXECUTIVO

Na Tabela 3 constam os dados e apurações relativos ao Poder Executivo, apresentado pelo valor monetário corrigido e atualizado da DTP, RCL bem como os percentuais representados pela divisão da DTP pela RCL, para melhor entendimento dos resultados apurados. Além disso, apresenta os valores monetários dos limites máximo, prudencial e de alerta relativos à RCL.

Tabela 3 – Apuração dos limites legais para as despesas com pessoal do Poder Executivo de Florianópolis Valores ajustados em R\$ Milhões de Reais

Poder Executivo	2011	2012	2013	2014	2015
DTP	627.424	663.807	708.498	746.361	831.844
RCL	1.264.809	1.260.897	1.315.732	1.396.005	1.463.001
% da DTP sobre a RCL	49,61%	52,65%	53,85%	53,46%	56,86%
LM (54% da RCL)	682.997	680.885	710.495	753.843	790.021
LP (95% do LM)	648.847	646.840	674.971	716.151	750.519
LA (90% do LM)	614.697	612.796	639.446	678.459	711.018

Fonte: Adaptado do Anexo I do RGF (PMF, 2011 a 2015).

Com base na Tabela 3, observa-se que o Poder Executivo extrapolou os limites estabelecidos na LRF em todos os anos analisados, ou seja, entre 2011 e 2015. No exercício financeiro de 2011, o percentual da DTP sobre a RCL foi de 49,61%, que representou o valor de R\$ 627.424 milhões para um limite máximo (art. 59, § 1º, inciso II, da LRF) de R\$ 682.997 milhões. Entretanto, o montante da DTP ultrapassou 90% do limite máximo, interpretado como limite de alerta, porém não cabendo penalização com base na LRF.

No ano de 2012, as despesas com pessoal atingiram R\$ 663.807 milhões, para um limite máximo de R\$ 680.885 milhões, o que representou 52,65% da RCL. Os limites de alerta e prudencial (art. 22, parágrafo único, da LRF) foram extrapolados no ano.

Em 2013, os limites de prudencial e de alerta foram atingidos e a despesa total com pessoal representou 53,85% da RCL, ficando apenas 0,28% abaixo do limite máximo, de R\$ 710.495 milhões.

O percentual total da DTP sobre a RCL no exercício financeiro de 2014 chegou a 53,46%, excedendo o limite prudencial no montante de R\$ 30.210 milhões. Entretanto, as despesas com pessoal apresentaram uma diferença de R\$ 7.482 milhões abaixo do limite máximo permitido.

No período de 2015, o Poder Executivo ultrapassou todos os limites estabelecidos pela LRF. Verifica-se uma DTP de 56,86% em face da RCL, 2,86 pontos percentuais acima do limite máximo (incisos I a II do art. 20, LRF), denotando uma margem de R\$ 41.823 milhões entre o permitido e o executado. Do exposto, o percentual excedente de 5,29% deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro (BRASIL, 2000a), sob a pena de sofrer punições, conforme § 3º incisos I a II do art. 23 da LRF, elencadas na fundamentação teórica desta pesquisa.

Conforme informação repassada pela Secretaria de Finanças do Poder Executivo de Florianópolis, através de contato telefônico, o aumento de despesa no exercício financeiro de 2015 se deu,

principalmente, à nomeação de pessoal aprovado em concurso público na área de Segurança Pública, Educação e Saúde. Fato esse que deve ser apurado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, visto que, conforme o art. 20 da LRF, após o extrapolar 95% do limite máximo com despesa com pessoal, o ente fica vedado à contratação de pessoal a qualquer título.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS DO PODER LEGISLATIVO

Com base na Tabela 4, observa-se que o Poder Legislativo do município de Florianópolis manteve o percentual de DTP ante a RCL abaixo dos 4% nos anos analisados.

Tabela 4 – Apuração dos limites legais para as despesas com pessoal do Poder Legislativo de Florianópolis Valores ajustados em R\$ Milhões de Reais

Poder Legislativo	2011	2012	2013	2014	2015
DTP	40.914	39.948	39.896	42.430	44.577
RCL	1.264.809	1.260.897	1.315.732	1.396.005	1.463.001
% da DTP sobre a RCL	3,23%	3,17%	3,03%	3,04%	3,05%
LM (6% da RCL)	75.889	75.654	78.944	83.760	87.780
LP (95% do LM)	72.094	71.871	74.997	79.572	83.391
LA (90% do LM)	68.300	68.088	71.050	75.384	79.002

Fonte: Adaptado do Anexo I do RGF (PMF, 2011 a 2015).

Diante do exposto, verifica-se que o Poder Legislativo de Florianópolis cumpriu, em todos os anos de análise, os limites estabelecidos no art. 20 da LRF. Ademais, nenhum dos limites do art. 19, 20, 22 e 59 da LRF foram ultrapassados entre 2011 e 2015.

O menor percentual de DTP em relação à RCL foi alcançado em 2013, onde a mesma representou 3,03%. O montante de R\$ 39.896 milhões foi gasto com folha de pessoal, R\$ 39.048 milhões a menos que o limite máximo, de R\$ 78.944 milhões.

No período de 2011 foi apurado o maior percentual de gastos, 3,23% de DTP se comparado a RCL. O montante gasto ficou 46,09% abaixo do limite máximo estabelecido no art. 59, § 1º, inciso II, da LRF.

4.3 PODER EXECUTIVO VERSUS PODER LEGISLATIVO

De acordo com os dados da análise foi elaborado o Quadro 2, onde é apresentado um resumo comparativo do atingimento dos limites legais previstos da LRF anos de 2011 a 2015 do município de Florianópolis.

Quadro 2 – Limites da LRF alcançados pelo Município de Florianópolis de 2011 a 2015.

Poderes	Ano	Limites (% da RCL)		
		Alerta	Prudencial	Máximo
Executivo	2011	X		
	2012	X	X	
	2013	X	X	
	2014	X	X	
	2015	X	X	X
Legislativo	2011			
	2012			
	2013			
	2014			
	2015			

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da análise do Quadro 2, observa-se um melhor controle, pelo gestor, das contas do Poder Legislativo se comparada às do Poder Executivo referente às despesas com pessoal e as limitações estabelecidas pela LRF. No horizonte temporal da análise, o Poder Legislativo não ultrapassou nenhum dos limites, ao contrário do Poder Executivo, onde os limites foram ultrapassados em todos os anos da análise.

O período de 2015 merece destaque, visto que o limite máximo foi excedido (incisos I a II do art. 20, LRF), assim, no período de 2016, o ente ficou impedido de receber transferências voluntárias, obter garantia direta ou indireta de outro ente, contratar operações de crédito (§ 3º, incisos I a III, art. 23, da LRF).

Diante disto, aguarda-se o parecer do Tribunal de Conta do Estado de Santa Catarina (TCE-SC) acerca da prestação de contas de governo, informando quais penalizações e consequências o gestor do ente sofreu ou irá sofrer diante desta infração à Lei. Tais consequências podem ser a cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201/1967, art. 4º, inciso VII) e reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/00, art. 2º).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o objetivo da presente pesquisa foi alcançado, visto que as informações apresentadas denotam a aplicabilidade da LRF no que tange ao cumprimento dos limites estabelecidos para as despesas com pessoal do Município de Florianópolis/SC, entre os anos de 2011 a 2015. Utilizou-se, com a finalidade de alcançar este objetivo, o Anexo I do RGF dos últimos cinco anos disponibilizados no sítio eletrônico da Prefeitura e da Câmara de Vereadores.

Observou-se a composição e a evolução da Despesa Total com Pessoal (DTP) dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, bem como a Receita Corrente Líquida (RCL), numa análise temporal de cinco anos, abrangendo os exercícios financeiros de 2011 a 2015, em relação aos limites máximo, prudencial e de alerta estabelecidos pela LRF. Quanto aos valores monetários, foi realizado um ajuste dos valores originais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que permitiu uma efetiva percepção das receitas e despesas.

Diante dos resultados obtidos a partir da série histórica, observou-se que o Poder Executivo de Florianópolis/SC, em todos os cinco anos analisados, ultrapassou pelo menos um dos limites estabelecidos pela LRF. No exercício financeiro de 2011, apenas o limite de alerta foi extrapolado, não cabendo penalização com base na LRF. Nos exercícios financeiros de 2012 a 2014, o Poder Executivo ultrapassou tanto o limite de alerta quanto o limite prudencial (parágrafo único do artigo 22 da LRF). Já no exercício de 2015, além de extrapolar os limites de alerta e prudencial, o limite máximo foi ultrapassado (incisos I, II e III do artigo 20 da LRF), descumprindo a LRF e, assim, o gestor atual ficando sob a pena de cassação de mandato (Decreto-Lei nº 201/1967, art. 4º, inciso VII).

A partir dos resultados, conclui-se que o no ano de 2015 o Poder Executivo de Florianópolis/SC infringiu as imposições da LRF em face das despesas com pessoal, assim, aguardando o julgamento das prestações de contas de governo pelo TCE-SC. Em relação ao Poder Legislativo, conclui-se que o ente cumpriu, entre 2011 a 2015, todos os limites estabelecidos pela LRF, conservando suas despesas com pessoal abaixo de 4% da RCL, não se enquadrando em nenhum dos limites ao longo da série temporal da análise.

Portanto, considera-se que as limitações impostas pela LRF tornou o controle das despesas com pessoal mais eficiente e têm contribuído para uma gestão responsável e transparente do Poder Legislativo do município de Florianópolis. No entanto, o controle de gastos do Poder Executivo não é eficiente, visto que, nos anos analisados, o ente extrapolou todos os limites impostos pela LRF, principalmente no ano de 2015, cabendo agora ao gestor e ao ente público as sanções e punições previstas na referida Lei.

Recomenda-se, como objeto de pesquisas futuras, que sejam realizados estudos de caso com a composição específica das despesas e sua variação ao longo do tempo em contrapartida às flutuações das receitas, com o objetivo de verificar se o aumento das despesas está diretamente proporcional ou não às receitas realizadas, bem como uma comparação com outros municípios do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 24 de janeiro de 1967. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Constituição Federal de 1988. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: 27 fev. 1967. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0201.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: 20 out. 2000. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10028.htm>. Acesso em: 8 fev. 2016.

_____. Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995. Disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp82.htm>. Acesso em: 28 fev. 2016.

_____. Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999. Disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp96.htm>. Acesso em: 11 fev. 2016.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 24 fev. 2016.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas. Situação dos Gastos com Pessoal e Dívida Consolidada nos Municípios do Cone Sul de Rondônia após 15 anos da LRF. Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal, v. 59, p. 1090-1131, 2016.

CRUZ, F. A influência da limitação das despesas com pessoal na gestão pública municipal e um perfil comportamental dos municípios catarinenses. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade, Rio de Janeiro. v. 13, ago./out. 2001.

FANTIN, M. S. C.; PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F. A evolução das despesas com pessoal no Município de Videira (SC) e sua observância aos limites desde a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal. In: 3º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade. Florianópolis: UFSC, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo Atlas: 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007. 312p.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar n.101.2 ed. rev., atual e ampla. – Belo Horizonte: Del Rey. 2001.

NÓBREGA, Marcos. Lei de Responsabilidade Fiscal e Leis Orçamentárias. - São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

PLATT NETO, O. A.; BARCELOS JR, M. D. Desempenho Fiscal da Câmara Municipal de Florianópolis após Implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 6., São Paulo. Anais... São Paulo: EAC/FEA/USP,

2006. Disponível em:

<www.congressousp.fipecafi.org/artigos62006/98.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis. Relatório de Gestão Fiscal (2011 a 2015): Anexo I do RGF – Demonstrativo de Despesa com Pessoal, referente aos anos de 2011 a 2015. Disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/transparencia/index.php?pagina=responsabilidade-fiscal&menu=>>
Acesso em: 19 jul. 2016.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROGERS, P.; SENA, L. B. Análise agregada dos municípios mineiros de grande porte quanto à agregação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Revista Contemporânea de Contabilidade, Ano 04, v.1, n.8, p. 99-119, jul./dez. 2007. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/1958/4597>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. STN. Infrações da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas penalidades. Disponível em:

<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/infracoes-da-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-suas-penalidades>> Acesso em: 11 fev. 2016.

SILVA, L. M. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Capítulo 4



10.37423/240208723

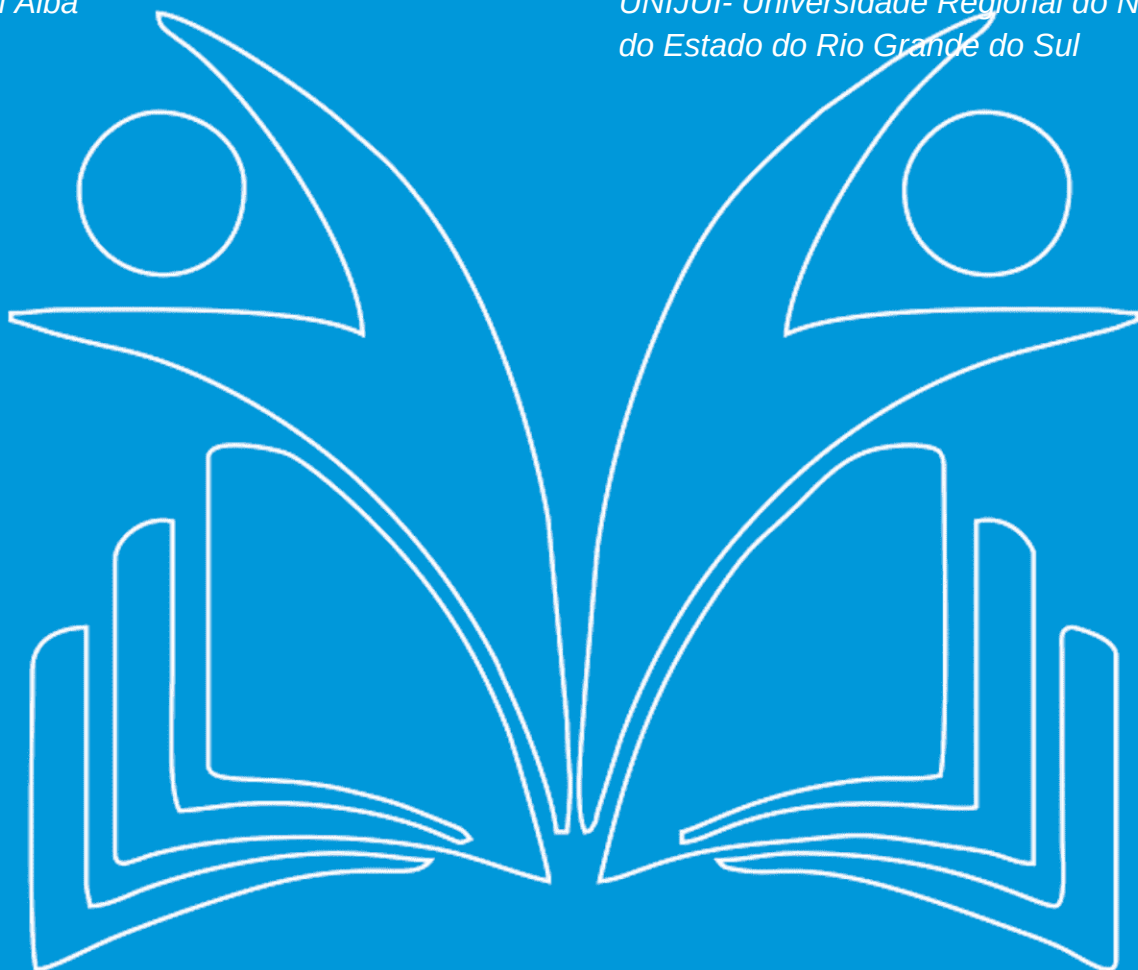
MARKETING E VAREJO: O COMPORTAMENTO DE COMPRA E O IMPACTO DO E-COMMERCE NO VAREJO FÍSICO DE UM MUNICÍPIO DA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO ESTADO DO RS

Ariosto Sparemberger

*UNIJUÍ-Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul*

Maicon Dall Alba

*UNIJUÍ- Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul*



1 INTRODUÇÃO

O varejo físico é um dos principais setores da economia brasileira, sendo um dos principais responsáveis pela geração de emprego, renda e desenvolvimento de estados e municípios, quando explorado de forma inovadora e eficiente. De 2021 até 2022 o varejo evidenciou um crescimento real de 4,9% na comparação anual, segundo resultado positivo após uma sequência de uma taxa negativa, segundo a pesquisa do IDV (2022) Instituto de Desenvolvimento do Varejo.

O varejo é um setor que concentra a maior quantidade de compradores sem registro, onde tem um contingente de 6,8 milhões de trabalhadores. Já o varejo digital mostra a maior evasão tributária do que o varejo físico, com 33% a 37% das vendas contra 25% a 34% das vendas físicas. Isso tudo está ocorrendo porque a plataforma digital apresenta os diferentes níveis de monitoramento sobre a atuação informal de seus vendedores, de acordo com a pesquisa IDV (2023) Instituto de Desenvolvimento do Varejo.

Porém, a tecnologia proporcionou outras modalidades de negócios, em especial no setor varejista. Nos últimos 5 anos a internet abriu um novo leque de opções quando se fala de compra e venda de produtos. Colocando em evidência outro setor varejista que vem se destacando e ganhando espaço na economia, o varejo online, sites na internet que oferecem produtos para vendas, sem a necessidade de um espaço físico ou vendedores em contato direto com clientes.

O que acaba diminuindo custos e facilitando as vendas, pois se podem aumentar as facilidades de venda junto aos seus clientes, eliminando intermediários e abrindo uma conexão direta entre cliente e produto, o que acarreta em preços menores e condições de pagamento mais longos.

A população da internet nas empresas, lares, e até mesmo em lugares públicos vem cada dia que se passa popularizando as vendas de uma maneira antes impossível, se a presença física de uma loja ou uma pessoa para demonstrar ou oferecer o produto ao cliente, esse novo modelo de negócio denominado *E-Commerce* leva a possibilidade de comprar sem sair de casa em qualquer loja virtual existente na internet, permitindo até mesmo que uma pessoa efetue suas compras de uma loja que se encontra no outro lado do mundo.

Hoje com esse novo meio de compra e venda do *E-Commerce*, vem competindo em muitas vezes com o varejo tradicional que necessita se reinventar e se atualizar para continuar em crescimento e conseguir bater de frente com esse concorrente que a cada dia que passa conquista mais clientes, fidelizando estes com suas facilidades. Para isso se faz necessário que os gestores do varejo tradicional

entendem o comportamento do consumidor, que de acordo com a velocidade que o mercado tem se modificado vem sendo inseridos em constante busca menor de desperdício de tempo possível, quando se diz respeito a encontrar e comprar seu produto ou serviço. As organizações analisando esses fatores, por meio de pesquisas de marketing de relacionamento, pode perceber que além de velocidade, os clientes buscam diversidade de produtos, qualidade, preços baixos e facilidades para realizar suas compras online. (SCHIFFMAN E KANUK,2000).

Nesta direção, o marketing exerce um papel preponderante e fundamental, pois pode oferecer uma direção planejada para os negócios, principalmente estratégias de atuação no mercado. Além do marketing possibilitar o conhecimento do mercado, há o composto mercadológico que se baseia na ideia que a empresa produz um bem ou serviço, onde o consumidor deve ser comunicado que este bem ou serviço existe, devendo este ser distribuído aos mais variados tipos de venda, e pôr fim a empresa deve cobrar um montante pelo fornecimento do produto.

A partir dessa temática, o presente estudo tem por objetivo principal identificar o comportamento de compra de uma amostra de consumidores e também entender a percepção de gerentes do varejo físico em relação ao avanço das vendas pela internet e o impacto desta ação no varejo físico da cidade de Santa Rosa – RS. Atualmente é importante entender o varejo online, pois ele impacta no desempenho das vendas do negócio físico.

Desta forma, o presente trabalho, além desta introdução, apresenta o referencial teórico com conceitos sobre o tema em estudo, a metodologia que orientou a pesquisa, os resultados e discussão dos dados coletados e por fim, a conclusão e ainda as referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MARKETING

Marketing é um processo social e gerencial pelo qual os indivíduos e grupos obtém o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com os outros. (KOTLER &ARMSTRONG,1999).

Muitas empresas crescem de maneira orgânica e demoram meses e até anos para começar a fazer marketing. O conceito de apenas vender algo é totalmente equivocado, pois o marketing se aprofunda em tudo que envolve o processo, bem como a produção, logística, comercialização e pós-venda do produto ou serviço.

Para Kotler e Armstrong (2023), marketing é engajar os clientes e gerenciar relacionamentos lucrativos com eles. Os dois objetivos do marketing são: atrair novos clientes, prometendo valor superior, e manter e cultivar os clientes atuais, entregando valor e satisfação. Marketing no sentido de satisfazer as necessidades do cliente. Se a empresa engaja os consumidores de maneira efetiva, entende as necessidades deles, desenvolve produtos que oferecem valor superior e precifica, distribui e promove esses produtos bem, eles são vendidos com facilidade.

Cobra (2005) acrescenta que o marketing funciona como uma ação de planejamento que eleva a execução. Todas essas respostas são obtidas após saber: que mercado trabalhar, o tipo de produto deve ser vendido, como divulgar e distribuir este produto para finalmente a execução da venda.

Segundo Kotler e Keller (2006) o marketing envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais, sendo definido de uma maneira simplista pelo autor, como uma forma de suprir necessidades lucrativamente.

A função do marketing é então identificar as necessidades não satisfeitas, de modo a colocar no mercado produtos ou serviços que ao mesmo tempo, proporcionem satisfação dos consumidores, gerem resultados auspiciosos e valham a melhorar a condição de vida das pessoas e da comunidade em geral

2.2 ESTRATÉGIAS DE MARKETING

A estratégia é importante para a elaboração de um plano para a empresa. A finalidade é estabelecer quais serão os caminhos, os programas de ação que devem ser seguidos para alcançar os objetivos estabelecidos. Segundo Oliveira (1992), o conceito básico de estratégia está relacionado a ligação da empresa e seu ambiente. E, nesta situação, a empresa procura definir e operacionalizar estratégias que maximizam os resultados da interação estabelecida. Para este autor, estratégia é definida como um caminho, ou maneira, ou ação estabelecida e adequada para alcançar os defeitos e objetivos da empresa.

Kotler (1998) afirma que estratégia de marketing é a lógica pela qual a unidade de negócios espera atingir seus objetivos de marketing. Estas estratégias, segundo Fernandes e Berton (2005) devem ser direcionadas para atingir as metas da empresa, podendo ser descritas em seis linhas: mercado-alvo, posicionamento central, posicionamento do preço, proposta total do valor, estratégia de distribuição e estratégia de comunicação.

As estratégias são ações que a organização deve programar para consolidar o objetivo da mesma. Elas devem ser formuladas a luz da missão, do diagnóstico e dos objetivos, levando em conta o mercado, os recursos humanos e operações. (AMBONI, 1997).

O Marketing estratégico “exerce papel fundamental de aproximação da organização com os consumidores” SPAREMBERGER e ZAMBERLAN (2008). Dessa maneira, devido ao aumento da produção não ter a capacidade de suprir a oferta de produtos, é necessário que as empresas tenham conhecimento das necessidades de seus clientes, buscando meios para que consigam demandas as suas ofertas.

2.3 COMPOSTO MERCADOLÓGICO – 4P’S

Da grande variedade de ferramentas que o marketing dispõe, o composto mercadológico é de acordo com Kotler e Keller (2006), a melhor representação de elementos que uma empresa pode, e deve controlar. As estratégias são definidas baseadas em Produto, Preço, Promoção e Praça. Analisando os 4 P’s é possível determinar a abrangência de cada um deles, e sua influência dentro da organização, bem como avaliar as ferramentas que estão sendo utilizadas e tudo que poderá ser feito em termos de estratégias de atuação para desenvolver diferencial estratégico.

Os compostos de marketing propostos são uma forma de planejar, organizar, dirigir e controlar o esforço de marketing por parte dos gestores e equipe. Podemos visualizar na figura os elementos e suas características.

Figura 1- Composto Mercadológico



Fonte: Kotler & Armstrong (1999)

Elias (2001), afirma que o composto mercadológico foi formulado primeiramente por Jerome McCarthy e trata do conjunto de pontos de interesse para quais as organizações devem estar atentas se desejam perseguir seus objetivos de marketing. Este modelo se baseia na ideia que a empresa produz um bem ou um serviço (produto), o consumidor deve ser comunicado que este bem ou serviço existe (promoção), devendo este ser distribuído aos mais variados tipos e locais de venda (praça), e por fim a empresa deve cobrar um montante pelo fornecimento do produto (preço).

Kotler e Armstrong (1998) destacam que para se ter um programa eficaz de marketing é necessário que se reúna todos os elementos do composto de marketing em um programa coordenado, destinado a atingir os objetivos de marketing da empresa mediante a oferta de valor aos consumidores. Expõem igualmente que o composto de marketing é o conjunto de táticas da empresa para criar um forte posicionamento nos mercados-alvo. Os quatro fatores do mix de marketing estão inter-relacionados, onde decisões de uma área afetam ações de outra. Quando uma empresa utiliza o preço como ferramenta competitiva, os outros fatores devem ser desenhados para dar suporte a uma estratégia de preço agressiva. Cada elemento do mix de marketing contém infinitas alternativas, cabendo a administração selecionar uma combinação de fatores que consigam satisfazer o mercado-alvo.

2.4 VAREJO

De acordo com Lima (2009), o varejo como conhecemos hoje, cada vez mais vem se modificado devido as mudanças tecnológicas que proporcionam uma grande facilidade de comunicação entre empresas, mercado e clientes, tais mudanças também colaboram para a busca crescente por comodidade na busca por produtos e serviços, gerando economia de tempo e esforço.

Nesse ponto é possível identificar que o varejo vem evoluindo e se integrando com as constantes evoluções da economia, no sentido que consumidores e seus indivíduos familiares se satisfazem através de troca realizada por transações com alguns indivíduos JUNIOR (1996).

Segundo Parrente (2008), o ambiente da loja desempenha um papel central na construção do valor e da imagem do estabelecimento junto ao consumidor. O “Visual Merchandising” nas lojas direcionados à baixa renda deve contemplar algumas características específicas, tais como: cores vivas, forte iluminação, fartura na exposição de produtos e etc.

E a facilidade de crédito, novamente, é a instabilidade nos rendimentos e a restrição orçamentária levam o consumidor a realizar boa parte de suas compras de forma “fiada”, é por conta disso que a facilidade de crédito e mesmo o crédito informal são por ele extremamente valorizados.

2.5 TIPOS DE VAREJO

De acordo com Giulian (2003), classifica-se o varejo em dois tipos, queria com loja e sem loja, e os principais tipos de varejo com loja são: Lojas de Departamento, Showrooms de Vendas por Catálogo, Lojas de Desconto, Lojas de Especialidades, Lojas de Conveniência, Lojas de Liquidação e Supermercados.

Ainda segundo Giuliani (2003), os principais tipos de varejo sem loja são: Convencional, Venda Direta, Venda por Catálogos ou Mala Direta, Televendas, Venda pela Televisão, Máquinas de Venda, Marketing Direto Integrado e Varejo sem Loja Eletrônica.

Já para Kotler & Armstrong (1999), as organizações varejistas são variadas e novas formas continuam surgindo. Diversas classificações têm sido propostas. Para nosso propósito, discutiremos as lojas do varejo e varejos sem loja são: Lojas de Especialidade, Lojas de Departamentos, Supermercados, Lojas de Conveniência, Lojas de descontos, Varejos de Liquidação, Superlojas e Showrooms de Venda por Catálogos.

Ainda segundo Kotler & Armstrong (1999), os principais tipos de varejo sem loja são: Venda Direta, Venda Um a Um, Venda de um para Muitas, Marketing de Multinacional, Marketing Desejado, Venda Automática e Serviços de Compra.

2.6 E – COMMERCE

A tecnologia denominada internet possibilita um relacionamento direto entre empresas e pessoas, proporcionando a possibilidade de negócios onde quer que se esteja com baixo custo, desde que possua uma conexão via rede mundial de computadores. Este fato aumentou o poder de barganha dos clientes que ao procurar conteúdos em sites de compra on-line, que muitas vezes são muito inferiores aos praticados pelas lojas físicas padrões, portanto as empresas que ainda não se atentaram a esse novo padrão de clientes e negócios precisam se alertar e se adaptar, voltando-se a novo estilo de compra e venda de produtos. (TURCHI, 2012).

A população da internet nas empresas, lares, e até mesmo em lugares públicos vem a cada dia que se passa popularizando as vendas de uma maneira antes impossível, se a presença física de uma loja ou uma pessoa para demonstrar ou oferecer o produto ao cliente, esse novo modelo de negócio denominado *E-Commerce* leva a possibilidade de comprar sem sair de casa em qualquer loja virtual existente na internet, permitindo até mesmo que uma pessoa efetue suas compras de uma loja que se encontra no outro lado do mundo.

Segundo o autor Albertin (2001) *E-Commerce* é o processo de negócios realizados via rede mundial de computadores, ou seja, por meio da internet, utilizando as tecnologias existentes que possibilitem essa ação, e atendendo assim aos objetivos de negócio em questão.

Esse processo permite a compra e venda de bens tangíveis e intangíveis disponíveis em lojas ou prestadoras de serviços que utilizam o meio virtual para vender ou comprar produtos ou serviços.

2.7 VENDAS ONLINE

As vendas são importantes tanto para os consumidores quanto para a empresa. Para os primeiros, proporcionam melhoria do padrão de vida, pois devido à grande concorrência, cada empresa esforça-se em obter as maiores vantagens para seus clientes através do aperfeiçoamento de produtos e métodos.

Para a empresa, são as vendas que produzem o faturamento necessário para a sua manutenção e desenvolvimento. Além dessas vantagens mencionadas, na área específica do setor terciário, inclusive a da própria prestação de serviços que é uma das tarefas essenciais da equipe de vendas (LAS CASAS, 2007).

Muitas são as empresas cuja atividade principal é a venda, pois elas dependem disso para sobreviverem no mercado, e seu foco é desenvolvimento de técnicas de vendas para gerar grandes volumes no comércio. Segundo Cobra (2005), a partir de 1930, após concentrar na melhoria da produção e distribuição, o processo de vendas começou a ser observado como uma fraqueza das atividades comerciais, e assim a área de vendas passou a receber grande atenção.

3 METODOLOGIA

Quanto à classificação da pesquisa o estudo está estruturado em duas partes, uma de caráter exploratório e outra de tipo descritivo. De acordo com Malhotra (2001), a pesquisa exploratória é muito significativa em situações onde o pesquisador não dispõe de conhecimento para dar prosseguimento à pesquisa, sendo está muito flexível e versátil, estando os pesquisadores sempre buscando dados e ideias novas e diferenciadas, podendo mudar a direção e a exploração dos dados, de acordo que algo novo é descoberto. Quanto à pesquisa descritiva, Zamberlan, et al (2014) explica que visa identificar, expor e descrever os fatos ou fenômenos de determinada realidade em estudo, características de um grupo, comunidade, população ou contexto social.

A pesquisa bibliográfica que tem grande abrangência, pois resulta na utilização de toda a bibliografia e relacionamento ao tema a ser estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, e etc. Tendo como seu principal objetivo direcional o pesquisador com todo o tipo de material, dito, escrito ou filmado sobre assunto a ser pesquisado. (MARCONI, 1999).

E para Gil (2002), a pesquisa de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população, segundo determinadas variáveis. Apresenta maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa. É desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos, utilizando-se técnicas de observação direta.

Os sujeitos desta pesquisa foi um grupo de clientes e gerentes do comercio varejista da cidade de Santa Rosa – RS. A amostra é composta por clientes das lojas de roupas, matérias de construção, eletrodomésticos, móveis e eletrônicos, que se disponibilizaram a responder a pesquisa. Foi pesquisado 120 clientes e 12 gestores das lojas de Santa Rosa na escolha aleatória das pessoas por cada setor de loja, assim totalizando 132 pessoas entrevistadas.

Para a coleta dos dados da presente pesquisa, foi elaborado um questionário semiestruturado que foram aplicados a um grupo de clientes e gestores das lojas do comércio varejista individualmente de segunda à sexta feira no horário do comercio com questões abertas e fechadas.

Após a realização da coleta de dados, as informações foram tabuladas usando a ferramenta Microsoft Office Excel 2010. Os resultados foram basicamente apresentados por meio de percentuais visando entender o perfil e o comportamento de compra dos clientes. Para isto foi utilizado perguntas fechadas sobre o varejo online e o varejo físico.

Para o grupo de gestores, as perguntas abertas tinham por objetivo principal, entender a percepção dos mesmos, principalmente em relação aos principais impactos do *E-Commerce* nas vendas do varejo físico. Visando preservar a identidade, foi classificado para análise as respostas, considerando Gerente1, Gerente 2, Gerente 3 e assim na sequência.

Para a análise das perguntas abertas, foi observado o conteúdo das respostas dos entrevistados, sendo utilizado a técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2006), esse método, é um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo de mensagens que permitem inferir conhecimento em relação a percepção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 DESCRIÇÃO DA CIDADE

O município em estudo, de acordo com IBGE (2022), possui uma população de 76.963 ha., constituindo-se na maior cidade da Região Fronteira Noroeste, a qual é formada por 20 municípios. Em linha reta, o município está distante da capital do Estado, Porto Alegre 398 Km e de São Paulo, capital 922 Km. Quanto aos setores econômicos do município, segundo site Brasil, Cidade (2022) o mais significativo é o setor de Serviços, com o Valor Adicionado Bruto, a preços correntes de 715.323.462 milhões, seguido pela Indústria com R\$ 391.397.127 e a Agropecuária com R\$ 69.481.588. Nos últimos anos o setor industrial tem atraído trabalhadores em razão de novos investimentos, também ocorre, o crescimento das empresas instaladas no município.

O varejo da cidade, tem por tradição, a partir de ações conjuntas que envolve o sindicato, prefeitura e associação comercial, realizar campanhas que visam mobilizar e motivar os consumidores locais a adquirir produtos no varejo físico do município. Essa estratégia valoriza o comércio local e distribuir prêmios aos participantes.

Porém, o varejo físico sofre a concorrência das vendas online, mesmo que a cidade esteja distante dos grandes centros, a eficiência da logística oferece aos consumidores condições favoráveis devido a rapidez na entrega das mercadorias. A cidade possui muitas empresas instaladas, que realizam o serviço de distribuição das compras para os consumidores finais.

4.2 CARACTERIZAÇÃO E COMPORTAMENTO DE COMPRA DOS PESQUISADOS

A partir da análise dos dados, constatou-se que na pesquisa de campo foram entregues 132 questionários, onde foram respondidos e devolvidos os 132 questionários, totalizando 100% que foram tabulados e analisados um por um, sendo na cidade de Santa Rosa – RS. A maioria dos entrevistados foram do gênero feminino 53% e 47% do gênero masculino e 44% dos entrevistados tem a renda entre R\$ 1.501,00 à R\$ 2.900,00, com relação ao estado civil a grande maioria é solteiros com 64% e a grande parte disso foi devido à faixa etária que foi de 21 à 40 anos tendo 70% dos entrevistados.

Com relação à preferência de compra, 54% dos clientes entrevistados disseram que preferem comprar seus produtos no varejo online e 46% deles preferem comprar os seus produtos no varejo físico.

Já que os 46% dos entrevistados preferem comprar seus produtos no varejo físico, 49,09% deles concordam que o produto exposto nas vitrines sempre atrai mais clientes, e 55,38% disseram que as promoções constantes é que leva a comprar no varejo online.

Visando entender os produtos das lojas, foi questionado referente se a loja proporciona diversificação de produtos adequada para seus clientes, obteve uma concordância de 83,33% dos entrevistados dizendo que há uma tendência em a direção das lojas proporcionar produtos diversos.

Outra variável importante e que impacta no comportamento do consumidor é o preço praticado dos produtos no varejo. A questão relativa foi se os preços praticados pela loja funcionam como um atrativo no mercado, tendo uma concordância de 75%. Porém, entendem que os lojistas precisam tomar cuidado em relação aos preços para que a definição seja um atrativo no mercado, respeitando as margens mínimas de lucro, para não entrarem em uma guerra de preços e comprometer o faturamento da loja.

Outra estratégia muito utilizada pelo varejo físico é a promoção. Quanto a promoção, foi questionado se a loja pratica técnicas de promoção. O resultado mostra que houve uma concordância de 83,33% pelos entrevistados, indicando que as lojas praticam as técnicas de promoções durante o ano, em especial nas datas comemorativas. Já na propaganda a questão foi se a loja coloca cartas de promoções de seus produtos na vitrine da loja para divulgar para seus clientes visando aumentas suas vendas, indicando que 83,33% dos entrevistados expressaram que a loja coloca cartazes de promoções dos produtos nas vitrines das suas lojas.

Já no canal de distribuição, com 75%, teve a concordância na questão se a loja negocia com atacadista e distribuidores, onde os entrevistados mostraram que há negociação com distribuidores e atacadistas. Também os resultados mostram que 66,67% dos respondentes, concordam que os atendentes possuem conhecimento adequado sobre produtos e marcas, onde eles expressaram que os atendentes contêm conhecimento adequado sobre produtos e marcas nas lojas do comercio varejista de Santa Rosa.

O resultado também mostra que para os clientes que preferem fazer suas compras no varejo online, 51% disseram ter gastado nos últimos 3 anos em compras de produtos entre R\$ 2.001,00 à R\$ 4.000,00 reais e 68% dos clientes compraram nos últimos 3 anos acima de 6 produtos, assim para o pagamento das compras, eles utilizaram o cartão de crédito parcelado com 52% dos entrevistados.

Ainda, os resultados mostram que 46% dos clientes preferem comprar seus produtos no varejo físico, e que gastaram nos últimos 3 anos em compras dos produtos entre R\$ 2.001,00 à R\$ 4.000,00 reais e 76% disseram que nos últimos 3 anos compraram acima de 6 produtos e desses, 31% utilizaram o boleto à vista para o pagamento na compra dos produtos.

4.3 PERCEPÇÃO DOS GERENTES DO VAREJO FÍSICO

Inicialmente foi abordado com os gestores o tema do *E-Commerce* e seu impacto no varejo físico, visto que esta é uma preocupação permanente, principalmente para quem atua no comércio físico e percebe a ação da concorrência nas estratégias de vendas online, principalmente em relação ao preço dos produtos serem mais competitivos para quem compra pela internet.

Os resultados mostram que de acordo com os gestores, existe sim influência do comércio eletrônico no total das vendas. Os mesmos responderam que *“tem uma redução nas vendas, devido a facilidade de compra sem precisar sair de casa”* (GERENTE 8). Já por sua vez, o (GERENTE 4) disse que *“nossa cidade é grande, as mídias ajudam para as pessoas verem os produtos, mas não necessariamente elas compram”* e o (GERENTE 12) falou *“tive que me adaptar e também vender por mídias sociais”*.

No varejo, a fidelização e a manutenção de clientes é fundamental para o crescimento do negócio e para obtenção de ganhos financeiros. Ao perguntar aos gerentes se está ocorrendo a redução de clientes e das compras, o (GERENTE 4) disse que: *é muito relativo, depende a época e o clima, mas a compra na internet influencia para a diminuição, valor e maior abrangência nos produtos é fato de estar tudo nas mãos*, e o (GERENTE 3) afirma que sim, *principalmente devido à concorrência*, o (GERENTE 1) percebe que não, *pois sempre as estratégias estão voltadas para fazer o melhor e ser diferente da concorrência*.

Quando questionada os gestores, acerca do que a loja faz para enfrentar as vendas online, o (GERENTE 2) afirma que *“divulgando os produtos e oferecendo bons preços”*, e o (GERENTE 8) desta que *“trabalhamos com preços atrativos, divulgando bastante, e trabalhando com condicionais, assim o cliente não precisa sair da comodidade de sua casa se não quiser”*. Já para o (GERENTE 10), afirma que *“muitas ações estão sendo desenvolvidas para enfrentar o comércio online, mas mesmo assim as vendas estão estagnadas a vários anos”*.

Outro tema trabalhado foi referente aos ganhos financeiros com as vendas. Portanto, acerca de como a loja está vendendo seus produtos e obtendo lucros significativos, mesmo com o desenvolvimento contínuo do meio tecnológico, *“o entrevistado afirma que utilizam estratégias voltadas para uma boa*

divulgação de marketing das ofertas e por meio do bom atendimento” (GERENTE 2). Percebe que “trabalhando com produtos de qualidade e que se destacam na mídia” (GERENTE 10) e “fazendo adaptações e mudanças quando necessárias” , (GERENTE 11).

No questionamento sobre de que forma as lojas estão fidelizando novos clientes, mesmo com toda a tecnologia, o (GERENTE 3) explica *“procurando a melhor qualidade com melhores preços”*, já o (GERENTE 4) disse com *“diferencial, inovação e honestidade*, e o (GERENTE 12) destaca: *“sendo mais amiga do cliente, criando relações humanas”*.

Indagando os gerentes sobre a percepção dos mesmo em relação a mudanças na economia e quais as medidas e ações utilizadas em seu negócio no período de instabilidade, o (GERENTE 2) mencionou *“tanto por produtos diferenciados com preços mais acessíveis para que o cliente consiga comprar apesar da crise”*, e o (GERENTE 8) mencionou dizendo *“buscamos trabalhar com preços bons, que recebem no bolso de todos os clientes, já que os clientes estão comprando menos devido ao aumento dos produtos necessários”*. E para o (GERENTE 12) menciona que *“reduzo alguns custos e procuro comprar mais quantidade e pedir muito desconto a vista, segredo não comprar muito parcelado”*.

Toda loja apresenta ou não fatores negativos com relação ao desenvolvimento dos meios midiáticos e econômicos. Desta forma os gerentes explicam que este aspecto tem sido preocupante no setor das vendas. O (GERENTE 1) destaca: *“só temos pontos negativos, não podemos perder vendas para a internet, precisamos fidelizar os clientes”*. O (GERENTE 6) e o (GERENTE 7) diz *“sim. Preocupa porque as mudanças estão sendo constantes e rápidas. E a margem de lucro está muito reduzida, para não perder a competitividade”*.

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados trazem preocupação para o varejo físico. Pois a pesquisa mostra que o varejo online vem cada dia que passa tendo uma grande importância e um crescimento significativo. Na atualidade se tornou natural a compra e venda dos produtos sem precisar sair de casa. Tornando possível a não utilização de um ponto de venda física para a venda de produtos.

Embora foi constatado que uns percentuais de clientes adquirem seus produtos no varejo físico, é necessária uma análise dessa modalidade, pois para melhorar a competitividade do setor, é necessárias estratégias de marketing para que essa modalidade possa sobreviver diante do atual cenário. Sendo este o grande desafio dos gestores que atuam no varejo físico da cidade.

Quanto a percepção dos gestores referente ao impacto do comércio eletrônico no varejo físico, percebe-se uma preocupação dos mesmos acerca das mudanças no comportamento dos consumidores. Pois os clientes encontram muita facilidade ao efetuar compras online onde tem levado o consumidor a investir neste modelo, principalmente pela facilidade que a internet oferece e lhe proporciona. O impacto é percebido, pois os gerentes destacam a redução nas vendas físicas, e a redução dos consumidores nos seus estabelecimentos comerciais, consequência da opção pessoas por comprar pelo *E-Commerce*.

Cabe destacar que as organizações devem investir na área de vendas online, pelo fato que os custos são mais baixos e há demanda e facilidade por meio da tecnologia, como também a facilidade é muito mais prática e ágil para o consumidor final.

Pode-se concluir que em relação aos pesquisados neste estudo, 70% são jovens entre 21 à 40 anos, sendo a maior quantidade do sexo feminino com 53% e eles tem uma renda entre R\$ 1.501,00 à 2.900,00 e a grande maioria são solteiros com 64%. Observou-se também que 54% dos clientes preferem comprar seus produtos pelo varejo online, mantendo o conforto de comprar diretamente do seu lar, sendo assim esses entrevistados gastaram em média de R\$ 2.001,00 à R\$ 4.000,00 nos últimos 3 anos comprando de acima de 6 produtos e preferindo na forma de pagamento das compras a utilização do cartão de crédito parcelado.

É possível concluir, após análise dos dados da pesquisa que os clientes entrevistados preferem o varejo online, sendo que a maioria afirmara que buscam comprar seus produtos nesse canal de compras pelo fato de ser os melhores preços que no varejo físico. Para quem prefere o varejo físico para comprar seus produtos o principal fator é pela facilidade em poder ver, pegar e provar.

Portanto, a partir dos resultados obtidos nesse estudo, entende-se que os objetivos do presente trabalho foram atendidos, mostrando que os clientes da cidade de Santa Rosa – RS tem a preferência pelo varejo online, com relação ao varejo físico para realizar as suas compras. Identificando essa preferência, sugere-se para o varejo físico, desenvolver ações para manter os clientes atuais e não deixar de perder eles pelo varejo online. Também é importante, sempre ir em busca de novos clientes, aprimorar e diversificar a linha e marca de produtos, oferecer experiências relevantes na hora da compra e usar as redes sócias para divulgar seus produtos e ofertas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTIN, Alberto Luiz. Comércio eletrônico: modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação. São Paulo: Atlas, 2001.
- AMBONI, N. Planejamento Estratégico: roteiro básico. Florianópolis, 1997.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2006.
- COBRA, Marcos. Administração de marketing. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- ELIAS, J. J. Marketing: o modelo dos 4ps. In: SITE do Curso de Administração da FACECAP. [S.l.]. (2001).
- FERNANDES, Bruno H. R.; BERTON, Luiz H. Administração estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho. São Paulo: Saraiva, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIULIANI, A. C. (Org). Gestão de marketing no varejo. São Paulo: Edições O.L.M., 2003.
- IDV, Índice para Desenvolvimento do Varejo – Disponível em: <http://www.idv.org.br/conjuntura-e-comercio-varejista/varejo-restrito-fica-estavel-em-setembro-de-2022-na-comparacao-anual/> Acesso em: 28 nov.2023.
- IDV, Índice para Desenvolvimento do Varejo – Disponível em: <https://www.idv.org.br/sala-de-imprensa/informalidade-atinge-42-da-forca-de-trabalho-ocupada/> Acesso em: 28 nov.2023.
- JUNIOR, Marcus Vinícius Moretti da Cunha. Determinantes da natureza evolutiva e dos padrões estratégicos do varejo. Varejo Competitivo. São Paulo: Atlas, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Santa Rosa. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tres-passos/panorama>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- KOTLER, Philip; ARMSTRONG, G. Princípios de marketing. 7. Ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1998.
- _____. Princípios de marketing.8. ed. Rio de Janeiro: LTC– Livros Técnicos e Científicos, 1999.
- _____. Princípios de Marketing. São Paulo: Pearson; Porto Alegre: Bookman, 2023.
- KOTLER; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing: a bíblia do marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2006.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de serviços. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LIMA, Claudia Pereira Bahia. A necessidade de convivência no varejo: um estudo sobre o comportamento de consumo nos formatos de shopping center e varejo eletrônico. Dissertação (mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2009.

MALHOTRA, N. K. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada, 3 ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. Técnicos de Pesquisa: metodologia de pesquisa, 4. Ed, São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento Estratégico: conceito, metodologia e práticas. 6. ed. atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 1992.

PARENTE, Juracy. Varejo para a Baixa Renda. /Juracy Parente, Tânia M. Vidigal Limeira, Edgard Barki. – Porto Alegre: Bookman, 2008.

SCHIFFMAN, L. G. KANUK, L. L. Comportamento do Consumidor. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2000.

SPAREMBERGER, A., ZAMBERLAN, L. Marketing estratégico. (Unijuí Ed., pg. 212). Coleção educação à distância, série livro-texto. Ijuí, RS, 2008.

TURCHI, Sandra R. Estratégias de marketing digital e e-commerce. São Paulo: Atlas, 2012.

ZAMBERLAN, L. et al. Pesquisa em ciências sociais aplicadas / organizador Luciano Zamberlan ... [et al.]. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

ZEITHAML, V. A; BITNER M. J. Marketing de serviços a empresa com foco no cliente. 2. ed. Porto Alegre: BOOKMAN, 2003.

Capítulo 5



10.37423/240208725

ASSOCIAÇÃO ENTRE USO DE ÁREA RURAL E O VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo André de Oliveira

Faculdade de Tecnologia de Botucatu

Sergio Augusto Rodrigues

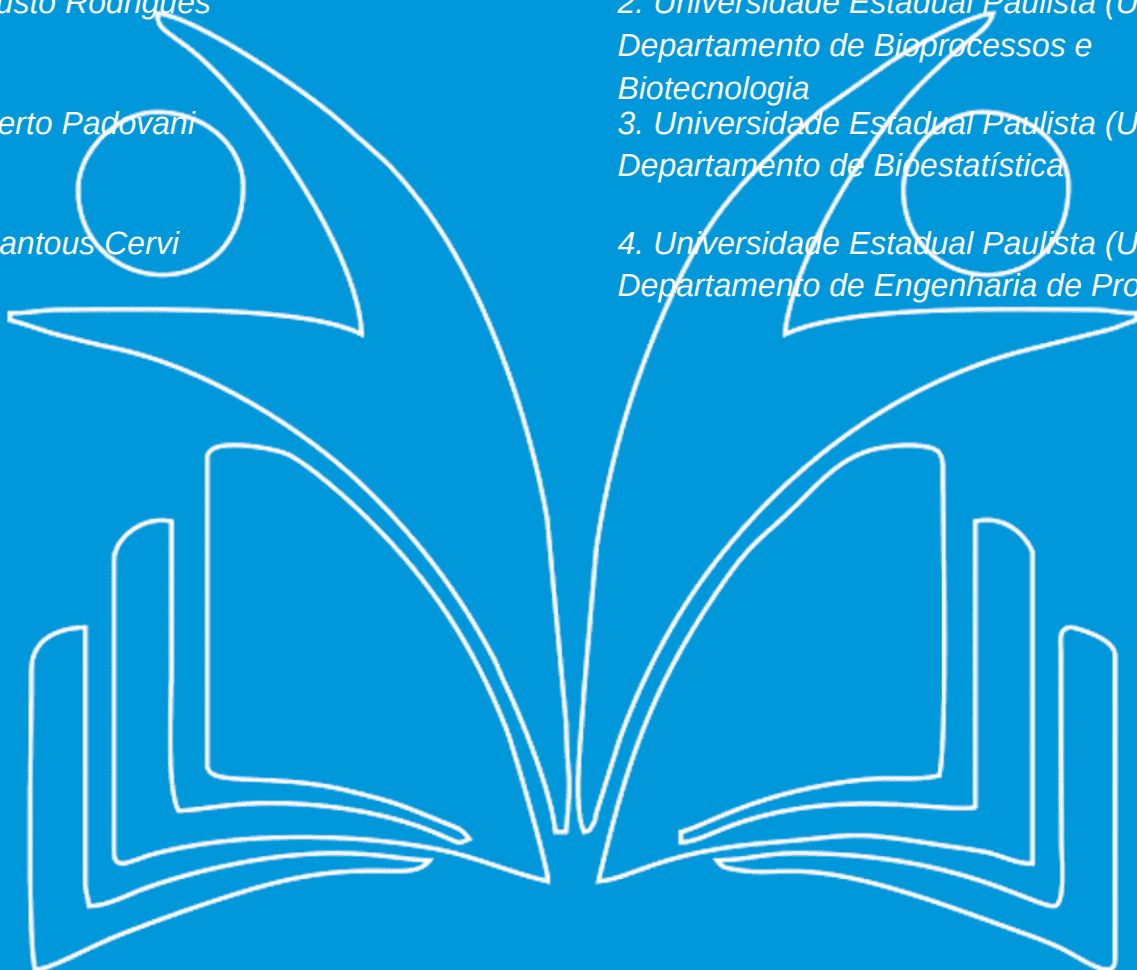
*2. Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Departamento de Bioprocessos e
Biotecnologia*

Carlos Roberto Padovani

*3. Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Departamento de Biostatística*

Ricardo Ghantous Cervi

*4. Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Departamento de Engenharia de Produção*



Resumo: O desenvolvimento econômico rural pode variar fortemente entre os municípios de uma mesma região. A disparidade no grau de atividade econômica entre os municípios dificulta as ações de política pública. Em uma mesma região pode-se encontrar produtores altamente eficientes e competitivos globalmente bem como produtores em estágio de produção para subsistência. Esta disparidade destaca a importância da produtividade total dos fatores de produção no setor agrícola, em especial a produtividade da terra. A forma de ocupação do solo na área rural tais como lavouras, pastagens, reflorestamento e outras áreas, pode ser um indicativo da produtividade do fator de produção terra e do valor da produção agropecuária. Os produtos que compõem o valor da produção agropecuária apresentam ocupação de solo diferente pela própria característica produtiva. O objetivo geral deste trabalho foi mensurar a associação entre o valor da produção de grupos de produtos da agropecuária com os diversos usos da área rural na produção dos municípios do estado de São Paulo. Nesta pesquisa utilizou-se 52 produtos agropecuários agrupados em cinco variáveis do valor da produção e de nove variáveis do uso da área na produção dos municípios paulistas que possuíam produção neste setor no ano de 2008. Empregou-se a técnica estatística multivariada de correlação canônica para mensurar a associação entre grupo de variáveis de produtos do valor produção com o grupo de variáveis do uso do solo em atividades agropecuárias. Concluiu-se existir uma forte correlação (94,3%) no primeiro par de variáveis canônicas representando o valor da produção e o uso da área, permitindo-se formar grupos de municípios em diferentes estágios de desenvolvimento na produção agropecuária. Pode-se verificar que 61.8% dos municípios do estado estavam abaixo da média no grupo de produção e uso da área e que apenas 4.8% apresentaram-se acima da média para o grupo de variáveis de produção e com valores abaixo da média em uso da área.

Palavras-chave: Agrupamento. Correlação Canônica. Heterogeneidade

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico é um conceito muito abrangente. Trata-se de um tema complexo(SOUZA, 2005) , pois não existe uma definição que seja universalmente aceita no meio acadêmico sobre o desenvolvimento. Além da sua complexidade, também existem duas correntes vigentes e distintas na literatura: uma que é formada por economistas clássicos que consideram o crescimento como sinônimo de desenvolvimento e a outra que percebe o crescimento como uma condição indissociável para o desenvolvimento, porém não única(SEN, 2000; VEIGA, 2003).

As desigualdades (BELIK, 2015) em termos de tamanho de área, aporte tecnológico, gestão e utilização da força de trabalho são enormes quando comparamos as diferentes regiões e países. Mesmo entre os agricultores familiares as diferenças são significativas. Nesse contexto (SOUZA et al., 2016),podem ser encontrados desde produtores plenamente inseridos no mercado até unidades que produzem praticamente para a subsistência, e em alguns casos padecendo, inclusive, de insegurança alimentar.

A heterogeneidade também está presente em países como a Índia, que se caracteriza por uma grande massa de micro produtores e de grandes fazendas monocultoras. Em um país como a China em que os direitos de propriedade da terra pertencem ao Estado, poderia haver maior simetria na produção; contudo, com o fim do sistema de produção coletivo, o aumento na desigualdade ocorreu de forma acentuada. Verifica-se diferença nas rendas entre as províncias do sudeste da China, onde se iniciou as reformas econômicas (FAN e SUN, 2008).

O crescimento econômico (COSTA et al., 2013)é impulsionado pelos ganhos na produtividade agrícola e, assim, dependem de recursos como os naturais, humanos e de tecnologia agrícola. O rápido crescimento agrícola eleva a eficiência dos recursos de transferências entre os setores não agrícolas, resultando em um aumento da produtividade global da agricultura, do capital e do trabalho (HWA, 1988).A heterogeneidade das regiões agrícolas destaca a importância da produtividade no setor agrícola. Os determinantes da produtividade da terra e do trabalho na agropecuária brasileira em 2006 permitiu inferir que há uma grande probabilidade de os melhores resultados da produtividade desses fatores estarem nos mesmos espaços geográficos(FELEMA, et al., 2013). A maioria dos municípios na região sul e sudeste do Brasil possuía um índice de produtividade baixo, ao passo que poucos tinham valores muito elevados (FELEMA, et al., 2013).

Os reflexos do aumento da produtividade no Brasil podem ser observados nas taxas negativas do uso de insumos totais na última década. As áreas de pastagens tiveram reduções significativas, enquanto

o efetivo de animais teve grande aumento. Outro aspecto relevante diz respeito à redução da mão de obra na agricultura e o índice do capital, que tem apresentado um padrão contínuo e intenso de crescimento, trazendo como resultado a implementação da modernização agrícola (GASQUES, et al., 2013). A produtividade da mão de obra foi o principal componente associado ao acréscimo da produtividade total dos fatores (PTF) (SILVA GONZALES e FERREIRA, 2016), entre 1975–2011, a estimativa da taxa anual de crescimento da produtividade da mão de obra foi superior à da produtividade de terra – 4.46% contra 3.81%. O efeito da produtividade da terra sobre a PTF também foi expressivo neste período sendo de 284.21%, superior a produtividade do capital que foi de 207.22%.

A necessidade de compreensão das causas de mudanças no uso da terra tem sido enfatizada na literatura (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1999). As causas das alterações no uso e cobertura da terra são dominadas pelas políticas de desenvolvimento e ambientais (LAMBIM et.al.2001).

As diversas formas de ocupação do solo na área rural como em lavouras, pastagens, reflorestamento e outras áreas pode ser um indicativo da produtividade do fator de produção terra e do valor da produção agropecuária. Os produtos que compõem o valor da produção agropecuária apresentam ocupação de solo diferente pela própria característica produtiva, influenciando diferentemente no valor da produção total e na produtividade da terra. Desta forma, o resultado da atividade econômica agropecuária pode apresentar discrepâncias significativas em uma mesma região.

O estudo de variáveis produtivas e de ocupação do solo de uma forma isolada não considera as possíveis associações entre elas e, portanto, torna ineficaz qualquer aprofundamento da estrutura da variação. O uso de técnicas estatísticas multivariadas, onde há uma estrutura de relacionamento simultâneo entre variáveis, constitui uma alternativa apropriada para a análise exploratória e inferencial. Neste sentido, a estatística multivariada para análise conjunta de indicadores que avaliem a associação da produção agropecuária e ocupação do solo na área rural de um município pode ser uma ferramenta importante para auxiliar com consistência o gestor de políticas. Assim, o objetivo geral deste trabalho foi mensurar a associação entre o valor da produção de grupos de produtos agropecuários com os diversos usos da área rural na produção dos municípios do estado de São Paulo. Pretendeu-se também formar grupos de municípios com características semelhantes quanto o valor da produção agropecuária e o uso da área.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 MATERIAL

Foram utilizadas informações relativas aos municípios paulistas com produção agropecuária no estado de São Paulo no ano de 2008, em razão da disponibilidade oficial de informações coincidentes para os dois grupos de variáveis neste ano.

O primeiro grupo de variáveis apurou o valor de produção em reais (R\$) por grupos de produtos, seguindo a divisão empregada pelo Instituto de Economia Agrícola do estado de São Paulo (IEA, 2012), as quais estão descritas na Tabela 1.

Tabela 1. Descrição das variáveis de produção agropecuária

Variável	Descrição
FRF	Valor da produção agropecuária municipal das frutas frescas. Composto por: abacate, abacaxi, banana, caqui, figo para mesa, goiaba para mesa, laranja para mesa, limão, manga, maracujá, melancia, morango, pêsego para mesa, tangerina e uva para mesa.
OLE	Valor da produção agropecuária municipal das olerícolas. Composto por: abóbora, abobrinha, alface, batata, batata-doce, beterraba, cebola, cenoura, mandioca para mesa, pimentão, repolho e tomate para mesa.
PVI	Valor da produção agropecuária municipal dos produtos vegetais para a indústria. Composto por: borracha, café beneficiado, cana-de-açúcar, goiaba para indústria, laranja para indústria, mandioca para indústria e tomate para indústria.
PAN	Valor da produção agropecuária municipal dos produtos animais. Composto por: carne bovina, carne de frango, carne suína, casulo, leite B, leite C, mel e ovos.
GRF	Valor da produção agropecuária municipal dos grãos e fibras. Composto por: algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja, sorgo, trigo e triticle.

O segundo grupo, designado de variáveis de uso da área rural, utilizou de informações relativas à utilização das áreas rurais, em hectares (ha), segundo o projeto LUPA (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do estado de São Paulo) de 2007/08, as quais são descritas na Tabela 2 (SÃO PAULO, 2008).

Tabela 2. Descrição das variáveis de uso da área rural.

Variável	Descrição
APE	Área com cultura perene compreende as terras ocupadas com lavouras perenes (também conhecidas como permanentes), isto é, aquelas que crescem durante vários anos até se tornarem produtivas, permanecendo então produtivas por vários anos, não perecendo após a colheita.
ATE	Área com cultura temporária compreende as terras ocupadas com lavouras temporárias (também conhecidas como anuais), isto é, aquelas que durante uma única estação, perecendo após a colheita.
APA	Área com pastagem compreende as terras ocupadas com capins e similares que sejam efetivamente utilizadas em exploração animal, incluindo aquelas destinadas a capineiras, bem como as destinadas a fornecimento de matéria verde para silagem ou para elaboração de feno.
ARF	Área com reflorestamento compreende as terras ocupadas com o cultivo de essências florestais exóticas ou nativas.
AVN	Área de vegetação natural compreende as terras ocupadas com diversos tipos de vegetação natural, incluindo mata natural, capoeira, cerrado, cerradão, campos e similares. A mata natural refere-se a toda área de vegetação ainda intocada pelo ser humano, bem como àquelas em adiantado grau de regeneração.
ADE	Área em descanso compreende as terras normalmente agricultáveis, mas que, por algum motivo, não estão sendo cultivadas no momento. A área utilizada com culturas anuais e que está sem uso na entressafra não deve ser considerada como pousio.
ABV	Área de vegetação de brejo e várzea compreende as terras ocupadas com brejo, várzea ou outra forma de terra inundada ou encharcada, sem utilização agropecuária.
ACO	Área complementar compreende as demais terras das unidades de produção agropecuária (UPA), como aquelas ocupadas com benfeitorias (casa, curral, estábulo), represa, lagoa, estrada, carreador, cerca, bem como áreas inaproveitáveis para atividades agropecuárias.
UPM	Unidade de produção média corresponde ao tamanho médio da UPA do município.

Foram utilizadas as seguintes fontes oficiais de dados: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Instituto de Economia Agrícola (IEA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo (CATI).

2.2 MÉTODO

Para avaliar a associação entre os grupos de variáveis de valor da produção agropecuária (denominada de “produção”) e de uso da área rural (denominado de “uso da área”) empregou-se a técnica estatística multivariada de análise de correlação canônica, a qual considera simultaneamente todas as variáveis e toda a estrutura de variação existente nos dados (JOHNSON e WICHERN, 2014).

Esta técnica mede a existência e a intensidade da associação entre dois conjuntos de variáveis aleatórias, resumindo-as, por meio de combinações lineares, em novas variáveis denominadas variáveis canônicas. As correlações entre as variáveis canônicas do primeiro conjunto com as do segundo são chamadas de correlações canônicas. Os coeficientes dessas combinações lineares são determinados de forma a se obter a máxima associação entre as variáveis canônicas, no conjunto de combinações lineares que apresentem variâncias iguais a um e que sejam não correlacionadas com as combinações anteriores (JOHNSON e WICHERN, 2014; MINGOTI, 2005).

Considerando as 14 variáveis deste estudo, o vetor aleatório $\mathbf{X}$, de dimensão 14, foi fracionado em dois conjuntos de vetores aleatórios da forma $\mathbf{X}' = [\mathbf{X}'^{(1)} \quad \mathbf{X}'^{(2)}]$, sendo $\mathbf{X}'^{(1)}_{1 \times p} = (X_1 \quad \dots \quad X_p)$, um vetor aleatório representando o conjunto de $p = 5$ características de valor da produção agropecuária e $\mathbf{X}'^{(2)}_{1 \times q} = (X_{(p+1)} \quad \dots \quad X_{(p+q)})$, um vetor representando o conjunto de $q = 9$ características de uso

da área rural agropecuária, com a estrutura geral de variabilidade $\mathbb{S}$ fracionada em $\mathbb{S} = \begin{bmatrix} \mathbb{S}_{p \times p}^{(1,1)} & \mathbb{S}_{p \times q}^{(1,2)} \\ \mathbb{S}_{q \times p}^{(2,1)} & \mathbb{S}_{q \times q}^{(2,2)} \end{bmatrix}$

à semelhança da partição do vetor $\mathbf{X}$.

Como as variáveis não se encontravam mensuradas em uma mesma unidade, foram utilizadas variáveis padronizadas e, conseqüentemente, as funções canônicas foram obtidas a partir dos autovalores (λ_t) e os respectivos autovetores ($\mathbf{a}_t, \mathbf{b}_t$) associados as equações determinantis: $|\mathbb{R}^{(1,2)}[\mathbb{R}^{(2,2)}]^{-1}\mathbb{R}^{(2,1)} - \lambda_t\mathbb{R}^{(1,1)}| = 0$ ou $|\mathbb{R}^{(2,1)}[\mathbb{R}^{(1,1)}]^{-1}\mathbb{R}^{(1,2)} - \lambda_t\mathbb{R}^{(2,2)}| = 0$, sendo $\mathbb{R}^{(1,1)}$ e $\mathbb{R}^{(2,2)}$ as matrizes de correlações estimadas das variáveis originais do primeiro ($\mathbf{X}'^{(1)}$) e do segundo conjunto

$(\mathbf{X}^{(2)})$ de variáveis respectivamente, enquanto que $\mathbb{R}^{(1,2)}$, e sua transposta $\mathbb{R}^{(2,1)}$, a matriz de correlação entre as variáveis do vetor $\mathbf{X}^{(1)}$ e aquelas que estão no vetor $\mathbf{X}^{(2)}$.

Assim, foi possível estabelecer cinco pares de variáveis canônicas dados pelas combinações lineares $u_t = \mathbf{a}'_t \mathbf{X}^{(1)}$ e $v_t = \mathbf{b}'_t \mathbf{X}^{(2)}$ (com $t = 1, \dots, \min(p, q)$, ou seja, $t = 5$) e, conseqüentemente, cinco coeficientes de correlações canônicas (r_{u_t, v_t}) entre os dois conjuntos de variáveis foram determinados em ordem decrescente de magnitude.

Os coeficientes de correlações canônicas foram obtidos por $r_{u_t, v_t} = \sqrt{\lambda_t}$, com $t = 1, \dots, \min(p, q)$.

As variáveis canônicas permitiu a construção de um gráfico de dispersão bidimensional entre o conjunto de variáveis de produção e de uso da área. O posicionamento de cada município neste plano cartesiano determina sua localização em quadrantes e representa a característica do mesmo quanto à associação entre o uso da área e o valor da produção agropecuária. Foi construído também um mapa do estado de São Paulo identificando-se agrupamentos de municípios em relação ao quadrante que cada um se localizou.

Para melhor entendimento e interpretação das variáveis canônicas, as correlações de cada variável original com a respectiva variável canônica (cargas canônicas) foram avaliadas. Posteriormente, por meio de estatística descritiva se quantificou os grupos de produtos em relação a cada quadrante e ao estado de São Paulo e determinou-se a produtividade da área, considerando somente área permanente, temporária, pastagens, reflorestamento e complementar. Todos os resultados analíticos foram discutidos no nível de 5% de significância.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo foram utilizados 633 municípios com área e produção agropecuária no estado de São Paulo. Na Tabela 3 apresentam-se as cinco correlações canônicas encontradas, sendo as quatro primeiras significativas ($p < 0,001$), com valores iguais a 0,943 e 0,655, 0,557 e 0,439, respectivamente.

Tabela3 - Coeficientes das funções canônicas, autovalor, correlação canônica entre as variáveis de produção (u_t) e uso da área (v_t) e resultado do teste estatístico.

Grupo	Variável	Coeficientes das funções canônicas				
		1 ^a (u_1, v_1)	2 ^a (u_2, v_2)	3 ^a (u_3, v_3)	4 ^a (u_4, v_4)	5 ^a (u_5, v_5)
Produção u_i	FRF	0,121	-0,887	-0,195	0,244	-0,423
	GRF	0,219	0,254	0,451	-0,858	-0,858
	OLE	0,007	-0,341	0,319	0,683	0,683
	PAN	0,075	-0,044	0,689	0,722	0,205
	PVI	0,894	0,239	-0,323	-0,058	0,336
Uso da área v_i	APE	0,319	-0,494	-0,329	0,267	0,062
	ATE	0,865	0,720	0,119	-0,531	-0,159
	APA	-0,005	0,184	0,807	0,636	0,106
	ARF	-0,020	0,016	0,431	-0,755	-0,117
	AVN	-0,003	-0,317	-0,183	-0,024	-0,889
	ABV	-0,065	-0,186	-0,277	0,185	0,256
	ADE	-0,020	-0,251	0,205	-0,515	0,738
	ACO	0,065	-0,465	0,012	0,520	0,042
	UPM	-0,096	0,080	-0,153	0,101	0,136
Autovalor		0,889	0,429	0,310	0,192	0,012
% Retido		84,717	7,915	4,733	2,504	0,131
r_{u_t, v_t}		0,943	0,655	0,557	0,439	0,111
Valor p		< 0,001	< 0,001	< 0,001	< 0,001	0,173

Com estes resultados significativos ($p < 0,001$) é possível afirmar que existem quatro variáveis canônicas expressando características distintas a respeito da produção agropecuária (u_1, u_2, u_3 e u_4) associados com variáveis canônicas expressando determinadas situações de uso da área rural (v_1, v_2, v_3 e v_4). No entanto, neste estudo, para efeito de aprofundamento de discussão dos resultados, utilizou-se da associação entre o par de variáveis canônicas, (u_1, v_1), que apresentou expressiva correlação de 0,943 e representou 84,72% da variabilidade contida nos dados. Esta associação aponta aspectos interessantes sobre a influência da produção agropecuária e o uso da área rural dos municípios paulistas.

As funções canônicas do primeiro par de variáveis podem ser descritas em relação às variáveis pesquisadas por:

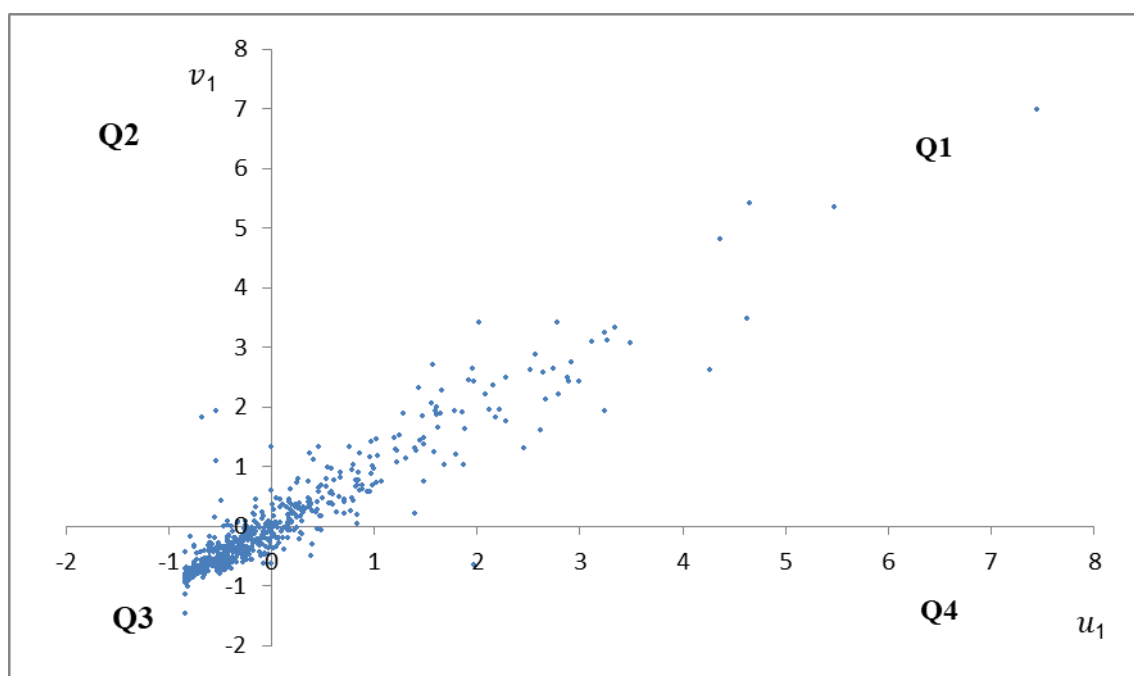
$$u_1 = 0,121 \times FRF + 0,219 \times GRF + 0,007 \times OLE + 0,075 \times PAN + 0,895 \times PVI$$

$$v_1 = 0,319 \times APE + 0,865 \times ATE - 0,005 \times APA - 0,020 \times ARF - 0,003 \times AVN - 0,065 \times ABV - 0,020 \times ADE + 0,065 \times ACO - 0,096 \times UPM$$

Pode-se perceber que a variável u_1 associa as variáveis de produção numa soma de todas variáveis de produção dos grupos de produtos de frutas frescas (FRF), grãos e fibras (GRF), olerícolas (OLE), produtos de origem animal (PAN) e produtos vegetais para a indústria (PVI). Os maiores pesos desta associação estão expressos nos coeficientes das funções canônicas para os grupos de PVI (0,895) e GRF (0,219),

A Fig. 1 apresenta a dispersão para o primeiro par de variáveis canônicas (u_1 e v_1) relativa aos valores que estas variáveis assumem em cada município. Nota-se a associação linear positiva entre a variável canônica v_1 (representando uma situação para o uso da área rural) e a variável u_1 (representando conjuntamente as variáveis de produção agropecuária).

Figura1- Gráfico de dispersão do primeiro par de variáveis canônicas padronizadas



Os municípios do primeiro (Q1) e do terceiro (Q3) quadrantes ilustram o comportamento da correlação. Em Q1 observam-se valores acima da média (positivos) do estado para valores de u_1 (produção agropecuária) associados a valores acima da média (positivos) para v_1 (uso da área rural). Já em Q3 ocorre o inverso, ou seja, neste quadrante observam-se os municípios com valores abaixo da média (negativos) de u_1 (produção agropecuária) associados com valores abaixo da média (negativos) para v_1 (uso da área rural). Esta característica demonstra a associação direta do fator de produção terra como indicativo de elevados valores da produção agropecuária na maioria dos municípios paulistas.

No segundo quadrante (Q2) observam-se valores abaixo da média para o valor de u_1 , com a ocorrência de valores acima da média de v_1 , ou seja, mesmo com maior uso da terra a produção agropecuária apresentou-se baixo. Desta forma, considerando-se o fator de produção terra percebe-se nos municípios deste quadrante uma menor produtividade no seu uso.

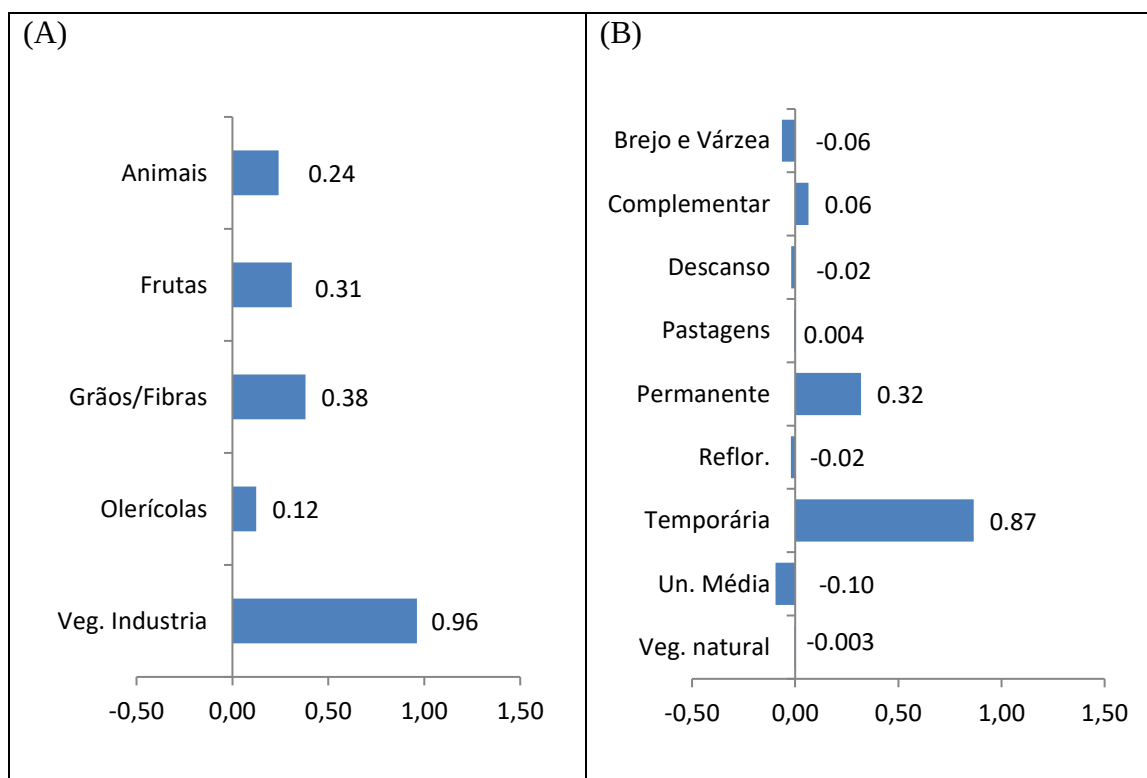
O quarto quadrante (Q4) apresenta valores acima da média para u_1 e abaixo da média para v_1 , portanto estes resultados ocorreram com menor uso de área rural indicando uma maior produtividade por unidade de área nestes municípios. O crescimento da produção, gerado pelo setor agrícola, deu-se pela incorporação dos demais fatores de produção ao processo produtivo como capital e tecnologia. Os estágios de desenvolvimento da atividade agropecuária (MANTELI, 2006) no noroeste do Rio Grande do Sul um estado do Brasil, em um primeiro momento, demonstraram o crescimento da produção pelo uso intensivo do fator terra, resultado da incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Com o esgotamento da fronteira agrícola, a utilização dos demais fatores de produção - capital, principalmente, é intensificada de forma a manter a trajetória ascendente da produção.

Na Fig. 2, verificam-se correlações positivas entre as variáveis originais e a variável canônica u_1 (produção agropecuária), com destaque para os produtos vegetais para a indústria (0,96), com 46,73% da produção do Estado. Desta forma, a produção de vegetais para indústria torna-se um direcionador do comportamento da produção agropecuária, sendo um interessante indicador econômico do desempenho esperado para o agronegócio. Os valores das correlações entre produção com outros grupos de produtos como grãos e fibras (0,38) e produtos animais (0,24), frutas frescas (0,31) e olerícolas (0,12) indicam que estas variáveis se apresentam como um indicador de baixa expressão da tendência da atividade produtiva agropecuária dos municípios.

A variável canônica v_1 (uso da área) possui correlação positiva com as variáveis de área temporária (0,87) e área permanente (0,32) sendo praticamente nula para as demais variáveis (algumas expressam valores positivos e outros negativos, porém todas próximas de zero). Cabe ressaltar que a maior parte da área do estado é ocupada por pastagens (39,4%), com associação de apenas 0.004, ou seja, não representa o comportamento da variável canônica relativo ao uso da área, sendo que o principal indicador de área é a variável de área temporária (32,3% do Estado), ou seja, maiores valores de v_1 ocorrem nos municípios com maiores áreas de culturas temporárias. As pesquisas sobre a tomada de decisão dos fazendeiros (SILVEIRA et.al., 2017) tentam explorar quais as variáveis que levam os agricultores a inovação, para escolher cultivo ou raça de pastoreio, no entanto, o uso da terra ainda é um bom indicador para o resultado dessas decisões.

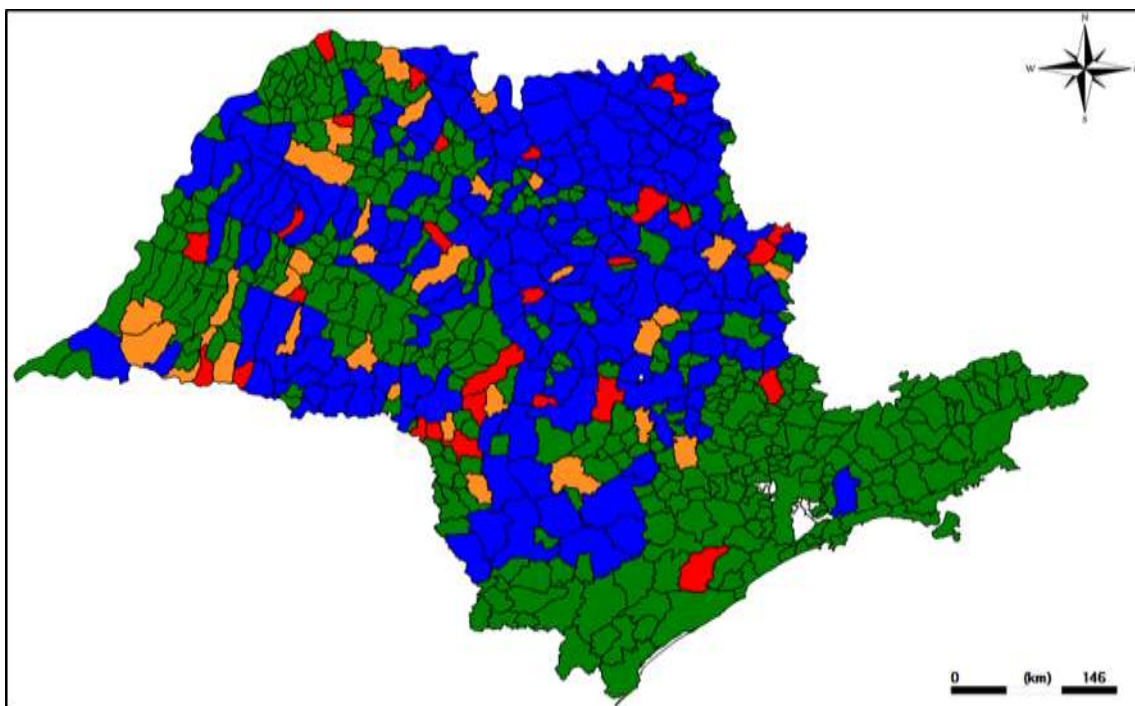
A correlação positiva entre as variáveis canônicas u_1 (produção agropecuária) e v_1 (uso da área) possibilita que se associem maiores valores de u_1 quando ocorre maior uso de áreas temporárias e maiores valores de v_1 na presença do grupo de produtos vegetais para a indústria.

Figura 2 – Correlação entre as variáveis originais de produção com a variável canônica u_1 (A) e das variáveis originais de uso da área com a variável canônica v_1 (B).



O mapa do estado de São Paulo, representado na Fig. 3, apresenta os municípios coloridos segundo o quadrante a que pertencem. Percebe-se a formação de grupos de municípios de um mesmo quadrante em áreas adjacentes. Na área branca estão os municípios sem produção agropecuária concentrados na região metropolitana de São Paulo (o município de São Paulo está em Q3, em verde) e no centro do Estado com o município de Águas de São Pedro.

Figura 3. Mapa do estado de São Paulo, em cores por quadrante do primeiro par de variáveis canônicas padronizadas.



Os municípios de Q1, representados pela cor azul, estão no interior do Estado, sobretudo ao norte, caracterizado pela relação direta entre produção e uso da área agropecuária, com produtividade de 2.564,56 R\$/ha.

Em Q2 pode-se perceber municípios isolados, ou no máximo em dois, espalhados pelo Estado, na cor laranja, caracterizados pelo uso da área acima da média e produção abaixo da média, com uma relação de 1.253,58 R\$/ha. Não se observam grupos de municípios adjacentes, caberia um estudo específico para se verificar os fatores que justificam a baixa produtividade do uso da terra.

Em Q3, representado pela cor verde, destaca-se novamente a formação de grupos com relação direta entre produção e área, apresentando uma produtividade de 1.760,25 R\$/ha, contudo com valores abaixo da média do Estado, localizados predominantemente ao sul e em toda a região litorânea. Cabe destacar que o Q3 é o quadrante oposto ao Q1, porém seria possível que Q3 tivesse produtividade por hectare semelhante, com menor produção e uso de área proporcionalmente a Q1, contudo observou-se menor produtividade da área.

Os municípios que formam Q4, na cor vermelha, estão dispersos pelo interior do Estado, exceto na região sul e litoral, onde se tem a ocorrência apenas do município de Mogi das Cruzes. Este quadrante apresenta a maior produtividade do fator terra com 3.287,13 R\$/ha. Não há formação de

agrupamentos de áreas adjacentes (máximo de dois municípios), apresentando-se como o oposto de Q2.

Tabela 4 - Percentual da área total, valor da produção, quantidade, percentual de municípios e produtividade por quadrante no estado de São Paulo.

Descrição	Q1	Q2	Q3	Q4	SP
Área total%	48,86	7,06	40,14	3,95	100,00
Valor da produção %	59,42	4,28	30,35	5,95	100,00
Municípios u(%)	183(28,91)	31(4,90)	391(61,77)	28(4,42)	633(100)
Produtividade R\$/ha	2.564,56	1.253,58	1.760,25	3.287,13	2.191,27

A Tabela 4 demonstra a distribuição da área, valor de produção e quantidade de municípios, bem como a produtividade de cada quadrante e estado de São Paulo. O maior quadrante do estado é representado pelo Q1 com 59,42% da produção, 48,86% da área e 183(28,91%) municípios. A maior quantidade de municípios está em Q3 (391), contudo com 40,14% da área e 30,35% da produção, ou seja, municípios menores. Os quadrantes Q2 e Q4 são menores em área (7,06 e 3,95% respectivamente) e em produção (4,28 e 5,95%). Percebe-se nos quadrantes Q1 e Q4 que o percentual da área ocupada é menor do que a produção e produtividade acima da média do Estado (R\$ 2.564,56 em Q1 e R\$ 3.287,13 em Q4), notadamente onde u_1 é positivo. O inverso ocorre em Q2 e Q3 que tem u_1 negativo com produção e produtividade abaixo da média (R\$ 1.253,58 em Q2 e R\$ 1.760,25 em Q3).

Os quadrantes Q1 e Q4 apresentaram valores positivos para a variável canônica u_1 (produção agropecuária), podendo-se observar na Tabela 5 que o principal grupo de produtos destes quadrantes é o grupo formado por produtos vegetais para a indústria, com 56,87% e 45,03% respectivamente. Já os quadrantes Q2 e Q3, com valores negativos para u_1 , apresentaram como grupo principal os produtos animais com 43,9% e 39,95% do total produzido no quadrante.

Quanto ao uso da área, em Q1, tem-se 45,67% da área em culturas temporárias; em Q4, 41,01% em pastagens, enquanto que em Q2 e Q3 se destacaram pela participação em pastagens com 48,53% e 50,80%, respectivamente. Cabe ressaltar a forte correlação entre a variável canônica de área v_1 (0,87) com o uso da área de culturas permanentes e a correlação praticamente nula (0,004) com a área de pastagens.

Tabela5 –Percentuais por quadrante dos grupos de produtos e uso das áreas (estado de São Paulo / quadrante).

Grupos Produtos	SP	Q1	Q2	Q3	Q4	Total
Frutas Frescas	10,73	48,61/ 8,78	2,67/ 6,69	44,71/15,81	4,02/ 7,25	100/-
Grãos e Fibras	11,04	70,27/13,06	4,06/10,46	22,50/8,19	3,18/ 5,90	100/-
Olerícolas	4,49	40,23/ 3,04	2,88/ 3,02	49,42/7,31	7,46/ 5,63	100/-
Produtos animais	27,00	40,16/18,25	6,98/43,99	44,89/39,95	7,97/36,18	100/-
Prod.Veg. p/Ind.	46,73	72,32/56,87	3,28/35,84	18,66/28,74	5,73/45,03	100/-
Total	100,00	-/100,00	-/100,00	-/100,00	-/100,00	
Uso da Área	SP	Q1	Q2	Q3	Q4	Total
Permanente	5,95	62,39/ 7,59	6,36/ 5,36	27,72/ 4,11	3,52/ 5,31	100/-
Temporária	32,87	67,88/45,67	6,86/31,95	21,56/17,66	3,70/30,83	100/-
Pastagens	39,39	35,43/28,57	8,70/48,53	51,77/50,80	4,11/41,01	100/-
Reflorestamento	5,00	43,76/4,47	4,32/ 3,06	46,58/ 5,80	5,34/ 6,76	100/-
Vegetação Natural	11,86	36,17/8,78	4,46/ 7,49	55,48/16,39	3,88/11,67	100/-
Brejo e Várzea	1,43	51,58/ 1,51	5,81/ 1,18	38,81/ 1,39	3,80/ 1,38	100/-
Descanso	1,09	32,62/ 0,73	3,56/ 0,55	60,56/ 1,64	3,25/ 0,90	100/-
Complementar	2,42	54,15/ 2,68	5,48/ 1,88	36,89 /2,22	3,48/ 2,13	100/-
Total	100,00	-/100,00	-/100,00	-/100,00	-/100,00	

As pastagens ocupam 39,39% da área do Estado, maior do que o somatório da área de culturas permanentes e temporárias (38,82%). Contudo o valor da produção de produtos animais (carne bovina, frango, suína, casulo, leite, mel e ovos) representa 27% do total ante 46,73% para os produtos vegetais para indústria. Esta constatação pode ser verificada na produtividade por hectare dos quadrantes Q2 e Q3, as menores dos quatro quadrantes (R\$1.253,58 e R\$ 1.760,25 respectivamente), que tem como grupo principal os produtos animais(43,99 e 39,95%).

4. CONCLUSÃO

O resultado da correlação do primeiro par de variáveis canônicas demonstrou que existe uma associação positiva entre o valor da produção agropecuária e o uso da área rural.

O grupo de produtos vegetais para indústria é indicativo do comportamento do valor da produção com uma forte associação com o grupo de variáveis da produção como um todo. Já o uso das áreas temporárias apresentou uma forte associação com o grupo de variáveis de área.

A associação positiva entre o valor da produção e a área permite relacionar a produção agropecuária com áreas temporárias e o uso da área com produtos vegetais para a indústria. A divisão do estado em quadrantes permitiu identificar agrupamentos de municípios em diferentes estágios de

desenvolvimento do uso da área. Os municípios do quadrante Q1 e Q4 apresentaram valor da produção acima da média do estado, contudo observou-se em Q1 o aumento da produção pelo aumento do uso de área, enquanto que Q4 apresentou aumento de produção com menor utilização de área. No quadrante Q2 e Q3 a produção esteve abaixo da média do estado sendo que em Q2 observou-se a menor produtividade por hectare e em Q3 o maior número de municípios do estado.

Os estágios de desenvolvimento agropecuário dos municípios paulistas e a associação da produção e do uso da área podem contribuir para identificar o direcionamento de políticas públicas para o aumento da produtividade do setor agropecuário.

5. REFERÊNCIAS

- BELIK, W. A Heterogeneidade e suas Implicações para as Políticas Públicas no Rural Brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(1), 9-30, 2015.
- COSTA, L. V.; GOMES, M. F. M.; LÍRIO, V. S.; BRAGA, M. J. Produtividade agrícola e segurança alimentar dos domicílios das regiões metropolitanas brasileiras. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(4), 661-680, 2013.
- FAN, C. C.; SUN, M. Regional inequality in China, 1978-2006. *Eurasian geography and Economics*, 49(1), 1-18, 2008.
- FELEMA, J.; RAIHER, A. P.; FERREIRA, C. R. Agropecuária Brasileira: desempenho regional e determinantes de produtividade. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(3), 555-573, 2013.
- GASQUES, J.G.; BASTOS, E.T.; VALDES, C.; BACCHI, MIRIAN. R. P. Produtividade e crescimento: algumas comparações. In: ANDRADE ALVES, E. R., e SOUZA, G. D. S.; GOMES, E. G. (Eds.). *Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil*. Embrapa, 2013.
- HWA, E. C. The contribution of agriculture to economic growth: some empirical evidence. *World Development*, 16(11), 1329-1339 1988.
- IEA-Instituto de Economia Agrícola. Notas metodológicas. Análise de indicadores do agronegócio.7(4).Acesso em Dec 19, 2016.<http://www.iesa.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-18-2012-notametodologica.pdf>, 2012.
- JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. *Applied multivariate statistical analysis* (Vol. 4).New Jersey: Prentice-Hall, 2014.
- LAMBIN, E. F.; TURNER, B. L.; GEIST, H. J.; AGBOLA, S. B.; ANGELSEN, A.; BRUCE, J. W.; GEORGE, P. The causes of land-use and land-cover change: moving beyond the myths. *Global environmental change*, 11(4), 261-269, 2001.
- MANTELLI, J. O setor agrário da região noroeste do Rio Grande do Sul. *Geosul*, Florianópolis, 21(41), 87-105, 2006.
- MINGOTI, S. A. Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada. UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL. *Global environmental change: Research pathways for the next decade*. National Academies Press, 1999.
- SÃO PAULO (Estado. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em : Apr 2016, 2008
- SILVA GONZALES, C. A.; FERREIRA, L. D. R. Produtividade total dos fatores no crescimento da agropecuária brasileira. *Revista de Política Agrícola*, 25(3), 4-15, 2016.

SILVEIRA, V. C. P.,; GONZÁLEZ, J. A.; FONSECA, E. L. D. . Land use changes after the period commodities rising price in the Rio Grande do Sul State, Brazil. *Ciência Rural*, 47(4). 2017.

SOUZA, N.J. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, P. M.; NEY, M. G., FORNAZIER, A. ; PONCIANO, N. J. Comportamento da distribuição do valor da produção vegetal entre os estabelecimentos agropecuários: uma análise dos dados dos censos de 1995/96 e 2006. *Revista Econômica do Nordeste*, 46(1), 131-150, 2016.

SEN. A.K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

Capítulo 6



10.37423/240208730

PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA A RESPEITO DO BEM-ESTAR ANIMAL

Ricardo Guimarães de Queiroz

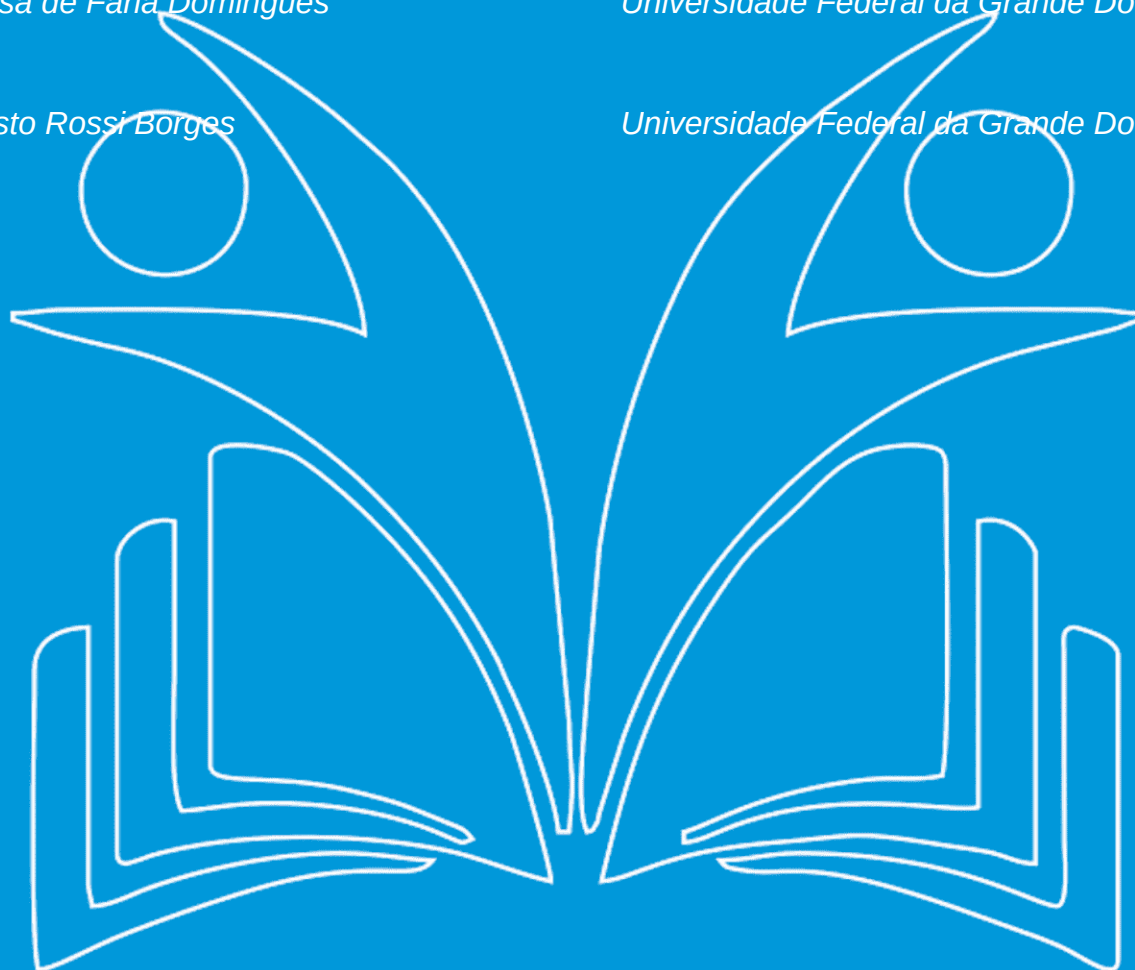
Universidade Federal da Grande Dourados

Carla Heloisa de Faria Domingues

Universidade Federal da Grande Dourados

João Augusto Rossi Borges

Universidade Federal da Grande Dourados



Resumo: Nos últimos anos o Brasil vem apresentando, por parte da opinião pública, interesse crescente pelo tema bem-estar animal (BEA). O BEA já se consolidou nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, Canadá, Austrália além de países da União Europeia. Fatos como a urbanização, mídia, influência das organizações na sociedade, o aumento da educação e do nível econômico da população, são razões que explicam, em parte, o interesse crescente da sociedade no BEA. O objetivo geral deste estudo é analisar a percepção da população universitária brasileira em relação ao BEA nas cadeias produtivas da carne bovina e da carne de frango. A pesquisa foi baseada em questionários e a amostra foi coletada na comunidade universitária brasileira. Primeiramente, utilizamos a análise fatorial com a finalidade de agrupar itens em fatores, que foram utilizados para mensurar as percepções. Em um segundo momento, testes de médias foram empregados com a finalidade de testar diferenças entre os grupos quanto às variáveis socioeconômicas e quanto as percepções. Os resultados da análise fatorial mostraram que três fatores foram encontrados, sendo denominados de: imagem dos produtores, qualidade de vida dos animais e uso de animais para o consumo humano. Os testes de médias demonstraram que, quanto maior o contato com os animais de produção e quanto maior a informação sobre o BEA, maior será a percepção das pessoas com relação ao BEA. As pessoas que possuem animal de estimação, as que residem no meio urbano, as que possuem informação e conexão com a agropecuária e também as mulheres, se preocupam mais com o BEA. Desta forma, a maioria dos respondentes percebeu as condições atuais nas cadeias produtivas da carne de frango e da carne bovina como ruins e regulares, e também o nível de preocupação ficou entre alto e muito alto.

Palavras-chave: Frango de corte, Bovino de corte, Análise fatorial, População.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação em relação ao bem-estar animal (BEA) tem sido um tema relevante, cada vez mais estudado e discutido. Atualmente, mais de 100 países promulgaram leis de proteção aos animais, que não só demonstram o respeito das pessoas pelos animais, mas também garantem a segurança alimentar. Além disso, a garantia de que as normas de bem-estar dos animais de produção estão sendo cumpridas é uma das condições essenciais para o comércio internacional de produtos de origem animal e também para a saúde humana (YOU *et al.*, 2014).

Em 2012, os 178 países membros da Organização Mundial para Saúde Animal (OIE) adotaram dez “Princípios gerais para o bem-estar dos animais em sistemas de produção” (OIE, 2013). Segundo Fraser *et al.* (2013), estes “Princípios” tem a finalidade de orientar o desenvolvimento de padrões específicos para várias espécies de animais, demonstrando preocupação mundial quanto ao tema.

Nos últimos anos houve um interesse crescente pelo tema BEA, por parte da opinião pública, principalmente nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, Canadá, Austrália além de países componentes da União Europeia, como por exemplo, Bélgica, Espanha e Holanda. Fatos como a urbanização, mídia, influência das organizações na sociedade, o aumento da educação e do nível econômico da população, são razões que explicam, em parte, o interesse crescente da sociedade no BEA (KOKNAROGLU e AKUNAL, 2013). Segundo Ünal (2007), as pessoas começaram a se perguntar como, e em que condições, o alimento chega à sua mesa. Condições sob as quais os animais são criados e transportados, os abates também começaram a chamar a atenção do público.

Portanto, a população pode atuar como uma das principais fontes de pressão para adoção de práticas que melhorem o BEA em suas cadeias produtivas. Analisar a percepção pública a respeito deste tema torna-se relevante, pois esta pode influenciar a comercialização de produtos que levem em consideração o BEA (GRAAF *et al.*, 2016). Por exemplo, se a percepção em relação à produção de alimentos for negativa por parte da população, pode ocorrer diminuição da aceitabilidade do produto (DE BARCELLOS *et al.*, 2010). Desta forma, mudanças nos hábitos de consumo podem ser um sinal de modificações nas atitudes e percepções em relação a um determinado produto (GÓMEZ-CORONA *et al.*, 2016). Compreender os desejos e preocupações de uma população se torna importante, pois a busca e realização de melhorias no BEA é fortemente impulsionada pelas expectativas dos cidadãos (McGLONE, 2001; VANHONACKER *et al.*, 2008; BOOGAARD *et al.*, 2008).

Este estudo tem como foco a população universitária brasileira, em consonância a outros trabalhos (MARIÁ, 2006; YOU *et al.*, 2014; RAPARELLI *et al.*, 2017), por ser uma população de fácil acesso e culturalmente diversificada, que também pode reforçar a comunicação institucional e científica, auxiliando na disseminação do tema junto à opinião pública, além de ser a população que, futuramente, estará tomando decisões que podem impactar no bem-estar animal.

No campo das pesquisas sobre a percepção humana, o tema BEA tem sido substancialmente trabalhado. Vanhonacker *et al.* (2016) realizaram um estudo comparativo entre a Bélgica e o Brasil, com o objetivo de investigar a percepção da população e dos produtores rurais à respeito do BEA em frangos de corte, destacando como estas percepções influenciam a intenção de compra da população e as decisões de produção. Os autores também verificaram se os produtos originários do próprio país são favorecidos em relação aos produtos provenientes de economias em desenvolvimento, efetuando uma comparação com o Brasil. Os resultados demonstraram que a população e os produtores partilham um conceito semelhante em relação ao bem-estar do frango de corte. Resultados positivos também foram encontrados no contexto do aumento das importações de carne de frango e dos novos regulamentos da União Europeia sobre o país de origem. Segundo os autores, a preferência por produtos nacionais poderia ser confirmada no estudo, especialmente na amostra de produtores onde houve percepção negativa em relação à carne de frango brasileira comparada à carne de frango belga.

No México, Lama *et al.* (2017) analisaram as percepções e atitudes dos consumidores em relação ao bem-estar dos animais de produção e a propensão em pagar mais, por carnes que considerem o BEA. Os autores relataram que a população pesquisada apresentou alto nível de empatia com os sentimentos e emoções dos animais, exigindo mais informações e regulamentos relacionados ao BEA. Os autores concluíram que os consumidores estavam interessados em questões relacionadas ao BEA, como questões sociais, éticas, implicações sociológicas e econômicas, sendo que esta tendência foi mais evidente nas mulheres e nas pessoas com maior educação. A maioria dos consumidores mexicanos disse que estavam dispostos a pagar mais por produtos certificados por seguir as normas de BEA, baseado nos benefícios em termos de qualidade do produto e nos benefícios para a saúde humana.

No Brasil, o BEA ainda é menos discutido quando comparado aos países desenvolvidos (SCHNETTLER *et al.*, 2008). Pesquisas avaliando a percepção da população em relação ao BEA nas cadeias produtivas da carne bovina e da carne de frango, ainda são escassas no país (IPSOS/WAP, 2016).

Diante do contexto exposto, o objetivo geral deste estudo foi analisar a percepção da população universitária brasileira em relação ao BEA nas cadeias produtivas da carne bovina e da carne de frango. O objetivo específico foi analisar se grupos com percepções distintas a respeito do bem-estar animal diferem quanto às características socioeconômicas e outras variáveis relacionadas ao bem-estar animal.

2. MÉTODOS

2.1. PESQUISA

A pesquisa foi baseada em questionários, sendo gerenciada pelo *software Survey Monkey*. A amostra foi coletada na comunidade universitária brasileira, composta por discentes e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação em todas as áreas do conhecimento, além dos servidores da área técnica administrativa.

Para que a população universitária fosse atingida de forma abrangente, realizamos contato prévio, via telefone, com as Pró-Reitorias de Graduação e Pós-graduação das Universidades brasileiras em todos os Estados e no Distrito Federal, solicitando a colaboração quanto à divulgação da pesquisa, com a finalidade de atingir um maior número de respondentes e uma grande diversidade de áreas do conhecimento em todo país.

Contatos foram realizados em algumas Universidades Federais e Estaduais além de um pequeno número de contatos com Universidades privadas. Os Estados que colaboraram com a pesquisa foram: Roraima, Pará, Maranhão, Tocantins, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul além do Distrito Federal. Foram realizadas tentativas de contato, sem sucesso, com os seguintes Estados: Acre, Rondônia, Amazonas, Amapá e Piauí. Por fim, as Universidades que confirmaram colaborar com a divulgação da pesquisa, receberam através de *e-mail* o *link* contendo o questionário, que foi repassado à comunidade universitária também por *e-mail*. Os respondentes, portanto, receberam um *e-mail* convidando-os a participar da pesquisa e um *link* de acesso para o questionário *on-line*.

2.2. QUESTIONÁRIOS

Foram elaborados dois questionários, o primeiro, referente à cadeia produtiva da carne de frango e o segundo, da carne bovina, ambos adaptados de Boogaard *et al.* (2006) e You *et al.* (2014). Os

questionários ficaram ativos entre os meses de novembro de 2016 a junho de 2017 e foram disponibilizados em períodos distintos através do *software Survey Monkey*. Cada Universidade recebeu um questionário referente a uma cadeia produtiva (bovino ou aves), garantindo que os respondentes tivessem acesso a apenas um dos questionários.

Foram elaboradas no total 19 questões para cada questionário, com a finalidade de mensurar as características socioeconômicas além do conhecimento, a opinião, a preocupação e a percepção das pessoas a respeito do BEA. Foi utilizada a escala ancorada nos extremos, com extremo inferior representado pelo nível de concordância muito baixo = 1 e extremo superior representado pelo nível de concordância muito alto = 5, além da opção “não sei”, caso o respondente não possuísse opinião formada ou conhecimento específico sobre a pergunta. Todas as respostas “não sei” e as respostas “em branco” foram devidamente tratadas através do processo de substituição pela média, conforme (HAIR *et al.*, 2009).

Em um primeiro momento, foi realizado um pré-teste dos questionários com uma pequena amostra da população a fim de verificar a funcionalidade técnica para responder as questões, garantindo assim, que as mesmas fossem compreendidas facilmente. Encerrada a fase de testes, o *link* contendo o questionário referente à cadeia produtiva da carne de frango, ficou ativo entre os meses de novembro de 2016 e fevereiro de 2017. No total, foram coletados 731 questionários sendo três excluídos devido a erros no preenchimento das respostas por parte dos respondentes.

O *link* contendo o questionário referente à cadeia produtiva da carne bovina, ficou ativo entre os meses de março de 2017 e junho de 2017, sendo coletados 586 questionários, sem exclusão de nenhum respondente.

2.3. ANÁLISE ESTATÍSTICA

A análise dos dados foi realizada através dos *softwares Stata: Data Analysis and Statistical Software*, versão 13 e *SPSS: Statistical Package for the Social Sciences*, versão 17, permitindo o emprego da estatística descritiva, da análise fatorial e dos testes de médias.

2.3.1. ANÁLISE DESCRITIVA

Todas as variáveis foram submetidas a esta análise em sua totalidade de respondentes. Os parâmetros analisados foram a frequência, a percentagem e os valores extremos, mínimo e máximo, encontrados nas respostas.

2.3.2. ANÁLISE FATORIAL

A análise fatorial foi empregada com a finalidade de agrupar itens em fatores. Foram incluídos na análise fatorial 10 itens (Tabelas 2 e 4) relacionados a percepção das pessoas com relação ao BEA. O método de extração utilizado foi o componente principal seguido pelo método de rotação ortogonal *Varimax*. O critério para definir o número de fatores foi o da raiz latente (*eigenvalue*) superior a 1,0. A carga fatorial igual ou superior a 0,50 foi utilizada para determinar em qual fator cada item estaria representado (HAIR *et al.*, 2009). Três fatores foram criados para análise subsequente e foram identificados como: Imagem dos produtores (IM); Qualidade de vida dos animais (QV) e Uso de animais para o consumo humano (CH), respectivamente.

Através da utilização do quadro de referência (Quadro 1, no capítulo 1), adaptado de Aarts e Woerkum (1994) e também encontrado no estudo de Boogaard *et al.* (2006), utilizamos os fatores IM, QV e CH relacionando-os aos construtos: convicção e valores, conhecimento fatural e experiências emocionais, para explicar os fatores que influenciam a percepção humana.

2.3.3. T-TEST E MANN-WHITNEY TEST

Inicialmente a amostra das duas cadeias produtivas foi dividida em grupos. Para a variável condições atuais, a amostra foi dividida em dois grupos, onde pessoas que responderam 1 e 2 foram agrupadas como “Condições Atuais Ruins” (CAR) e pessoas que responderam 3, 4 e 5 foram agrupadas como “Condições Atuais Regulares” (CAREg). Para a variável preocupação, as pessoas que responderam 1, 2 e 3 foram agrupadas como “Preocupação Baixa” (PB) e pessoas que responderam 4 e 5 foram agrupadas como “Preocupação Alta” (PA). Esses agrupamentos foram realizados para testarmos se há diferença entre os grupos quanto às variáveis socioeconômicas e quanto as percepções através da realização dos testes de médias ao nível de significância de 5% ($p < 0,05$) para avaliar o impacto das variáveis independentes sobre as percepções das condições atuais de produção e das preocupações nas cadeias da carne de frango e da carne bovina.

Para as variáveis contínuas (idade, frequência do consumo de carne, imagem dos produtores, qualidade de vida dos animais, uso de animais para consumo humano), o *t-Test* foi utilizado. Para as variáveis categóricas (nível educacional, animal de estimação, renda, sexo, contato com animais destinados ao abate, local de residência, conceito de bem-estar, opinião sobre o bem-estar, conhecimento sobre a criação de bovinos ou aves, conhecimento das leis sobre o bem-estar, percepção sobre o transporte e percepção sobre abatedouros), o *Mann-Whitney test* foi utilizado.

3. RESULTADOS

3.1. CADEIA PRODUTIVA DA CARNE DE FRANGO

3.1.1. ANÁLISE DESCRITIVA

Dos 728 respondentes analisados, a maioria foram mulheres, a média de idade foi de vinte e sete anos e quase metade da amostra ainda está cursando a graduação, sendo que aproximadamente um quarto já possui pós-graduação completa. A área do conhecimento que teve maior destaque foi a das Ciências Agrárias. Quase sessenta por cento possuem renda mensal de até R\$ 2.500,00 e aproximadamente noventa por cento dos respondentes residem no meio urbano, sendo que a região Nordeste teve destaque na amostra com mais de sessenta e cinco por cento dos respondentes. A média do consumo de carne de frango foi de pouco mais de três vezes na semana. A maioria teve algum tipo de contato com frangos de corte e mais de setenta e cinco por cento possuem animais de estimação. Com relação ao conhecimento sobre o conceito de BEA, mais de oitenta por cento da amostra afirmaram conhecê-lo. Quando questionados à respeito de sua opinião sobre a aplicação do BEA pelos produtores brasileiros, comparado aos produtores dos EUA e da União Europeia, quase sessenta por cento dos respondentes não tiveram opinião formada sobre o assunto. Quando questionados à respeito do conhecimento sobre a criação de animais destinados ao abate, mais de sessenta e cinco por cento responderam ter um conhecimento razoável sobre o assunto e quando questionados sobre as leis que asseguram o BEA, pouco mais da metade da amostra também respondeu ter um conhecimento razoável sobre o assunto.

3.1.2. ANÁLISE FATORIAL

Os resultados da análise fatorial indicaram que os itens referentes a percepção se agruparam em um modelo de três fatores (Tabela 2). Este modelo explica 67,51% da variância. Utilizamos os seguintes termos para identificar os três fatores encontrados: Imagem dos produtores (IM); Qualidade de vida dos animais (QV) e Uso de animais para o consumo humano (CH). Os fatores IM e QV foram obtidos através do agrupamento de 4 itens para cada fator e o fator CH teve o agrupamento de 2 itens.

O primeiro fator (IM) descreve a percepção dos entrevistados a respeito dos produtores rurais. As perguntas deste fator foram formuladas negativamente, de modo que os entrevistados que responderam nos extremos mais altos, concordaram que os produtores estão mais focados no aspecto econômico do que no BEA. IM explicou 26,08% da variância total. O segundo fator (QV), descreve a

percepção dos entrevistados em relação à qualidade de vida dos animais. Este fator é o indicador de como os entrevistados perceberam o bem-estar dos animais. Os entrevistados que responderam nos extremos mais baixos, discordaram que as aves possuem melhor qualidade de vida. QV explicou 25,69% da variância total. O terceiro fator CH, descreve a percepção dos entrevistados sob o uso de animais para consumo humano. Os entrevistados que responderam nos extremos mais altos, concordaram que os humanos podem utilizar animais para o consumo. CH explicou 15,72% da variância total.

Tabela 2 – Matriz fatorial da cadeia produtiva da carne de frango, com cargas fatoriais maiores que 0,5 em negrito

Item	Fator 1 ^a	Fator 2 ^b	Fator 3 ^c
A maioria dos produtores rurais de frango de corte se preocupa mais com o gerenciamento da granja que com as aves.	0,741	-0,146	-0,117
A maioria dos produtores rurais de frango de corte considera suas aves somente como uma fonte de renda.	0,831	-0,138	-0,039
Para a maioria dos produtores rurais de frangos de corte, o tratamento adequado dado às aves é possível somente se isso significar maior lucro.	0,814	-0,055	-0,026
A maioria dos produtores rurais de frango de corte tenta economizar e não garante o bem-estar das aves.	0,751	-0,255	-0,222
Nas propriedades rurais, os frangos têm uma vida muito boa.	-0,128	0,816	0,085
A maioria dos produtores rurais proporciona aos frangos uma vida confortável.	-0,144	0,871	0,028
A maioria dos produtores rurais de frango de corte se importa muito com suas aves.	-0,271	0,750	0,131
A maioria dos produtores rurais de frango de corte tem contato diário com suas aves.	-0,050	0,655	0,211
Humanos podem consumir carne de frango.	-0,109	0,116	0,860
Eu me sinto culpado quando eu consumo carne de frango.	0,132	-0,183	-0,835
Variância explicada (%)	26,081	25,696	15,725
Eigenvalue (>1,0)	3,881	1,639	1,231

^a Imagem dos produtores

^b Qualidade de vida dos animais

^c Uso de animais para consumo humano

3.1.3. ANÁLISE DAS MÉDIAS

Para o item “Condições Atuais” do bem-estar de frangos de corte 59,37% dos respondentes foram agrupados em “Condições Atuais Ruins” (CAR) e 40,63% agrupados em “Condições Atuais Regulares” (CAREg). Das variáveis deste item, não houve efeito significativo entre CAR e CAREg para as variáveis: ‘possui animal de estimação’, ‘conceito de bem-estar’, ‘conhecimento sobre a criação de aves’ e ‘qualidade de vida dos animais’.

Para as demais variáveis do item “Condições Atuais”, foi realizada comparação entre os grupos CAR e CAREg (Tabela 3) entre às variáveis socioeconômicas que apresentaram efeito. O grupo CAREg apresentou média de idade superior, maior nível educacional, maior nível de renda, maior contato com frangos de corte e maior número de residentes no meio urbano, quando comparado ao grupo CAR, sendo também o grupo que consome mais carne de frango durante a semana. Em relação às variáveis sobre a percepção, também foi observado efeito entre os grupos (Tabela 3). O grupo CAREg, quando comparado ao grupo CAR, percebeu que os produtores brasileiros de aves cumprem as necessidades de bem-estar quando comparado aos produtores norte-americanos e europeus.

Em relação ao nível de conhecimento sobre as leis que asseguram o bem-estar animal, as condições de transporte das aves para o abatedouro e as condições de abate das aves, houve efeito entre os grupos (Tabela 3). Dessa forma, foi observado que o grupo CAREg possui maior nível de conhecimento quando comparado ao grupo CAR. O grupo CAREg percebeu de forma ruim as condições de transporte das aves para os abatedouros, sendo também o grupo que percebeu de forma regular as condições de abate das aves, quando comparadas ao grupo CAR. O grupo CAREg demonstrou acreditar mais que humanos podem consumir carne de frango, quando comparado ao grupo CAR. O grupo CAR apresentou mais pessoas do sexo feminino percebendo as condições atuais como ruins e uma imagem negativa dos produtores rurais, quando comparado ao grupo CAREg.

Para o item “Preocupação” em relação ao bem-estar de frangos de corte, 44,33% dos respondentes foram agrupados em “Preocupação Baixa” (PB) e 55,67% foram agrupados em “Preocupação Alta” (PA). Das variáveis deste item, não houve efeito significativo entre a PB e PA para as variáveis: ‘idade’, ‘nível educacional’, ‘renda mensal’, ‘contato com frangos de corte’, ‘frequência do consumo de carne’ e ‘qualidade de vida dos animais’ (Tabela 3).

Para as demais variáveis do item “Preocupação”, foi realizada comparação entre os grupos PB e PA (Tabela 3) entre às variáveis socioeconômicas que apresentaram efeito. O grupo PA apresentou, maior

contato com animais de estimação, maior nível de preocupação pelas mulheres e também maior número de residentes no meio urbano. Em relação às variáveis sobre a percepção, também foi observado efeito entre os grupos (Tabela 3). O grupo PA, quando comparado ao grupo PB, reportou maior preocupação em relação ao conhecimento à respeito do conceito de bem-estar e também em relação ao conhecimento sobre a criação de aves. Em relação à opinião sobre os produtores brasileiros de aves cumprirem melhor as necessidades de bem-estar que os produtores norte-americanos e europeus, o nível de conhecimento sobre as leis que asseguram o bem-estar animal e a imagem dos produtores rurais, o grupo PA também apresentou maior preocupação.

O grupo PB, quando comparado ao grupo PA, apresentou baixo nível de preocupação quanto ao transporte das aves para os abatedouros, quanto à percepção sobre os abatedouros e também em relação ao uso de animais para consumo humano.

Tabela 3 – Teste de médias das características socioeconômicas e percepções da população universitária brasileira sobre as condições atuais e preocupação em relação ao bem-estar de frangos de corte

Variáveis	Condições atuais			Preocupação		
	Ruins	Regulares	P	Baixa	Alta	P
Idade ^a	26,85	28,90	0,021*	27,16	28,09	0,924
Nível educacional ^b	5	6	0,000*	5	5	0,129
Possui animal de estimação ^b	1	1	0,140	1	1	0,001*
Renda mensal ^b	1	1	0,011*	1	1	0,231
Sexo ^b	2	2	0,022*	2	2	0,028*
Contato com frangos de corte ^b	0	1	0,000*	1	1	0,501
Local de residência ^b	1	1	0,000*	1	1	0,002*
Frequência do consumo de carne ^a	2,80	3,39	0,000*	3,51	2,67	0,634
Conceito de bem-estar ^b	1	1	0,804	1	1	0,000*
Opinião sobre bem-estar ^b	3	3	0,000*	3	3	0,006*
Conhecimento sobre a criação de aves ^b	1	1	0,669	1	1	0,000*
Conhecimento das leis sobre bem-estar ^b	1	1	0,006*	0	1	0,000*
Percepção sobre transporte ^b	1	2	0,000*	2	2	0,010*
Percepção sobre abatedouros ^b	2	3	0,000*	2	2	0,029*
Imagem dos produtores ^a	0,274	-0,402	0,000*	-0,037	0,029	0,045*
Qualidade de vida dos animais ^a	-0,281	0,412	0,728	-0,017	0,013	0,128
Uso de animais para consumo humano ^a	-0,263	0,387	0,000*	0,266	-0,212	0,000*

^a Variável contínua (Média – *t-Test*)

^b Variável categórica (Mediana – *Mann-Whitney test*)

p – Significância entre os grupos (p<0,05).

3.2. CADEIA PRODUTIVA DA CARNE BOVINA

3.2.1. ANÁLISE DESCRITIVA

Dos 586 respondentes analisados, mais da metade foram mulheres, a média de idade foi superior a vinte e nove anos e quase metade da amostra ainda está cursando a graduação, sendo que aproximadamente um terço já possui pós-graduação completa. A área do conhecimento de maior destaque foi a das Ciências Agrárias. Quase cinquenta por cento possuem renda mensal de até R\$ 2.500,00 e pouco mais de oitenta e cinco por cento dos respondentes residem no meio urbano, sendo que a região Centro-Oeste teve destaque na amostra com mais de sessenta e cinco por cento dos respondentes. A média de consumo de carne bovina foi de quase quatro vezes e meia na semana. A maioria teve algum tipo de contato com bovinos de corte e aproximadamente setenta por cento possuem animais de estimação. Com relação ao conhecimento sobre o conceito de BEA, mais de oitenta por cento da amostra afirmaram conhecê-lo. Quando questionados à respeito de sua opinião sobre a aplicação do BEA pelos produtores brasileiros, comparado aos produtores dos EUA e da União Europeia, quase cinquenta por cento dos respondentes não tiveram opinião formada sobre o assunto. Quando questionados à respeito do conhecimento sobre a criação de animais destinados ao abate, mais de sessenta por cento responderam ter um conhecimento razoável sobre o assunto e quando questionados sobre as leis que asseguram o BEA, aproximadamente quarenta e cinco por cento responderam ter um conhecimento razoável sobre o assunto, sendo que a mesma porcentagem responderam não possuir nenhum conhecimento sobre o assunto.

3.2.2. ANÁLISE FATORIAL

A matriz fatorial para a cadeia da carne bovina indicou o agrupamento de três fatores (Tabela 4). Este modelo explica 62,99% da variância. Os mesmos termos foram utilizados para identificar os três fatores encontrados, Imagem dos produtores (IM), Qualidade de vida dos animais (QV) e Uso de animais para o consumo humano (CH). Os fatores IM e QV foram obtidos através do agrupamento de 4 itens para cada fator e o fator CH teve o agrupamento de 2 itens.

O primeiro fator (IM), descreve a percepção dos entrevistados em relação à imagem dos produtores rurais. As perguntas deste fator foram formuladas negativamente, de modo que os entrevistados que responderam nos extremos mais altos, concordaram que os produtores estão mais focados no aspecto econômico do que no BEA. IM explicou 24,03% da variância total. O segundo fator (QV), descreve a percepção dos entrevistados em relação à qualidade de vida dos animais. Este fator é o indicador de

como os entrevistados perceberam o bem-estar dos animais. Os entrevistados que responderam nos extremos mais baixos, discordaram que os bovinos possuem melhor qualidade de vida. QV explicou 23,28% da variância total. O terceiro fator CH, descreve a percepção dos entrevistados em relação ao uso de animais para consumo humano. Os entrevistados que responderam nos extremos mais altos, concordaram que os humanos podem utilizar animais para o consumo. CH explicou 15,67% da variância total.

Tabela 4 – Matriz fatorial da cadeia produtiva da carne bovina, com cargas fatoriais maiores que 0,5 em negrito

Item	Fator 1 ^a	Fator 2 ^b	Fator 3 ^c
A maioria dos produtores rurais de carne bovina se preocupa mais com o gerenciamento da propriedade que com o rebanho.	0,708	-0,134	-0,064
A maioria dos produtores rurais de carne bovina considera seu rebanho somente como uma fonte de renda.	0,807	-0,090	-0,054
Para a maioria dos produtores rurais de carne bovina, o tratamento adequado dado ao rebanho é possível somente se isso significar maior lucro.	0,789	-0,089	-0,054
A maioria dos produtores rurais de carne bovina tenta economizar e não garante o bem-estar do rebanho.	0,731	-0,312	-0,122
Nas propriedades rurais, os bovinos têm uma vida muito boa.	-0,142	0,760	0,150
A maioria dos produtores rurais proporciona aos bovinos uma vida confortável.	-0,172	0,835	0,141
A maioria dos produtores rurais de carne bovina se importa muito com seu rebanho.	-0,109	0,756	0,156
A maioria dos produtores rurais de carne bovina tem contato diário com seu rebanho.	-0,116	0,563	-0,033
Humanos podem consumir carne bovina.	-0,069	0,111	0,864
Eu me sinto culpado quando consumo carne bovina.	0,122	-0,146	-0,853
Variância explicada (%)	24,032	23,280	15,676
Eigenvalue (>1,0)	3,537	1,535	1,227

^a Imagem dos produtores

^b Qualidade de vida dos animais

^c Uso de animais para consumo humano

3.2.3. ANÁLISE DAS MÉDIAS

Para o item “Condições Atuais” do bem-estar de bovinos de corte 41,12% dos respondentes foram agrupados em “Condições Atuais Ruins” (CAR) e 58,87% agrupados em “Condições Atuais Regulares”

(CAReg). Das variáveis deste item, não houve efeito significativo entre CAR e CAReg para as variáveis: 'idade', 'nível educacional', 'possui animal de estimação', 'renda mensal', 'local de residência', 'conceito de bem-estar', 'conhecimento sobre a criação de gado', 'conhecimento das leis sobre bem-estar' e 'qualidade de vida dos animais'.

Para as demais variáveis do item "Condições Atuais", foi realizada comparação entre os grupos CAR e CAReg (Tabela 5) entre às variáveis socioeconômicas que apresentaram efeito. O grupo CAReg apresentou maior contato com gado de corte, sendo o grupo que consome mais carne bovina durante a semana. Em relação às variáveis sobre a percepção, também foi observado efeito entre os grupos (Tabela 5). O grupo CAReg, quando comparado ao grupo CAR, percebeu que os produtores brasileiros de gado de corte cumprem as necessidades de bem-estar quando comparado aos produtores norte-americanos e europeus.

Em relação as condições de transporte do gado para os abatedouros e as condições de abate do gado, houve efeito entre os grupos (Tabela 5). Desta forma, foi observado que o grupo CAReg percebeu de forma regular as condições de transporte do gado para os abatedouros, sendo também o grupo que percebeu de forma ruim as condições de abate do gado, quando comparadas ao grupo CAR. O grupo CAReg também demonstrou acreditar mais que humanos podem consumir carne bovina, quando comparado ao grupo CAR. O grupo CAR apresentou mais pessoas do sexo feminino percebendo as condições atuais como ruins e uma imagem negativa dos produtores rurais, quando comparado ao grupo CAReg.

Para o item "Preocupação" em relação ao bem-estar de bovinos de corte, 45,90% dos respondentes foram agrupados em "Preocupação Baixa" (PB) e 54,10% foram agrupados em "Preocupação Alta" (PA). Das variáveis deste item, não houve efeito significativo entre PB e PA para as variáveis: de 'idade', 'nível educacional', 'renda mensal', 'sexo', 'frequência do consumo de carne', 'opinião sobre bem-estar', 'percepção sobre abatedouros' e 'imagem dos produtores' (Tabela 5).

Para as demais variáveis do item "Preocupação", foi realizada comparação entre os grupos PB e PA (Tabela 5) entre às variáveis socioeconômicas que apresentaram efeito. O grupo PA apresentou maior contato com animais de estimação, maior contato com gado de corte e também maior número de residentes no meio urbano, quando comparado ao grupo PB. Em relação às variáveis sobre a percepção, também foi observado efeito entre os grupos (Tabela 5). O grupo PA, quando comparado ao grupo PB, reportou maior preocupação em relação ao conhecimento à respeito do conceito de bem-estar, conhecimento sobre a criação de gado, e também em relação ao nível de conhecimento

sobre as leis que asseguram o bem-estar animal. O grupo PB, quando comparado ao grupo PA, percebeu de forma positiva o transporte do gado até os abatedouros, sendo o grupo que se preocupou menos com a qualidade de vida dos animais e com o uso de animais para consumo humano.

Tabela 5 – Teste de médias das características socioeconômicas e percepções da população universitária brasileira sobre as condições atuais e preocupação em relação ao bem-estar de bovinos de corte

Variáveis	Condições atuais			Preocupação		
	Ruins	Regulares	P	Baixa	Alta	P
Idade ^a	29,27	29,32	0,258	29,62	29,03	0,431
Nível educacional ^b	6	6	0,826	6	6	0,579
Possui animal de estimação ^b	1	1	0,510	1	1	0,000*
Renda mensal ^b	2	1	0,356	2	1	0,251
Sexo ^b	2	2	0,013*	2	2	0,149
Contato com gado de corte ^b	1	1	0,001*	1	1	0,027*
Local de residência ^b	1	1	0,310	1	1	0,003*
Frequência do consumo de carne ^a	3,80	4,94	0,006*	4,62	4,35	0,975
Conceito de bem-estar ^b	1	1	0,663	1	1	0,000*
Opinião sobre bem-estar ^b	3	3	0,058*	3	3	0,157
Conhecimento sobre a criação de gado ^b	1	1	0,195	1	1	0,000*
Conhecimento das leis sobre bem-estar ^b	1	1	0,992	0	1	0,000*
Percepção sobre transporte ^b	2	3	0,000*	3	2	0,006*
Percepção sobre abatedouros ^b	2	2	0,000*	2	2	0,356
Imagem dos produtores ^a	0,317	-0,221	0,000*	-0,035	0,030	0,471
Qualidade de vida dos animais ^a	-0,399	0,279	0,740	0,078	-0,066	0,071*
Uso de animais para consumo humano ^a	-0,389	0,271	0,000*	0,157	-0,133	0,000*

^a Variável contínua (Média – t-Test)

^b Variável categórica (Mediana – Mann-Whitney test)

p – Significância entre os grupos (p<0,05).

4. DISCUSSÃO

4.1. ANÁLISE FATORIAL

Para explicar por que a percepção pode ser diferente entre as pessoas, utilizamos o quadro de referência adaptado de Aarts e Woerkum (1994), que utiliza três construtos para avaliar os fatores que influenciam a percepção humana: convicção e valores, conhecimento fatural e experiências emocionais, que foram relacionados aos fatores IM, QV e CH. Contribuições significativas da IM são associadas ao construto conhecimento fatural (proximidade com a agropecuária) além da experiência emocional (proximidade com a agropecuária e proprietários de animais de estimação). QV está associado aos valores e às experiências emocionais (combinação de proprietários de animais de

estimação, proximidade aos centros urbanos e proximidade com a agropecuária). CH está associado às experiências emocionais (proximidade com a agropecuária e proprietários de animais de estimação).

Aplicando questionários adaptados do estudo de Boogaard *et al.* (2006), em uma população diferente, os resultados encontrados apresentaram várias semelhanças, sendo que os mesmos fatores IM, QV e CH emergiram em nosso estudo. Além das semelhanças encontradas no estudo de Boogaard *et al.* (2006) os resultados da análise fatorial nas cadeias produtivas da carne de frango e da carne bovina também apresentaram semelhança em sua composição, suas cargas fatoriais apresentaram proximidade em relação ao agrupamento dos fatores IM, QV e CH sendo que os mesmos itens se agruparam nos mesmos fatores.

O primeiro fator IM demonstrou que os respondentes concordaram que os produtores rurais estão mais focados no aspecto econômico do que no BEA. O segundo fator QV demonstrou que os respondentes concordaram que os frangos e bovinos de corte não possuem boa qualidade de vida. O terceiro fator CH demonstrou que os respondentes concordaram que os humanos podem utilizar animais para o consumo.

O presente estudo mostrou três fatores importantes da percepção pública à respeito do bem-estar dos animais de produção. O fator CH é influenciado pelas experiências emocionais. O fator QV é fortemente influenciado pelos valores e pelas experiências emocionais, sendo que as pessoas que possuem experiências com animais de produção, percebem o BEA de forma mais positiva. O fator IM é influenciado pelas experiências emocionais e o único influenciado pelo conhecimento fatorial. Esta peculiaridade mostra que a imagem dos produtores rurais pode ser fortemente influenciada pelo aumento de informações sobre os mesmos.

4.2. ITEM “CONDIÇÕES ATUAIS”

Ao comparar o item “Condições Atuais” nas cadeias produtivas da carne de frango e da carne bovina, o mesmo apresentou significância para as duas cadeias, nas variáveis: ‘sexo’, ‘contato com frangos de corte’, ‘frequência do consumo de carne’, ‘opinião sobre bem-estar’, ‘percepção sobre transporte’, ‘percepção sobre abatedouros’ e ‘IM’.

A variável ‘IM’, nas duas cadeias produtivas, demonstrou que os respondentes do grupo CReg que perceberam as condições atuais como regulares também são os mesmos que perceberam a imagem dos produtores como ruins. Esta imagem ruim pode ser explicada devido ao fato da população

acreditar que os produtores rurais estão mais focados no aspecto econômico do que no BEA. Estes mesmos resultados foram encontrados na população holandesa, no estudo realizado por Boogaard *et al.* (2006), corroborando assim nossos resultados.

Em relação à variável ‘contato com animais (frangos de corte ou bovinos)’, os respondentes do grupo CAReg que perceberam as condições atuais das duas cadeias como regulares também são os mesmos que apresentaram ter algum tipo de contato com aves e bovinos destinados a produção de carne. A variável ‘opinião sobre bem-estar’ demonstrou que os respondentes do grupo CAReg perceberam como regulares as condições atuais nas duas cadeias produtivas. Estas variáveis, possivelmente demonstram que quanto maior o contato com os animais de produção e também quanto maior a informação sobre o bem-estar animal, maior será a percepção das pessoas em relação ao BEA.

A variável ‘percepção sobre transporte’ demonstrou que os respondentes do grupo CAReg perceberam melhor as condições atuais nas duas cadeias produtivas, quando comparado ao grupo CAR. Em relação à variável ‘percepção sobre abatedouros’ os respondentes do grupo CAReg na cadeia da carne de frango, perceberam melhor as condições atuais, do que os respondentes da cadeia da carne bovina, quando comparado ao grupo CAR. Ao compararmos as duas cadeias produtivas, estas variáveis apresentaram relação inversa. Enquanto a ‘percepção sobre transporte’ foi negativa na cadeia produtiva da carne de frango, a mesma foi positiva na cadeia produtiva da carne bovina. A variável ‘percepção sobre abatedouros’ foi positiva na cadeia produtiva da carne de frango, sendo a mesma negativa na cadeia produtiva da carne bovina. Desta forma, concluímos que o transporte na cadeia produtiva da carne de frango foi percebido de forma ruim quando comparado ao transporte na cadeia produtiva da carne bovina. Quanto aos abatedouros, o inverso foi percebido, ou seja, a cadeia produtiva da carne de frango apresentou percepção regular quando comparada à cadeia produtiva da carne bovina. Estes resultados corroboram com os estudos realizados por Boogaard *et al.* (2006) e Kendall *et al.* (2006). Nestes estudos, os autores analisaram a “conexão dos respondentes com a agropecuária” e também observaram que pessoas que possuem algum tipo de conexão com a agropecuária, percebem melhor as condições atuais das cadeias produtivas em relação ao BEA quando comparado às pessoas que não possuem este tipo de conexão.

Em relação à variável ‘frequência do consumo de carne’, possivelmente, os resultados demonstram que quanto maior o consumo semanal de carne, melhor a percepção das condições atuais nas cadeias produtivas. Não há, até o momento, trabalhos que possam corroborar os resultados encontrados para

esta variável. Sugerimos que, estudos futuros possam analisar esta variável em outros países, para que se possa corroborar estas afirmações.

4.3. ITEM “PREOCUPAÇÃO”

Ao analisar o item “Preocupação” nas cadeias produtivas da carne de frango e da carne bovina, o mesmo apresentou significância para as duas cadeias, nas variáveis: ‘possui animal de estimação’, ‘local de residência’, ‘conceito sobre bem-estar’, ‘conhecimento sobre a criação de aves e bovinos’, ‘conhecimento das leis sobre bem-estar’ e ‘percepção sobre transporte’. Com exceção da variável ‘percepção sobre transporte’, que apresentou resultado negativo, as demais demonstraram alto nível de preocupação dos respondentes em relação ao BEA, nas duas cadeias produtivas.

Em relação à variável ‘possui animal de estimação’, foi observado resultado positivo nas duas cadeias produtivas. Os respondentes que declararam possuir algum animal de estimação também demonstraram alto nível de preocupação em relação ao BEA. Estes resultados corroboram os estudos realizados por Boogaard *et al.* (2006) e Kupsala *et al.* (2015). Estes autores demonstraram que as pessoas que possuem animais de estimação se preocupam mais com o BEA do que as pessoas que não possuem animais de estimação. Os autores mostram que a variável ‘possui animal de estimação’ possui forte influência na percepção e atitude dos respondentes em relação ao BEA, devido à forte ligação com as experiências emocionais.

Para a variável ‘local de residência’, foi observado resultado positivo nas duas cadeias produtivas, demonstrando que pessoas que residem no meio urbano se preocupam mais com o BEA quando comparado as pessoas que residem no meio rural. Estes resultados corroboram os estudos de Boogaard *et al.* (2006); Musto *et al.* (2014) e Kupsala *et al.* (2015). Estes estudos sugerem que uma maior preocupação com o bem-estar dos animais de produção pode ser encontrada nas cidades.

A variável ‘conceito sobre bem-estar’, nas duas cadeias produtivas, demonstrou que as pessoas que possuem algum conhecimento sobre o BEA também são as mesmas que possuem maior nível de preocupação. As variáveis ‘conhecimento sobre a criação de aves e bovinos’ e ‘conhecimento das leis sobre bem-estar’ demonstraram que as pessoas que possuem maior conhecimento sobre a criação de aves e bovinos e também maior conhecimento das leis sobre o BEA, também são as mesmas que possuem maior nível de preocupação. Desta forma, as pessoas que possuem informação e conexão com a agropecuária se preocupam mais com o bem-estar dos animais de produção do que as pessoas que não possuem esta conexão. Estes resultados corroboram os encontrados pelo estudo de Boogaard

et al. (2006). Neste estudo, os autores sugerem que uma maior preocupação à respeito do BEA pode ser encontrada em pessoas que possuem mais ‘informação’ e ‘conexão com a agropecuária’.

Em relação à variável ‘percepção sobre transporte’, nas duas cadeias produtivas, o grupo PB demonstrou que a percepção foi negativa na cadeia produtiva da carne de frango, sendo que a mesma variável foi positiva na cadeia produtiva da carne bovina. Desta forma concluímos que o transporte na cadeia produtiva da carne de frango foi percebido de forma ruim quando comparado ao transporte na cadeia produtiva da carne bovina. Possivelmente, pode-se atribuir a estes resultados o fato de que as pessoas possuem maior conhecimento sobre o transporte de bovinos, quando comparado ao transporte das aves. Estes resultados podem ser corroborados pelo estudo realizado por Boogaard *et al.*, (2006). Neste estudo, os autores demonstraram que as pessoas que possuem mais informação sobre o BEA, se preocupam mais com o assunto do que as pessoas que possuem pouca informação sobre o tema.

A variável ‘sexo’ apresentou significância apenas na cadeia produtiva da carne de frango, cuja participação das mulheres representou média superior a 60% nas duas cadeias produtivas. Este resultado demonstrou que as mulheres se preocuparam mais com o BEA do que os homens. Estes resultados corroboram os encontrados pelos estudos de Mariá (2006), Kupsala *et al.* (2015), Cembalo *et al.* (2016), Pérez *et al.* (2017) e Lama *et al.* (2017). Estes autores encontraram resultados demonstrando que as mulheres possuem maior sensibilidade e preocupação em relação ao BEA do que os homens.

5. CONCLUSÃO

Com base no objetivo geral deste estudo, que foi de analisar a percepção da população universitária brasileira em relação ao BEA nas cadeias produtivas da carne bovina e da carne de frango, foi possível verificar que quanto maior o contato das pessoas com os animais de produção ou animais de estimação caracterizando assim a experiência emocional através de laços de afetividade, maior a percepção delas em relação ao bem-estar animal. Quanto maior a informação sobre o BEA, caracterizada pelo conhecimento fático, maior será a percepção das pessoas com relação ao BEA. A imagem dos produtores rurais foi negativa por parte dos respondentes, fato este que pode ser melhorado através da informação e divulgação do BEA para a população. Na cadeia produtiva da carne de frango, o transporte foi percebido de forma ruim, sendo que os abatedouros apresentaram boa percepção quando comparados à cadeia produtiva da carne bovina. As pessoas que possuem animal

de estimação e também as que residem no meio urbano, se preocupam mais com o BEA. As pessoas que possuem informação e conexão com a agropecuária, assim como as mulheres, também se preocupam mais com o BEA.

A partir dos resultados encontrados, sugerimos que os agentes governamentais possam ampliar as formas de divulgação do BEA incluindo junto aos ensinos médio e fundamental, mais informação através de cartilhas sobre o tema, além de visitas às propriedades rurais, de forma a auxiliar na construção de novos valores sociais. Sugerimos também aos produtores rurais e as indústrias, que se esforcem para divulgar o BEA através das práticas utilizadas na produção da carne, propagando com maior intensidade e clareza estas informações a toda população. Tais informações apresentam relevância para que, no futuro, o conceito de BEA e também suas técnicas e práticas de manuseio junto aos animais, possam ser ampliadas em todo país, de forma a levar o Brasil à patamares mais altos, como os existentes nos países europeus e norte-americanos.

Esse estudo apresenta algumas limitações. Primeiro, é evidente a necessidade de reproduzir este estudo de forma a englobar uma amostra populacional que represente o Brasil, a fim de ampliar o conhecimento sobre a percepção da população brasileira em relação ao BEA, principalmente junto à população desprovida de informações e que possuem baixo nível educacional. Ressaltamos que esta pesquisa não tem a intenção de generalizar os resultados obtidos com a análise da percepção da população universitária projetando-a a população brasileira em geral e sim dar um impulso ao tema do bem-estar animal dentro do meio acadêmico para que posteriormente o mesmo ganhe força junto à opinião pública.

6. REFERÊNCIAS

- BOCK, B. B., e VAN HUIK, M. M. 2007. Animal welfare: the attitudes and behaviour of European pig farmers. *Brit. Food J.* 109:931–944.
- BOOGAARD, B. K., OOSTING, S. J., BOCK, B. B. 2006. Elements of societal perception of farm animal welfare: A quantitative study in The Netherlands. *Livestock Science.* 104. 13-22.
- BOOGAARD, B. K., OOSTING, S. J., BOCK, B. B. 2008. Defining sustainability as a socio-cultural concept: citizen panels visiting dairy farms in the Netherlands. *Livest. Sci.* 117, 24–33.
- BRUIJNIS, M., HOGEVEEN, H., GARFORTH, C., STASSEN, E. 2013. Dairy farmers' attitudes and intentions towards improving dairy cow foot health. *Livestock Science* 155, 103–113.
- CLARK, B., STEWART, G. B., PANZONE, L. A., KYRIAZAKIS, I., FREWER, L. J. 2017. Citizens, consumers and farm animal welfare: A meta-analysis of willingness-to-pay studies. *Food Policy.* 68. 112–127.
- DE BARCELLOS, M. D., KÜGLER, J. O., GRUNERT, K. G., VAN WEZEMAEL, L., PÉREZ-CUETO, F. J., UELAND, O., e VERBEKE, W. 2010. European consumers' acceptance of beef processing technologies: A focus group study. *Innovative Food Science & Emerging Technologies*, 11, 721–732.
- DE LAUWERE, C., VAN ASSELDONK, M., VAN 'T RIET, J., DE HOOP, J., TEM PIERICK, E. 2012. Understanding farmers' decisions with regard to animal welfare: the case of changing to group housing for pregnant sows. *Livestock Science* 143, 151–161.
- FRASER, D., DUNCAN, I. J. H., EDWARDS, S. A., GRANDIN, T., GREGORY, N. G., GUYONNET, V., HEMSWORTH, P. H., HUERTAS, S. M., HUZZEY, J. M., MELLOR, D. J., MENCH, J. A., ŠPINKA, M., WHAY, H. R. 2013. General Principles for the welfare of animals in production systems: The underlying science and its application. *The Veterinary Journal* 198. 19–27.
- GÓMEZ-CORONA, C., ESCALONA-BUENDÍA, H. B., GARCÍA, M., CHOLLET, S., e VALENTIN, D. 2016. Craft vs. industrial: Habits, attitudes and motivations towards beer consumption in Mexico. *Appetite*, 96, 358–367.
- GRAAF, S. de, VAN LOO, E. J., BIJTTEBIER, J., VANHONACKER, F., LAUWERS, L., TUYTTENS, F. A. M., VERBEKE, W. 2016. Determinants of consumer intention to purchase animal-friendly milk. *Animal Sciences Unit, Institute for Agricultural and Fisheries. J. Dairy Sci.* 99:1–10.
- HAIR Jr., J. F., BLACK, W. C., BABIN, B. J., ANDERSON, R. E., TATHAM, R. L. 2009. *Análise multivariada de dados, tradução Adonai Schlup Sant'Anna.* – 6. Ed. – Porto Alegre, Bookman. 688p.
- HANSSON, H., e LAGERKVIST, C. J. 2012. Measuring farmers' attitudes to animal welfare and health. *Brit. Food J.* 114:840–852.
- HELESKI, C. R., MERTIG, A. G., e ZANELLA, A. J. 2006. Stakeholder attitudes toward farm animal welfare. *Anthrozoos.* 19:290–307.
- KENDALL, H. A., LOBAO, L. M., e SHARP, J. S. 2006. Public concern with animal well-being: place, social structural location, and individual experience. *Rural Sociol.* 71:399–428.

KOKNAROGLU, H., AKUNAL, T. 2013. Animal welfare: An animal science approach. *Meat Science* 95, 821–827.

KUPSALA, S., VINNARI, M., JOKINEN, P., e RASANEN, P. 2015. Citizen attitudes to farm animals in Finland: A population-based study. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, 28, 601–620.

LAMA, G. C. M. de la, ESTÉVEZ-MORENO, L. X., SEPÚLVEDA, W. S., ESTRADA-CHAVERO, M. C., RAYAS-AMOR, A. A., VILLARROEL, M., MARIÁ, G. A. 2017. Mexican consumers' perceptions and attitudes towards farm animal welfare and Willingness to pay for welfare friendly meat products. *Meat Science*, 125, 106–113.

MARÍA, G. A. 2006, Public perception of farm animal welfare in Spain. *Livestock Science* 103, 250-256.

McGLONE, J. J. 2001. Farm animal welfare in the context of other society issues: toward sustainable systems. *Livestock Production Science* 72, 75– 81.

MUSTO, M., FARAONE, D., CELLINI, F. 2014. The Role of Cognitive Styles and Sociodemographic Characteristics in Consumer Perceptions and Attitudes Toward Nonhuman Animal Welfare. *Journal of Applied Animal Welfare Science*, 17:198–215.

PÉREZ, E. V. B., LAMA, G.C. M., TEIXEIRA, D. L., HIDALGO, D. E., TADICH, T., LENSINK, J. 2017. Farm Animal Welfare Influences on Markets and Consumer Attitudes in Latin America: The Cases of Mexico, Chile and Brazil. *J. Agric Environ Ethics*. Accepted: 8 October 2017.

PESQUISA IPSOS/WORLD ANIMAL PROTECTION. 2016. “Percepção do Consumidor sobre o bem-estar animal - Brasil, Chile, Colômbia e México”.

RAPARELLI, E., BAJOCCHOA, S., MUGNOZZAB, G. S. 2017. The perception of biotechnology in agro-forestry: The opinion of undergraduates and researchers, *Land Use Policy*, 66 364-373.

SCHNETTLER, M., VIDAL, M., SILVA, F., VALLEJOS, C., SEPÚLVEDA, B. 2008. Consumer perception of animal welfare and livestock production in the Araucania region, Chile. *Chilean Journal of Agricultural Research*, 68, 80-93.

TE VELDE, H.T., AARTS, N., VAN WOERKUM, C. 2002. Dealing with ambivalence: farmers' and consumers' perceptions of animal welfare in livestock breeding. *J. Agric. Environ. Ethics* 15 (2), 203–219.

ÜNAL, N. 2007. Hayvan refah. *Vilsan Dergi*, 2(5), 25–26.

VAN LOO, E. J., CAPUTO, V., NAYGA Jr., R. M., VERBEKE, W. 2014. Consumers’ valuation of sustainability labels on meat. *Food Policy* 49:137–150.

VANHONACKER, F., VERBEKE, W., VAN POUCKE, E., TUYTTENS, F. A. M. 2008. Do citizens and farmers interpret the concept of farm animal welfare differently? *Livest. Sci.* 116, 126–136.

VANHONACKER, F., e VERBEKE, W. 2009. Buying higher welfare poultry products? Profiling Flemish consumers who do and do not. *Poult. Sci.* 88:2702–2711.

VANHONACKER, F., TUYTTENS, F. A., e VERBEKE, W. 2016. Belgian citizens' and broiler producers' perceptions of broiler chicken welfare in Belgium versus Brazil. *Poultry Science* 0:1-9.

VAN HUIK, M. M., e BOCK, B. B. 2007. Attitudes of Dutch pig farmers towards animal welfare. *Brit. Food J.* 109:879–890.

VETOULI, T., LUND, V., e KAUFMANN, B. 2012. Farmers' attitude towards animal welfare aspects and their practice in organic dairy calf rearing: a case study in selected Nordic farms. *J. Agr. Environ. Ethic.* 25:349–364.

YOU, X., YIBO, L., MIN, Z., HUOQI, Y., RUQIAN, Z. 2014. A survey of Chinese citizens' perceptions on farm animal welfare. *PLoS ONE*, 9(10) e 109177.

WORLD ORGANIZATION FOR ANIMAL HEALTH (OIE). 2013. Introduction to the recommendations for animal welfare. In: *Terrestrial Animal Health Code*. Paris, France. Cap. 7.1. Disponível em:

<http://www.oie.int/index.php?id=169&L=0&htmfile=chapitre_aw_introduction.htm>.

Acesso em: 23 set. 2017.

WORLD ORGANIZATION FOR ANIMAL HEALTH (OIE). 2013. Introduction to the recommendations for animal welfare. In: *Terrestrial Animal Health Code*. Paris, France. Article 7.1.4. Disponível em:

<http://www.oie.int/index.php?id=169&L=0&htmfile=chapitre_aw_introduction.htm>.

Acesso em: 26 set. 2017.

Capítulo 7



10.37423/240208743

UNIVERSIDADE INOVADORA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Denise Adriana Johann

Universidade Federal de Santa Maria

Morgana de Oliveira Machado

*Universidade Regional do Noroeste do
Estado do Rio Grande do Sul*

Luís Felipe Dias Lopes

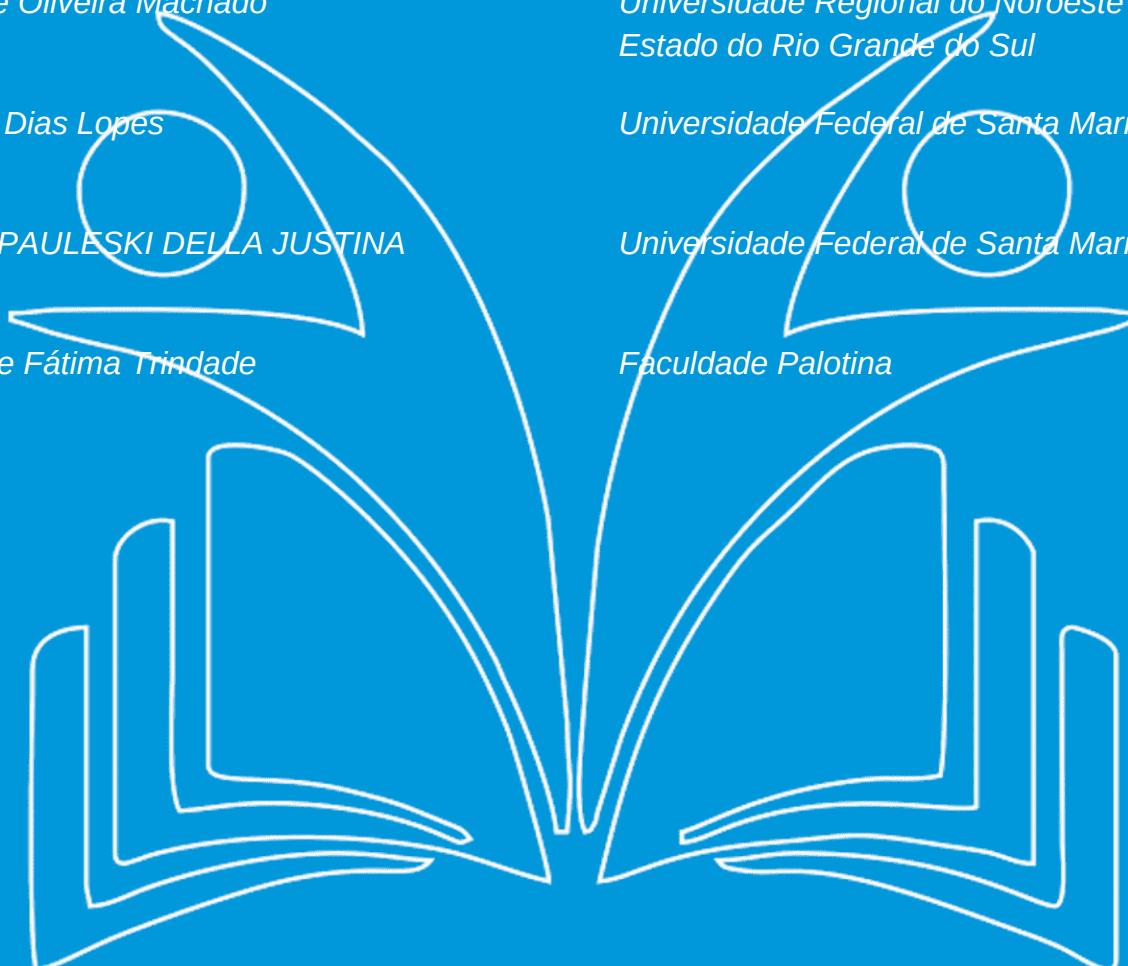
Universidade Federal de Santa Maria

DIENIFER PAULESKI DELLA JUSTINA

Universidade Federal de Santa Maria

Marizane de Fátima Trindade

Faculdade Palotina



Resumo: A universidade está atrelada à duas definições, com um olhar aos indivíduos, organizações e suas interações com o meio ambiente, organizadas nas dimensões ensino, pesquisa, extensão e gestão, enquanto o outro olhar está elencado as funções técnicas e de gestão da universidade (SCHMITZ, 2017). Nessa perspectiva o enfoque dado as universidades ressignificam a verdadeira extensão do conhecimento, que quando expande para fora dos muros que a cercam não só contribuem para o desenvolvimento econômico e social, mas em contrapartida refletem suas iniciativas para própria sustentabilidade da universidade. A dinâmica ocorre em diferentes dimensões, mas de qualquer forma uma relação tanto influência quanto é influenciada, ou seja, de forma paradoxal quanto maiores forem as iniciativas e ações da universidade para o desenvolvimento socioeconômico regional, maior será a influência sobre a preservação da sustentabilidade institucional desta instituição de ensino superior (SCHMITZ, 2017). Dessa forma, a universidade é considerada inovadora sob diferentes aspectos na perspectiva dos estudantes universitários, considerados os atores centrais nesse cenário, assim como também são considerados peças chaves para o crescimento e desenvolvimento do País.

Palavras Chave: Universidade Inovadora. Estudantes Universitários.

1.INTRODUÇÃO

As relações se dão através da colaboração dos indivíduos para com as organizações, já que estas afetam os indivíduos, estes e a organização impactam o ambiente que consequentemente impacta os indivíduos e a organização, e paralelamente a inovação e o empreendedorismo são fomentados pelo meio do ensino, pesquisa e extensão (MANZOOR, 2021).

Para Carvalho (2019), as universidades desempenham um papel central no desenvolvimento das sociedades em todo o mundo. o mundo com suas missões de ensino e pesquisa por séculos. Corroborando. Groof (2018) afirma que o progresso é uma das responsabilidades da academia científica. Desta forma, o autor descreve que o progresso é moldado por questionamentos e indagações e que existem questões decisivas para a futura missão da universidade, que é a inovação, e para isso é necessário encorajar a criatividade.

Nesse sentido, as universidades têm enfrentado diferentes desafios ao longo dos anos, onde a inovação passa a ser um importante pilar, alavancando as demais missões, ou seja, o ensino e a pesquisa, já que a inovação através de processos, práticas e métodos alavanca a universidade de empreendedora a inovadora (SERNA, 2015; GROOF, 2018).

Sob essa lente, diferentes enfoques da nova atuação da universidade relacionam-se a diversos termos, entre eles, a inovação acadêmica e inovação universitária (LINDQUIST, 1974; SCHACHTER, 1986; YI; XIA, 2012). Dada esta realidade, pesquisas apontam a necessidade de uma maior compreensão e consideração com os atores presentes e envolvidos nesse ecossistema, ou seja, os stakeholders, dentre eles, os gestores das universidades, professores-pesquisadores, estudantes, empresários, e os responsáveis pelas políticas públicas destinadas as universidades (MEYERS; WOOD, 2011; ABREU; GRINEVICH, 2013).

Didkovskaya (2020) afirma que os atores centrais da universidade são os estudantes e, o maior desafio dos gestores universitários é criar uma mentalidade e ao mesmo tempo, motivar estudantes. Diante disso, o autor questiona e, ao mesmo tempo, induz o leitor a reflexão, se de fato as universidades oferecem estrutura e programas de formação que conseguem transformar estudantes tradicionais em inovadores e criativos, se antes estes encontravam-se limitados ao saber ler e transcrever o que o docente solicita em sala de aula. Neste ínterim, a partir de uma iniciativa global, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o intuito de examinar o futuro da educação, inseriu o ensino superior em pauta por meio da Conferência Mundial de Educação

Superior da UNESCO 2022, indagando o que os estudantes de hoje pensam sobre a universidade do futuro? Os resultados foram apresentados pelo Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC), sendo 741 entrevistados de todo o mundo, através de 55 consultas de grupos focais realizadas nos anos de 2020 e 2021.

Os participantes destacaram que novas formas de construção do conhecimento, baseadas na cooperação e relações colaborativas são fundamentais, onde é necessária a reconfiguração do papel do professor que além de preservar a formação de especialista, deve atuar como tutor, mediador, facilitador e motivador, buscando formar profissionais mais ativos, referindo-se aos seus desejos e necessidades de acordo com seus contextos e realidades (UNESCO, 2022).

Ainda, nas vozes dos estudantes, estes, serão cocriadores da sua própria educação superior, capazes de moldar seu processo de aprendizagem. Sendo assim, os participantes reconhecem o seu papel nas universidades, destacam seu desejo em aprender e servir a comunidade local e global. Os grupos focais destacaram a palavra conectividade enfatizada pela maioria, evidenciando as esperanças e preocupações dos estudantes em relação ao que pensam no futuro até 2050, após o explanado, pode-se questionar, as universidades estão prontas para atender às visões dos estudantes do futuro do ensino superior? (ABDRASHEVA; MORALES; SABZALIEVA, 2022).

Outro ponto central é exposto pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que baliza a universidade como um ambiente de ensino-aprendizagem que requer inovação para atender às necessidades dos estudantes. No Brasil, no ano de 2019, existiam mais de 3.000 universidades, responsáveis pela educação de mais de 8 milhões de estudantes universitários (INEP, 2019). Com isso, o documento aponta que a inovação nos processos educacionais das universidades pode contribuir para melhorar a experiência dos estudantes e aumentar o engajamento deles com as atividades acadêmicas.

Os componentes considerados inovadores têm sido abordados além das metodologias científicas que inovam através do ensino-aprendizagem, mas o estímulo necessário para que estes jovens se adaptem aos novos desafios tecnológicos e profissionais. Nesse sentido, é importante refletir acerca do contexto universitário e de como os estudantes têm vivido e experienciado essas oportunidades. Cabendo aqui uma lacuna para realização de estudos e intervenções que possam elencar a percepção do estudante frente a ações e práticas inovadoras conectadas com a velocidade e com que as profissões tem sido impactadas através da inovação no que tange essa nova universidade inovadora

que tem sido almejada por instituições de ensino e pesquisa de todo o mundo (ROSSATO; SCORSOLINI-COMIN, 2019).

Neste contexto, a universidade inovadora, conforme Hall (2020), necessita mudar sua estrutura e suas práticas, o que envolve significativas transformações na universidade. Diante disso, o autor destaca que o papel da inovação não é apenas de promover mudança, ela deve ser composta por um processo criativo que nem sempre é encontrado em métricas de classificação, já que, a inovação pode funcionar em oposição aos padrões convencionais e ainda, acrescenta que a universidade inovadora necessita de uma mudança criativa frente ao cumprimento da missão da instituição.

Zhang (2018) define que a universidade inovadora como uma inovação futura realizada através de redes e destaca que somente os que tem acesso aos nós da rede de inovação irão sustentar seu lugar no sistema global de inovação, determinando assim que universidade inovadora é insubstituível na formação destas redes.

Al-Youbi et al. (2021) argumentam que as universidades já serviram como berçários de diversas inovações alcançando destaque mundial por terem realizado experimentos com sucesso, sendo o local com todos os atributos necessários para gerar inovação, já que esta é uma combinação de criatividade e experimentação. Como tal, as universidades precisam ser uma incubadora de ideias inovadoras.

Considerando a importância e a construção de um modelo relacionado a universidade inovadora que permita mensurar suas relações com os estudantes universitários, surge o seguinte problema de pesquisa: “Qual a perspectiva dos estudantes universitários acerca de uma universidade inovadora?”

Diante deste contexto O Relatório Econômico Mundial de 2018 apontou uma perspectiva sobre o futuro dos empregos e alerta que, a automação e a inteligência artificial poderão afetar o mundo do trabalho com uma perda aproximada de 75 milhões de empregos, mas ao mesmo tempo, destaca que em torno de 133 milhões de novos empregos podem surgir à partir da transformação digital, ou seja, a inovação está elencada ao valor humano, sinalizando o valor do conhecimento, criatividade, originalidade, iniciativa, persuasão, pensamento crítico e negociação, os quais são competências centrais para essa nova revolução (THE FUTURE OF JOBS, 2018). Diante disso, seria a universidade inovadora capaz de agregar valor aos seus estudantes suprimindo essas demandas?

Schlaegel e Koenig (2014) descrevem a universidade do futuro como um ambiente de inovação e empreendedorismo que está diretamente associado ao desenvolvimento econômico e social do país,

impactando de forma direta e positiva a sociedade e o país como um todo, podendo agregar e se destacar também de forma internacional.

Corroborando, Wang (2019) aponta que a universidade tem a capacidade de criar oportunidades na perspectiva do cultivo de talentos através da criação e reforma dos modelos tradicionais, oferecendo à sociedade uma base de talentos, fortalecendo assim o mercado e, consequentemente uma maior competitividade.

Dessa forma, esse modelo de formação contribui ainda na escolha dos estudantes para futuras carreiras, bem como alavancar o desenvolvimento pessoal destes (WANG, 2019). Didkovskaya (2022) ainda alerta sobre o grande desafio enfrentado pelas universidades, frente a uma sociedade e sistema econômico de rápidas transformações.

Diante do cenário apresentado, verifica-se que o profissional criativo e que promove a inovação está dentro das universidades, mas para isso é fundamental compreender o significado de universidade inovadora sob a perspectiva dos estudantes e, a partir disto, criar as condições favoráveis para construir uma boa base de talentos inovadores. Mas existem condições adequadas nas universidades brasileiras para enfrentar este desafio e preparar esses estudantes em um contexto inovador?

Conforme Carvalho (2019), as universidades modernas surgem com os mais diversos desafios frente a uma sociedade que enfrenta rápidas transformações econômicas. Sendo assim, no que concerne essa dinâmica entre diversos desafios encontra-se a necessidade de motivar estudantes e egressos a serem criativos e desenvolver inovações. Ademais, destaca-se que os estudantes são parte fundamental da inovação universitária (HALL, 2021).

No Brasil, dados de 2018, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) alertam que cerca de 54,8 milhões de pessoas vivem na pobreza. Sabe-se que parte dessa população têm dificuldades de acesso a renda, saúde, moradia, transporte e principalmente à educação, já que muitos jovens sustentam suas famílias desde cedo, abrindo mão do sonho de ingressar em uma universidade. Conforme relatos da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) o Brasil é o segundo país com o maior número de universidades, com 1.375 instituições de ensino superior, públicas e privadas (OEI, 2020).

Outro documento importante, trata-se do Manifesto Mundial sobre Educação Superior da UNESCO (2009), documento este no qual o item 38 declara que as Instituições de ensino superior tem o dever de procurar áreas de pesquisa e ensino que estejam elencadas em questões relacionadas ao bem-

estar da população e ainda consigam estabelecer como base, uma fundação com ciência e a tecnologia, relevantes ao local onde estão inseridas.

Partindo dessa premissa o que de fato é considerada uma universidade inovadora na perspectiva dos estudantes universitários? Buscando respostas, sabe-se que é necessário refletir sobre a velocidade com que o mercado tem se comportado, bem como a dinâmica das profissões, ainda, sob o olhar da demanda por profissionais diferenciados e a oferta destes como um comprometimento das universidades com a sociedade, ou seja, se de fato essas instituições de ensino superior estão construindo um o perfil inovador, com profissionais comprometidos, pró ativos e responsáveis pela construção do futuro.

Diante disso, as políticas públicas de educação têm fomentado estratégias inovadoras capazes de aproximar as instituições de ensino com a sociedade e suas infinitas demandas? A literatura apresenta estudos suprimindo questões técnicas e burocráticas que envolvem a universidade inovadora dando destaque a gestão, utilizando métricas voltadas para a pontuação dos programas, a execução do tripé ensino-pesquisa-extensão, publicações, internacionalização e demais itens que são considerados fundamentais para denominar uma universidade como inovadora (ALMA; COŞKUN; ÖVENDIRELI, 2016).

Sob esse olhar, as universidades buscam se reorganizar em uma época onde a criação de conhecimento e a educação tornou-se uma moeda valiosa para o mundo (HALL, 2020). Dessa forma, a educação é considerada um instrumento poderoso para o crescimento econômico, desenvolvimento intelectual, humano e social dos indivíduos. Nesse sentido, busca-se através dessa pesquisa, contribuir para o fortalecimento da teoria, através de estratégias metodológicas alinhadas com as lacunas de pesquisa encontradas na revisão de literatura e objetivos traçados nesse estudo.

Ainda, ressalta-se que a universidade inovadora se apresenta em crescentes discussões e debates nos últimos anos, acompanhada por um aumento de pesquisas publicadas na literatura (BÜCHI; CUGNO; CASTAGNOLI, 2020), mas carecendo de exploração dessa temática a partir da realização de novos estudos que abordem a perspectiva dos estudantes e não só voltadas as métricas de gestão das universidades, geralmente avaliadas de forma quantitativa em relação a número de cursos, publicações e afins.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Será apresentado neste capítulo a literatura científica relacionada aos temas Universidade Inovadora: conceitos e tipologia, Criatividade - estudantes de graduação criativos no contexto da universidade inovadora, Indicadores de comportamento de universitários inovadores, Rankings universitários globais e o Impacto econômico e social.

2.1 UNIVERSIDADE INOVADORA: CONCEITOS E TIPOLOGIAS

As universidades são consideradas uma das instituições mais antigas do mundo, nos Estados Unidos, a maioria das universidades foram fundadas ainda antes do século 19, a mais antiga, Harvard, tem quase quatro séculos, com exceção da Igreja Católica se as universidades são as instituições em operação há mais tempo no mundo (HALL, 2020).

Sob essa perspectiva, Hall (2020) descreve as universidades como instituições que raramente falham, o autor destaca também que apesar das diferentes missões as universidades e empresas não atuam de forma isolada e possuem um certo grau de dependência entre elas, como a contratação de graduados por parte das empresas, assim como as empresas procuram parcerias para pesquisa dentro da universidade.

Sendo assim, a presença das universidades e sua contribuição para com a sociedade é questão antiga e mantém-se como pauta constante de debates e preocupação de todos os governos e países. Philpott et al. (2011) destacam que ao mesmo tempo que a Universidade necessita fomentar o desenvolvimento tanto social quanto econômico no local ao qual está inserida, deve alavancar suas atividades de inovação e empreendedorismo, já que estas devem também contribuir para a manutenção da própria Universidade.

Além desses fatores citados anteriormente, Wilhelm Krull (2015) apresentou em seu estudo um modelo interessante de sete 'C's' como os principais componentes da inovação: Competência, Criatividade, Compromisso, Comunicações, Cooperação, Continuidade e Centros. O *EUA Creativity Project 2006-2007* acrescenta componentes que fomentam a criatividade nas universidades: - a diversidade em termos de talentos e interesses; - a atenção prévia ao Potencial Humano através de desenvolvimento de pessoal e incentivos; - orientações futuras por meio de atitudes pró-ativas; processos de qualidade capazes de fortalecer a inovação centrado na capacidade de mudança; - valores alicerçados em princípios éticos devem de governança centrados em uma economia moderna; - e por fim, uma organização de aprendizagem em relação à governança e gestão.

Nessa linha de pensamento as atividades relacionadas à inovação e ao empreendedorismo na Universidade diversos autores fundamentam sua relação direta com o desempenho das missões e relações da Universidade com o desenvolvimento socioeconômico regional, sustentabilidade da Universidade, desde o processo de criação de conhecimento, disseminação do conhecimento e aplicação do conhecimento e, por fim, a ampliação de receitas da Universidade ou de seus parceiros e o desenvolvimento social das comunidades no entorno da Universidade (ETZKOWITZ, 2004; PHILPOTT et al., 2011; SCHMITZ; URBANO; GUERRERO 2016).

Os autores corroboram e reforçam as missões da Universidade: ensino, pesquisa e o desenvolvimento econômico e social, ou seja, criar e gerar conhecimento, manter e disseminar esse conhecimento e consequentemente aplicar o conhecimento com o intuito voltado ao desenvolvimento econômico e social do entorno da Universidade. Nessa linha de pensamento Bradley et al. (2013) argumentam a importância do engajamento em ações e atividades de inovação baseadas em elementos científicos desenvolvidos por universidades, que agregam e impulsionam o desenvolvimento econômico e também a criação e geração de empregos. Ainda nesse sentido de acordo com Binkauskas (2012) as universidades inovadoras e empreendedoras se assemelham a molas propulsoras e ambientes propícios à criatividade, com estrutura e know-how para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos.

Morris et al. (2014) visualizam a cultura universitária empreendedora atrelada com programas de nicho inovadores como empreendedorismo artístico, fomento de comunidades criativas e projetos de pesquisa interdisciplinares, onde não necessariamente a inovação deve estar ligada a tecnologia, onde a inovação acontece também em outros formatos que não sejam dependentes de bases tecnológicas. Já, inovação universitária vai além de uma invenção, transferência de tecnologia e comercialização desta, a esta inovação cabe o papel de desenvolver uma cultura capaz de promover mudanças através da educação e pesquisa (HALL, 2020).

O estudo de Timokhova (2022) apresenta um novo conceito para medir o desempenho e uma das universidades empreendedoras na Turquia buscando atender os requisitos ideais para se transformarem em uma universidade inovadora e assim contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País. Atualmente o índice de Universidades Empreendedoras e Inovadoras na Turquia é avaliado de acordo com a excelência do Ensino Superior do País.

O estudo conclui que são necessárias avaliações padrões nas instituições de nível superior com uma proposta em torno da política e gestão universitária com um olhar e uma abordagem inovadora na

ótica da transferência de conhecimento criado nas universidades, já que a inovação criada nas universidades tem a capacidade de alavancar o desenvolvimento econômico, gerando empregos e aumentando a competitividade global (TIMOKHOVA, 2022).

Destacando a terceira missão da universidade como a inovação, a governança tem a capacidade de conduzir esse processo, o que por vezes, sabe-se que a Governança do Ensino Superior se tornou uma questão política chave do século XXI (GROOF, 2018). Dessa forma, o autor questiona o futuro das universidades e sua capacidade de cumprir com sua responsabilidade de alavancar a inovação e o progresso. Neste contexto diversos autores corroboram com a influência da cultura disseminada dentro das universidades.

A Universidade da Pensilvânia declara na sua missão: “A cultura de inovação, empreendedorismo e a colaboração interdisciplinar gera descobertas e as aplica a necessidades sociais prementes”. Entre muitas, destaca-se ainda a Universidade de Washington: “A nossa é uma cultura com uma persistência determinada que gera inovação e uma crença de que nossos objetivos podem ser realizados” e ainda, a Universidade da Califórnia em San Diego: “Prepararemos a próxima geração de líderes globais para canalizar suas paixões em impulsionar a inovação, impulsionar o crescimento econômico e tornar nosso mundo um lugar melhor”.

Didkovskaya (2019) realizou uma pesquisa sete universidades russas líderes em treinamento de especialistas com uma amostra de 1.400 estudantes. A questão central foi compreender as condições que favorecem ou dificultam a atividade inovadora dos alunos.

Para uma maior compreensão a amostra foi dividida em dois grupos: um externo, representado pelos indicadores de satisfação dos alunos com as oportunidades de ter acesso a uma educação de qualidade, oportunidades de desenvolvimento profissional e autorrealização, desenvolvimento da atividade empreendedora, ter acesso a novas tecnologias e informações; e o outro grupo representado pelas condições internas, ou seja, as condições para o desenvolvimento do potencial inovador dos alunos diretamente durante a formação.

Os resultados da pesquisa demonstraram grande satisfação dos alunos estão com suas oportunidades de educação e desenvolvimento profissional; Em contra partida os alunos possuem um baixo nível de satisfação com a oportunidade de iniciar seu negócio e realizar seu potencial de empreendedorismo, ou seja, metade dos entrevistados considera as oportunidades extremamente limitadas e mais de 50% dos alunos desejam realizar algum negócio ou empreender (DIDKOVSKAYA, 2019).

A inovação se difere da transformação, liderança e empreendedorismo sozinho, pois além de todos esses atributos inovação exige novidade (TIMOKHOVA, 2022). Algumas universidades deixam clara a busca por constante inovação já na sua missão, como a Carnegie Mellon: “Cultivar uma comunidade universitária transformadora comprometida em (a) atrair e reter talentos diversos e de classe mundial; (b) criar um ambiente colaborativo aberto ao livre intercâmbio de ideias, onde a pesquisa, criatividade, inovação e o empreendedorismo pode florescer; e (c) garantir que os indivíduos possam atingir todo o seu potencial”.

Kotler e Fox (1994) apontam que os públicos que tem ligação direta com as Universidades, os autores enumeram em dezesseis, contanto afirmam que os estudantes se sobressaem por terem um vínculo mais profundo, sendo assim consideradas as pessoas mais importantes do campus, já que as instituições só fazem sentido e existem em função dos estudantes. Desta maneira, no Quadro 1, apresenta-se as temáticas que aparecem o maior número de vezes, acerca da universidade inovadora.

Quadro 1 - Principais temáticas acerca da Universidade Inovadora

Temática	Principais autores
Cultura Inovadora	Kamaşak e Bulutlar (2010); Chovancová et al. (2018); Kolt e Ramarumo (2015); Valmohammadi e Roshanzamir (2015). Sung (2018); <u>Al-Youbi</u> (2021); Kamaşak e Bulutlar (2010).
Pesquisa, transferência e intercâmbio de conhecimento	Parker, R. e Bradley, L. (2000); Brynjolfsson e McAfee (2014); Jolaee et al. (2014); NaranjoValencia et al. (2016); Eichhorst et al. (2017).
Liderança Universitária	Kinzel (2017); Saucedo-Martínez et al. (2018).
Espaços e ambientes inovadores e criativos, Infraestrutura	Wierzbicki et al. (2005); Oksanen e Ståhle (2013); Viacheslavna e Anatolievna (2020)
Empreendedor Acadêmico	Makiela (2021).
Comportamento Criativo	Kim et al. (2016); De Groof (2018).
Ecossistemas de inovação	Audy (2006); Piqué e Audy (2016); Audy (2017); Zhang et al. (2018); Teixeira (2021).

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A partir da análise do Quadro 1, pode-se perceber que dentre as temáticas mais pesquisadas sobre a universidade inovadora, estão a cultura inovadora da universidade. A pesquisa, transferência e intercâmbio de conhecimento, a liderança universitária, espaços e ambientes criativos (espaços criativos), empreendedor acadêmico e comportamento criativo. Dessa forma estas serão as dimensões utilizadas para elaboração da Escala de Universidade Inovadora sob a perspectiva do estudante universitário.

A Universidade para ser considerada inovadora precisaria atender necessidades para garantir que os alunos recebessem uma educação de qualidade, nesse sentido é necessário fornecer aos alunos acesso a tecnologia de ponta atualizada, contando com aulas online, acesso a variedade de recursos digitais, entre ferramentas de simulação e outros materiais (DE GROFF, 2018). Além disso o autor destaca a importância da criação de oportunidades para que os alunos possam colocar em prática o conhecimento adquirido em sala de aula, através de estágios, projetos de pesquisa, programas de intercâmbio e outras atividades que preparem os estudantes para o mercado, ou seja, para ser um profissional com as habilidades necessárias nos dias atuais.

Destaca-se ainda que, a nomenclatura universidade inovadora por vezes é atrelada a universidade empreendedora. Cabe destacar que a inovação e o empreendedorismo, assim como, o empreendedor e o inovador possuem diferentes significados, nesta concepção Schumpeter (1934) descreve a inovação como a introdução comercial de um novo produto ou na formação de uma nova combinação de elementos já existentes, criada sob a influência de uma invenção tecnológica.

De acordo com Say (2008), o empreendedor é um mediador que busca combinar diferentes fatores de produção para criar um bem específico. Ele utiliza a inventividade para explorar as inovações. Embora não seja um cientista, ele é capaz de usar as descobertas. Cabe ressaltar Schumpeter (1971) foi o responsável pelo termo “entrepreneur” ser adotado de forma definitiva na literatura inglesa. Encontra-se na literatura ainda outros conceitos de universidade semelhantes, conforme é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Definições de Universidade e conceitos semelhantes

(continua...)

Conceito	Definição	Autor
Universidade Empreendedora	Uma instituição de ensino superior que faz esforços sistemáticos para superar limitações em três áreas: geração de conhecimento, ensino e transformação do conhecimento em prática iniciando novas atividades, transformando o ambiente interno e modificando a interação com o ambiente externo	Konstantinov e Filonovich (2007)
Universidade Empreendedora	Universidade deve demonstrar comportamento empreendedor como organização; membros de Universidade: professores, alunos, funcionários-devem ser empresários; interação entre a Universidade e o o ambiente deve levar à colaboração entre a Universidade e a região em termos de negócios desenvolvimento.	Ropke (1998)

Universidade Empreendedora	A Universidade, reorientada para a inovação atividade empreendedora, expressa na busca por uma organização eficaz e reorganização estrutural, aumentando receitas de todas as áreas do Universidade, em um esforço para se tornar um importante player no mercado de serviços educacionais	Karpov (2017)
Universidade da rede	A Universidade, construindo seu espaço como um sistema de conhecimento científico e parcerias educativas do tipo rede e usando o conceito de abertura inovações para o seu desenvolvimento, torna-se um elo de comunicação global em a economia do conhecimento	Karpov (2017)
Universidade da rede	Não só o ensino superior instituição, mas a forma de organização do programa educativo, que fornece maneiras e estratégias especiais para o seu desenvolvimento e promoção, heterogeneidade de seus participantes, representado por clássicos individuais universidades ou outros cursos superiores especializados instituições de ensino	Belenov e Kirchanov (2016)
Universidade de Inovação Criativa	Uma Universidade onde a filosofia da inovação, criatividade e auto-aperfeiçoamento são a base da principal atividade.	Gorbunov (2013)

Quadro 2 - Definições de Universidade e conceitos semelhantes

(conclusão...)

Conceito	Definição	Autor
Universidade de Inovação	As principais atividades da Universidade são científicas e educacionais baseado em abordagens inovadoras e gestão métodos	Orlova (2008)
Universidade Cognitiva	A Universidade é um «reactor» em que a geração de conhecimento, inovações, novos produtos é «acelerado» para além de um certo ponto crítico massa devido à concentração de inteligência, comunicação, atividade empreendedora e necessária recursos.	Lapteva e Efimov (2014)

Fonte: Traduzido de Vasetskaya; Glukhov e Boush (2019).

Embora, varios das publicações analisadas tenham discutido a inovação no contexto das universidades e das universidades inovadoras, poucas apresentaram as características desta modalidade de universidade, desta maneira, o Quadro 3 apresenta alguns autores que descrevem essas características.

Quadro 3 - Características das universidades inovadoras

Autores	Características
Clark (1998) apud Van Vught (1999)	- forte núcleo diretivo: as universidades que querem mudar não podem depender da direção tradicional, precisam se tornar mais flexível, focadas em reagir às demandas de seus ambientes;

	- periferia de desenvolvimento com mecanismos para se relacionar com o mundo exterior, além de suas fronteiras tradicionais; - base de financiamento diversificada: precisam de recursos para fazê-lo, devem alargar a sua base financeira (e tornar-se menos dependentes governo); - forte centro acadêmico: unidades acadêmicas básicas que aceitam uma cultura empreendedora, que estimulem uma reação positiva à mudança; - cultura empreendedora integrada: que abrace a mudança; ética de trabalho e um conjunto de crenças que abrangem toda a Universidade e que se tornam a própria base da identidade da instituição.
Huisman et al. (2002) apud Stensaker e Benner (2013)	- priorizam a educação e não apenas a pesquisa; - renovam seu sistema interno de governança e gestão; - tem a ambição de se tornar mais íntegro, são instituições que enfatizam o igualdade social no recrutamento para a educação, aumentando o nível educacional na região contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico em um amplo sentido.

Quadro 3 - Características das universidades inovadoras

(conclusão...)

Autores	Características
Filippov et al. (2006) apud Berestova (2009)	- o desenvolvimento de uma educação inovadora com o uso de tecnologias interdisciplinares, orientadas para problemas e projetos; - a organização da educação de elite de especialistas com base em escolas científicas; -a integração do trabalho de pesquisa científica, educacional e atividades inovadoras; -a criação de um sistema multicanal discreto - o desenvolvimento de uma infraestrutura para interação com o ambiente; - a criação de uma cultura corporativa e de competitividade interna e a seus entornos; - a criação de uma estrutura organizacional e gestão de métodos de autogestão adequados para alcançar novos objetivos.
Dobni (2008) apud Binkauskas (2012)	-intenção de ser inovador; -infraestrutura que ajuda gerar inovações; -conhecimento e habilidades do corpo docente que apoiam ações e ideias necessárias para inovação; -um ambiente que suporta a implementação, que apresenta risco natural e encoraja compromissos.

Fonte: Adaptado de Schmitz (2017, p. 81-82).

Hall (2021) através de seus estudos elaborou um modelo de inovação nas universidades, destacando o modelo da inovação e com isso, apoiando a melhoria da universidade em suas práticas. A Figura 1, representa o modelo.

Figura 1 - A Inovação apoiando a melhoria da Universidade em suas práticas



Fonte: Adaptado e traduzido de Hall (2021).

Conforme a Figura 1, o autor aponta que a inovação é a força motriz da universidade, a partir da pesquisa e da oferta de bolsa de estudos, que gera impacto pelo desenvolvimento econômico e comercialização. Com isso, ocorre a universidade por práticas, que envolvem as diferentes atuações, como por exemplo o empreendedorismo e os programas de graduação, voltados para a inovação.

2.2 CRITATIVIDADE - ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO CRIATIVOS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE INOVADORA

Conforme Anderson et al. (2014), a criatividade é uma das etapas iniciais do processo de inovar porém não envolve o processo completo da inovação, ou seja, a inovação é mais ampla que a criatividade, e essa ideia não necessariamente será colocada em prática ou gere resultados. Considerando a relevância do papel da integração estudante-universidade para o aprimoramento da inovação na instituição, de forma integrativa, faz-se necessário um comportamento criativo e inovador das diferentes partes que compõem esse processo, buscando detectar as necessidades, objetivos e desempenho (ARROYO-VÁSQUEZ et al., 2010).

Sob a perspectiva da teoria de investimento da criatividade de Sternberg e Lubart, descreve e lista o ambiente entre as seis fontes importantes que a criatividade necessita, entre as fontes relevantes para provocar ou despertar a criatividade, segundo os autores estão, as habilidades intelectuais, o conhecimento, os estilos de pensamento, a personalidade e a motivação, além disso destacam o ambiente físico como mola propulsora da criatividade. Didkovskaya (2020) em seu estudo “condições

para o desenvolvimento da atividade inovadora do estudante nas universidades russas: os estudantes estão prontos para desenvolver, implementar e criar inovações?” analisou as condições nas universidades russas que permitem aos alunos adquirirem habilidades para dominar inovações, apontando se os estudantes estão prontos para enfrentar as rápidas transformações na produção e nos negócios e ainda assim apresentar ideias criativas e inovadoras.

A pesquisa de Didkovskaya (2020) tem como base entrevistas com 1.200 estudantes das universidades de maior prestígio localizadas na Rússia. O questionário utilizado pelo autor incluiu três blocos de questões: a primeira referente a atitude dos estudantes universitários em relação às inovações, a segunda refere-se a sua vontade de desenvolver novas tecnologias e apresentar suas próprias ideias e projetos, e por fim, o terceiro bloco conta com a avaliação dos estudantes sobre as condições na universidade que promovem ou impedem a atividade de inovação.

Os resultados do estudo revelam que o nível de atividade associado à inovação não é alto, pois apenas 12% dos alunos participam de projetos de pesquisa universitários, 10% estavam envolvidos no desenvolvimento de projetos para negócios ou na solução de problemas de produção, menos de 10% dos alunos participaram de concursos para bolsas e bolsas para divulgar suas ideias, e por fim, um quinto dos alunos, ou seja, 20% não participou de nenhuma atividade (DIDKOVSKAYA, 2020). Ainda, destaca que sob a ótica de um panorama geral da universidade os estudantes participam de seminários e apresentação de trabalhos, e um percentual de mais da metade dos estudantes alega ter uma ideia ou um projeto criativo, e esta amostra em específico planeja implementar e colocar em prática sua ideia na área de produção industrial, negócios, serviços, educação e tecnologia da informação.

O autor ainda evidencia em seu estudo diversas barreiras que impedem os estudantes de implementarem suas ideias, projetos e a iniciação de atividades inovadoras. A partir dos relatos destes os motivos seriam a indiferença da própria juventude, a falta de um número suficiente de programas governamentais para apoiar projetos estudantis e principalmente a falta de interesse das empresas russas em projetos inovadores, além do estudo revelar poucas condições para o desenvolvimento de atividades inovadoras nas , sendo que que menos de 10% dos alunos acreditam que o processo educacional na universidade contribui para o desenvolvimento do pensamento inovador entre os alunos e 20% acreditam que o processo educativo não contribui em nada para o seu desenvolvimento, entre as condições mais efetivas para o desenvolvimento da atividade inovadora na universidade, os estudantes citaram estágios para estudantes em empresas avançadas, além de métodos de ensino

baseados em projetos e a criação de laboratórios de pesquisa estudantil nas universidades, ou seja a prática da teoria.

Salão (2020) aprofundou seu estudo com estudantes universitários do 2º e 3º ano dos cursos nas áreas de engenharia em sete universidades russas consideradas, com uma amostra de 1.400 estudantes. Os cursos analisados são considerados líderes em treinamento de especialistas nas áreas de metalurgia, engenharia mecânica, aviação e ciência de foguetes, tecnologia da informação, química aplicada, física e biologia. Com isso, a pesquisa foi dividida em 2 grandes grupos: o grupo que apoia e o grupo que impede a inovatividade referente as atividades dos estudantes.

O autor utilizou indicadores externos e internos. Entre os indicadores externos estão a satisfação dos estudantes com as oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, oportunidades de desenvolvimento profissional e autorrealização, além da avaliação do desenvolvimento da atividade empreendedora, a possibilidade de acesso a novas tecnologias e informações. Já, entre as condições internas estão as condições para o desenvolvimento do potencial inovador elencado de forma direta ao treinamento utilizado durante o curso em análise (SALÃO, 2020).

Sendo assim, o resultado do estudo de Salão (2020) aponta que os estudantes estão satisfeitos com as oportunidades de educação e desenvolvimento profissional. Por outro lado, os mesmos apresentam baixo nível de satisfação com a oportunidade de iniciar seu negócio e em despertar seu potencial de empreendedor, ou seja, quase metade dos entrevistados avaliam as oportunidades empreendedoras como extremamente limitadas, mas mais de 50% dos alunos gostariam de colocar em prática seu potencial empreendedor na esfera dos negócios. Destaca-se ainda que apenas um décimo dos estudantes acredita que, no processo educacional existe apoio ao desenvolvimento da inovativatividade dos estudantes.

Nesta perspectiva Gherkenashvili (2023) explica que para criar uma universidade de qualidade mundial, é essencial criar um ambiente organizacional que incentive o comportamento criativo e inovador dos membros da universidade, além do desenvolvimento de capacidades e habilidades para inovação. Dessa maneira, o país tem a possibilidade de desenvolver a sua economia e tornar-se mais competitivo em um cenário globalizado.

2.3 INDICADORES DE COMPORTAMENTO DE UNIVERSITÁRIOS INOVADORES

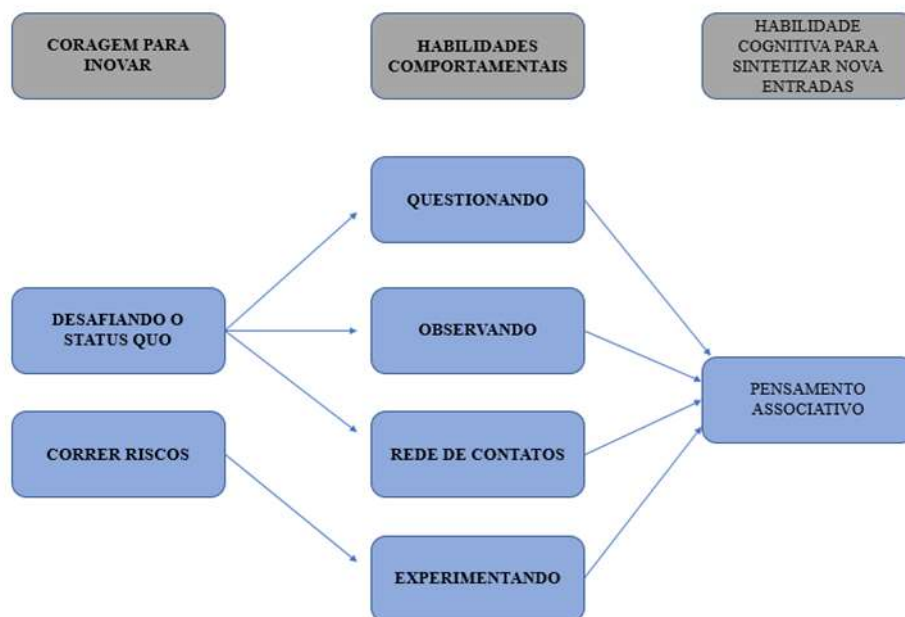
Dado o papel significativo das universidades no desenvolvimento das sociedades, medir e avaliar o desempenho das universidades torna-se crucial para várias partes interessadas, incluindo governo, indústria e sociedade (CARVALHO, 2019). Da mesma forma, pesquisas anteriores abordaram a análise distinguindo entre o nível institucional e os níveis individuais onde as unidades de análise são a universidade inteira, parte dela, ou o cientista acadêmico (WRIGHT et al., 2009).

Estudos de características individuais para medições de desempenho pode se concentrar no mapeamento das motivações do corpo docente, necessidades de recursos e capacidades, e relatar até que ponto a instituição afiliada (universidade) responde a eles e fornece a infraestrutura necessária, treinamento, programas de incentivo ao corpo docente em nome de uma missão empreendedora. A motivação individual importa em seu contexto organizacional posteriormente, pois o início da transferência de tecnologia é liderado pela divulgação do corpo docente aos escritórios de transferência de tecnologia (BERCOVITZ; FELDMAN, 2008).

Philpott et al. (2011) complementam e afirmam que é de extrema importância o desenvolvimento de capacidades internas da universidade a fim de avaliar as intenções dos acadêmicos para diferentes níveis de engajamento para o empreendedorismo e para a inovação. O ambiente seguro da universidade serve como terreno ideal para semear o projeto para eles, o que vai ao encontro da ideia de uma “universidade empreendedora” (ETZKOWITZ, 2003, p. 320).

Em vista disso, os autores Dyer, Christensen e Gregersen (2018) buscando entender as habilidades de indivíduos inovadores disruptivos realizaram um estudo de seis anos para descobrir as origens das estratégias de negócios criativos e disruptivos em empresas inovadoras. Autora argumenta que promovem alto desempenho em uma grande variedade de setores e ambientes de trabalho, como é ilustrado na Figura 2:

Figura 2 - Habilidades de inovadores disruptivos



Fonte: Adaptado de Dyer, Christensen e Gregersen (2018).

Os autores definem o estudo como um laboratório, já que selecionaram os hábitos de 25 empreendedores inovadores e entrevistamos mais de 3.000 executivos e 500 indivíduos que iniciaram empresas inovadoras ou inventaram novos produtos e os colocaram sob o microscópio, ou seja, examinaram quando e como eles tiveram as ideias sobre as quais seus negócios foram construídos.

No livro *The Innovator's DNA: Mastering the Five Skills of Disruptive Innovators* os autores descrevem que há uma grande diferença e muitas especificidades entre um executivo que compra uma franquia do McDonald's e o que constrói uma Amazon, pois um é empreendedor e o outro é um empreendedor inovador com habilidades completamente diferentes, o que os diferencia é a inteligência criativa (DYER; CHRISTENSEN; GREGERSEN, 2018).

2.4 RANKING UNIVERSITÁRIO GLOBAL

A Universidade de Stanford foi classificada como a universidade mais inovadora do mundo pelo quarto ano consecutivo, de acordo com o último ranking da Reuters (2018). Conforme o ranking das universidades mais inovadoras do mundo, as universidades mais renomadas e experientes da América do Norte e Europa Ocidental aparecem de forma exponencial, o panorama destaca a universidades americanas e da Europa Ocidental com 75 das 100 vagas e as outras 25 vagas pertencem as universidades asiáticas, uma japonesa e duas sul-coreanas, que apresentam seus programas na língua inglesa (AL-YOUBI et al., 2021).

Al-Youbi et al. (2021) ainda destacam que a universidade asiática é mais inovadora precedendo as universidades japonesas, há uma grande competição entre Japão, Coréia do Sul e China, mas o ranking das universidades mais inovadoras do mundo indica, que de fato contribuem para inovações tecnológicas elencadas a grandes indústrias e mercados promissores, acontece no Ocidente, neste quesito o Oriente não se destaca, fato este pode estar ligado aos Estados Unidos da América (EUA) que através de financiamentos impulsionam a pesquisa científica, colocando assim a universidade de Stanford no topo das universidades mais inovadoras do mundo.

Além da Universidade de Stanford estar localizada no Vale do Silício na Califórnia, considerado o lugar mais inovador do mundo, seus graduados são fundadores das empresas de tecnologia mais renomadas do mundo, entre elas Google e Intel. Al-youbi et al. (2021) explicam em seu livro que esta classificação para compor o ranking é realizada de acordo com a medição da inovação no nível da universidade como um todo, dessa forma um departamento inovador pode existir em uma universidade, mas a universidade como um todo pode não ser incluída ou listada na lista de classificação. Isso, é claro, não subestima os esforços de um centro de pesquisa tão inovador, que poderia servir como uma fonte eficaz de ciência e tecnologia modernas.

O ranking universitário surgiu como uma resposta às necessidades dos formuladores de políticas, institutos de ensino superior, acadêmicos e o público em geral desde o início da década de 1980, quando a mídia e instituições de pesquisa em todo o mundo começaram a divulgar informações aprimoradas e especificadas.(REDY; CHIE; TANG, 2016).

Dadas as desvantagens do ranking universitário, Shin (2011) chama a atenção para os outros mecanismos de garantia de qualidade e prestação de contas juntamente com classificações na medição da eficácia organizacional. Com isso, o desempenho das universidades tem sido medido por agências externas como o *American Assembly of Collegiate Schools of Business* (AACSB) aplicando os princípios de gestão da qualidade usados nos EUA (MERGEN et al., 2000).

Enquanto muitas universidades adaptam os mecanismos de credenciamento voluntário na América do Norte, muitos outros países, incluindo Reino Unido, Nova Zelândia, Suécia e Hong Kong, vêm empregando novas formas de prestação de contas acadêmica, as chamadas “auditorias acadêmicas” para garantir a qualidade do aprendizado e a padronização dos cursos oferecidos (Dill, 2000).

Ao comparar responsabilidade, garantia de qualidade e classificação métodos, Shin (2011) afirma que o principal objetivo dos rankings é fornecer informações aos seus clientes-alvo, principalmente alunos,

país e instituições de ensino superior e, por outro lado, a garantia de qualidade e os mecanismos de responsabilização concentram-se na melhoria da qualidade e da responsabilização financeira.

Em consonância com isso, Shin e Toutkoushian (2011) sugerem que as direções futuras de medição da qualidade no ensino superior devem combinar esses mecanismos para contribuir para melhorar o desempenho institucional, além de fornecer informações para os leitores-alvo de tais *rankings*. No entanto, um sistema global de classificação universitária resume a “qualidade” da instituição com uma métrica fácil de entender por várias partes interessadas em qualquer nível, resultando na popularização dos rankings internacionalmente nos últimos décadas. Teichler (2011) refere-se ao papel proeminente dos rankings universitários na arena do ensino superior se tornando mais global e estratificada, exigindo maior qualidade no ensino, aumento da produtividade da pesquisa, e melhor utilização dos recursos.

Os rankings universitários são considerados complexos, incapazes de avaliar a qualidade das universidades como um todo e, sim, são capazes de avaliar baseadas em indicadores sob diferentes concepções as universidades (SAFON, 2013). O autor em seu estudo analisou os dois rankings universitários globais com maior destaque e influência, conforme Safon (2013) a maioria dos estudos comparativos entre universidades demonstra que os indicadores utilizados revelam que a qualidade é medida por meio de produtividade científica e impacto das pesquisas realizadas, não cobrindo desta forma todas as dimensões que intitulam a qualidade.

As universidades líderes situadas em regiões com sua economia com destaque inovador utilizam como indicadores para medir sua excelência o índice *Quacquarelli Symonds (QS Index)*, combinando indicadores qualitativos como a reputação acadêmica, reputação avaliada por pesquisas, proporção de alunos por professores, citações por corpo docente, proporção internacional do corpo docente e proporção de estudantes internacionais, aliado ao índice *QS Stars*, onde estão inclusos novos critérios, como inovação, a qual está elencada a nova missão atribuída às universidades.

Safon (2013) concluiu em seu estudo que estas universidades buscam além da qualidade de pesquisa e número de publicações ou cursos oferecidos, também o feedback dos alunos, bem como o índice de empregabilidade de seus estudantes graduados; o nível de internacionalização; as instalações e infraestrutura; aprendizagem online; responsabilidade social; inovação; artes e cultura, e por fim a inclusão (SAFN, 2013; *QS World University Rankings*, 2015).

Já a nível de inovação global é utilizado o Índice de Inovação Global composto por dados de QS em capital humano e dimensão de pesquisa como parte da inovação nacional, a contribuição do

conhecimento para a indústria em termos de soluções, invenções e inovação foi incluída como uma nova dimensão (*Times Higher Education Ranking*, 2015).

Neste quesito estão elencados o empreendedorismo e a inovação, compostos por três subíndices compostos por 14 pilares de nível individual e institucional. Destaca-se o pilar Capital Humano, demonstrado pelo nível de educação entre os indivíduos engajados em pilares voltados ao empreendedorismo e inovação (ACS et al., 2015).

Na visão de Timokhova (2022) os rankings universitários fornecem insights sobre como percebemos as universidades e como estas de fato funcionam. Diante disso, as classificações foram criadas a partir de métodos de pontuação onde são contabilizadas as percepções de colegas, empregadores e alunos, além de avaliações dos resultados das universidades, como patentes, publicações e citações, fornecendo assim, um número de classificação para cada universidade.

Por exemplo para inovação, a *US News and World Report* e a *Reuters* classifica as universidades através de diferentes métodos, onde o ranking de inovação do *US News* é baseado somente na reputação, 15 dentre 87 universidades americanas são classificadas com base no número de vezes que são nomeados. Já a *Reuters* classifica as universidades inteiramente através de registros de patentes, sucesso de patentes taxas, citações de patentes e coautoria entre universidades e indústria, ou seja, a *US News* e a *Reuters* medem diferentes aspectos da inovação (TIMOKHOVA, 2022).

Timokhova (2022) ainda pontua que a *News* e *The Wall Street Journal (WSJ/THE)*, utilizam uma métrica educacional específica que mede o quanto uma instituição está comprometida em nutrir a próxima geração de acadêmicos. Sob esse enfoque as 30 melhores universidades dos EUA foram identificadas a partir de 2020. Em sua pesquisa o autor destaca uma lista das 30 principais inovações da *US News* incluindo nove instituições que não apareceram em nenhum outro ranking. Todas são classificadas em inovação, sendo *Harvard University* a décima sétima no ranking do *US News* e a terceira no ranking da *Reuters* (TIMOKHOVA, 2022).

Groff (2018) critica a forma como as universidades são ranqueadas e declara que não há nenhum indicador sobre 'o caráter inovador da universidade. O autor aponta que são 15 sistemas de classificação universitária globais existentes, e que estes se concentram principalmente na função de pesquisa da universidade. Para o autor tem questões relevantes que devem ser avaliadas para que a qualidade acadêmica seja medida, e dentre elas, destaca-se a característica criativa de uma universidade, este deve ser o futuro das avaliações dos rankings.

Dito isto, encontra-se uma lacuna na literatura em quase todos os índices explorados, e a falta de instrumentos de medição do grau inovador dos estudantes de graduação durante sua trajetória universitária, e quais ações e atividades os estudantes consideram relevantes para criar ou desenvolver aptidões inovadoras, e assim, chegar ao mercado de trabalho melhor preparados.

2.5 IMPACTO ECONOMICO E SOCIAL

Hall (2020) em seu estudo “Criando a Universidade Inovadora” questiona: O que as universidades fazem na prática? Sob a ótica econômica e social Leibowitz e Bozalek (2014) afirmam que as universidades assumem o grande desafio de articular o conhecimento com a sociedade, construindo dessa forma as soluções e condições para o que a sociedade demanda. Os autores destacam que a participação da universidade faz muita diferença e afeta de forma direta e positiva desde pequenos grupos de atores até redes e comunidades.

As universidades tem o potencial de catalisar a inovação por meio de culturas empreendedoras para seus alunos, ou seja, através de treinamento, orientação ou pesquisa, isso porque os alunos conseguem nesse meio adquirir e transferir o conhecimento criado nas universidades (HALL, 2021).

Além disso, a partir do estudo de caso apresentado, pode-se deduzir que o papel das universidades como produtoras de conhecimento no sistema nacional de IS necessita ser o de promover a capacitação tecnológica e informar estratégias econômicas inclusivas. O estudo foi realizado em comunidades rurais sul-africanas, através dos resultados obtidos os autores destacam a necessidade de número maior de pesquisas sobre como as universidades podem construir redes comunitárias com parceiros da comunidade local, e que os insights da pesquisa acadêmica podem ser replicados ganhando escala (LEIBOWITZ; BOZALEK, 2014).

Sob esse prisma, a inovação na educação tem sido debatida e defendida nos últimos anos. Conforme Sol (2016), a inovação alavanca o crescimento e progresso dos indivíduos e também faz do país. Corroborando com o rápido desenvolvimento da ciência e tecnologia, a inovação tornou-se além de uma necessidade, uma urgência, não só para o desenvolvimento pessoal, mas também social.

Villarreal (2001) já alertava sobre as implicações de políticas públicas atrelada as universidades tradicionais, as quais não tem capacidade de e transformarem em universidades empreendedoras ou inovadoras, somente se estas tiverem como aliadas a menos políticas públicas capazes para mudar os regulamentos governamentais, que assim estabelecerem uma nova estrutura de relacionamentos e posicionamento, como o estabelecimento de novos processos entre as instituições e o Estado.

Frente aos diversos desafios ambientais, sociais e econômicos enfrentados pela sociedade e pelo mundo em geral busca-se nas instituições de ensino superior soluções globais, já que estas estão munidas não de conhecimento, mas oferecem capital como conhecimento e tecnologia para trabalhar com a comunidade, além de estarem conectadas globalmente, capazes de moldar um novo modelo de sociedade com alicerces refletidos nos (ODS) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (FINDLER *et al.*, 2019; ONU, 2015).

Corroborando, Trencher et al. (2013) em seu estudo *Colaboração eficiente da Triple Helix promovendo projetos de inovação de nicho local – Um caso da Dinamarca*” elenca o impacto social e econômico das universidades à cinco elementos-chave: o âmbito da colaboração, a área geográfica alvo, os atores-chave que representam o setor colaborativo da universidade, a motivação e/ou fatores que desencadeiam potenciais parcerias, e por fim o propósito pelo qual a colaboração deseja alcançar os objetivos propostos. Assim o estudo aborda e destaca os principais atores da universidade que estão conduzindo a colaboração, bem como sua motivação e seu papel dentro do projeto de inovação.

Através de sua investigação os autores buscaram compreender o impacto causado pelo projeto de inovação da universidade no nicho local, através do ecossistema local, compartilhando ideias de negócios entre os alunos e as partes interessadas locais. O estudo de caso contribuiu com insights sobre a dinâmica de interação entre as partes interessadas da Triple Helix com o projeto de inovação de nicho incorporado no ecossistema inovador local. Nessa perspectiva, o projeto demonstrou a necessidade de atividades paralelas, conhecimento do negócio e uma equipe composta por indivíduos com competências e habilidades específicas para o contexto (TRENCHER et al., 2013).

CONCLUSÃO

Mas por que inovar no contexto universitário? Diversos autores comungam do mesmo pensamento e afirmam que a inovação não deve ser algo novo criado colocado em prática, além dessa mudança criativa estar elencada ao cumprimento da missão da instituição. Timokhova (2022) complementa que a universidade quando inova e desperta a criatividade em seus alunos contribui com o desenvolvimento econômico e prosperidade, encorajando a mudança produtiva.

Sobre a relevância e impacto, o principal objetivo almejado com este estudo é proporcionar caminhos para os gestores de instituições de ensino superior, a partir de políticas e estratégias, com o fim de promover aos estudantes experiências inovadoras dentro da universidade. Para isso, torna-se de extrema relevância, compreender as dores destes, através da sua percepção de universidade

inovadora, permitindo assim que experimentem a cooperação entre campos, interdisciplinar e intraculturais como designers de interação, inovação e negócios.

A partir da aplicação de seus conhecimentos técnicos no desenvolvimento de uma ideia inovadora amplamente compreendida e que principalmente resolva um problema na vida real, podendo ser de caráter de inovação relacionado a um produto ou serviço novo, ou apenas uma melhoria mais incrementada através de uma nova forma de fazer negócios. Essa inovação desenvolvida pode ser uma tecnologia em um novo contexto, incluir ou uma nova tecnologia em um contexto já conhecido.

Percebendo que essas ideias nem sempre são expostas pelos estudantes, torna-se dessa forma pertinente a criação de uma escala de mensuração de universidade inovadora na percepção de estudantes universitários, promovendo o desenvolvimento de negócios locais e elencando este projeto aos cursos de graduação, buscando a promoção de uma oportunidade de dar vida as ideias criativas e inovadoras dos estudantes um modelo de mensuração quantitativo elencado a um modelo teórico, poderá realizar uma análise profunda das relações diretas e indiretas entre variáveis do ecossistema universitário inovador, resultando no enriquecimento da literatura no contexto dessas variáveis, buscando com excelência fomentar a interação entre as partes interessadas em termos de sociedade e benefícios econômicos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M.; GRINEVICH, V. The nature of academic entrepreneurship in the UK: widening the focus on entrepreneurial activities. *Research Policy*, v. 42, n. 2, p. 408-422, 2013.
- ALMA, B.; COŞKUN, E.; ÖVENDIRELI, E. University ranking systems and proposal of a theoretical framework for ranking of Turkish universities: A case of management departments. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 235, p. 128-138, 2016.
- AL-YOUBI, A. O.; ZAHED, A. H. M.; NAHAS, M. N.; HEGAZY, A. A. As universidades mais inovadoras do mundo. In: *As principais universidades mais inovadoras do mundo*. Springer, Champ, 2021.
- BÜCHI, G.; CUGNO, M. CASTAGNOLI, R. Smart factory performance and Industry
- CARVALHO, N. G.P. Trabalho humano na Indústria 4.0: Percepções brasileiras e alemãs dos setores acadêmico e empresarial a respeito do trabalho de pessoas no novo modelo industrial. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo. 2019.
- CARVALHO, N. G.P. Trabalho humano na Indústria 4.0: Percepções brasileiras e alemãs dos setores acadêmico e empresarial a respeito do trabalho de pessoas no novo modelo industrial. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo. 2019.
- DIDKOVSKEYA, Y. 14th International Technology, Education and Development Conference (INTED), pp. 8616-86, 2020.
- ETZKOWITZ, H. The norms of entrepreneurial science: cognitive effects of the new university-industry linkages. *Research Policy*, v. 27, n. 8, p. 823-833, 1998.
- GROOF, J. A. N de. On the 'Innovative University'. A few Challenging Reflections. Bruges: Tilburg University, 2018.
- LINDQUIST, J. Political linkage: academic-innovation process. *Journal of Higher Education*, v. 45, n. 5, p. 323-343, 1974.
- MEYERS, A. D.; PRUTHI, S. Academic entrepreneurship, entrepreneurial universities and biotechnology. *Journal of Commercial Biotechnology*, v. 17, n. 4, p. 349-357, 2011.
- PHILPOTT, K; DOOLEY, L.; O'REILY, C.; LUPTON, G. The entrepreneurial university: examining the underlying academic tensions. *Technovation*, v. 31, n. 4, p. 161-170, 2011.
- ROSSATO, L.; SCORSOLINI-COMIN, F. Chega mais: o grupo reflexivo como espaço de acolhimento para ingressantes no ensino superior. *Revista da SPAGESP*, v. 20, n.1, p. 1-8, 2019.
- SCHACHTER, H. L. State coordinating agencies and academic innovation: a policy sector perspective. *Higher Education*, v. 15, n. 3- 4, p. 333-342, 1986.
- SCHMITZ, A. A inovação e o empreendedorismo na universidade: um framework conceitual sistêmico para promover desenvolvimento socioeconômico regional e sustentabilidade institucional (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina), 2017.

SERNA, E. Maturity model of transdisciplinary knowledge management. *International Journal of Information Management*, v. 35, n. 6, p. 647–654, 2015.

THE FUTURE OF JOBS. The Future of Jobs Report. 2018. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs-report-2018>>.

TRENCHER, G. P.; YARIME, M.; KHARRAZI, A. Co-creating sustainability: cross-sector university collaborations for driving sustainable urban transformations. *Journal of Cleaner Production*, v. 50, p. 40-55, 2013.

UNESCO. Conferência Mundial de Ensino Superior 2009: A nova dinâmica do ensino superior e da pesquisa para mudança social e desenvolvimento. Paris: 2009. Acesso em: 10/05/2023.

WANG, B.; HA-BROOKSHIRE, J. Exploration of digital competency requirements within the fashion supply chain with an anticipation of industry 4.0. *International Journal of Fashion Design, Technology and Education*, 11(03), 333–342, 2019.

WANG, J. 9th International Symposium on Advanced Education and Management (ISAEM) (ISAEM 2018), pp.62-65, 2019.

YI, R.; XIA, Q. University innovation, university entrepreneurship and regional economic performance: a sub-regional empirical study from China. *Advances in Information Sciences and Service Sciences*, v. 4, n. 19, p. 612-627, 2012.

ZHANG, L.; LIU, J.; ZHANG, J. The Mission and Responsibilities of Innovative Universities. *European Review*, v. 26, n. 2, p. 311-318, 2018.

Capítulo 8



10.37423/240308746

GESTÃO DE CONFLITOS E RELAÇÕES INTERPESSOAIS: UMA ABORDAGEM EMPIRICA NA ÁREA EDUCACIONAL

Ellen Correa Rodrigues

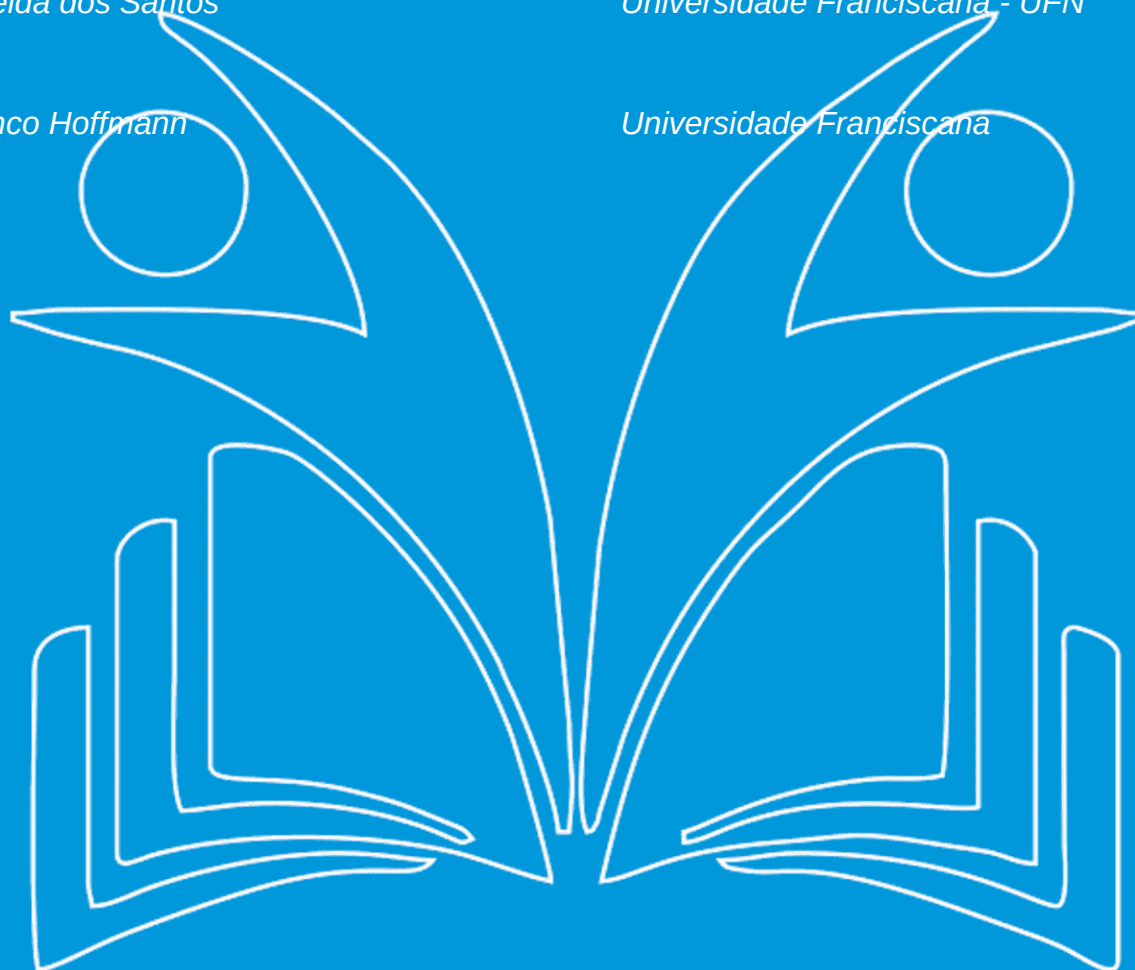
Universidade Franciscana

Lucas Almeida dos Santos

Universidade Franciscana - UFN

Celina Franco Hoffmann

Universidade Franciscana



Resumo: O presente estudo que tem como objetivo compreender como a gestão de conflitos promove a melhoria das relações interpessoais dos colaboradores de uma empresa do ramo educacional da região central do Rio Grande do Sul, apresenta-se como um estudo de caso, de natureza qualitativa, descritiva e teórico comparativa, tendo seus dados coletados por meio da técnica de observação de forma sistemática, observando-se desde os conflitos, as práticas desenvolvidas, bem como a forma como a gestão é realizadas. Entre os principais resultados encontrados, observou-se na empresa em análise, que os conflitos intrapessoais, os quais a empresa está exposta, são de ordem comportamentais, sejam eles por falta de objetividade ou propriamente a falta de clareza na comunicação por parte dos gestores. A partir disso conclui-se, que o relacionamento interpessoal na organização precisa estar em constante observação para que se mantenha um ambiente organizacional saudável e em desenvolvimento. Assim, sugere-se a empresa investir na técnica de negociação de conflitos, visto que esta possibilita uma oportunidade de aprimorar suas constantes negociações, tanto em termos de relações pessoais e profissionais, além de investir em treinamentos, capacitações e atualizações, gerando segurança em seus colaboradores e assim minimizando os conflitos.

Palavras-chave: Gestão de Conflitos, Relações Interpessoais, Negociação.

1. INTRODUÇÃO

A Gestão de Pessoas nas organizações é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas empregado, funcionários, recursos humanos ou qualquer denominação utilizada para alcançar os objetivos organizacionais e individuais. Neste sentido, as organizações empresariais, independente do seu porte, a prática da gestão de pessoas se dá pelo conjunto formado por indivíduos e estrutura organizacional. Inúmeros pesquisadores, compreendem a gestão de pessoas como sendo um conjunto de ações estratégicas e políticas, que buscam o desenvolvimento eficiente de processos organizacionais, bem como a vantagem competitiva das empresas, por meio da influência comportamental de seus funcionários (RUBINO, 2010; WOOD Jr.; TONELLI; COOKE, 2011; DEMO, 2010).

Sobre esse viés, a Gestão de Pessoas é a área que constrói talentos por meio de um conjunto integrado de processos e cuida do capital humano das organizações (CHIAVENATO, 2010, p.9). Ademais, para o autor, uma gestão estratégica é aquela na qual o RH busca criar um elo entre as pessoas e os objetivos da organização, alinhando o planejamento do RH com o planejamento estratégico da organização. Assim, quando todos os profissionais conhecem a missão e os valores que norteiam seu trabalho, tudo fica mais fácil de entender, inclusive saber qual o seu papel e como contribuir eficazmente para a organização. Neste contexto, mediante de uma convivência saudável de grupos sociais, é possível considerar o conflito como necessário, pois este favorece meios que constroem oportunidades que viabilizem o equilíbrio nas relações (CARVALHAL et al, 2017, p.103), visto que, “a forma como as pessoas, grupos e organizações lidam com os conflitos é que faz a diferença”.

No âmbito organizacional, Montana e Charnov (2003, p.322) definem o conflito como “a divergência entre duas ou mais partes, ou entre duas ou mais posições, sobre como melhor alcançar as metas da organização”. Percebe-se que o conflito habitualmente aparece quando, de fato, os interesses colidem, cuja reação natural ao mesmo dentro do contexto organizacional está comumente ligada a uma força disfuncional que pode ser atribuída a um conjunto de circunstâncias ou causas lamentáveis (CLEGG; HARDY; NORD, 2004), podendo desencadear desde pequenas discussões, com diferentes pontos de vistas, até situações mais severas, cujas partes se esforçam no sentido de prejudicar ou destruir umas às outras, frustrando o alcance das metas e o desenvolvimento dos interesses de seus opositores.

Em Instituições do âmbito educacional, a gestão de conflitos, na concepção de Moro, Vinha e Moraes (2019), visam melhorar o ambiente escolar, busca promover exatamente uma educação de qualidade

que vai além de aspectos curriculares, abrangendo em seus objetivos fornecer o pleno desenvolvimento do ser humano. Para os profissionais que atuam nesta área estes podem ser provenientes de ações próprias dos sistemas escolares ou oriundos das relações que envolvem os atores da comunidade educacional mais ampla, podendo derivar dos exercícios de poder, dos que se originam das diferenças pessoais, dos que resultam de intolerâncias de toda ordem, os que possuem fundo político ou ideológico, o que fugiria do foco principal deste trabalho, voltado para a escola e seu entorno.

Tendo por base o exposto, no que tange os conflitos numa empresa de prestação de serviços no ramo educacional, o presente estudo tem como problemática responder o seguinte questionamento: pode a gestão de conflitos melhorar as relações interpessoais dos colaboradores de uma empresa do setor educacional? Como forma de atender a problemática estabelecida o presente estudo conta com o objetivo geral de compreender como a gestão de conflitos promove a melhoria das relações interpessoais dos colaboradores de uma empresa do ramo educacional da região central do Rio Grande do Sul.

Ademais, a presente pesquisa justifica-se devido ao fato de que a gestão de conflitos pode trazer benefícios para organização, pois com um olhar do gestor, para a ocorrência de conflitos na equipe, pode impedir que os colaboradores se sintam desmotivados e insatisfeitos no local de trabalho, o que contribui diretamente para a manutenção do clima organizacional, podendo gerar reflexos diretos na qualidade de vida do trabalhador (KANAAANE, 2017).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir tem se estruturado o referencial teórico acerca da temática abordada neste estudo, suporte organizacional e desempenho profissional, construídos a partir dos conceitos e pensamento dos estudiosos e pesquisadores da área.

2.1 GESTÃO DE CONFLITOS

O conflito, na concepção de Folberg e Taylor (1985) foi apresentado como um conjunto de propósitos, métodos ou condutas divergentes, encontrando-se irremediavelmente presentes na vida em sociedade ou em grupos. Ainda, Fisher, Patton e Ury (1994) apontam que os conflitos se encontram presentes, intrinsecamente, em todos os relacionamentos: na família, no emprego, na vida social, no lazer. Para os autores, ao longo da vida, aumentam em quantidade e tornam-se mais complexos, notadamente na fase adulta, afinal, o conflito é uma indústria em crescimento.

Ademais, verifica-se que essas mudanças podem acontecer tanto por uma interferência individual, da organização ou da sociedade que provoca a transformação. Outrora, Katz e Kahn (1987), já abordavam que todos os sistemas sociais, inclusive as organizações, consistem em atividades padronizadas de uma quantidade de indivíduos, o que leva a dizer que, diante de qualquer alteração, intervenção ou da mera possibilidade de que isso ocorra dentro desse sistema, estará instalado um conflito.

O modo de entender o conflito e avaliar suas consequências é relativo, neste sentido, pode-se identificar três visões distintas a respeito desse fenômeno ao estudar as teorias de administração. As visões se diferenciam entre a escola tradicional, a escola de relações humanas e a escola interacionista (ROBBINS, 2002). De acordo com essa abordagem na escola tradicional, o conflito é visto como algo que produz danos, erro ou falha de algo, com forte indício de que algo não está dando certo, podendo ser causado por falhas na comunicação, falta de confiança, dentre outros, tendo essa versão perdurado durante as décadas de 1930 e 1940 (WAGNER III, HOLLEMBECK, 2002). Na perspectiva das relações humanas, o conflito não é mais visto como algo ruim, pelo contrário, pode muito bem ser a força motriz para o desenvolvimento de um grupo se tornando assim um benefício (CERTO, 2005). Ainda, a abordagem assumida pela escola interacionista, determina o conflito como sendo o propulsor da eficácia de desempenho, pois na percepção dos defensores deste pensamento, os indivíduos que não passam por conflitos desenvolvem uma postura de acomodação e atrapalham o desenvolvimento. (ROBBINS, 2006).

Sob este viés, Hall (2004) argumenta que o conflito não se apresenta inerentemente bom ou mau para os participantes, a organização ou a até mesmo a sociedade mais ampla. Neste contexto, o autor destaca que poder e conflito são os principais responsáveis por moldar o estado de uma organização, preparando o cenário para os processos contínuos de poder e conflito que continuamente a moldam, no qual, o conflito desempenha um papel importante no desenvolvimento das variações entre organizações.

Não se pode omitir, por outro lado, que o conflito alimenta a energia transformadora, a energia que enseja a mudança, pois se opõe à estagnação e constitui uma espécie de mola propulsora que permite às organizações, por exemplo, enfrentar o desafio de sobreviver em um mercado extremamente competitivo, onde milhares de indivíduos e empresas disputam espaços e recursos limitados (FIORELLI; FIORELLI; MALHADAS, 2008). Assim, é possível afirmar que a causa primária de todo conflito é a mudança, ou a perspectiva de que ela venha a ocorrer, em relação ao até então estabelecido.

Ainda, para os autores supracitados, diferentes aspectos podem estar envolvidos dentro da mudança, sendo este o indivíduo ou a organização nascente do conflito. Esses elementos podem incluir, entre outros: a) bens, compreendendo patrimônio, direitos, haveres pessoais etc.; b) princípios, valores e crenças de qualquer natureza, inclusive políticas, religiosas, científicas etc.; c) poder, em suas diferentes acepções; d) relacionamentos interpessoais.

De modo geral, tais elementos combinam-se porque os acontecimentos não são estanques, visto que, o exercício do poder inclui a luta pela posse de bens, envolve valores pessoais e coletivos e manifesta-se por meio de relacionamentos interpessoais. Em outras palavras, as situações de conflito (especialmente no litígio já instalado) não são simples, nem quanto à condição presente, tampouco aos processos complexos que conduziram a este, dos quais não se pode conhecer totalmente nem prever, com certeza sua evolução (SUARES, 2002).

Para Robbins (2014), este argumenta que o conflito é um processo que consiste em um esforço consciente de uma das partes ou ambas para interferir no alcance das metas individuais do outro, essa interferência pode acontecer entre um coordenador departamental e um colaborador ou vice e versa. Neste sentido, “o conflito é um fenômeno natural da vida organizacional” (ROBBINS, 2014, p.437).

Noutro sentido, percebe-se que as divergências pessoais nas organizações, quando negligenciadas, podem se tornar um obstáculo para o alcance dos objetivos da empresa. Sob este prisma, Burbridge e Burbridge (2012) elucidam que as situações conflituosas precisam ser gerenciadas, sem serem vistas apenas como negativas, mas como fatores que possibilitam transformações nas organizações. Para os autores, trata-se de analisar quais os motivos que deram origem ao conflito e buscar a melhor estratégia para desarticulá-lo por meio de ações que possibilitem a implementação da gestão de conflitos.

Nesta esteira de pensamento, Carvalho et al (2017), na convivência saudável de grupos sociais, é possível considerar o conflito como necessário, pois este favorece meios que constroem oportunidades que viabilizam o equilíbrio nas relações. Ainda de acordo com os autores, “a forma como as pessoas, grupos e organizações lidam com os conflitos é que faz a diferença” (CARVALHAL et al, 2017, p.103), ou seja, a forma como se gerenciam os conflitos na empresa é que vai determinar sua influência na convivência entre as pessoas envolvidas e o andamento das atividades organizacionais.

Contudo, observa-se ainda, que a gestão de conflitos visa depreciar os efeitos negativos dos conflitos. Burbridge e Burbridge (2012, p.30) afirmam que “o conflito mal gerenciado é um dos maiores

geradores de prejuízo desnecessários tanto para as organizações quanto para os colaboradores”, ou seja, gerir conflitos tem objetivo de equilibrar os aspectos positivos e negativos na organização.

Por fim, para Apipalakul e Kummoon (2017), qualquer forma de conflito em um local de trabalho, se não for dada uma solução imediata, pode dificultar o sucesso da organização. Para os autores, existe uma relação entre o clima organizacional e a gestão de conflitos, uma vez que dentro deste, alguns fatores são essenciais para sua gestão, tais como: comunicação moderna para evitar qualquer mensagem ou conteúdo ambíguo e imprecisão; incentivo e respeito ao direito de expressão; reforço verbal com palavras motivadoras e promoção por trabalho bem elaborado. Além disso, o gerenciamento dos conflitos deve enfatizar o processo como um todo, em vez de identificar a falha individualmente, a fim de incentivar o processo de troca de ideias e sugestões entre as pessoas envolvidas

2.2 GESTÃO DE CONFLITOS NO RAMO EDUCACIONAL

A gestão de conflitos dentro do ambiente educacional requer lidar com diferenças. Em termos Sociológicos, o conflito é um dos tipos de processos sociais pelos quais indivíduos e grupos atuam uns com os outros, sendo classificado como um processo dissociativo (OLIVEIRA, 2001). No entanto, o conflito também pode ser percebido como consequência de uma competição que saiu do controle, ou seja, quando a forma de luta pela sobrevivência ultrapassa os limites dos fatos sociais e geram uma mudança nas relações entre instituições, pode-se determinar o começo de um conflito. Contudo, as partes que entram em conflito estão conscientes da situação e tem um envolvimento pessoal e emocional com a questão que muitas vezes implica na prática da violência. (POSNER, KOUZES, 2003).

Outrora, Fustier (1982) já comentava que o gestor educacional pode fazer uso de diferentes abordagens de gestão de conflitos descritas conforme a abordagem estrutural, de processos e mista. Ademais, a abordagem estrutural consiste na interferência direta nas condições que predispõem ao conflito, ou seja, ocorre uma alteração estrutural no que poderia desencadear um processo de conflito, que pode não extinguir a possibilidade, podendo ao menos atenuar as consequências do conflito.

Neste contexto, a gestão de conflitos dentro de uma instituição de ensino requer estratégias, lidar com as diferenças entre professores, alunos, gestores e demais colaboradores demanda diferentes abordagens para um mesmo problema, sendo assim o conhecimento dos modelos de gestão de conflito e seus estilos serão muito úteis ao gestor educacional (VERGARA, 2000). Na concepção de

Bergamine (2000), este destaca que a necessidade em treinar habilidades, seria a solução do gestor para traçar planos estratégicos para gestão de conflitos.

Outrossim, no âmbito educacional, cabe ao gestor compreender as relações que se estabelecem no interior das instituições de ensino e ser capaz de negociar os conflitos que surgirem neste contexto, se esforçando para oferecer um ambiente saudável aos diversos níveis de convivência. Diante disso, entende-se que uma das tarefas mais difíceis para um gestor educacional é atuar diante da diversidade de comportamento (MESSIANO, 2012).

Para a autora supracitada, um dos desafios dos gestores educacionais encontra-se no fato deste proporcionar aos docentes um ambiente de trabalho integrador e construtivo, fazendo uso de técnicas de negociações e mediação de conflito, a favor de uma melhor qualidade de ensino, que atenda às necessidades do mercado e que desperte em seus alunos a vontade de aprender. Ainda, Messiano (2012) destaca a importância de abordagem desta temática para os processos de melhoria da educação e do ambiente organizacional, pois os conflitos são inerentes aos seres humanos, e nesta concepção, cabe ao gestor a capacidade de desativá-los em tempo, antes da sua eclosão, visto que, a capacidade de administrar conflitos é uma das importantes características de um gestor e seria ideal ter o controle da situação, propiciando as ambas às partes envolvidas o convívio pacífico na medida do possível, com o mínimo de desgaste necessário.

Noutra perspectiva, Claro (2013) aponta que a comunicação humana só existe realmente quando se estabelece um contato psicológico entre duas ou mais pessoas e, para que isso aconteça, é preciso ouvir e compreender, mais do que falar. Na concepção desta autora, ouvir na essência é estabelecer um relacionamento interpessoal no qual haja disposição para escutar um ao outro, sentir as palavras do outro, estar atento aos gestos, à postura, olhar olho no olho, compreender o não dito, visto que esta competência é essencial para estabelecer diálogos coerentes, que transmitam a mensagem que os interlocutores desejam externalizar de forma autêntica e precisa.

Sob este viés, os gestores educacionais precisam ter uma boa capacidade de se comunicar, pois isso pode ser a chave para sucesso da equipe. Segundo uma pesquisa publicada na Revista Harvard Business Review, 70% dos conflitos decorrem de falha na comunicação, ou seja, “ruídos” no momento da transmissão da mensagem. Por ser tão importante, isso resulta num grande desafio, tanto para gestores quanto para colaboradores, já que as empresas têm buscado cada vez mais profissionais com essas habilidades e principalmente com uma comunicação interpessoal assertiva (IBC COACHING, 2019).

Ainda, no ambiente educacional, por sua composição diversificada de membros, intensidade de convívio, pluralidade de interesses e outros, este apresenta-se como um palco favorável ao constante surgimento de conflitos. Na concepção de Nebot (2000) e Martinez Zampa (2005), os conflitos educacionais foram eficazmente identificados, porém recebem esta denominação por acontecerem no espaço próprio da escola e/ou com seus atores diretos. No entanto, os conflitos educacionais são resultantes do próprio sistema escolar ou das relações entre os atores da comunidade educacional, podendo ser de poder, ideológicos, filosóficos, políticos, como também as controvérsias didáticas e pedagógicas.

Para Martinez Zampa (2005), este compreende que os conflitos de relacionamento estão fortemente presentes no ambiente escolar, sendo os mais frequentes os estabelecidos entre docentes, docentes e alunos e entre alunos. Entre docentes os conflitos com frequência resultam da falta de comunicação, diferenças de interesses pessoais, conflitos de poder, hierarquia, divergências políticas, filosóficas ou ideológicas. Entre alunos e docentes a natureza dos conflitos relaciona-se à metodologia de ensino, características ou ausência do material didático, forma e critério das avaliações, pontuação, dentre outros. Por sua vez, os conflitos de relacionamento entre alunos são gerados por problemas de comunicação, rivalidades entre grupos, discriminação, namoro, eleições de comunidades estudantis. Além dos conflitos, nessas esferas podem ser destacados os conflitos envolvendo pais, gestores, funcionários, associados ao exercício de poder, as diferenças pessoais e intolerâncias entre partes, os quais, independentemente do tipo, acabam influenciando diretamente as instituições de ensino.

3. METODOLOGIA

O presente estudo que tem como objetivo compreender como a gestão de conflitos promove a melhoria nas relações interpessoais dos colaboradores de uma empresa do ramo educacional da região central do Rio Grande do Sul apresenta-se como um estudo de caso, pois visa abordar os fenômenos ocorridos no ambiente de investigação, uma instituição de ensino da região central do RS, trata-se de um estudo de caso. Segundo Yin (2001), o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que responde às perguntas “como” e “por que” e que foca em contextos da vida real de casos atuais.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois pretende-se compreender, analisar e descrever a gestão de conflitos dentro de um ambiente organizacional no ramo educacional. Assim, situações de conflitos são uma constante no dia a dia das empresas, e segundo Kanaane (2017), a pesquisa qualitativa inclui um conjunto de técnicas interpretativas que procuram descrever, modificar,

traduzir e, de outra forma, aprender o significado, e não a frequência de certos fenômenos que ocorrem de forma mais ou menos natural na sociedade, visando atingir o entendimento profundo de uma situação.

De acordo com o objetivo, o presente estudo classifica-se como uma pesquisa descritiva, pois com esta, descreveu-se as características e a realidade da empresa em análise, sendo de forma imparcial, com olhar científico e sem a interferência de quem está realizando o trabalho. Para Gil (2019), as pesquisas explicativas têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Para a coleta de dados, a mesma deu-se por meio da técnica de observação de forma não estruturada, observando-se desde a estrutura organizacional, averiguando-se os conflitos existentes, bem como a forma da empresa gerenciar os conflitos. Ainda, para coletar dados, realizou-se uma entrevista não estruturada com o gerente comercial e a coordenação pedagógica da instituição. Segundo Zanelli (2002), a observação atenta dos detalhes coloca o pesquisador dentro do cenário de forma que ele possa compreender a complexidade dos ambientes, ao mesmo tempo em que lhe permite uma interlocução mais competente. Para este estudo, os dados foram coletados nos meses de junho e julho de 2023, por meio de observações, tendo as informações transcritas no momento em que eram coletadas.

No que tange a análise dos dados, esta ocorreu por meio da análise teórica comparativa, no qual buscou-se compreender a gestão de conflitos voltada para a melhoria nas relações interpessoais com o que embasa a literatura vigente. A análise teórica comparativa, na concepção de Gil Flores (1994), refere-se aos procedimentos de análise sobre dados qualitativos que partem do pressuposto de que a realidade social é múltipla, mutável e resultado da construção social. Assim, busca-se compreender e interpretar, por meio desta, como a realidade encontra-se entendida pelos participantes.

Complementando a análise teórica comparativa, os dados também foram analisados de forma descritiva, possibilitando assim, descrever e interpretar os achados por meio da observação, facilitando dessa forma, a comparação com a teoria existente.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir das informações levantadas por meio de observação e entrevista na empresa em análise, este capítulo aborda a análise dos resultados, desde a caracterização da empresa, bem como a o levantamento dos conflitos organizacionais.

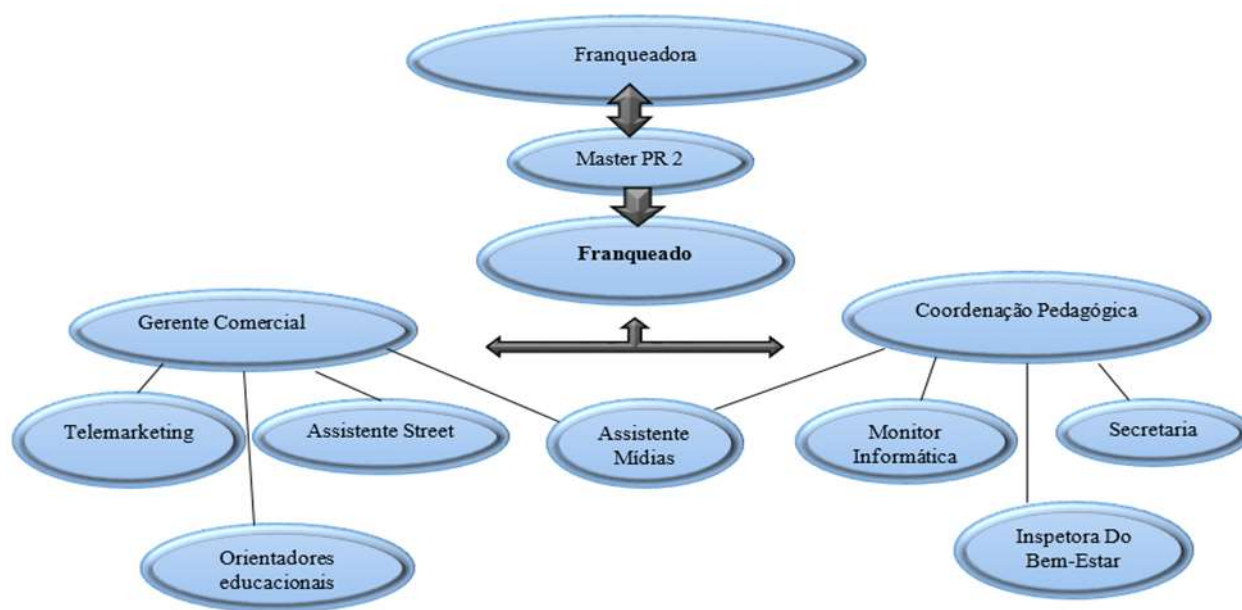
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EMPRESA EM ANÁLISE

A empresa em análise é uma escola profissionalizante e faz parte de uma rede de franquias, desenvolvendo atividades dentro da área da educação, pautada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), atuando em cursos livres e desenvolvimento de capacitações profissionalizantes. Assim, a empresa é uma franquia e faz parte de uma rede, na qual a franqueadora possui uma média nacional de 600 unidades espalhadas em todo território nacional e encontra-se atuante no mercado há 10 anos, tendo como propósito de transformar vidas de pessoas. A escola franqueada está no mercado há um período inferior a um ano.

As atividades desenvolvidas pela escola envolvem, cursos de capacitação nas áreas da beleza, culinária, construção civil, saúde e administrativas, atendendo em sua grande parte alunos de classe C e D, bem como objetivando a inserção desses no mercado de trabalho ou aperfeiçoando as técnicas já desenvolvidas pelos mesmos. Ainda, a escola trabalha junto com seus valores as questões sociais como pilar e ou raiz fundamental para desenvolver suas atividades sendo que a principal motivação da rede é a transformação por meio da educação profissionalizante.

A missão organizacional da empresa está pautada em realizar os sonhos dos seus alunos mediante a qualificação profissional oferecida por meio de uma grande variedade de cursos. Sua visão é destacar-se no ramo de profissionalizantes como a escola que mais satisfaz as necessidades de seus alunos, os seus valores são qualidade, confiança, comprometimento, profissionalismo, integridade e profissionalismo.

Quanto à organização departamental, a empresa encontra-se distribuída de acordo com o organograma desenhado conforme Figura 1. Outrora, para Mintzberg (1995) o organograma era percebido como um gráfico que representa estrutura formal da empresa e apesar de não revelar os relacionamentos informais, traduz de forma inequívoca a divisão do trabalho e as posições existentes nas organizações, seu agrupamento em unidades e a autoridade formal. Ainda, Balcão (2015) afirma que as pessoas produzem mais quando sabem o que fazem, sabem quais são suas posições hierárquicas e as suas relações interpessoais na organização.

Figura 1. Organograma da Escola

Fonte: Autores, 2022.

De acordo com a Figura 1, vale ressaltar a legislação que rege a franquia, como forma de compreender sua estrutura formativa. De acordo com o organograma, a Franqueadora que é detentora e criadora da marca da escola. Ainda, Lei nº. 8995 estipulam que a franquia empresarial é o sistema pelo qual um franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semiexclusiva de produtos ou serviços e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócios ou sistema operacional, desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta, sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício.

Neste contexto, entra em cena a figura do Master, o qual compreende a um setor que presta todo o suporte de atendimento técnico ao sistema operacional, comercial e pedagógico, suprimindo as necessidades operacionais e treinamento dos franqueados como ligação de conhecimento entre a franqueadora e o franqueado. Assim, a dinâmica e qualidade dos processos de transferência do conhecimento do franqueador para os franqueados, e entre os franqueados por si, representam condições de suma importância para o sucesso da adoção do *franchising* como estratégia (PASWAN; WITTMANN, 2003; PASWAN et al., 2004).

Sob este viés, os franqueadores costumam codificar o conhecimento e apresentar rotinas padronizadas aos franqueados, a fim de que, o *know-how* específico de seu sistema de negócios possa englobar as ferramentas de gestão, práticas de serviços, métodos de controle e processos de

produção; além da operação do negócio em si (MAURO, 2007). Contudo, os franqueados possuem uma gestão em suas unidades por meio da gerente comercial e coordenação pedagógica, no qual o comercial desenvolve todo o processo de encantamento através da assistente de mídias que trabalha em todos os canais digitais (*facebook, instagram*, entre outras).

Ainda, os assistentes de *street* são colaboradores que se encontram aos arredores da escola impulsionando os alunos a visitar a instituição de ensino. O telemarketing atua efetuando as ligações dos *leads* gerados pela assistente de mídias para que os mesmos cheguem até os orientadores educacionais, os quais auxiliam na efetivação da matrícula que será gerada por meio da secretaria da escola, mediante assinatura de contrato e documentação.

Nesse contexto, após o aluno estar matriculado é função da coordenação pedagógica orientar e acompanhar esses alunos garantindo a manutenção até a conclusão. Para Domingues (2014, p. 41) “ser coordenador pedagógico significa estar imbricado a um emaranhado de situações que o forma continuamente e orienta as suas escolhas, suas atitudes e sua posição frente à formação dos professores na escola.”. Assim, torna-se relevante que o coordenador pedagógico desenvolva a liderança no processo de formação abarcado na escola, visto que sua real função, diante de tantas outras, é promover a formação continuada.

Complementando o exposto no organograma, acerca da gestão da coordenação, esta encontra-se voltada para o cuidado da escola, no qual há a existência da inspetora do bem-estar, desenvolvendo um papel de conservação desse ambiente. Neste sentido, Domingues (2014, p. 26) expõem que “essas condições criam uma noção difusa de coordenação pedagógica e uma diversidade de critérios para o exercício da função”. Ainda, no que tange a gestão organizacional, tem-se a figura dos monitores, os quais desenvolvem efetivamente a capacitação e o aprendizado dos alunos para sua formação. Segundo Lima e Santos (2007, p. 84), estes afirmam que é de incumbência do coordenador pedagógico, juntamente com todos os outros educadores, exercer o “ofício de coordenar para educar”, possibilitando trocas e dinâmicas da própria essência da aprendizagem, a qual contempla o aprender a aprender e junto com, essência do que se concebe como formação continuada de educadores. Na próxima seção, realizou-se o levantamento dos conflitos percebidos no ambiente analisado.

4.2 LEVANTAMENTO DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS

Ao observar a escola, no atual formato organizacional por meio do franqueado e laço relacional com seus colaboradores, percebeu-se em primeiro momento que esta tramita com base na confiança, pois apesar de ser uma estrutura nacional no que se reflete a franqueadora, o franqueado é uma unidade que se intitula como um ambiente familiar e passa essa visão aos seus colaboradores. No entanto, é perceptível que nesse ambiente inicial e de ajustes, pelo fato de estar no mercado há menos que um ano, a empresa passa por inúmeros conflitos, sejam estes pela curva de aprendizado de seus colaboradores ou as diferenças comportamentais.

Destarte, cabe ressaltar que, sendo o conflito inevitável nos relacionamentos interpessoais, pois os indivíduos possuem visões diferenciadas sobre o comportamento humano, de acordo com suas crenças e valores, expectativas e emoções, percebe-se que as situações conflituosas, podem ser intrapessoais - eu versus meu eu interior; os conflitos interpessoais - eu e o outro, ou, por fim, os conflitos intergrupais - conflito entre os grupos (OLIVEIRA; NAPOLI, 2013). Ainda, para os autores, o conflito organizacional pode ser definido como um processo de oposição e confronto entre pessoas ou grupos, quando as partes que procuram exercer o seu poder na busca desses objetivos ou metas podem obstruir ou dificultar os avanços desejados, estando presentes na vida pessoal e nas organizações.

Noutra perspectiva, Montana (2005) aponta que o conflito pode se dar entre duas ou mais partes, sendo individual ou em grupo, propondo os seguintes tipos de conflitos: 1. Intrapessoal: aquele que ocorre com a própria pessoa. 2. Interpessoal: aquele que acontece entre duas ou mais pessoas. 3. Intragrupal: aquele que está no próprio grupo (é um conflito entre as pessoas que compõem um grupo). 4. Intergrupar: aquele que ocorre entre grupos (ocorre quando temos dois ou mais grupos com um problema a ser resolvido). 5. Conflito intraorganizacional: abrange a generalidade das partes da organização (situação de conflito generalizado). 6. Conflito intraorganizacional: ocorre entre organizações, por exemplo, travado com uma associação ambientalista.

Diante do exposto, observou-se no ambiente em análise, a ocorrência de conflitos do tipo intergrupar, no qual, os grupos formados na empresa, por possuírem características distintas, possuem questões de ordem operacional a serem resolvidas. De acordo com os gestores da empresa, os conflitos presentes na instituição são emergidos de questões comportamentais e de interesses pessoais, tendo por base fatores como falta de objetivos pessoais, dificuldades em priorizar tarefas ou até mesmo

dificuldade em escutar, prejudicando a comunicação organizacional, visto que esta é algo fundamental neste tipo de ambiente.

Ainda neste contexto, foi perceptível que a má comunicação tem interferido na gestão dos conflitos da escola, dificultando a execução das tarefas e delegação de funções. Nesta esteira de pensamento, Vecchio (2008), aborda que o conflito pode surgir devido à má comunicação, ao crescimento da organização, da heterogeneidade do quadro de pessoal, da maior participação dos subordinados, das diferenças existentes entre a linha e *staff*, dos sistemas de remuneração, da competição por recursos limitados, da distribuição desigual do poder e de diferenças entre indivíduos.

Outro fator percebido, é que a escola se preocupa em manter os seus colaboradores motivados, no que se refere às questões relacionadas às metas e sob este viés, desenvolveu-se algumas práticas que estimulam os mesmos e impulsionam as campanhas semanais a fim de que possam atingir as metas, tendo como contrapartida valores monetários que podem ser recebidos no momento de sua ocorrência. No entanto, identificou-se que o desenvolvimento destas práticas encontra barreiras nos conflitos interpessoais, no qual o gestor, possui dificuldades de alinhar a equipe com alcance das metas, gerando nestes um constante desconforto. Na concepção de Oliveira et. al (2014), se os conflitos não forem diagnosticados a tempo pelo gestor ou líder, esses evoluem de forma gradativa.

Percebe-se com isso, que os conflitos na organização em análise são de ordem intrapessoal e afeta dois ambientes importantes, a secretaria e o comercial, os quais, são setores interligados no processo inicial dos alunos dentro da escola. Ainda, a gestão comercial também passa por dificuldades de recrutamento e seleção, uma vez que não possui um setor que cuide especificamente destes processos ou até mesmo uma empresa contratada para prestar esse serviço, o que por vez, sobrecarrega o próprio comercial, que acaba abarcando mais esta função. Assim, entende-se que o objetivo do recrutamento é suprir a seleção com a matéria-prima básica (candidatos) para seu funcionamento adequado, o que não está ocorrendo na empresa em análise, gerando conflitos intraorganizacionais, afetando as atividades desenvolvidas.

Outro fator averiguado na organização, é acerca da rotatividade de colaboradores, pois o fato desta ser recorrente e em um curto período de tempo, gera um desgaste emocional para a equipe, custos financeiros para a empresa, sobre carga de trabalho para os demais colaboradores, além de prejudicar o processo de treinamentos, reduzindo ainda mais a curva de aprendizados destes. Dito isso, tal ocorrência gera conflitos que transcendem os indivíduos, as equipes e os processos estipulados para o bom andamento da organização.

Conforme os gestores da escola, os mesmos relatam que mediante estes acontecimentos que reduzem a produtividade da organização, dificultam a convivência e o trabalho em equipe, a mesma vem buscando assessoria por parte dos Masters, os quais oferecem suporte para a escola frente à franqueadora, possuindo estes, expertise sobre a gestão de conflitos por se tratar de situações que vivenciam nas demais 60 unidades do Rio Grande do Sul na busca de soluções para sua gestão.

No entanto, como forma de contribuir para a gestão organizacional da empresa em análise, buscando soluções para que esta consiga gerenciar seus conflitos, propõe-se na seção seguinte algumas práticas, conforme a literatura da área, que promovam a melhoria nas relações interpessoais dos colaboradores e auxilie no melhor desenvolvimento das atividades.

4.3 PROPOSIÇÃO DE AÇÕES PARA GERIR CONFLITOS E SUSCITAR MELHORIAS

Diante do exposto até o presente momento, esta seção traz uma proposição de práticas que, ao envolver a gestão de conflitos, possibilite melhorar as relações interpessoais, transformando estas em pontos positivos para a organização. Assim, inicialmente sugere-se que a gestão de situações conflituosas requer o conhecimento e mapeamento dos mesmos, pois, para a resolução destes deve-se começar pelo seu conhecimento a fim de alinhar, também, a comunicação dentro do ambiente organizacional. Com isso, propõem-se de antemão a técnica de negociação de conflitos, uma vez que esta se encontra presente no cotidiano, da vida pessoal à profissional, visto que o ser humano está o tempo todo negociando, com a família, amigos e colegas de trabalho, a qualquer momento, em qualquer situação. Para uma boa negociação é necessário conhecer o assunto e saber se comunicar, preservando a ética e os valores (MELLO, 2003).

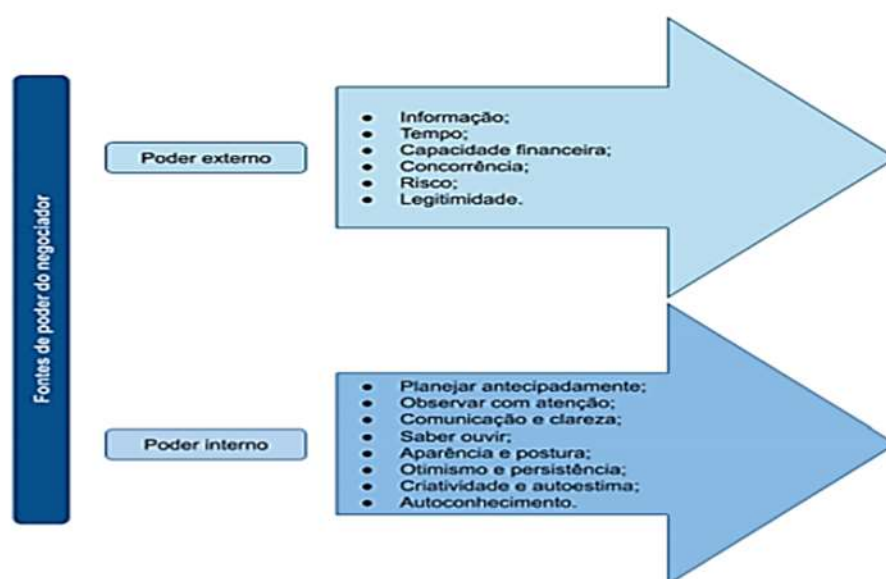
A proposição desta prática para empresa em análise, encontra-se pautada nas observações realizada e também pela fala dos gestores, indo ao encontro do proposto por Oliveira (2014), a qual afirma que para obter a eficácia na negociação na resolução de conflitos, deve-se distinguir e empregar adequadamente as variáveis ou aspectos que envolvem a negociação: informações, tempo e poder. Com isso, entende-se que a informação é tudo aquilo que diminui dúvidas e aumenta as probabilidades de acertos, pois a capacidade de se empregar corretamente as informações no tempo exato, pode resultar no êxito da negociação.

Ainda, mediante os conflitos levantados na seção anterior, ratifica-se a sua gestão por meio da negociação conforme os apontamentos de Oliveira (2014), o qual aborda que a negociação está relacionada ao processo de mudança das condições atuais para as condições futuras ou desejadas,

uma vez que o poder do negociador interfere de forma substancial no processo de resolução de problemas. Porém, faz-se necessário observar o que afirma Bonilha (2010), elucidando que esse método foca diretamente no acordo, não dando espaço para um diálogo efetivo na busca de uma resposta para o problema.

No entanto, utilizou-se para este estudo a esquematização das fontes de poder do negociador proposto por Oliveira e Napoli (2013), como forma de alinhar as informações encontradas no ambiente em estudo com um corpus explicativo teórico.

Figura 2. Fontes de poder do negociador.



Fonte: Oliveira e Napoli (2013).

Por outro lado, vale ressaltar que na mediação dos conflitos, o papel do negociador, o qual, dependendo do seu estilo, irá condicionar seu comportamento no processo de negociação. Assim, o protagonismo dos gestores da organização em análise é fundamental para gerir as situações conflituosas emergidas do ambiente observado. Sob este viés, Hirata (2007) aponta que cada estilo de negociação trata de um conjunto de comportamentos e atitudes, no qual cada estilo é considerado como uma estratégia de negociação e sua análise depende do contexto que está inserido. Na concepção de Christopher (2009), conhecer os estilos pessoais do negociador auxilia na identificação de prioridades, ajudando a elaborar um acordo quanto à satisfação das partes envolvidas. Para o autor, são quatro os estilos do negociador: inovador, comunicador, processador e ativador.

Assim, a negociação surge como processo e forma de resolver conflitos para viabilizar os resultados desejados, visto que, se o ato de gerenciar é administrar e liderar, a negociação deve ser um

instrumento inseparável do cotidiano dos gestores (CARVALHAL et al., 2012). A partir deste contexto, percebe-se que a empresa precisa analisar as fontes internas e externas, utilizando-se do poder que lhe compete para gerenciar os conflitos e se antecipar a este. Dessa forma, de acordo com a Figura 2, é possível compreender que a negociação está relacionada ao processo de mudanças das condições atuais para onde se quer chegar no futuro e com isso interfere para resolução dos conflitos.

Ainda, a partir da situação da empresa em análise, presume-se que a flexibilização e a comunicação da atual gestão se complementariam com o processo de negociação, trazendo um equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, pois o negociador, neste caso, utilizaria das informações coletadas dos colaboradores para compreender a situação conflituosa. Assim, quanto mais informação tiver, mais poder de negociação este terá para ajustar o ambiente organizacional melhorando o ambiente, diminuindo os níveis de *stress* entre as relações interpessoais, gerando nos colaboradores um maior comprometimento e melhor desempenho em suas atividades.

Nesse viés, para a resolução de conflitos, percebe-se que as negociações requerem um planejamento, no qual o negociador precisa ter o mais amplo conhecimento das partes envolvidas, tanto no processo quanto no objeto e no contexto, visto que, ao iniciar uma negociação, deve este ter avaliado quais as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que o resultado da negociação representa para os interesses relacionais associados aos interesses substantivos dos envolvidos. Ainda, é necessário aprender a perceber, sempre, pois as diferenças de percepção estão entre as causas primárias de conflitos e essas são sempre objeto de negociação (CARVALHAL et al., 2012).

Diante do exposto, ao propor para a empresa a utilização da técnica de negociação, faz-se posicionar a mesma do processo desta como alternativa para resolução dos conflitos. Para isso, utilizou-se como base científica os processos propostos por Ury (2012), conforme exposto na Figura 03.

Figura 03. Processo de negociação

Fonte: Ury (2012, p. 7)

Assim, no que tange à gestão de conflitos, essa consiste em escolher e implementar estratégias mais adequadas para lidar com cada tipo de situação conflituosa. O papel do gestor é fundamental nesta questão da gestão de conflitos, pois ele tem a função de regulação dos conflitos, transformando a competição num estímulo saudável entre colaboradores, tem a função, também, de integrar as diferenças, tornando-as fontes de enriquecimento frente a criação de desacordos úteis que contribuam para a evolução de ideias (CAETANO; VALA, 2007).

Dito isso, destacam-se entre as técnicas de negociação, fatores como: habilidades pessoais, planejamento, treinamento, determinação, criatividade, alianças e flexibilidades, sendo necessário ter uma postura adequada, mantendo contato visual, cuidando de sua expressão e tendo como objetivo a empatia, a qual acarretará confiabilidade e entendimento. A preparação é um fator relevante, pois só assim obterá autoconfiança e naturalidade, para concentrar-se na posição e no real interesse das partes envolvidas (BRITO, 2011).

Ao interpretar o processo da negociação de acordo com Figura 3, observa-se que é relevante ter uma preparação para gerar ações que possam superar os conflitos entre os colaboradores, identificando as fontes de conflitos, com o intuito de possibilitar ao gestor negociador um planejamento, que tenha por objetivo construir um ambiente mais tranquilo. Neste sentido, percebe-se então a necessidade de observar as equipes, para assim conhecer os pontos fracos e fortes destas e agir com maior precisão e assertividade.

Complementando a técnica de negociação, propõe-se também que os gestores realizem treinamentos de aperfeiçoamento, buscando outras técnicas que auxiliem a gerir as diferenças de aprendizados

dentro do ambiente organizacional em análise. Neste sentido, devido o atual momento pandêmico, recomenda-se prudência quanto a realização desses aperfeiçoamentos e capacitações, podendo estes serem de forma *online* já que a empresa dispõe da UCI (Universidade Corporativa Instituto), a qual tem função de qualificar seus profissionais .

Ainda, como forma de reduzir as situações conflituosas e promover melhorias, torna-se necessário a constante revisão da política de incentivos, como remuneração financeira e emocional, bem como gestão de desempenho, pois entende-se que estas referem-se às estratégias empregadas pela organização para manter e melhorar os níveis de desempenho dos seus funcionários e a qualidade das políticas e práticas organizacionais relativas à administração de salários. Atrelado a isso, propõe-se também investimentos materiais e estruturais, possibilitando aos colaboradores maior conforto, visto que, as condições de trabalho e bem-estar referem-se ao gerenciamento da jornada de trabalho e das condições físicas e materiais dos ambientes de trabalho, uma vez que, se estes fatores não estiverem em harmonia, acabam sendo palco de descontentamentos e conflitos.

Por fim, percebeu-se que as práticas que envolvem os relacionamentos, comunicação e participação, encontram-se interligadas com a qualidade do relacionamento interpessoal na organização em análise e necessitam de monitoramento constante para não gerar situações conflituosas. Ainda, outras ações que a empresa necessita investir, é quanto a cultura organizacional voltada para a qualificação dos funcionários de todos os níveis, pois entende-se que estes, estando bem capacitados e valorizados, desempenham suas funções com maior autonomia e confiança, proporcionando maiores resultados para a organização, o que tende a minimizar as disputas negativas e comportamentos que geram conflitos. No entanto, vale arguir que gerir conflitos não é uma tarefa fácil, e que para tal, necessita-se do empenho e preparação dos gestores e planejamento de ações, que permeiam desde o conhecimento de seus precedentes, tratamento e resolução dos mesmos, para que se possam ter melhorias a partir de sua gestão.

5. CONCLUSÕES

A presente pesquisa que possibilitou compreender como a gestão de conflitos promove a melhoria nas relações interpessoais dos colaboradores de uma empresa do ramo educacional da região central do Rio Grande do Sul, revelou que a empresa em análise, passa por conflitos nas relações interpessoais e interdepartamentais.

Diante do contexto observado, pode-se concluir neste estudo, que os colaboradores se sentem envolvidos nas ações propostas pela empresa. No entanto, a falta de treinamento muitas vezes compromete a entrega das atividades e prejudica seu desempenho profissional esperado, fazendo com que os colaboradores percam alguns benefícios advindo por meio de uma melhor execução das tarefas, o que muitas vezes resulta em uma desmotivação e disputas, acarretando situações conflituosas .

Neste viés, percebeu-se que os conflitos intrapessoais, os quais a empresa está exposta, são de ordem comportamental, sejam estes por falta de objetividade ou propriamente a falta de clareza na comunicação por parte do gestor. Assim sendo, a comunicação é um fator que gera situações conflituosas na empresa, sendo necessário uma adoção mais moderna e eficiente, uma vez que esta pode auxiliar com uma linguagem precisa e motivadora envolvendo os seus colaboradores.

Nesta esteira de pensamento, conclui-se também, que o relacionamento interpessoal na organização precisa estar em constante observação para que se mantenha um ambiente organizacional saudável e em desenvolvimento. A partir deste contexto, nota-se a empresa necessita investir constantemente no seu capital humano por meio de treinamentos, capacitações e atualizações, para que os mesmos se sintam aptos a desempenhar as suas funções com segurança, minimizando de fato, os conflitos organizacionais que assolam o ambiente desta.

Destarte, como forma de contribuir com a empresa em análise para a gestão de seus conflitos, sugeriu-se a técnica de negociação de conflitos, visto que esta possibilita uma oportunidade de a empresa aprimorar suas constantes negociações, tanto em termos de relações pessoais e profissionais quanto na figura de um terceiro, o qual compreenderá a situação de forma holística e sem subjetivismos.

Por fim, dentre as limitações encontradas para o desenvolvimento deste estudo, o fator chave foi referente a brevidade temporal para devidas averiguações, uma vez que, nem todos os departamentos da empresa foram analisados ou compreendidos dentro das suas complexibilidades. Ainda, como sugestão para estudos futuros recomenda-se a utilização prática da técnica de negociação atrelada a motivação, como forma de obtenção de resultados no meio organizacional em toda a empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBRA. Liderança e inteligência emocional: 5 sinais de que o líder não é resiliente. 2018. Disponível em: <https://blog.ambra.education/liderana-e-inteligencia-emocional>. Acesso em: 5 de maio 2022.

APIPALAKUL, C.; KUMMOON, D. The Effects of Organizational Climate to Conflict Management amongst Organizational Health Personnel. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 237, p. 1216-1222, 2017.

BALCÃO, Y. F. Organograma: representação gráfica da estrutura. *Revista Administração de Empresas*, v. 5, n. 17, 2015.

BERGAMINI, C. W. Desenvolvimento de recursos humanos. São Paulo: Atlas, 2000.

BURBRIDGE, A.; BURBRIDGE, M. Gestão de conflitos: Desafios no mundo corporativo. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARVALHAL, E. Negociação fortalecendo o processo: Como construir relações de longo prazo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vision 2000, 2012.

CLARO, M. Os Segredos do Líder Coach. 1ª edição. São Paulo: Trevisan Editora, 2013

CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rev. E atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DOMINGUES, I. O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola. São Paulo: Cortez, 2014.

FERREIRA, J. R. M. A relevância da inteligência emocional na comunicação de líderes para o desenvolvimento e engajamento dos empregados. In: CARRAMENHA, B; FERREIRA, J. R. M.; PAULA, M.; MANSI, V. Comunicação com Líderes e Empregados – volume 3. Faculdade Cásper Líbero, 2017.

FOLBERG, J.; TAYLOR, A. Mediación. Resolución de conflictos sin litigio. Buenos Aires: Noriega, 1984.

FIORELLI, J. O.; FIORELLI, M. R.; MALHADAS, M. J. O. Mediação e solução de conflitos: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2008

FUSTIER, M. O conflito na empresa. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

GOLEMAN, D. Inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012

HALL, R. H. Organizações. Estruturas, processos e resultados. 8ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004

LIMA, P. G.; SANTOS, S. M.; O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. *Revista de Educação*. v. 2, n.4, p. 77-90, 2007.

MARTINEZ ZAMPA, D. Mediación educativa y resolucion de conflicto: modelos de implementacion. Buenos Aires: Edicones Novedades Educativas, 2005.

- MENDONÇA, M. F.; NOVO, D. V.; CARVALHO, R. Gestão e Liderança. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. Administração. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- NEBOT, J. R. Violência y conflicto en los âmbitos educativos. Ensayos y Experiencias, v. 7, n.35, p.77-85, 2000.
- OLIVIERA, P. S. Introdução à sociologia. 24 ed. São Paulo: Ática, 2001.
- OLIVEIRA, M. A. Relação de trabalho e clima organizacional. Rio de Janeiro: UFRJ / CEP, 2005.
- KANAANE, R. Comportamento humano nas organizações: O desafio dos Líderes no relacionamento intergeracional. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- KATZ, D.; KAHN, R. L. Psicologia social das organizações. São Paulo: Atlas, 1987.
- ROBBINS, S. P.; DECENZO, D. A.; WOLTER R. A nova Administração. 1. Ed., São Paulo: Saraiva, 2014.
- ROBBINS, S. P. Comportamento Organizacional. 11 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.
- RONDEAU, A. A gestão dos conflitos nas organizações. São Paulo: Atlas, 1992.
- SERPA, M. N. Teoria e prática da mediação de conflitos. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1999.
- MESSIANO, A. S. O papel do gestor na mediação de conflitos em instituições de ensino. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-papel-do-gestor-na-mediacao-de-conflitos-em-instituicoes-de-ensino/93782>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- RUBINO, T. L. S. As influências das Políticas de Gestão de Pessoas no Bem-Estar no Trabalho. Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Administração. Brasília, DF, 2010.
- SUARES, M. Mediación, conducción de disputas, comunicación y técnicas. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- VERGARA, S. Gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2000.
- WAGNER III, J. A.; HOLLEMBECK, J. R. Comportamento organizacional. São Paulo: Saraiva, 2002.
- WEIBARG, T. As novas regras da Comunidade: Marketing na Mídia Social. Rio de Janeiro. Editora Alta Books. 2010.

Capítulo 9



10.37423/240308767

REVISTANDO O MÉTODO: A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (PROCPD)

Carlise Porto Schneider Rudnicki

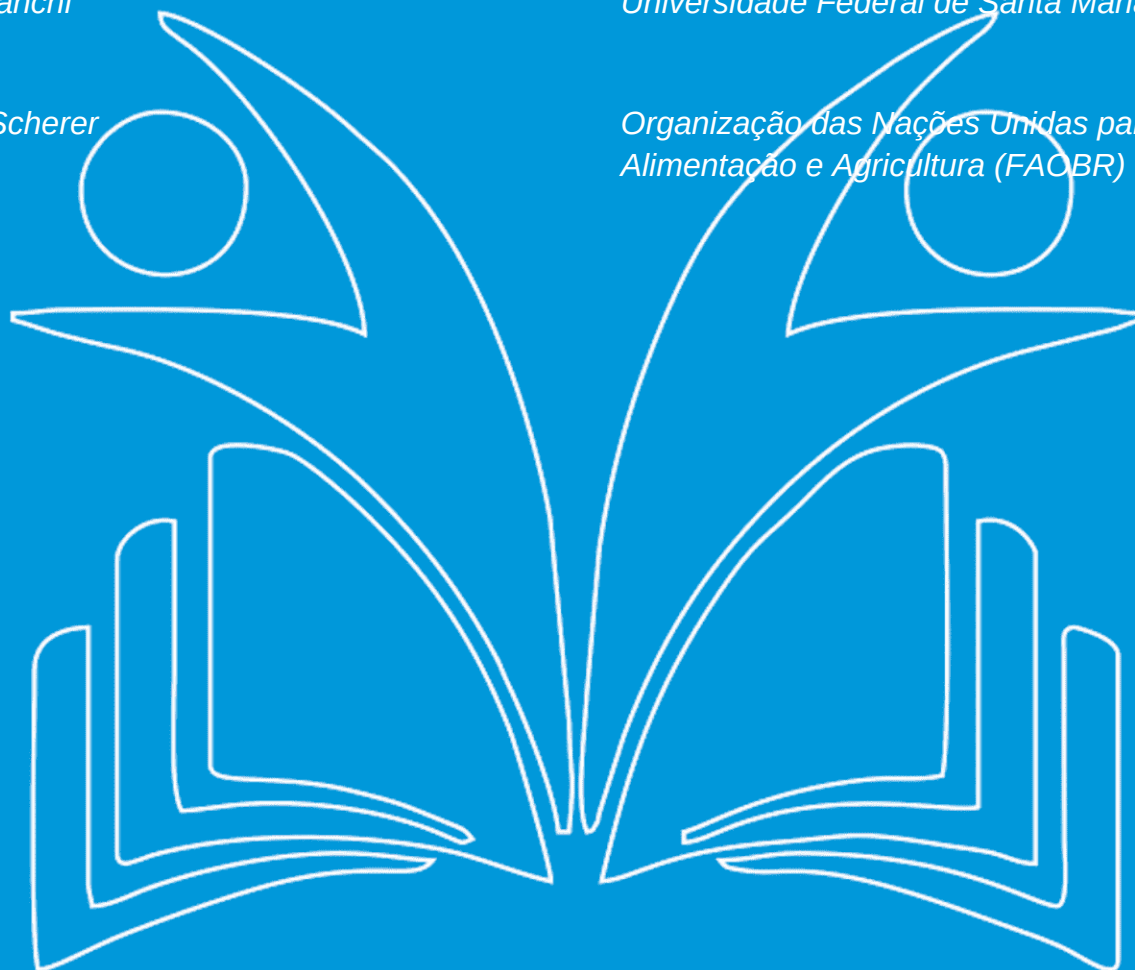
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM

Verenice Zanchi

Universidade Federal de Santa Maria/UFSM

Fernanda Scherer

*Organização das Nações Unidas para
Alimentação e Agricultura (FAOBR)*



Resumo: O presente artigo apresenta uma linha do tempo sobre a iniciativa Lazos, que tem sua estratégia baseada na Comunicação para o Desenvolvimento e compreende um aplicativo, uma plataforma e trilhas formativas voltadas à inclusão digital. Lazos foi criado para apoiar a gestão de instituições no desenvolvimento de políticas públicas através do Projeto +Algodão, um programa de cooperação que tem como objetivo gerar políticas públicas para a cadeia do algodão latino-americano. Fundamentamo-nos na perspectiva da Comunicação para o Desenvolvimento, a comunicação que tem como enfoque a transformação social. Como resultados, percebemos a importância de revisitar que as tecnologias digitais representam um potencial de inovação social, especialmente em termos de espaços de participação. Quanto à Lazos, através do mapeamento das interações dos atores parceiros do Projeto +Algodão, acreditamos que o aplicativo é capaz de auxiliar no planejamento e execução de ações voltadas à transformação social do setor rural latino-americano.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Comunicação para o desenvolvimento; Aplicativo; Inovação social; Diversidade; Inclusão.

1. APRESENTAÇÃO E TRAJETÓRIA LAZOS E PROCPD

A Rede Social Lazos foi idealizada pelo Grupo de Comunicação e Desenvolvimento (UFSM) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e para a Agricultura (FAO)¹, a partir de uma carta acordo de cooperação internacional.

A iniciativa foi impulsionada no marco do Projeto +Algodão com o objetivo de promover o desenvolvimento rural de populações periféricas na América Latina envolvidas, especialmente, com o cultivo do algodão e ser uma ferramenta que pudesse apoiar a gestão de projetos de instituições. A proposta está ancorada na analogia de redes, uma vez que essas entidades estão estruturadas em fluxos institucionais e técnico-profissionais, que podem alimentar um software de dados a partir do aplicativo.

Nesse sentido, foi identificada a existência de uma demanda crescente de reconhecimento das práticas e saberes locais, com base nas quais seja possível desenvolver políticas públicas e projetos de desenvolvimento territoriais geridos pelas comunidades, levando em conta as particularidades culturais.

Em Novembro de 2018, foi criado o Projeto de Pesquisa “Comunicação para o desenvolvimento: Projeto Lazos América Latina”, registrado no sistema da UFSM sob o número 050416. O projeto objetivou o desenvolvimento de plataformas tecnológicas (game, plataforma de comunidades e aplicativo) que proporcionem a identificação, o mapeamento e a análise das práticas comunicacionais em regiões rurais da América Latina, tendo como base o projeto "Mais Algodão", coordenado pela FAO/Chile, em países da América Latina. Ou seja, a proposta visa atender com novas metodologias voltadas à extensão rural, no sentido de inserir, a partir do aplicativo, bem como realizar um mapeamento de redes de relacionamentos dos atores sociais, no que tange à espaços de participação social com ênfase nos estudantes das Escolas Agrícolas do Paraguai. O propósito da aplicação é facilitar a comunicação e o acesso à resolução de problemas técnicos e o compartilhamento de soluções de uma forma ágil.

Em Janeiro de 2019, a rede social Lazos foi criada coletivamente através de uma carta de acordo entre o Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). A mesma é resultado da cooperação sul-sul do Governo do Brasil para o desenvolvimento do rural na América Latina com ênfase na agricultura familiar, por meio do Projeto Regional Mais Algodão desenvolvido conjuntamente pela Agência Brasileira de Cooperação

(ABC/MRE) em parceria com a FAO, o governo do Paraguai, com o apoio estratégico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) na implementação das ações de Comunicação para o desenvolvimento e o apoio do Parque Tecnológico Itaipu Paraguai. O projeto procura desenvolver um conjunto de ferramentas de Comunicação para o Desenvolvimento (CpD).

Na metodologia consideramos que as redes de socialização que se estabelecem a partir das trocas de experiências e relações entre os indivíduos em ambientes off-line, são redes sociais. Ou seja, antes dos meios de comunicação digitais as redes sociais já existiam, como por exemplo, uma roda de conversa. Assim, o projeto piloto implementado com a Polifeira do Agricultor da UFSM, demonstrou a existência da rede social. Em outras palavras, consolidou a metodologia Lazos como uma estratégia de CpD, que engloba, estabelecer relações on-line e presenciais, cursos de capacitação, videoconferências e a criação de um espaço de comunicação.

Há uma demanda crescente pelo reconhecimento de práticas e saberes locais, a partir dos quais é possível desenvolver políticas públicas e projetos de desenvolvimento territorial geridos pelas comunidades, levando em consideração as particularidades culturais. Nesse sentido, as tecnologias digitais apresentam o potencial para o surgimento de novas experiências de comunicação, um fenômeno do qual emergem novas práticas e hábitos sociais, novas possibilidades em relação à escuta das comunidades por parte dos desenvolvedores de políticas públicas.

A iniciativa foi planejada e construída por meio de estratégias de Comunicação para o Desenvolvimento vinculada às tecnologias de informação e comunicação. Projetos de CpD atuam para fomentar a conquista de protagonismo por parte de grupos periféricos, no sentido de construir/ampliar seus arranjos coletivos, o que pode otimizar a sua presença indireta nos espaços de planejamento das políticas públicas. A comunicação para o desenvolvimento é promissora quando articula espaços para que as populações periféricas se expressem, compartilhem e enriqueçam os seus conhecimentos e conquistem autonomia para agir em benefício de suas demandas e prioridades.

2. A (RE) CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA: O PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM CPD

A metodologia é uma mescla entre as concepções teóricas da abordagem, (inter)relacionando teoria, realidade empírica, pensamentos sobre a realidade e criatividade do pesquisador (MINAYO, 2010). Pesquisar é uma atividade científica com a qual busca-se compreender a realidade, a fim de desvelar a realidade que não está aparente à primeira vista. Por meio da pesquisa qualitativa, entende-se que

há um vínculo imanente entre o mundo objetivo e subjetivo do sujeito, ou seja, uma relação repleta de especificidades entre o mundo real e o sujeito, que não pode ser traduzida em números. Portanto, a fonte da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana.

Para efeito de recorte de objeto, aproximamo-nos das características que definem a CpD para formularmos a categoria de análise que guiará o tratamento dos dados em nossa análise qualitativa e descritiva: o caráter participativo e o impulso à transformação social, envolvendo diferentes etapas, conforme segue a Figura 1 abaixo.

Figura 1 – Infográfico das atividades



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

A pesquisa documental, em conjunto com a pesquisa qualitativa, permite ao pesquisador reforçar a compreensão, fazer comparações e fundamentar a investigação. Ao passo que, as fontes documentais podem ser utilizadas por seu próprio mérito (MAY, 2004). Realizou-se uma pesquisa bibliográfica na qual foram empregados “[...] um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse [...]” (Stumpf, 2012, p. 54), sendo que os mesmos fundamentam a presente pesquisa.

Após a identificação das demandas, é necessário retornar à comunidade e levar as discussões para a agenda das pessoas envolvidas. Após, seguimos em busca da formulação das ideias, implementação, acompanhamento e avaliação, conforme a Figura 2 a seguir:

Figura 2 - Ciclo da Metodologia

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Também foi efetuada a busca de dados secundários junto a bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Comissão Pró-Índio de São Paulo, Fundação de Economia e Estatística (FEE) e Progredir Geoparque Quarta Colônia. Desta obteve-se dados que formam o banco de dados da pesquisa, viabilizando a realização de análises, possibilitando ao estudo uma abordagem quanti-quali.

A pesquisa-ação, proposta neste projeto procura, como inferido por Peruzzo (2012, p. 193) “[...] contribuir para subsidiar a melhoria dos modos de comunicação dos grupos populares”. No caso específico, contribuir com a conscientização e a capacitação de jovens mulheres no mercado tecnológico, a partir de cursos de extensão.

Após a releitura do metodologia Lazos, a partir do Edital FAPERGS/CNPq, a pesquisa de campo iniciou com a participação no Evento de Encerramento do Programa PROGREDIR Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO, realizado no dia 06 de dezembro de 2023, no Espaço Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão da UFSM em Silveira Martins. O evento foi organizado pela equipe do Programa Progredir Geoparque Quarta Colônia e estiveram presentes representantes e gestores da UFSM, assistentes

sociais dos CRAS dos nove municípios da Quarta Colônia, egressas e egressos do programa, tutores, instrutores e proponentes de cursos, bem como cuidadoras infantis e gestores das secretarias de assistência social.

Na ocasião tivemos a oportunidade de apresentar o Projeto de Pesquisa aprovado pelo Edital FAPERGS/CNPq, “Territórios conectados pela sororidade: questões de gênero, TICs e fortalecimento de laços em espaços periféricos”.

3. TECNOLOGIAS DIGITAIS NA AMÉRICA LATINA E A PERSPECTIVA DA INOVAÇÃO

Desde a segunda metade do século XX, habitamos um mundo mediado por telas (Orozco, 2010, p. 16); afinal, é possível encontrá-las “na TV, no computador, nos jogos, no cinema, na memória” (Lopes, 2011, p. 410). A facilidade de carregar as tecnologias digitais a todos os lugares faz com que se integrem aos cenários do cotidiano, formando a base para o surgimento de uma nova ambiência, na qual todos os sujeitos se encontram, de alguma maneira, à borda das telas, seja por inclusão ou por exclusão.

Nem todos experienciam o mundo digital da mesma forma, em razão das oportunidades de acesso serem alteradas de acordo com a situação econômica, cultural, política, técnica e geracional. Estima-se, por exemplo, que somente 23% dos lares rurais possuem conectividade na América Latina e Caribe, em comparação com 67% dos lares urbanos, conforme indica o estudo realizado pelo IICA e CEPAL em 2020. Na Bolívia, El Salvador, Paraguai e Peru, mais de 90% dos lares rurais não têm acesso à Internet e em países que possuem melhor situação econômica, como Chile, Costa Rica e Uruguai, apenas cerca da metade dos lares rurais estão conectados. Além disso, dados² disponibilizados em 2020 pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) apontam que 244 milhões de latino-americanos não têm acesso à internet, uma realidade que aumenta as desigualdades entre as populações urbanas e rurais, entre homens e mulheres, jovens e idosos. Ainda assim, Orozco (2010, p. 16) sugere que vivemos em “sociedades da comunicação”, constituídas por dimensões massivas (como a televisão), interativo-digitais-digitais (como as redes sociais na internet), interpessoais-digitais (como o correio eletrônico) e interpessoais analógicas (como o telefone).

A digitalização dos meios, dos canais e das interfaces de comunicação fomentaram mudanças nas formas de comunicar. Apesar das mudanças terem relação direta com instâncias que ultrapassam a esfera técnica, não podemos ignorar a presença de aparatos digitais como computadores, tablets e smartphones, na formação da condição comunicacional contemporânea (Orozco, 2011). A inserção

das tecnologias digitais, ou tecnologias da informação e comunicação (TICS), nas rotinas apresenta oportunidades de expansão das trocas comunicacionais, fomentando o surgimento de novas experiências de comunicação. Dados disponibilizados pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC³) indicam que celulares são a tecnologia da comunicação e informação mais acessada nos âmbitos rurais do Brasil, sendo uma das razões a falta de cabeamento em fibra óptica para levar o sinal para o rural e o custo financeiro de computadores em relação ao telefone celular. Essa condição nos incita a reconhecer a presença e a influência das tecnologias digitais em diversos processos sociais, como os que ocorrem nas áreas periféricas.

Posto isso, ao lançarmos o olhar aos projetos que impulsionam a criação de políticas públicas, identificamos uma oportunidade: as tecnologias digitais podem ser um meio para incitar dinâmicas de participação, através das quais sujeitos periféricos podem se expressar, formar opiniões, até interferir e reconfigurar os destinos sociais. As possibilidades que se abrem a partir dos usos das tecnologias digitais fazem com que essas sejam valorizadas não apenas como uma ferramenta para se buscar informação ou entretenimento, mas como uma “condición de la cotidianidad y del intercambio social” (Orozco, 2010, p. 24). Assim, percebemos que fomentar dinâmicas de participação das comunidades rurais nos espaços proporcionados pelas tecnologias digitais é uma oportunidade, ao mesmo tempo em que compreendemos a necessidade de se otimizar a relação de tais populações com as telas. A iniciativa Lazos, criada com o intuito de promover o desenvolvimento rural de agricultores familiares que cultivam o algodão na América Latina, no âmbito de um programa de cooperação sul-sul trilateral tem como objetivo gerar políticas públicas para a cadeia do algodão latino-americano através do Projeto +Algodão.

A comunicação através das TICS pode dar voz aos movimentos, às personalidades e às realidades de sujeitos que, comumente, não detêm autoridade, condições ou espaços para se comunicar, invertendo o fluxo da comunicação de massa produzida pelas elites econômicas, amplificando o alcance das perspectivas, conhecimentos e conteúdos produzidos localmente. Dito de outro modo, o ambiente das tecnologias digitais possibilita o surgimento de formas de participação diversas, de maneira a oportunizar a inserção das perspectivas das populações periféricas em debates institucionais e políticos, tornando-os mais democráticos.

Contudo, apesar da globalização e da mercantilização terem facilitado o acesso a certos produtos e tecnologias, persistem profundas desigualdades de condições sociais e econômicas entre as sociedades, de modo que nem todos conseguem ter acesso às tecnologias digitais e aos ambientes

digitais. Dentre as pessoas que têm acesso, há diferenças culturais que geram diferentes práticas e habilidades no âmbito *on-line* – a apropriação das TICS é um movimento que não se generalizou. Por mais que constatações otimistas indicam a ampliação do protagonismo dos sujeitos a partir do uso das tecnologias digitais, é necessário refletirmos sobre esse contexto de uma maneira mais cautelosa, já que as TICS não definem o potencial democrático da comunicação. Suas instâncias ultrapassam a esfera técnica e abrangem a esfera cultural, por isso não há garantia de um ambiente comunicacional menos monopolizado e mais democrático, especialmente porque esses processos são promovidos, majoritariamente, pelo âmbito mercantil.

Como relata Ampuja (2015), a ideia de que as novas tecnologias podem fomentar o fim das hierarquias na emissão da comunicação não é recente. O mesmo ocorreu com o surgimento da imprensa, das ferrovias e do telégrafo: ao serem inaugurados, a crença era de que expandiram a comunicação, dispersando o poder que alguns grupos exerciam quanto ao monopólio da difusão de conhecimento. Nesse sentido, o autor relata uma tendência “narcísica” das sociedades contemporâneas para se considerarem detentoras de tecnologias de comunicação capazes de gerar mudanças e de estabelecer uma nova era quanto aos usos das mídias e à revitalização da democracia.

A partir do advento das tecnologias digitais, finalmente as comunidades periféricas, como é o caso das rurais, teriam a possibilidade de alcançar protagonismo para se organizarem coletivamente e se desenvolverem, pelo potencial transformador da digitalização, capaz de proporcionar o contato com diferentes formas de construção social e outras formas de ocupação do espaço público e privado, oferecendo novas maneiras de existir e se posicionar na estrutura social. Como se a conectividade, por si só, fosse capaz de promover o crescimento e o desenvolvimento social dos territórios. Todavia, a expectativa da consagração de uma comunicação mais horizontal não se confirmou.

O potencial democrático da internet, dessa forma, depende da organização de projetos capazes de intervir e de desafiar as estruturas do poder privado. O projeto é um exemplo que implementou um processo de comunicação para o desenvolvimento de forma estratégica incluindo: a) um aplicativo, planejado no formato de uma rede social que oferece a oportunidade de interação entre seus usuários e de acesso a informações que impulsionam a inovação nas práticas agrícolas; b) uma plataforma digital, que serve como espaço de armazenamento dos dados obtidos durante o uso do aplicativo, para mapeamento de interações que podem ser fonte de informação para o planejamento de iniciativas de desenvolvimento rural; c) Ações de educação digital, por meio de atividades que envolvem o aprendizado para comunicação digital.

Com foco na agricultura familiar algodoeira da América Latina, o aplicativo é uma rede social criada para disseminar e integrar conhecimentos e boas práticas de manejo de culturas. O aplicativo objetiva oferecer informações para melhorar as condições de vida de produtores agrícolas, através do acesso a conteúdos sobre o sistema do algodão, sistema de alimentos, associativismo, relações de gênero, sustentabilidade e outros temas, como a prevenção da Covid-19, a fim de fortalecer as capacidades dos usuários e desenvolver o setor rural. Assim, apresenta o potencial para envolver pessoas do meio rural em novos conteúdos sobre processos produtivos sustentáveis para as populações agrícolas envolvidas com a produção de algodão e, também, para as que se dedicam a outros cultivos, tendo em vista que os sistemas diversificados de produção contribuem para a segurança alimentar e nutricional das famílias algodoeiras nos territórios mais vulneráveis.

Enquanto rede social, o aplicativo Lazos visa proporcionar um espaço para o compartilhamento de soluções de forma ágil entre agricultores, organizações de produtores, técnicos agrícolas, extensionistas, instituições agrícolas, agências de fomento e todas as pessoas e instituições que possam fazer uso da comunicação para o desenvolvimento do meio rural. Ademais, prevê o fomento ao compartilhamento de práticas e saberes locais, para referenciar os conhecimentos cotidianos, práticos e sensíveis dos agricultores, de forma a enriquecer a aprendizagem que pode otimizar o desenvolvimento.

O aplicativo disponibiliza espaços para a formação de comunidades, que proporcionam um ambiente de participação e de trocas estimulado pela ideia de reciprocidade e de aprendizagem em ambientes digitais. As comunidades podem ser públicas, ou seja, com seu conteúdo aberto e disponível para todos os usuários do aplicativo, ou privadas, de modo que seu conteúdo seja acessível somente às pessoas que têm autorização. As comunidades são espaços planejados para discutir questões, compartilhar necessidades, promover o planejamento de ações e estabelecer conexões duradouras. Assim, o aplicativo apresenta a possibilidade de ser um espaço de partilha de temas que integram a agenda conjunta de desenvolvimento sustentável do Projeto +Algodão para enfrentar os desafios atuais do setor rural, potenciando o conhecimento sobre temas estratégicos que são fundamentais para o cumprimento da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Figura 3 – Tela de login do aplicativo Lazos e Publicação no serviço de notícias

Fonte: Captura realizada pelas autoras (2024).

Conforme Figura 3 – Tela de login do aplicativo Lazos e Publicação no serviço de notícias, ao acessar o aplicativo, após aceitar os termos de uso, o usuário ingressa automaticamente no serviço de notícias, que também pode ser denominado "feed de notícias". É o espaço em que os usuários encontram um fluxo de conteúdo para navegar - reúne todas as publicações às quais o usuário tem permissão para acessar. No serviço de notícias, encontram-se conteúdos gerais, por exemplo, sobre tecnologias sustentáveis, alianças estratégicas, inovação social, mercados inclusivos, práticas de sustentabilidade e outros conteúdos compartilhados por especialistas convidados pela equipe de gestão do projeto, por instituições parceiras e pelos usuários em geral. As postagens podem incluir conteúdo de texto, documentos em formato PDF, Word, vídeos e imagens de até 25Mb. O aplicativo permite o acesso à câmera do dispositivo móvel para geração de imagens ou vídeos e, também, permite carregar mídias da memória interna. As interações podem acontecer através das publicações, das curtidas e dos comentários.

Enquanto proposta que preza pela amigabilidade, a equipe desenvolvedora focou em uma interface intuitiva, que permite que os usuários a utilizem a partir de conhecimentos e de experiências anteriores com outras plataformas, redes e mídias sociais como Facebook, Instagram e Orkut. Desse modo, possibilita aos usuários uma melhor navegabilidade e facilita a geração de um ambiente interativo. A interação na rede social é estimulada para que aconteça de forma autônoma, o que possibilita que o usuário tome decisões e aprenda a partir de seus desejos, buscando a melhor contribuição para o coletivo em que está inserido.

Além do aplicativo, a iniciativa é composta por uma plataforma, que é um backend implementado com Wordpress e o plugin Buddypress, cujo acesso é liberado somente à equipe programadora e gestora e serve, exclusivamente, para prover uma interface de programação. A plataforma codifica e armazena os conteúdos publicados no aplicativo. A proposta está ancorada na analogia das redes, uma vez que está estruturada para receber fluxos de informação que podem alimentar softwares de análise de dados a partir das interações no aplicativo – todas as postagens são enviadas imediatamente para a plataforma, para o processamento e armazenamento. O aplicativo se comunica com a plataforma por meio da API REST⁴ e não armazena dados no dispositivo móvel de seus usuários – todas as mídias que são postadas no aplicativo são armazenadas na nuvem. Através da plataforma, é possível acessar todas as interações que ocorrem no aplicativo. No meio rural, o mapeamento dessas redes pode ajudar a gerar “alertas”, ou seja, entender quais regiões ou temas precisam de atenção especial para a implementação de políticas públicas, ações de desenvolvimento rural e mensuração de seus resultados.

Para incentivar a apropriação do aplicativo nas comunidades rurais, foram colocadas em prática ações de capacitação para a inclusão digital, por meio de atividades que envolvem aprendizado para a comunicação digital. Inicialmente, o foco inicial foi a juventude rural paraguaia, compreendendo os jovens como atores centrais na implementação e adoção da tecnologia em questão. Eles foram protagonistas no processo, pois possuem maior afinidade com as tecnologias digitais do que as outras gerações e podem se apropriar de seus benefícios com maior facilidade. Com o apoio da Diretoria de Educação Agrária do Ministério da Agricultura e Pecuária (DEA/MAG) do Paraguai, em sua primeira etapa, a rede esteve disponível para estudantes e docentes do Programa de Bacharelado Técnico Agropecuário de três Escolas Agrícolas administradas pela DEA/MAG.

Desde 2020, foram realizadas algumas ações planejadas pela equipe do projeto. Como por exemplo, o curso “Rural Conectado: TICs para o Desenvolvimento”⁵ que abordou temas de comunicação para

o desenvolvimento e o uso de ferramentas digitais, compartilhando sua importância para o impacto social e político a partir da participação, diálogo e promoção do acesso à informação por meio de canais digitais. O curso proporcionou treinamento sobre os principais conceitos associados às redes sociais, como produção de conteúdo, ciência de dados, métricas, algoritmos, gamificação, instalação e uso do aplicativo, e outros temas transversais necessários para um melhor uso das TICS. Destinado a docentes e estudantes líderes de Escolas Agrícolas do Paraguai, foi desenvolvido em parceria com o MAG/DEA, Itaipu Paraguai e a Universidade Federal de Santa Maria. Participaram cerca de trinta e cinco facilitadores (docentes e estudantes) de três escolas agrícolas.

Outra ação desenvolvida foi “LazosApp para Docentes de Escolas Agrícolas – TICs para a educação digital”⁶ –, um webinar de capacitação sobre o papel da tecnologia nos processos de aprendizagem, para a digitalização da educação e o fortalecimento dos sistemas de produção da agricultura familiar paraguaia. Foram apresentados exemplos de estratégias que estimulam a inovação e a criatividade entre estudantes, como dinâmicas de trabalho em grupo e criação de espaços de interação. Destinado a docentes das Escolas Agrícolas do Paraguai, contou com a participação de aproximadamente quinze facilitadores (professores) de três escolas agrícolas.

A iniciativa também desenvolveu o “Desafio sobre Agroecologia do aplicativo Lazos”⁷, que consistiu na criação de comunidades virtuais de aprendizagem para o desenvolvimento de atividades extracurriculares implementadas no aplicativo. As atividades fortaleceram o conhecimento sobre temas estratégicos complementares ao conteúdo curricular e que são essenciais para o cumprimento da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A sua implementação foi acompanhada pela formação dos estudantes em produção de materiais comunicacionais (fotografias, vídeos, notícias, publicidade, infográficos) através do apoio da equipe de comunicação do Projeto +Algodão, que compartilhou informações sobre a produção de diversos conteúdos de comunicação para que os estudantes pudessem concluir as atividades lançadas em aula e otimizar, de forma prática, a comunicação em ambientes digitais. Dirigida às escolas agrícolas do Paraguai, a ação foi desenvolvida com trinta e nove estudantes.

Outra ação promovida foi a “Oficina de Produtos Comunicacionais – Desenvolvimento de capacidades em ferramentas digitais”, dirigida a Organizações rurais do Equador, sendo elas: Associação de Mulheres Comunitárias do Cantão de Tosagua. Manabí/Equador (AMUCOMT); Federação de Organizações Camponesas da Zona Norte de Manabí/Equador (FOCAZNOM); Associação de Produtores de Alimentos de Manabí/ Equador (SARIV). Durante a oficina, a equipe de comunicação do

Projeto +Algodão compartilhou conteúdos sobre produção fotográfica, audiovisual e infográfica, através de atividades práticas em sites *on-line* gratuitos para criação e edição de conteúdo. O objetivo foi promover a inclusão digital e a educação digital dos atores rurais por meio do conhecimento sobre a produção de materiais comunicacionais e a gestão de ferramentas digitais, para que possam se inserir nos processos de comunicação em ambientes digitais e passar de receptores a transmissores de comunicação digital, dando voz às comunidades rurais. No total, dez pessoas concluíram as atividades.

Ao desenvolverem atividades e oficinas através do aplicativo, os usuários são incentivados a se apropriar dessa ferramenta digital e, para a equipe do projeto, o início das interações no aplicativo são uma possibilidade de escuta das comunidades. A educação e a inclusão digital são percebidas por nós como um passo importante para otimizar a presença *on-line* e amplificar a divulgação das percepções do setor rural latino-americano, de forma a promover o caráter participativo que pode auxiliar no planejamento de ações para o desenvolvimento das populações algodoeiras – movimento que pode ser ainda maior com o aumento da conectividade no meio rural. Ademais, o acesso ao aplicativo por parte dos participantes das ações de inclusão digital também facilita o seu contato com temas capazes de gerar inovações e transformações sociais.

Na América Latina, o potencial do uso das tecnologias digitais nas áreas rurais é vasto, pois elas trazem a possibilidade de inovar processos antigos, como os referentes à transmissão e intercâmbio de saberes locais, ao compartilhamento de problemas, soluções e serviços, à associação para a compra e a venda de produtos, etc. – e podem transformar, também, etapas do planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento rural. Conforme aumenta a apropriação de ferramentas digitais voltadas ao desenvolvimento, como é o caso do aplicativo *Lazos*, mais saberes e opiniões podem ser intercambiados e mais informações podem ser acessadas por parte dos projetos que têm a capacidade de agir para melhorar a qualidade de vida das populações periféricas.

A importância da comunicação por meio de espaços *on-line*, como o aplicativo, não se deve apenas ao uso de tecnologias, mas também à ação comunicativa que motiva, associa e integra diferentes pessoas por meio da criação, manutenção e fortalecimento dos vínculos. Dialogar, compartilhar e trocar conhecimentos: essa é a base de *Lazos*.

4. A COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (CPD)

Reconhecemos na CpD uma força para a legitimação dos direitos de cidadania, que tem como enfoque o caráter participativo e impulso à transformação social. Quando ações são promovidas em áreas rurais da América Latina, podem aproximar os problemas sociais de suas soluções e ser uma fonte de informação para a formulação de políticas públicas. Em nossa perspectiva, a comunicação para o desenvolvimento e as políticas públicas podem ser complementares porque se assemelham quanto a sua finalidade: a inovação social.

O desenvolvimento é compreendido como o conjunto de processos que envolvem dimensões econômicas, sociais e de direitos civis, as quais desempenham a base para a otimização do bem-estar social e para a expansão das liberdades dos sujeitos. A liberdade ganha ênfase nesse contexto por ser considerada essencial para a promoção do bem-estar social (Sen, 2013). A perspectiva adotada oferece uma visão mais ampla dos processos de desenvolvimento, diferenciando-se daquelas que utilizam marcadores como o Produto Interno Bruto (PIB), as rendas individuais ou a industrialização para avaliar a qualidade de vida de uma população. Somente a partir de 1970, o conceito de desenvolvimento passou a incorporar questões sociais, para além das econômicas. Até o momento, a economia pautava as discussões sobre o desenvolvimento, o que não é suficiente, já que países com PIB elevado nem sempre apresentam indicadores de bem-estar social e atendimento às necessidades básicas de grande parte da população.

Ainda que a pobreza/riqueza econômica sejam importantes e indispensáveis nessa avaliação, são considerados restritos, pois são apenas meios que contribuem para a expansão das liberdades – outros fatores que violam a liberdade precisam ser avaliados. A riqueza econômica, desse modo, é considerada instrumental. Ela não é garantia de que o sujeito poderá desfrutar de todas as liberdades que deseja, já que há liberdades que não podem ser conquistadas com bens materiais. Isso significa que, quando discorreremos sobre o papel de agentes dos sujeitos sociais para o alcance de suas liberdades, não colocamos toda a responsabilidade nos sujeitos para moldarem seus próprios destinos, pois “é necessário prestar muita atenção nas influências sociais, incluindo as ações do Estado, que ajudam a determinar a natureza e o alcance das liberdades individuais” (Sen, 2013, p. 62).

Ao abordar as condições sociais, reconhecemos que certas liberdades só podem ser alcançadas quando vinculadas ao acesso a serviços como saneamento básico, serviços de saúde, segurança social, educação, questões básicas para que cada pessoa alcance a condição de agente e que são de responsabilidade governamental. As capacidades para o alcance da liberdade podem ser otimizadas

pelas políticas públicas – elas favorecem a conquista de oportunidades. A comunicação, no contexto da busca pelo desenvolvimento, tem um potencial para expandir as liberdades em razão da oportunidade que fornece para o desenvolvimento de capacidades individuais, para a tomada de consciência sobre direitos civis, para a participação cidadã em esferas políticas, econômicas, sociais, etc.

A proposta é impulsionadora de mudanças sociais a partir do momento em que proporciona o desenvolvimento através do diálogo e a participação com vistas à melhora da qualidade de vida. Com o intuito de formular a nossa categoria de análise, aproximamo-nos de dois postulados da comunicação para o desenvolvimento – caráter participativo e impulso à transformação social – para guiar a análise desenvolvida no presente artigo. A primeira característica que define a comunicação para o desenvolvimento e que compõe a nossa categoria analítica diz respeito ao seu caráter participativo. A distribuição social de conhecimento, incentivada por projetos de CpD, tem como objetivo melhorar a qualidade de vida de populações periféricas através da criação de um ambiente de trocas baseado na ideia de reciprocidade. Ações vinculadas geram oportunidades para a promoção da inclusão social porque fomenta espaços para que saberes e experiências deixem de ser individuais, locais e se tornem sociais.

Ademais, o caráter participativo existe quando populações conseguem expressar suas perspectivas sobre questões básicas que organizam a sua vivência comunitária, quando têm a oportunidade de acessar canais para participar de debates, compartilhar, opinar. A instância participativa visa dar voz aos movimentos, às personalidades e às realidades de sujeitos que, comumente, não detêm autoridade, condições ou espaços para se comunicar. A CpD tem como base a participação dos cidadãos na tomada de decisões e o maior senso de coletividade. Havendo espaço para o exercício da ação participativa, os sujeitos podem se expressar, formar opiniões, até interferir e reconfigurar os destinos sociais, e esse espaço pode ser possibilitado pelas tecnologias digitais.

A segunda característica que a define e compõe a nossa categoria analítica diz respeito ao seu impulso à transformação social. A comunicação é percebida enquanto um processo simbólico, que perpassa o ser humano e é replicada nas trocas ocorridas num espaço coletivo. Assim, acreditamos que a comunicação tem o potencial para transformar a vida das pessoas, ao mesmo tempo em que transforma a própria sociedade. A partir desta perspectiva, compreendemos que comunicação pode ser impulsionadora de transformações sociais quando promove o acesso a informação de forma igualitária, informação que pode estar relacionada a direitos políticos, ao bem-estar social e a

representações capazes de influenciar as formas como as comunidades se estruturam, como percebem o mundo a sua volta, como se caracterizam e se relacionam (Acuzzo *et al.*, 2014). Há princípios importantes na promoção de uma comunicação dialógica, que envolvem o acesso à informação de forma igualitária para que não seja um privilégio de quem detém o poder. Assim, esse caráter promove a adaptação de informações, técnicas e de conhecimentos externos para as condições locais, promovendo a cocriação de saberes (Peruzzo, 2009).

Reconhecemos uma força para a legitimação dos direitos de cidadania, que possibilita que os sujeitos recebam o conhecimento que necessitam, de modo que possam crescer em conjunto e se organizar para transformar o entorno “[...] através de ações concretas, com vistas a melhorar a consciência política e a sensibilidade acerca de causas sociais” (Guedes, Silva, Santos, 2017, p. 93).

Posto isso, entendemos a importância em se identificar as dinâmicas de apropriação, mas também é necessário que encontremos formas de otimizar o uso e as relações com as telas, para que os sujeitos tenham acesso a novos saberes e práticas, experimentem novas capacidades, se organizem, comuniquem e se tornem mais reflexivos.

Ao focarmos no desenvolvimento de entornos não urbanos, os meios digitais apresentam a potencialidade para a criação de espaços de debate, que possibilitam a reinvenção do fazer político e dos lugares ocupados pelo setor rural, para que suas perspectivas e sua ação protagonista sejam reconhecidas. As manifestações comunicacionais de grupos socioculturais permitem identificar suas demandas, a forma como se percebem, como se posicionam na sociedade, manifestações que podem indicar o Norte para a elaboração de projetos voltados ao desenvolvimento. Acreditamos que os espaços digitais têm o potencial para inserir os cidadãos em discussões importantes para o seu futuro. Através do diálogo, é possível mobilizar os atores envolvidos nas questões sociais, fomentando a sua participação social e política, o que pode conduzi-los para a problematização e a “transformação de suas realidades, de modo consciente, no exercício do papel de protagonistas de sua própria história” (Guedes, Silva, Santos, 2017, p. 92).

De forma prática, no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas para o setor rural, esse movimento de escuta através das TICS pode enriquecer, por exemplo, a esfera do planejamento – um dos principais instrumentos políticos do Estado. Em consonância com Lima e Papi (2020, p. 20), compreendemos que o planejamento

é um dos eixos centrais da capacidade burocrática e administrativa do Estado, habilitando-o na tarefa de formular e implementar políticas para o desenvolvimento [...] ele continua sendo um elemento central da gestão estatal, vinculado à maior competência na oferta de bens e serviços qualificados à população (Lima e Papi, 2020, p. 20).

As autoras tomam como base as proposições de Carlos Matus para afirmar que o planejamento deve fomentar a inclusão dos atores envolvidos no problema público, em razão da atual complexidade dos sistemas sociais. As interações das populações rurais em TICS podem inseri-las no planejamento de políticas públicas constituindo uma ação voltada à escuta, o que possibilita o acesso às diferentes perspectivas em relação à temática discutida e as suas possíveis soluções. Juntas, em comunicação, as comunidades rurais podem compartilhar oportunidades, propor e mobilizar soluções. Através das interações em tecnologias digitais, acreditamos que é possível desenvolver uma melhor identificação e consideração de dados sobre o problema em foco.

Ademais, tecnologias digitais podem ser inseridas nos processos de formulação de políticas públicas através da constituição da agenda, um elemento importante formado pelo conjunto de questões consideradas primordiais e que se inserem nas decisões sobre quais políticas públicas devem ser formuladas e quais devem ser deixadas de lado. A agenda pode ser formada por temas que estão em pauta na mídia, na opinião pública ou em espaços governamentais. Ou seja, é o conjunto de ideias, problemas ou perspectivas que capturam a atenção das pessoas e que se tornam presentes nas conversas cotidianas, nas notícias veiculadas pela imprensa, ou nos temas discutidos junto ao governo. A atenção aos temas que formam a agenda é tamanha, que pode impulsionar a formulação de uma política pública.

Quando aproximamos as TICS a esse cenário, acreditamos que elas podem ser ferramentas para a difusão de perspectivas diferentes daquelas que são emitidas pelos meios de comunicação tradicionais. Através das TICS, as populações periféricas podem atravessar os filtros oficiais e compartilhar/acessar informações que podem ter sido censuradas em produtos da grande mídia, ou que não tenham gerado interesse a ponto de serem midiaticizadas. A comunicação para o desenvolvimento se insere nesse contexto como perspectiva que tenta inverter o fluxo e dar voz à compreensão local. O processo comunicativo participativo dá voz aos movimentos, às personalidades dos distintos atores (não somente aos que sempre tiveram autoridade, como professores ou empresários) e às suas condições.

Esse é o objetivo de Lazos – fomentar a autonomia e a ação protagonista dos sujeitos rurais, para que possam se comunicar, intercambiar opiniões, construir saberes, planejar ações, e serem ouvidos por

projetos de desenvolvimento. Ademais, é importante que os sujeitos rurais possam acessar um canal seguro com informações que os impulse a ter liberdade para colocar em prática os seus projetos próprios, para benefício individual e para a eficácia social. O papel da comunicação, enquanto ação social que possibilita a incorporação de novos conhecimentos e lança espaços para a escuta, tem o potencial para transformar o âmbito rural, porque ao incorporar nova base de conhecimento, as experiências começam a mudar, e o acesso a um ambiente através do qual as demandas serão reconhecidas pode originar uma nova força política.

5. O PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (PROCPD)

O ProCpD⁸ aponta uma abordagem que adiciona um olhar mais inclusivo e acessível, considerando a diversidade em todas as etapas do processo. Desde a organização do edital de seleção, são levadas em conta condições relacionadas à diversidade étnica, social e de gênero, garantindo oportunidades equitativas para indígenas, quilombolas, mulheres trans, assim como pessoas com deficiência e outras realidades sociais diversas. Além disso, as trilhas de formação oferecem condições de acessibilidade em diferentes aspectos, como arquitetônico, comunicacional, digital e atitudinal.

A escolha do público e das temáticas apresenta um olhar tanto pessoal, quanto acadêmico. Sob o enfoque acadêmico, tem como inspiração o projeto contemplado no Edital FAPERGS – CNPq 07/2022 (Programa de Apoio à fixação de Jovens Doutores no Brasil), iniciado em dezembro de 2023, com duração de dois anos. Intitulado "Territórios conectados pela sororidade: questões de gênero, TICs e fortalecimento de laços em espaços periféricos", foi pensando em parceria com a UFRGS Litoral e registrado no portal de projetos da UFSM, como projeto de pesquisa, sob o no 61298, tendo como prazo final dezembro de 2026 – período proposto no acordo.

Durante os encontros no decorrer da caminhada na Universidade Federal de Santa Maria, destaco o seminário "Roles, Desafíos y oportunidades de las mujeres artesanas del algodón en América Latina y el Caribe", em outubro de 2023⁹. Foram apresentados os resultados de uma pesquisa, cujos dados foram coletados de abril a junho de 2023, com mulheres usuárias de políticas públicas do algodão. O diagnóstico teve como objetivo desenvolver e aprimorar processos de metodologias de capacitação.

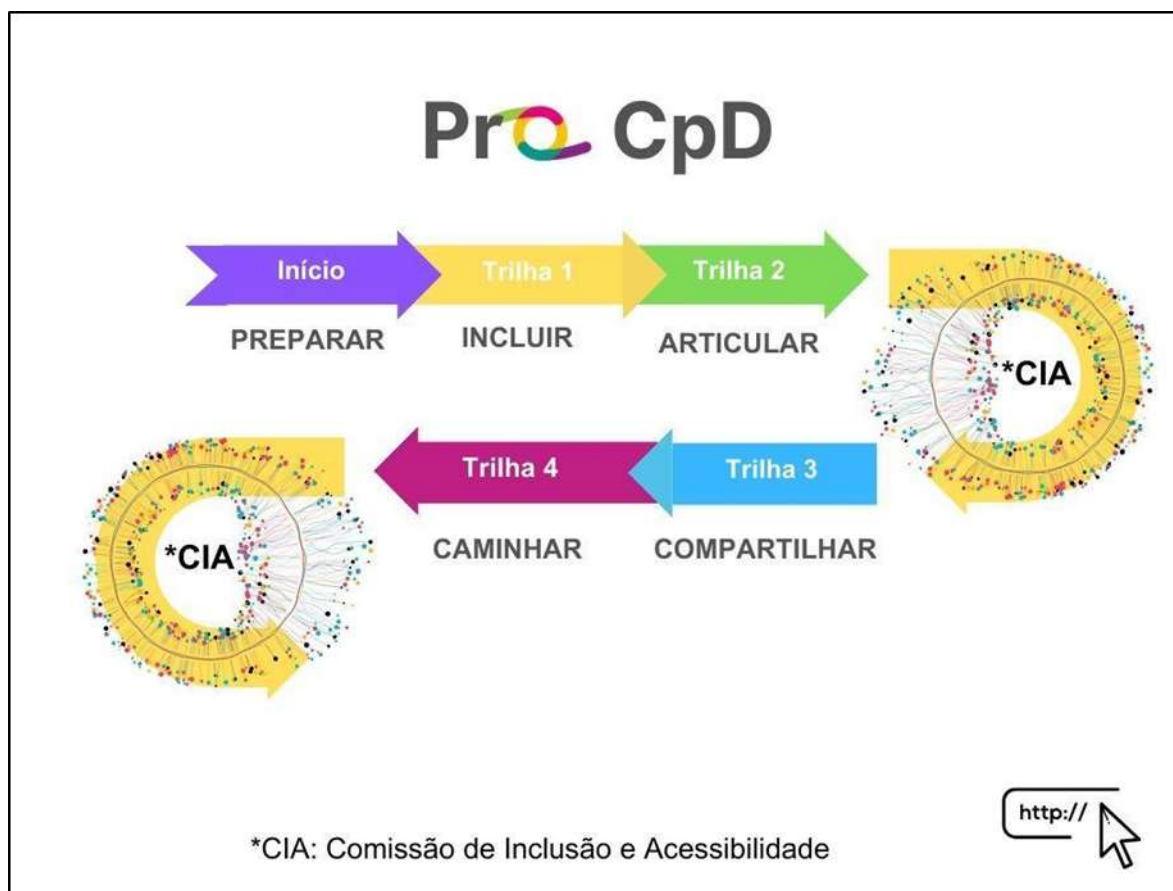
Dentre os resultados, mais de 50% são chefes de família e 82% acessam tecnologias a partir de seus smartphones. Em relação às necessidades encontradas, destacam-se a importância de pensar o desenvolvimento de negócios (marcas) e a comercialização de seus produtos, como o artesanato, em especial via redes sociais. Outra questão relevante foi que 84% das artesãs pertencem a algum grupo

(comunidade, cooperativa e/ou associação). Nos apontamentos finais, temos a importância do acesso à cidadania digital; bens e serviços para rural, os processos de liderança de atores em território, organização de dados continuados para políticas públicas, intervenções de desenvolvimento e o fortalecimento da rede de mulheres.

Outra questão crucial contemplada, tanto pela vivência pessoal, quanto pelo entendimento da sua relevância acadêmica, refere-se a noção de diversidade e de comunicação inclusiva, pensada e compartilhada com todas as pessoas e relacionada, em sua essência, à ideia de acessibilidade. Conforme dados do módulo Pessoas com Deficiência, Pnad Contínua (2022)¹⁰, esta população no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas, com dois anos ou mais, que representa 8,9% da população dessa faixa etária. Os dados demonstram a importância de uma CpD inclusiva e, por isso, acessível a todos, tanto para as pessoas com deficiência fazerem parte do processo de produção, quanto para poderem acessar as informações e produtos.

Como dito acima, iniciamos uma releitura da metodologia "Rural Conectado: TICs para o Desenvolvimento", propondo o "Programa de Formação em Comunicação para o Desenvolvimento (CpD)", também denominado ProPcD. No que tange ao programa, as discussões abrangem a organização de uma rede envolvendo ações voltadas à articulação social. Acreditamos que tais espaços podem se apresentar como ponto de partida para a promoção de participação em processos políticos, culturais, econômicos e decisórios, seja a partir de redes já existentes na região ou na proposta de novos espaços, cerne da noção de Comunicação para o Desenvolvimento (Rudnicki e Zanchi, 2022; Silveira e Scherer, 2022).

Figura 4 – Visão geral do CpD



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Com o objetivo de clarear a metodologia, apresentamos a Figura 3 – Visão geral do Programa de Formação em CpD, cujo planejamento se encontra em fase final de estruturação. Todas as trilhas incluem os temas: a) acessibilidade arquitetônica (adequação de espaços e eliminação de barreiras físicas); b) atitudinal (anti capacitismo); c) metodológica (quedas de barreiras nas metodologias de ensino); d) instrumental (instrumentos, utensílios e ferramentas) e programática (leis, normas e regimentos que respeitam e atendem as necessidades de pessoas PcD e leis que definem os crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional); e) comunicacional (língua de sinais, produção de materiais impressos e digitais, organização de eventos presenciais e on-line). E ainda, a organização de uma Comissão de Inclusão e Acessibilidade (CIA) – responsável pelo monitoramento das atividades no decorrer do programa. As trilhas apresentam carga horária de 50 horas, a ser dividida conforme planejamento com os integrantes do projeto, tendo como número máximo de participantes: até 35 vagas. Serão realizados na modalidade híbrida, sendo alguns momentos presenciais, intercalados com acesso às aulas gravadas em estúdio.

6. APONTAMENTOS FINAIS

A ideia de Comunicação para o Desenvolvimento, construída com a FAO Brasil, Chile e Paraguai, teve como base a metodologia “Rural Conectado: TICs para o Desenvolvimento”¹¹. Todos os materiais didáticos e gravações em estúdio foram revisitados. Assim, vislumbra-se seguir passos que antecedem a apropriação das TICs; ou ainda, em primeiro lugar informar, sensibilizar e, então, instaurar, a partir destas jovens mulheres, processos capazes de incentivar comportamentos coletivos e associativos. Os grupos de pesquisa, em ambas as instituições envolvidas (UFRGS e UFSM) serão importantes espaços de discussões metodológicas sobre as temáticas, organização de eventos, publicações, projetos de extensão, orientações de trabalhos de conclusão de curso de graduação, bem como os programas de pós-graduação vinculados às duas instituições.

Tais estratégias buscaram incentivar comportamentos coletivos, sensibilizar e engajar os usuários de políticas públicas, ou possíveis usuários, sobre a importância de tomadas de decisão em grupo. O objetivo da rede social Lazos é organizar um espaço de interações digital que segue após as oficinas presenciais, a partir de uma plataforma de comunidades que apoia o uso de tecnologias de comunicação em espaços periféricos na América Latina.

As TICS possibilitam espaços para o diálogo e para a promoção da liberdade participativa, capaz de fazer com que diferentes grupos sociais possam se pronunciar e conquistar melhor o espaço público, ativa e efetivamente. A riqueza da liberdade participativa está na diversidade de contribuições para o processo em discussão, já que possibilita que diferentes pontos de vista se tornem visíveis. Vivemos em uma fase transitória, que nos impulsiona para a integração das TICS nos processos da cidadania com vistas a ampliar a presença das populações periféricas no âmbito das políticas públicas.

O segundo aspecto que se mostra relevante sobre a iniciativa diz respeito ao fortalecimento de comunidades educativas horizontais. Para diluir a exclusão social é necessário incentivar práticas democráticas, nas quais todos devem participar. Comunidades educativas horizontais surgem como uma ferramenta para transformar realidades locais, são uma forma de criar situações de interação entre pessoas de localidades diferentes, em espaços de diálogo igualitário. Ao envolver as pessoas e as organizações, aproximamos dimensões capazes de compartilhar informações e saberes. A educação para a comunicação digital, nesse contexto, é fundamental no fomento à formação de comunidades educativas horizontais no âmbito híbrido, on-line e presencial, para promover entre todos as habilidades que, atualmente, são essenciais para a inclusão social, compreendendo que somente estar conectado à internet não significa, necessariamente, estar digitalmente incluído.

Se pretendemos trabalhar para a superação inclusão e da diversidade, a educação digital deve ser um dos elementos de atenção, pois cria condições para a interação e a participação efetiva. Acreditamos que Lazos busca a participação das comunidades que conformam o setor rural, proporcionando espaços para o diálogo e para o compartilhamento de soluções e problemas. Ao realizar ações concretas voltadas à educação digital, impulsiona seus usuários a criarem e divulgarem seus próprios conteúdos.

Em relação à possibilidade de impulso à transformação social, outro postulado que define a comunicação para o desenvolvimento e que compõe a nossa categoria de análise, pontuamos que Lazos foi criada com o objetivo de ser um primeiro passo direcionado à emancipação das comunidades envolvidas através da construção de soluções de modo coletivo, com a participação dos que irão se beneficiar dessas soluções – de modo que tem características que a aproximam de uma tecnologia que incentiva a inovação social.

Como resultados, entendemos que as tecnologias digitais representam um potencial de inovação social, especialmente em termos de espaços de participação social para o planejamento de políticas públicas. Também pontuamos a relevância de que espaços para a interação sejam viabilizados e, também, de que sejam planejadas formas de identificar e analisar as dinâmicas de interação das comunidades nos espaços proporcionados pelas tecnologias digitais. Sem reconhecer a realidade das pessoas, torna-se complexo fomentar ações que deem conta de impactar suas realidades.

Pensando nas possíveis apropriações em contextos socioculturais, políticos e econômicos, é preciso levar em conta os atravessamentos cotidianos e das variadas formas de violência que os cercam, como as questões de gênero, racismo, preconceito e capacitismo, bem como os contextos algoritmos que incidem nas redes de sociabilidade e nas formas de inserção no mercado de trabalho. Portanto, há uma possibilidade de “ser”, em uma sociabilidade mais igualitária e inclusiva de forma mais efetiva e não apenas pautada em campanhas publicitárias e produtos midiáticos idealizadas por agências externas a estas realidades.

REFERÊNCIAS

ACUNZO, M; PAFUMI, M; TORRES, C.; TIROL, M. F. Communication for Rural Development Sourcebook. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014.

AMPUJA, M. A Sociedade em Rede, o Cosmopolitismo e o "Sublime Digital": reflexões sobre como a História tem sido esquecida na Teoria Social Contemporânea. Revista Parágrafo, São Paulo, v.1, n.3, jan/jun, 2015.

GUEDES, E.; SILVA, M.; SANTOS, P. Conscientização e participação: as relações públicas comunitárias na construção da cidadania. Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, v. 14, p. 87-98, 2017.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Projetos, 2020. Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/sector-algodonero/es/>>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

LIMA, L.L.; PAPI, L.P. Planejamento e Políticas Públicas. Intencionalidades, Processos e Resultados. Porto Alegre: Jacarta, 2020.

LOPES, M.I.V. Uma agenda metodológica presente para a pesquisa de recepção na América Latina. In: JACKS, Nilda (org.). Análisis de recepción en América Latina: un recuento histórico con perspectivas al futuro. Quito-Ecuador: Editorial Quipus, 2011.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Armad, 2004.

MINAYO, Maria C. de. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria C. de. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OROZCO, G. Hacia una investigación integral de audiencias y sus procesos variados frente a viejas y nuevas pantallas. Anais do Congresso Internacional Educación Mediática & Competencia Digital. Segovia, 2011.

_____.La investigación de las audiencias “viejas y nuevas”. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, ano 7, n.13, 2010.

PERUZZO, C.M.K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e suas reelaborações no setor. Eco (UFRJ), v. 12, p. 46-61, 2009.

PERUZZO, Círcia M. K. Observação participante e pesquisa-ação. In: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Org.). 2. ed. – 6 reimp. – São Paulo: Atlas, 2012.

RUDNICKI, Carlise P. S. ; ZANCHI, Verônica. ?Escuchar para cambiar?: comunicação para o desenvolvimento (CpD), políticas públicas e mulheres periféricas. In: Claudia Pilar García-Corredor; Monica Franchi Carnielli; Frederico Beltramelli. (Org.). Comunicación, tecnología y desarrollo: aportes epistémico-teóricos metodológicos en la investigación y las agendas de latinoamérica. 1.ed. Taubaté: EdUnitau, 2022, v. 1, p. 200-2012.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SILVEIRA, Ada C. M. da; SCHERER, Fernanda. O que inova a CpD da atualidade? In: Claudia Pilar García-Corredor; Monica Franchi Carniello; Frederico Beltramelli. (Org.). Comunicación, tecnología y desarrollo: aportes epistémico-teóricos metodológicos en la investigación y las agendas de latinoamérica. 1.ed. Taubaté: EdUnitau, 2022, v. 1, p. 200-2012.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: Métodos e técnicas de de pesquisa em comunicação. DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (Org.). 2.ed. - 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

NOTAS

Nota 1

A FAO, a partir do O Projeto +Algodão procura reforçar o setor algodoeiro através das experiências e conhecimentos das instituições brasileiras para o fortalecimento de capacidades dos atores da cadeia do algodão nos países parceiros de Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru.

Nota 2

Disponíveis em: <<https://www.caf.com/pt/conhecimento/visoes/2020/02/transformacao-digital-para-america-latina-do-seculo-xxi/>>. Acesso em 29/03/2022.

Nota 3

Disponível em: <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2017_coletiva_de_imprensa.pdf>. Acesso em 29/03/2022.

Nota 4

O acrônimo API é a abreviação de Application Programming Interface, que representa um conjunto de rotinas e padrões estabelecidos e documentados para uma determinada aplicação de software.

Nota 5

Mais informações: <<https://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/1334781/>>. Acesso em 31/01/2022.

Nota 6

Mais informações: <<https://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/1377573/>>. Acesso em 16/03/2022.

Nota 7

Mais informações:

<<https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/noticias/ver/es/c/1440223/>>. Acesso em 16/03/2022.

Nota 8

Para mais ver: <https://www.ufsm.br/projetos/pesquisa/lazos>

Nota 9

Conversatorio Regional: Roles, Desafíos y Oportunidades de las mujeres artesanas del algodón en América Latina y el Caribe, realizado en el marco de la conmemoración del día de las mujeres rurales 2023, organizado por el Proyecto +Algodón y la Red Latinoamericana de Mujeres del Algodón, onone, em 16 de outubro de 2023.

Nota 10

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) # voltada para pessoas com deficiência, para mais:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf.

Nota 11

Para mais segue o link do evento de abertura do curso: <https://www.youtube.com/watch?v=2CZOkBISDIM&t=3415s>.



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

CIÊNCIAS SOCIAIS: A SOCIEDADE EM SUA INTEGRALIDADE

VOLUME XVIII



conhecimentolive.org/home



contato@conhecimentolive.org



[editoraconhecimentolive](https://www.instagram.com/editoraconhecimentolive)